

A Defesa Nacional



MAIO
1952

NÚMERO
454

General **JUAREZ DO NASCIMENTO F. TÁVORA**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

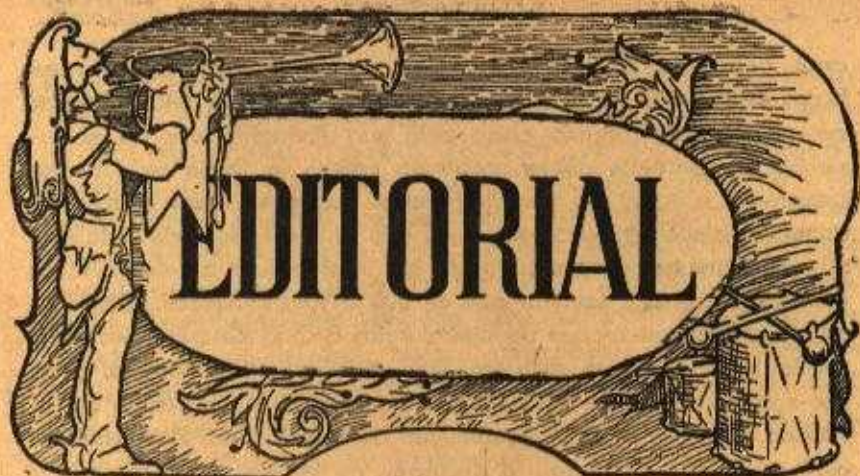
Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1952

N. 454

SUMARIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Operações combinadas — Trad. do Maj. Cesar Neves.....	5
Escolha e ocupação de posições na Artilharia de Costa Motorizada — Coronel Newton Franklin do Nascimento.....	21
Quem deve comandar as forças aerotáticas? — Trad. do Maj. Floriano Moura Brasil Mendes.....	25
Carros de combate na Coréia — Trad. do Maj. Luiz Felipe Silva Wiedemann.....	23
A França de ontem e de hoje — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	39
Um pouco sobre a nossa Cavalaria — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	49
Material de pontes das Grandes Unidades — Maj. Samuel A.A. Corrêa.....	63
A arma aeroterrestre — Chave da Vitória? — Trad. do Maj. Floriano Möller.....	71
Facilitemos o que é fácil — Cap. João B. Santiago Wagner.....	87
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Curso de Iniciação ao Serviço Social (Continuação) — Professor Amaral Fontoura.....	89
O moderno conceito de Defesa Nacional — Cel. Niso de Vianna Montezuma.....	95
A preparação intelectual do oficial — Cel. Aluizio de Miranda Mendes.....	109
Os militares e os problemas sociais — XI — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	127
Reflexões sobre a formação cultural do oficial (Continuação) — Maj. Gerardo Lemos do Amaral.....	133
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Da Província — Em festas o 7º R.I., de Santa Maria — Redação.....	137
Evolução das nossas fronteiras — III — Cap. Luiz Alberto de Freitas.....	149
DIVERSOS	
"A Defesa Nacional" na 3ª R.M. — Redação.....	155
Texto do Acôrdo Militar recentemente firmado entre o Brasil e os Estados Unidos — Redação.....	159
Regulamentada a exploração dos minerais ôteis para a produção de energia atômica — Redação.....	161
As novas tabelas de Montepio e Meio-soldo — Redação.....	163
Evolução e tendências da indústria brasileira — Cel. Adalardo Fialho.....	167
Grande vitória do hipismo brasileiro na Argentina — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	175
O Exército e o Serviço Militar obrigatório — Padre J. Busato.....	177
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	179
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	185
ATOS OFICIAIS.....	193



A RECENTE REVOADA de três centenas de aviões dos Aero-Clubes do Brasil à Argentina veio reavivar um dos mais importantes problemas do Exército: o da criação de sua aviação leve própria. Tal problema envolve a formação do pessoal da ativa em quadro próprio ou recrutado entre os oficiais das Armas interessadas (Artilharia, por exemplo, como se fêz na F.E.B.) e a formação do pessoal da reserva, recrutado entre os pilotos civis, amadores ou profissionais. Impõe-se a intensificação das atividades dos C.P.O.R. da Aeronáutica, onde os jovens pilotos dos inúmeros Aero-Clubes do interior do país iriam complementar a sua instrução técnica com os conhecimentos militares indispensáveis para aproveitá-los no Exército. Períodos de convocação para exercícios especiais ou grandes manobras deveriam ser previstos e nos quais os pilotos civis se exercitassem com a nossa Artilharia de campanha ou costeira. Ao cabo desses períodos de convocação, que poderiam coincidir com o final da formação dos pilotos-observadores, poder-se-ia até facultar aos jovens brevetados o ingresso definitivo no quadro de pilotos-observadores da ativa, caso essa providência viesse a se concretizar.

O Brasil já possui uma reserva de pilotos civis que anda pela casa dos milhares. Urge orientar a sua atividade de forma que alguma coisa se aproveite em benefício da defesa nacional, principalmente se levarmos em conta que vivemos a era da Aviação e tôdas as Nações encaram a Aeronáutica como a sua principal

arma de defesa. Enquanto os nossos jovens desperdiçam as suas horas de lazer no turismo aéreo, o nosso Exército aí está à espera de que se faça alguma coisa pela sua Aviação leve de observação. A acuidade desse problema cresce de vulto se considerarmos ser o Brasil um país de imensos espaços e onde o aproveitamento de sua aviação comercial, dos seus pilotos civis e de sua infraestrutura aérea constituem um imperativo de sua defesa. Basta atentarmos para o fato de que os 300 aviões referidos, divididos por 8, efetivo em aviões de observação de um Grupo americano de Artilharia, dariam margem para se equipar 37 Grupos, para nos convenceremos do muito que se poderia fazer no terreno considerado. Em que pese à organização da nossa atual Aeronáutica, será fatal, cedo ou tarde, o destaque de elementos seus para o Exército (que julgamos poderia ser feito desde já) e para a Marinha, quando tivermos os nossos porta-aviões. É verdade que a nossa Aeronáutica compreende 6 ramos: aviação de caça, de bombardeio, costeira, de transporte, de cooperação com o Exército e de cooperação com a Marinha. Mas agora alguns poucos exercícios realizados pela Aeronáutica em colaboração com o Exército e o desfile de alguns aviões "teco-teco", acompanhando o R.E.A., nas paradas da Capital Federal, aquela Aviação de cooperação com o Exército permanece no papel.

Aviões leves de observação são necessários ao Exército para a identificação de objetivos e para a regulação dos tiros de Artilharia, tanto costeira, fixa ou móvel, como de campanha. Outros são necessários para missões de ligação e de acompanhamento, aqueles para a ligação entre os elementos mais avançados e os comandos de retaguarda e estes para acompanhar o deslocamento das vanguardas, reconhecimento de itinerários, identificação das linhas atingidas pelos elementos mais avançados, identificação de posições inimigas, etc. Além dessas, outras missões podem ser desempenhadas pela Aviação leve afeta ao Exército: evacuação de feridos, deslocamentos de oficiais do E.M. das G.U., informações e reconhecimentos pelos estado-maiores, reconhecimento e identificação de itinerários e vias de acesso, controle do tráfego, vigilância das atividades do inimigo, reabastecimento de emergência, etc.

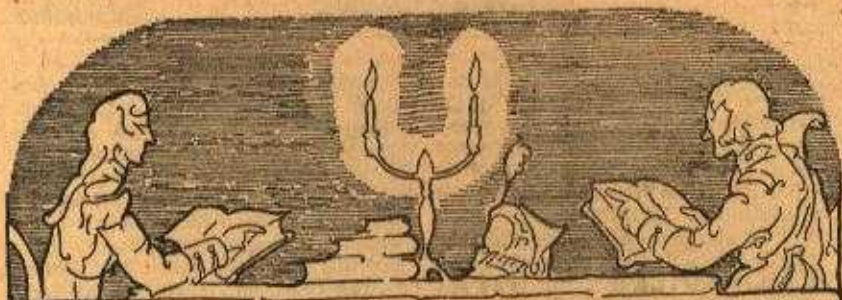
Os americanos têm aviação leve orgânica em suas G.U. e nos Grupos de Artilharia de campanha e "Fort Sill" é u'a maravilha de organização e exemplo de uma formidável Escola de Coope-

ração de Aviação leve com a Artilharia. Lá estão localizadas as Escolas de formação e aperfeiçoamento de Artilharia e de Aviação leve de observação, dispondo de amplo terreno adequado aos exercícios. Quando teremos o nosso "Fort Sill"? Que venha ao menos para a reserva, pois elementos não nos faltam. O Brasil possui mais de 300 Aero-Clubes, milhares de pilotos civis e mais de mil aviões já foram doados àquelas organizações pela chamada "Campanha pela Aviação Civil do Brasil". Centenas de "brevets" de pilotos-observadores poderiam ser fornecidos aos nossos jovens, anualmente, juntamente com a carta de piloto civil. Estariam eles aptos para trabalhar com o Exército e seriam de valor inestimável, em caso de guerra.

A aeronáutica propriamente seriam deixadas as outras missões de apoio direto às tropas de terra, tais como, entre outras, o ataque dos objetivos do campo de batalha (blindados, tropas descobertas, comboios, D.C.A. leve e pesada, contra-bateria), missões a serem desempenhadas por uma aviação de assalto especializada. Igualmente a ela ficariam afetas todas as missões que interessam de forma indireta à batalha terrestre (ataque das vias e nós de comunicações, vias-férreas especialmente, estações, pontes, itinerários obrigatórios, fortificações ligeiras, depósitos, reuniões, materiais, etc.). Trata-se de missões que, de uma forma ou de outra, exigem material aeronáutico especial e uma formação de pilotos mais demorada.

Seja como for, a Nação espera dos responsáveis pela sua segurança e defesa uma palavra de ordem a respeito deste importante problema militar. Hoje, mais do que nunca, a segurança da Nação repousa na cuidadosa preparação militar no tempo de paz. Já 1885, no mês que transcorre, travávamos, no dia 24, a maior batalha campal da América do Sul para nos defender da agressão inopinada de um tirano. Nos dias que vivemos, cidades inteiras poderão ser destruídas, de um momento para outro, precisamente por intermédio da Aviação portadora da bomba atômica e mesmo sem declaração formal de guerra.

Eis porque focalizamos o problema de um melhor aproveitamento da nossa aviação civil, pois o Brasil, que já é uma das maiores potências aero-comerciais do mundo, deve esforçar-se por ser, também, uma das grandes potências aero-militares da atualidade.



CULTURA PROFISSIONAL

OPERAÇÕES COMBINADAS

A IMPORTANCIA ESTRATÉGICA DOS PORTOS NA ÚLTIMA GRANDE GUERRA MUNDIAL

General de Divisão D. JORGE A. GIOVANELI

Tradução, "data vênia", da Revista Militar Argentina — outubro de 1951 — pelo Major CESAR NEVES.

Um dos primeiros e maiores ensinamentos que, para as guerras do futuro, surge das duas últimas grandes guerras mundiais, é a influência crescente que as medidas e os detalhes de valor prático têm para a realização das idéias estratégicas.

O emprêgo, no outro lado do mar, de uma grande massa, em sua maior parte mecanizada, dotada de armamentos e materiais modernos, acompanhada por uma não menos importante força aérea, cria um enorme serviço de suprimentos e está repleto de um sem número de questões técnicas, algumas das quais, como ocorrem com os portos, podendo ter valor decisivo.

As guerras de 1914-18 e 1939-45 têm permitido apreciar, sem dúvida, mais do que em nenhuma outra época, o valor que o domínio do mar tem nos resultados finais da luta.

Em suas "Memórias", o Almirante Von Tirpitz declara que "o povo alemão compreendeu o mar". A nosso ver, bem poderia estender-se esse juízo crítico a outras nações, que apreciaram e apreciam a importância do mar com um critério superficial, limitado a questões puramente econômicas, esquecendo que o mar cria, além do mais, outras relações e interesses, permanentes ou circunstanciais, que fatalmente influem na condução superior da guerra. Aos homens de Estado não deve faltar-lhes esse sentido da realidade.

Compreende-se que esta influência do mar é muito maior tratando-se de guerra de grandes potências ou entre grandes coligações.

Um pouco de história sobre a importância do mar, na condução de uma guerra total, nos traz à lembrança as três grandes batalhas

navais de "Abukir", "Copenhague" e "Trafalgar", com as quais Nelson fez fracassar os três grandes projetos de Napoleão: a invasão da Índia, com base no Egito; a Neutralidade Armada, em 1801 e a Invasão da Inglaterra. Em 1939-1945, os alemães obtêm inicialmente grandes triunfos na Europa e na África, porém, ao fim, são vencidos como nunca o foram, pelos aliados, que dominam o mar. Em 1914-18 o foram depois de perder a batalha do Marne e de verem-se estrangulados pelo bloqueio dos que dominaram o mar.

Porém, o domínio do mar é apenas uma parte da estratégia total ou integral. Para vencer decisivamente o adversário, será essencial transportar, através do mar, as forças, equipamentos, armamentos, munições e materiais que, na batalha terrestre e aérea, permitirão fazer sentir todo o peso do potencial humano, econômico, industrial e moral das nações coligadas. E, precisamente, os portos representam o ponto de contacto entre o mar e a terra, por onde é possível desembarcar e tornar efetiva essa grande vantagem do domínio do mar; às vezes, como em 1914-18, dispondo dos portos desde o primeiro momento; de outras vezes, como em 1939-45, somente depois de uma verdadeira "via-sacra", como havemos de ver em seguida. A razão é simples: num e noutro caso, a situação militar no continente europeu era totalmente distinta.

Quando, em 1917, os Estados Unidos da América do Norte intervieram na Primeira Guerra Mundial, fazia tempo que as forças anglo-francesas lutavam contra as alemães em território francês, uma parte importante do qual mantinham em seu poder. Desta forma, os norte-americanos puderam utilizar inicialmente vários portos, distantes e a coberto da frente de operações. Por essa época, a aviação alemã não havia danificado os portos franceses; sua ação esporádica se havia feito sentir, especialmente, contra os portos ingleses, embora sem maior resultado. Se bem que a guerra submarina preo-

cupasse grandemente, com o sistema de comboios escoltados conseguiu-se reduzir muito os seus efeitos. Mais do que o ataque dos submarinos, que reduziram consideravelmente seus navios para o transporte, foi o ameaçador ataque alemão ao longo da costa, em direção aos portos do canal da Mancha, o que criou um sério perigo para o abastecimento das forças inglesas, obrigando-as a abandonar apressadamente alguns portos franceses e grandes quantidades de elementos depositados nas proximidades dos mesmos. Alguns dados interessantes permitem formar idéias da grandeza do esforço realizado pelos transportes marítimos e da atividade dos portos franceses. Entre junho de 1917 e novembro de 1918, foram desembarcados na Europa 2.077.126 homens dos Estados Unidos, com todo o seu equipamento e armamento. Ante a ameaça de uma nova grande ofensiva alemão e em circunstâncias em que franceses e ingleses estavam passando por uma grave crise em seus efetivos (no início da primeira grande ofensiva alemã de 14 de agosto de 1918), realizou-se um intenso período de transportes. Mensalmente chegou aos portos da França u'a média de 236.866 homens. Em julho e setembro, desembarcaram mais de 10.000 homens por dia. No dia 3 de setembro, o porto de Brest recebeu, de um só comboio, 44.461 homens. De julho a novembro de 1918, o número total de divisões em linha, na frente ocidental, era de 279, das quais 37 % francês, 57 % anglo-americano e 6 % de outras nações. A estes desembarques de homens deve-se somar o de grandes toneladas de equipamentos, armas, materiais, munições e víveres, todos nos portos ligados à frente por estradas de ferro.

No momento da invasão, em 1944, a situação era, em troca, completamente diferente da de 1917. Os alemães haviam ocupado totalmente a França e organizado as suas costas para uma defesa tenaz, em particular a ocidental, considerada como a mais provável para os desembarques aliados. A impor-

tância estratégica decisiva que os portos da França teriam para as forças anglo-americanas está sintetizada nas seguintes palavras de Hitler: "Neguemos aos aliados o uso dos portos e eles não poderão manter os seus exércitos em terra". Nos anos que precederam à invasão, muitos portos franceses haviam suportado grandes bombardeios da aviação aliada, sobretudo por supostos refúgios de submarinos. O plano do Marechal Rommel, comandante em chefe da defesa, consistia em rechaçar o adversário antes que ele pudesse firmar-se em solo francês e, com este fim, havia resolvido fortificar grandes setores da costa, efetuando por sua vez poderosas destruições nos portos, nos quais foram estabelecidas guarnições, com ordens de resistir até o sacrifício. Assim ocorreu com os portos da Bretanha (Brest, Saint Maló), com os da Normandia, com Marselha e com Anvers. No discurso pronunciado por ocasião da declaração de guerra aos Estados Unidos (11 de dezembro de 1944), Hitler havia expressado: "Uma centena de pontos fortificados e de gigantescas fortalezas se estende desde Kirkenes (Noruega), até os Pirineus. É meu desejo irrevogável tornar esta frente inexpugnável contra qualquer inimigo.

Apesar disso, em 1944, a França foi invadida e os seus portos conquistados pela luta, logo depois da invasão. Por esses portos, o General Eisenhower conseguiu, mais tarde, aumentar progressivamente os seus efetivos até mais de quatro milhões de homens; por eles recebeu quarenta e oito milhões de toneladas de materiais das mais diversas espécies: munições, equipamentos, víveres, carburantes, veículos, sobressalentes, etc., tonelage seis vezes superior à transportada durante a guerra de 1914-1918.

A grandeza desses números permite tirar duas conclusões: primeira, que somente as nações com o potencial econômico e industrial dos Estados Unidos, assim como a sua firme decisão de vencer, são capazes de tamanho esforço e, se-

aliada, era de vital importância uma rápida conquista e reabilitação dos principais portos franceses, pois, do contrário, o avanço dessa enorme massa lutaria com inconvenientes irremovíveis de suprimento, a realizar-se totalmente através do mar, desde o início até o final da guerra. Por tal razão, o Plano de Operações Aliado consignou, em primeiro lugar, a conquista do porto de Cherburgo, um dos melhores da França e o mais próximo dos portos da Inglaterra, escolhidos para o embarque.

Uma vez estabelecida a cabeça de praia, o plano aliado previa o avanço na Bretanha, com o objetivo de ocupar os portos de Brest e Nantes. Em seguida, avançar para Paris, através do Loire, até o Norte, através do Sena, com o objetivo de isolar e destruir as forças inimigas, antes que tivessem tempo de se retirar para o território alemão. Em sua obra "Desde a Normandia até o Báltico", o Marechal Montgomery (que divergiu de Eisenhower sobre o modo de planejar as operações contra a Alemanha), expressa que "logicamente, o desenvolvimento do pleno potencial bélico aliado dependia da conquista dos portos".

As difíceis condições em que a invasão da França deveria realizar-se, justificam os métodos e grandes preparativos que ela exigiu, pois houve necessidade de prever o menor dos detalhes; de resolver inumeráveis problemas técnicos e industriais; de acumular quantidades astronômicas de materiais; de reunir mais de quatro mil navios para a operação, apoiada por uma formidável força aérea; de converter previamente a Inglaterra no maior arsenal do mundo, pois ela devia servir de grande base, entre o território dos Estados Unidos e a França. Imaginemos as dificuldades para mobilizar tantos navios, depois de haverem suportado os britânicos, entre 1939 e 1943, a perda de cerca de doze milhões de toneladas, pela guerra submarina.

Entre os preparativos da invasão, figuraram, como um dos mais importantes, a construção e a instala-

ção de dois portos artificiais desmontáveis "Mulberry", a cargo do Almirantado Inglês, cada um dos quais pesava 1.500.000 toneladas e cobria uma superfície de quase quatro quilômetros quadrados, podendo abrigar sete navios do tipo "Liberty", cinco grandes costeiros e sete médios. Com esses dois portos artificiais, que foram rebocados desde a Inglaterra até a costa francesa e empregando, por sua vez, grande quantidade de barcas, expressamente estudadas e fabricadas para transportar as cargas desde os navios até a costa, pôde-se fazer frente às necessidades das forças que, depois de árdua luta com os alemães, conseguiram organizar, em meados de julho de 1944, a grande cabeça de praia da Normandia. Para isso, tiveram de vencer extraordinárias dificuldades, principalmente as que originou uma forte tempestade que durou quatro dias e que quase destruiu os dois portos artificiais, conseguindo-se, em parte, repará-los e restabelecer o tráfego, graças ao esforço das tropas de Engenharia.

A instalação desses portos durou aproximadamente doze dias. O grande espírito de previsão, com que foi montada a operação, permitiu sanar esse e muitos outros inconvenientes que se apresentaram no decorrer dos desembarques.

Esse sistema ou serviço de fortuna organizado, primeiro por meio de barcas, completado depois com portos artificiais e colunas de caminhões que transportavam os suprimentos, desde as praias até a frente, permitiu salvar a situação desde 6 de junho, dia em que se iniciou a invasão, até meados de julho de 1944, quando, depois da batalha da Normandia, a cabeça de praia foi consolidada. U'a média de 37.500 homens por dia desembarcou, durante o mês de junho.

A medida que as forças aliadas abandonavam a cabeça de praia para prosseguir as operações na direção de Paris e ao norte do Sena e com muito maior razão para depois aproximarem-se do Reno, a necessidade de utilizar os grandes portos para o suprimento tornou-se premente, pela tonelagem e pelas

distâncias; as forças blindadas não podiam desenvolver plenamente a sua velocidade e o avanço se via cada vez mais limitado. Houve, sem dúvida, necessidade de se conformar com essa situação, até meados de julho de 1944, quando os primeiros navios conseguiram descarregar no porto de Cherburgo. Até esse momento, o serviço das praias, realizando um grande esforço, havia permitido desembarcar 912.805 homens e 315.427 viaturas.

Apesar de todo o interesse do Supremo Comando aliado, o porto de Cherburgo não pôde ser tomado até o dia 27 de junho e ainda se necessitavam mais vinte e um dias mais para deixá-lo em condições de ser utilizado.

Assim como em Marselha e em outros grandes portos franceses, os alemães haviam realizado, em Cherburgo, destruições sistemáticas, que completavam com outras maiores, antes de abandoná-los ou de se renderem. Prevendo isto, o alto comando aliado pôde iniciar imediatamente a reconstrução das obras mais urgentes e importantes, com pessoal expressamente preparado para esse fim, trazido da Inglaterra, assim como pessoal especializado e de mão-de-obra franceses. Na descarga e limpeza do porto foram empregados 41.500 prisioneiros.

A tremenda desvantagem que acarretou a tarefa de descarga diretamente na praia, em contraposição da execução da mesma tarefa num porto, fez-se evidente tão logo Cherburgo começou a funcionar. Em fins de novembro desembarcaram, somente no porto de Cherburgo, 433.295 toneladas, compostas exclusivamente de derivados de petróleo e diversas viaturas; esta quantidade foi muito superior à desembarcada, em igual período de tempo, nas praias.

Não há dúvida alguma de que o avanço das forças blindadas, a potência de fogo, a alimentação e o serviço de saúde receberam um poderoso impulso com o aproveitamento dos portos, como também, o aumento dos efetivos na frente de combate.

Para apreciar os trabalhos que foram indispensáveis executar no porto de Cherburgo, é necessário ter em vista que, em seus canais de acesso, haviam sido afundadas 109 embarcações. O porto estava totalmente minado. As pontes, muitas obras de grande importância, entre as quais figuravam a grande Estação Marítima, haviam sido destruídas.

A conquista ulterior e reparação dos portos de Brest, St. Maló, Havre, Rouen e Anvers, como também de Marselha, influiu decisivamente para acelerar a invasão da Alemanha e pôr fim à guerra. Porém, apesar disso, deve-se reconhecer que essa necessidade imperiosa — a conquista prévia dos portos, ligada à importância crescente da massa em operações, terminou por influir em que o avanço se fizesse de forma lenta e metódica, logo numa ocasião em que a situação aconselhava que fosse rapidamente, aproveitando a desordem e a destruição das forças alemãs que se retiravam da França, como também a vantagem de operar com forças mecanizadas, que podiam desenvolver grandes velocidades. A consequência final de tudo isto foi que, ao chegarem os exércitos aliados ao Reno, foi necessário esperar a conquista e aparelhamento do porto de Anvers, para em seguida prosseguir as operações do outro lado do rio. É razoável admitir que, devido a esses retardos, a campanha se alongou consideravelmente, facilitando a recuperação das forças alemãs e grande resistência que elas opuseram (contra ofensiva de Von Rundsted nas Ardenas, com o V e VI Exércitos Blindados, em dezembro de 1944). Eis aí colocada, bem em evidência, a importância estratégica dos portos, abstração feita do juízo que possa merecer o plano de operações aliado.

Dos portos mencionados anteriormente, o de Anvers merece ser tratado com um pouco de atenção, não somente por se tratar do terceiro em importância do mundo, como também pela luta encarniçada a que deu lugar, dispostos como estavam, os alemães, a não deixá-lo

a todo custo. O trabalho das tropas de Engenharia foi ali enorme, devido às destruições causadas; foi necessário reparar numerosas obras, 5.600 quilômetros de vias férreas simples, 7.600 de linhas duplas e reconstruir 240 pontes ferroviárias. Posteriormente, Anvers foi alvo das bombas foguetes V-1 e V-2 alemãs, que perturbaram os trabalhos de reconstrução.

É de resultado muito interessante e instrutivo fazer um breve resumo das destruições que sofreu o porto de Marselha, um dos mais importantes da França e os trabalhos que tiveram de ser feitos para empregá-lo no suprimento das forças aliadas que invadiram pelo sul da França: o VII Exército dos Estados Unidos e o I Exército Francês. O desembarque dessas forças realizou-se com grande êxito, precedido por uma poderosa preparação aérea e naval. Iniciado no dia 15 de agosto de 1944, já no dia 20 desse mesmo mês haviam desembarcado, nas praias a Leste de Marselha e Toulon, 400.614 oficiais e soldados, 65.480 viaturas e 360.373 toneladas de carga. Para o transporte dessa força, desde os portos de Nápoles e Oran, foram empregados 2.110 navios. O inimigo havia sido totalmente surpreendido.

A influência estratégica do porto de Marselha poderá ser apreciada levando-se em conta que a sua conquista foi o grande êxito inicial das citadas forças e que o grande impulso que os exércitos receberam, nessa parte do teatro de operações Europeu, foi devido, em grande parte, ao extraordinário serviço prestado por Marselha. Não tardaram essas forças a formar uma frente comum com as que haviam avançado por Oeste, utilizando os portos do Atlântico.

Durante a sua ocupação, os alemães limitaram-se a preparar a defesa do porto, retirando dele, metódicamente, tudo o que pudesse ser útil: guias flutuantes, rebocadores, embarcações de serviço, grandes guindastes do cais que foram desmontados e enviados por estrada de ferro para um destino

Em meados de junho, depois do desembarque dos aliados na Normandia, os alemães prepararam a destruição colocando minas por trás dos cais, intervaladas de 25 metros, em poços previamente perfurados até o nível das águas. O porto foi totalmente minado; os canais fechados com navios corregados de pedra e de cimento. Durante o dia e a noite de 21 de agosto de 1944, quando as tropas francesas, desembarcadas em Saint-Tropez, avançavam sobre Marselha, começou o desastre da destruição, cujo balanço foi o seguinte: mais de 400 brechas inutilizaram cerca de 22 quilômetros de cais, num total de 26 quilômetros: 244 guindastes tombados jaziam no fundo d'água ou nas plataformas, 173 navios postos a pique obstruíam o porto e fechavam as passagens de acesso; as entradas dos diques haviam sido danificadas; os hangares profundamente deslocados em suas estruturas e sem tetos pelos efeitos das explosões.

Depois de uma enérgica resistência, no dia 28 de agosto, as forças alemãs renderam-se, penetrando as francesas num porto inteiramente devastado, com as suas plataformas imprestáveis, trilhos retorcidos, gruas tombadas e espalhadas por toda a parte; armas, munições e víveres abandonados. Enquanto os franceses ainda combatiam pela posse do porto, foram destacados oficiais norte-americanos para fazerem os reconhecimentos. As fotografias aéreas permitiram precisar a extensão do desastre, demonstrando que não restavam mais do que 900 metros de cais intactos, capazes de serem utilizados por navios do tipo "Liberty". A solidez das obras havia impedido uma destruição total do porto; seu molhe permanecia invulnerável.

Os trabalhos de reparação tiveram início no dia imediato à ocupação do porto pelos franceses, isto é, no dia 30 de agosto. Um coronel norte-americano, da arma de Engenharia, foi encarregado da direção dos trabalhos; na execução, intervieram unidades de Engenharia do Exército Norte-Americano,

com cooperação da administração francesa do porto, com o seu pessoal e material. Os primeiros trabalhos consistiram no levantamento das minas marítimas e terrestres; remoção dos escombros e restos das explosões, retirada dos obstáculos que bloqueavam as passagens do porto e partes úteis dos cais; o restabelecimento dos arruamentos e das vias-férreas.

Enquanto isso, o tempo premia, as forças franco-americanas se distanciavam na direção do Norte, rechaçando os alemães ao longo do vale do Rodano. Uma quinzena depois de terem sido iniciados os trabalhos (meados de setembro) conseguiu-se estabelecer uma passagem de 80 metros de largura e 10 de profundidade nos obstáculos que fechavam a entrada Norte do porto. Para receber os primeiros "Liberty" que entraram no porto, não se dispunha de mais do que uma dúzia de lugares de atracação no cais.

A fim de aumentar a quantidade de lugares de descargas nas águas abrigadas, a Administração Francesa do Porto decidiu colocar plataformas de amarração no anteporto norte, utilizando, para isso, meios de fortuna. A partir deste momento, o tráfico do porto aumentou rapidamente e paralelamente com os estaleiros de reparações e com os lugares do cais para a descarga, pelas tropas norte-americanas de Engenharia e Administração Francesa.

Devido a esse trabalho de reparação, ativo e inteligente, durante o mês de outubro se conseguiu desembarcar no porto de Marselha e em seus anexos do Porto de Bone, 542.000 toneladas; em novembro, 621.000 e em dezembro, 488.000 toneladas. Esta rápida e notável restauração do porto de Marselha, que facilitou consideravelmente o desenvolvimento da estratégia aliada com o desembarque de enorme tonelagem, trazida por mar e em seguida encaminhada por estradas de ferro e caminhões aos exércitos que operavam na parte Leste da frente ocidental, deve-se não somente ao trabalho já citado, como também à organização dos serviços

do porto, a cargo de uma unidade do Corpo de Transportes dos Estados Unidos, especializada nessas tarefas. Esta unidade, que havia adquirido muita experiência no porto de Casablanca e depois no de Nápoles, reunia, sob a direção do Comandante do Porto, todos os serviços essenciais para a vida de um porto: um órgão de exploração marítima, que dirigia o movimento dos navios; um órgão especial, encarregado dos transportes de evacuação, serviços de engenharia, de transmissões, de intendência, de polícia, unidades de trabalhadores e grupos de caminhões de transporte. Aproximadamente o seu efetivo era de 50 oficiais e 8.000 praças. Além disso, para os trabalhos de desentulho e de reparação, um Regimento de Engenharia estava à disposição do Comandante do Porto.

A experiência demonstrou que a exploração de um porto, em circunstâncias tão difíceis como as que se apresentam durante a guerra, em que a necessidade de desembarcar com rapidez e armazenar grandes toneladas se soma à de expedir-las para a frente, empregando os meios de transporte e estradas de acordo com uma certa ordem de urgência, suscita um problema muito árduo e complexo. Daí que o chefe de serviço deve ser um homem muito experientado, não tanto em assuntos de navegação, como geralmente se crê, mas, sim, na coordenação dos transportes terrestres e marítimos. Mediante esta organização, o porto de Marselha, por si só, e sem levar em conta os carburantes, conseguiu realizar um tráfico médio de 15.000 toneladas por dia, chegando a um máximo de 25.000. Diariamente partiam de Marselha de 20 a 24 trens para o norte. A tão complexa máquina constituída pelo porto esteve em pleno funcionamento desde o dia 15 de outubro de 1944, isto é, apenas um mês depois de ter sido desimpedida a sua passagem norte.

Todas as vantagens que um porto oferece para prosseguir nas operações, no caso de que a invasão tenha tido êxito, transformam-se em desvantagens, no caso de ser rechaçada e de produzir-se, ali, uma

grande aglomeração de tropas e de materiais: recordemos o caso de Dunkerque, no dia 4 de junho de 1940. Podia ter sido um desastre completo, caso os alemães tivessem procedido de outra forma. Tratava-se de uma direção obrigatória de retirada, com o mar pelas costas, com pouco ou nenhuma liberdade de ação, que não foi hábilmente explorada por uma perseguição audaz e extremamente perigosa.

Para uma estratégia combinada ou anfíbia, que necessita dos portos como algo vital para as operações, o domínio do ar torna-se ainda mais importante que no caso de uma guerra puramente continental. Assim o compreendeu o Supremo Comando Aliado, antes de se decidir a invadir a Europa, em 1944, com o fim de buscar por ali a decisão e constituir a segunda frente, tão insistentemente reclamada por Stalin. No passado, bastava o domínio do mar. Na atualidade, é fácil imaginar-se o que poderia ocorrer a uma grande massa que vive do que chega aos portos, e estes se acham submetidos a um intenso e contínuo bombardeio aéreo pelo inimigo. Isto o sabem bem os ingleses, que apesar de terem o domínio do mar, viram-se em grandes dificuldades com seus portos, devido ao bombardeio aéreo alemão. Porém a quantidade, condições técnicas e a situação dos seus portos permitiu-lhes remediar a situação.

Os portos de Liverpool, Portsmouth, Belfast, Weymouth, Poole, Hull, Torquay, Plymouth, Cardiff, Barry, Swansea, Talbot e Glasgow cumpriram a sua missão de tal forma que enche páginas de glória na história da última grande guerra mundial.

Poder-se-ia citar ainda o nome de muitos outros portos que, na última guerra, tiveram uma importância fundamental para as operações. Porém, para sermos breves, devemos limitar-nos aos mais importantes. Em primeiro lugar, os portos africanos do Mediterrâneo, que tão grandes serviços prestaram ao General Wawel na campanha da Líbia (1940); campanha exemplar, na qual com grande decisão e

mobibilidade de forças mecanizadas (2 divisões), obteve-se grande êxito contra um adversário numericamente muito superior. Foi destruído um exército composto de quatro Corpos de Exército, que compreendia um total de quase 10 Divisões e foram tomados 130.000 prisioneiros, 400 tanques e 1.240 canhões, em troca de perdas muito reduzidas.

Os portos de Mogadíscio, Merca e Aden, no Oceano Índico, que permitiram ao General Cunningham, em 1940, levar a cabo a sua célebre campanha da Abissínia, com todo êxito, operando em pleno deserto. O porto de Mogadíscio foi ocupado pelas forças do General Cunningham no dia 23 de janeiro de 1940, encontrando ali intactos 350.000 galões de óleo Diesel para a tração mecânica e outros 8.000 para a aviação, que forma um "presente do céu", pois lhes permitiu continuar o seu avanço antes que se abrissem outros portos.

Mais tarde, com a abertura do porto de Berbera, pôde Cunningham cortar a sua estrada principal de suprimentos de 900 quilômetros, desde Kenya até Harar (Abissínia), cobrindo com suas forças mecanizadas, em 30 dias, 1.690 quilômetros, numa média de 56 quilômetros diários. Finalmente, no dia 4 de abril de 1940, ocupou Adis-Abeba, a Capital da Abissínia, abandonada pelo Duque de Aosta. Por esta data, as forças de Cunningham já haviam capturado mais de 50.000 prisioneiros e ocupado 932.000 quilômetros quadrados de extensão, com a perda de 135 mortos e 310 feridos, 52 desaparecidos e 4 capturados.

Os portos africanos de Trípoli, Benghasi, Tobruck e Alexandria, assim como outros de menor importância, situados entre eles, serviram de base para as operações blindadas que se desenrolaram no deserto, ao longo da costa meridional do mar Mediterrâneo, teatro das grandes façanhas de Rommel e Montgomery. A ocupação desses portos foi um objetivo de importância fundamental para as forças tanto alemãs como inglesas. Sua queda, em mãos do inimigo, impli-

cava num terrível golpe nas comunicações, que os alemães somente em parte puderam remediar pelo ar, até que afinal, desaparecida totalmente esta última probabilidade e diante da esmagadora superioridade aliada, tiveram de render-se em Túnis cerca de 300.000 homens, entre alemães e italianos.

Os portos de Casablanca, Oran e Argel, também na África do Norte, serviram para o desembarque e suprimento da força expedicionária norte-americana, cuja preparação e condução foram notáveis, apesar de sua complexidade sem precedentes. Foi esta a expedição que permitiu assestar o golpe de misericórdia em Rommel, em Túnis e anular para sempre a idéia central de Hitler a respeito do Oriente. Participaram dela 850 navios, dos quais 350 de guerra. Para se ter uma simples idéia sobre os suprimentos nesta campanha, citaremos os seguintes dados: um pequeno porto africano recebeu mais de 330 navios, portadores de mais de um milhão de toneladas de suprimentos, desde o começo da campanha. Enormes percursos tiveram de ser feitos por estrada de ferro e caminhões, desde os portos até a frente. Uma estação ferroviária próxima da frente, que anteriormente não era mais do que um pequeno centro para o carregamento de produtos agrícolas, recebeu mais de 32.000 toneladas; mais de 500.000 toneladas passaram pelas ferrovias, de Oeste para Leste. Um pósto de controle de estrada fiscalizou a passagem de 206.000 viaturas, desde o princípio do ano. As estradas de ferro do norte-africano transportaram 45.255 vagões de material bélico até a frente. Para levar os suprimentos às forças destacadas nas montanhas, utilizavam-se mulas, porém, o meio mais moderno de transporte foi o oleoduto, estendido pelos aliados para resolver o grave problema do transporte do combustível para a frente. 60 % da tonelage foi de gasolina e óleo. Diariamente eram transportadas 700 toneladas de combustível para a aviação, ao longo de 268 quilômetros de oleoduto; em outra zona, uma tonelage semelhante foi

transportada pelo mesmo sistema, a mais de 86 quilômetros.

É necessário citar também os portos italianos, especialmente o de Nápoles, durante a invasão da península. E se quiserem exemplos mais recentes, os portos de Wonsan (costa oeste) e Hingham (costa leste), assim como outros da Coreia, que têm sido e continuam sendo de vital importância para as forças norte-americanas que atualmente operam nesse teatro do Pacífico, a mais de 10.000 quilômetros do território dos Estados Unidos (10.500 desde S. Francisco até o Japão; 13.850 quilômetros desde o Panamá até o Japão).

PORTOS NACIONAIS

Os portos situados no próprio território nacional têm também uma influência considerável no desenvolvimento das operações combinadas, pois que, das condições gerais em que se realizam os embarques, assim como da oportunidade e intensidade com que se iniciam os transportes, dependerá, em grande parte, a possibilidade de fazer chegar, ao outro lado do mar, o potencial humano, econômico e industrial mobilizado.

Nesse sentido, os portos ingleses merecem ser mencionados em primeiro lugar. Sua atividade na última grande guerra foi tão extraordinariamente grande e tão cheia de vicissitudes, por causa do bombardeio aéreo alemão, que exigiria muito espaço para ser tratada nesse artigo, com suficiente extensão. A este respeito, existe uma abundante bibliografia.

Ligados a todo o território por uma excelente rede ferroviária, de notáveis condições técnicas e marítimas, bem situados ao longo do litoral, os portos britânicos permitiram, em todo o transcurso da guerra, o funcionamento eficiente e contínuo desse imenso arsenal em que a Inglaterra havia se convertido, principalmente pela obra de seu aliado, os Estados Unidos da América do Norte.

ATUAL SITUAÇÃO POLITICA MUNDIAL

Uma apreciação cuidadosa da atual situação política mundial nos diz que, muito provavelmente, uma guerra futura deverá ser, como na última, uma luta de grandes coligações que, apesar de estarem separadas pelo mar, buscarão a decisão final no continente, com maior probabilidade no europeu, empregando grandes massas de homens e tanques, assim como poderosas forças aéreas.

Por conseguinte, tornará a apresentar-se a necessidade dos grandes transportes através dos mares, tanto no começo, para o transporte de numerosos efetivos, materiais de toda a espécie e subsistências, como no transcurso da luta, com o fim de manter e, se possível, aumentar a capacidade combativa dessas forças e atender mesmo à vida das populações. A guerra será mantida, principalmente, pelo mar e será nos portos onde, como sempre, se tomará de novo contacto com a terra.

Num estudo muito interessante, publicado na "Revue de Défense Nationale", de janeiro do corrente ano, Pierre Barjot analisa a tonelagem que seria necessário desembarcar diariamente nos portos ocidentais da Europa, para abastecer uma força de 50 divisões, do tipo norte-americano (19.000 homens, 400 viaturas e 195 tanques) e uma força aérea de 6.000 aviões, tal como foi submetido ao parecer das nações signatárias do Pacto do Atlântico. Ao total, aproximadamente um milhão de homens e ... 200.000 viaturas (sem levar em conta a aviação) que deveriam ser abastecidos principalmente pelo mar.

O autor do estudo chega à conclusão que, se se aceitar o cálculo norte-americano sobre o reabastecimento dessas grandes unidades, na base de uma tonelada por homem e por dia, compreendido o combustível necessário para os veículos motorizados, os portos da Europa terão de absorver um milhão de toneladas diárias. A tonelagem que a produção europeia pudesse descontar desse total, pela fabrica-

ção de munições e materiais, seria substituída por carburantes.

Pelo menos será necessário prever que, pelos portos, entrarão diariamente as três quartas partes da citada tonelagem, sendo a maior parte pelos portos franceses.

Fácil é de imaginar o movimento de navios e o trabalho portuário a que esse transporte marítimo dará lugar e as contingências a que o mesmo estará exposto, no caso de não haver-se conquistado o domínio do ar, como condição preliminar para os desembarques.

CONCLUSÕES

1ª) CONSEQUENCIA DA GUERRA AEROBLINDADA

Independentemente do número de homens, é a organização moderna das forças armadas o que mais influi para que o abastecimento de u'a massa que opera em continentes ou regiões separadas pelo mar exija, atualmente, o transporte contínuo de uma enorme tonelagem, assim como portos de muito boas condições para o embarque e o desembarque, ligados à frente por estradas de ferro e rodovias. É a consequência da guerra aero-blindada. Em 1939-1945, a tonelagem aliada desembarcada na França foi oito vezes superior à da Primeira Guerra Mundial, porém o material de guerra, a munição, assim como a quantidade de viaturas e de combustível foram também enormemente superiores. Sem dúvida, a desproporção dos efetivos totais desembarcados esteve longe de ser tão considerável; pelo que toca às forças dos Estados Unidos, somente uns 50 % a mais (em abril de 1945, 3.065.505 homens; em 1918, 2.000.000). Desses três milhões de homens, um milhão de homens foram empregados nas unidades de serviços.

Tendências da evolução das forças armadas

As tendências da evolução das forças armadas das grandes potências e o aperfeiçoamento constante de seus meios de combate nos di-

zem que essa espécie de guerra, a aeromecanizada, será a guerra do futuro e que, portanto, a importância estratégica dos portos será cada vez maior. O fato de vivermos na era atômica não altera em nada esta conclusão. A guerra terá de ser decidida em terra, com a estreita cooperação dos exércitos e da aeronáutica.

2ª) ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NAS PRAIAS

O abastecimento dos exércitos com serviços organizados nas praias, com base em portos artificiais, barcas e viaturas anfíbias, como o caminhão "Duck", empregado com grande resultado na Normandia, Sicília e Itália; se justifica quando se desembarca em costas defendidas pelo inimigo, em grandes setores de praias que a estratégia elege, tendo em conta ulteriores direções de ataque, promissoras de grandes resultados. Em tal sentido, o porto "Mulberry", o caminhão "Duck" e mil outros materiais empregados na Normandia constituem um notável exemplo do que podem a técnica e a indústria postas ao serviço da estratégia, uma vez que graças a eles o Supremo Comando Aliado pôde ter completa liberdade de ação para escolher os setores de desembarque.

Porém, passado o primeiro momento, a aspiração suprema deverá consistir em conquistar logo aqueles portos que, por sua situação e condições técnicas facilitem o desenvolvimento estratégico e o rápido avanço da massa. Foi esse o magno problema que se apresentou ao General Eisenhower e que tanto influuiu no desenvolvimento das operações aliadas na frente ocidental européia, em 1944-1945.

Naturalmente que, tratando-se de operações em pequena escala, ou então, em grande escala, porém em zonas pouco profundas, o serviço nas praias pôde chegar a ser permanente. Assim, por exemplo, ocorreu frequentemente no Pacífico. Porém, se se tratar de penetrar muito profundamente, com massas em sua maior parte blindadas e de grandes efetivos, acompanhadas por uma poderosa força

aérea, como foi o caso da invasão aliada em 1914, os portos serão de importância estratégica decisiva. Sua conquista, assim como sua pronta recuperação terão, forçosamente, de gravitar nos planos de operações.

CONDIÇÕES TÉCNICAS DOS PORTOS

Sobre as condições técnicas dos portos, puderam elas ser apreciadas quando nos referimos aos de Anvers e Marselha. Portos amplos, de fácil entrada e saída para os grandes navios, com instalações para o embarque e desembarque sólidas e modernas, capazes de resistirem aos ataques aéreos, sem que as suas obras sejam, por eles, afetadas em seus fundamentos. Vimos como a infra-estrutura dos portos franceses e ingleses, apesar do intenso bombardeio aéreo a que foram submetidos pôde funcionar, desde logo, com inconvenientes que foram sanados prontamente. Assim não se deu quando se tratou de destruições calculadas e executadas sistematicamente pelo inimigo, decidido a defender tenazmente os portos do território invadido.

RECUPERAÇÃO DOS PORTOS

O êxito para a rápida recuperação de um porto repousa, antes de tudo, nos estudos realizados e nas medidas de previsão que tiverem sido tomadas. Essas medidas são técnicas, umas e de organização para o funcionamento, as outras. O essencial é um pessoal de direção especializado, judiciosamente escolhido e com grande experiência. A cooperação da administração permanente do porto, tratando-se de um país aliado (caso da França), facilitará muito a tarefa.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Cada nação, grande ou pequena, deve considerar o mar de acordo com a sua respectiva situação geográfica, porém como uma dura realidade da guerra moderna, pensando não somente no que o mar significa para ela em tempos normais, como principal via de civili-

zação e de progresso, como também nas vantagens estratégicas que comporta ter bons portos, bem situados ao longo de seu litoral marítimo. Uma judiciosa apreciação dessa situação, considerando a missão dos portos em uma eventual guerra de coligações, na qual o próprio país tivesse de participar, ou então no caso de uma guerra isolada, permitirá deduzir o valor real do que se tem e o que corresponderá fazer.

Poderíamos resumir a importância dos portos dizendo que a sua história é a história da civilização, pois esta, em todas as suas manifestações econômicas, científicas e espirituais, entrou pelo portos. Porém, na atualidade, na era das coligações, deverá somar-se a essa importância o crescente valor estratégico dos portos, para as operações combinadas que decidem o destino das nações.

PROBLEMA DOS PORTOS PARA OS ARGENTINOS

Para os argentinos, o problema dos portos deve ser motivo de especial meditação. Devemos perguntar se, por sua situação, quantidade e condições de diferentes ordens, os atuais portos satisfazem ao futuro econômico e aos interesses estratégicos da Nação.

VALOR DO MAR

A aviação tem feito evoluir a forma ou os processos para adquirir o domínio do mar, como também tem influído e cada vez influi mais, completando obra do mar no tráfico de passageiros, correspondência e cargas limitadas; porém, quanto ao comércio de importação e exportação para o transporte de tropas e grandes tonelagens, o mar conserva integralmente o valor que se conhece desde a antiguidade. Por conseguinte, as considerações que se fizerem e as esperanças que se fundarem nos transportes aéreos não deverão diminuir o interesse por melhorar as condições dos portos de uma nação.

ESCOLHA E OCUPAÇÃO DE POSIÇÕES NA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA

Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO,
da D.A.

I — INTRODUÇÃO

Encarregado de traduzir e adaptar à nossa organização o FM 4-19 (*Examinations for gunners — Coast Artillery*) encontramos, entre as questões que constituem os aludidos exames, o assunto que escolhemos para abordar neste ligeiro artigo.

Trata-se de um assunto que está publicado em diferentes manuais, ainda não difundidos entre todos os artilheiros de costa, oficiais e sargentos.

Para focalizar este assunto — escolha e ocupação de posições na artilharia de costa motorizada — nos utilizamos, principalmente, do C 4-5 e C 4-105, já aprovados pelo E.M.E. e em vias de publicação.

II — DEFINIÇÕES E GENERALIDADES

Posição de artilharia de costa.
Uma boa posição para o tiro da artilharia de costa, como de qualquer outra artilharia, é aquela que satisfaz às seguintes condições, assim discriminadas por ordem de urgência:

- obtenção de fogo eficaz;
- facilidades de proteção e camuflagem;
- conservação da topografia local;
- localização favorável dos demais elementos da posição (P.C., P.O., meios de comunicação, paíóis, etc.);
- obtenção da defesa local, de que trataremos em artigo especial.

1) **Obtenção do fogo eficaz.** A obtenção do fogo eficaz é a primeira condição a ser satisfeita por uma posição de artilharia de costa, de modo que, permitindo o maior campo de tiro e o maior alcance do material, reduza ao mínimo os espaços mortos.

Para obter o fogo eficaz, dispõe-se o armamento de modo que cubra todo o campo de tiro, dentro das áreas navegáveis em que possam surgir as belonaves inimigas. Para isso, dispõe-se nas posições, em primeiro lugar todo o armamento de maior calibre e maior alcance que, por seu valor, constitui a ossatura do plano de fogos da defesa.

O armamento disponível, de menor alcance e menor calibre, será colocado de modo a permitir a execução de fogos nas áreas não batidas por aquele armamento, tais como nas entradas de portos, na cobertura de campos minados e outros obstáculos, nas partes estreitas dos canais e noutras regiões críticas.

Pelo seu calibre e alcance, a artilharia de costa motorizada é, em princípio, instalada para os seguintes fins:

- cobertura de campos minados, de rédes e de obstáculos;
- emprêgo no ataque de cruzadores, contra-torpedeiros, submarinos à superfície, transportes e demais navios inimigos empregados em incursões, reconhecimento, lançamento de torpedos ou de cortinas de fumaça, bem

como em operações de desembarque.

Em princípio, as baterias de tiro rápido são colocadas em posições que lhes permitam o tiro direto, para baterem objetivos de grande velocidade, tais como as lanchas torpedeiras.

As baterias destinadas à cobertura de campos minados são colocadas em posições que lhes permitam não somente cobrir aqueles campos, mas, também, as áreas nas vizinhanças deles, onde se possam processar varreduras de minas e contra-minagens.

No caso de atuar numa defesa de praia afastada da defesa de porto, a artilharia de costa motorizada age em conjunto com a artilharia de campanha, sendo necessário que os campos de tiro de uma e outra artilharia (costa e campanha) sejam bem coordenados, a fim de assegurar-se a cobertura completa, pelo fogo de ambas, de todo o campo de tiro. Ademais, nas defesas de praia, o material de artilharia de costa é colocado a 3.500 m da praia, a fim de permitir a segurança da posição e o aproveitamento do alcance máximo. O alcance máximo da artilharia motorizada de 152,4 mm atinge cerca de 18.00 m. Sempre se evitam posições expostas e mui próximas da praia, para que não se revelem com facilidade. Além disso, leva-se em conta, também, a questão da invulnerabilidade dos suprimentos e dos caminhamentos à retaguarda das posições. Para execução do tiro indireto, as posições são escolhidas onde seja aplicável o desenfiamento e a camuflagem.

Em certos casos, quando houver necessidade de executar o tiro sobre áreas terrestres, são estudadas posições à retaguarda, que permitam a utilização do alcance eficaz do material e a segurança do pessoal nas posições de defesa.

Para cumprir missões de tiro terrestre, de suas posições normais de defesa de porto ou de praia, as posições são estudadas de antemão.

Os pormenores do trabalho encontram-se nos seguintes manuais: C 4-10, C 6-20 e C 6-40.

2) *Facilidades de proteção e camuflagem.* Normalmente, a proteção das posições da artilharia de costa é assegurada por suas próprias tropas. Para esse fim, as posições a serem ocupadas devem oferecer proteção aos seguintes órgãos das baterias: paióis, com capacidade mínima de uma hora de fogo em cadência máxima expondo-se ao mínimo a munição; proteção contra gases; separação suficiente entre as peças, a fim de reduzir a possibilidade de ficarem fora de ação com um só impacto; proteção do pessoal e dos meios de comunicações; facilidades de camuflagem.

Quanto à munição, tomam-se as seguintes medidas: para facilitar a execução do tiro, os abrigos da munição são construídos próximo à linha de fogo; a munição em excesso é armazenada em locais que não dificultem o remunciação; é de grande importância a disseminação de todos os órgãos da bateria (PC — PO-CmT-LF — LAu — Dep Mun — estacionamentos, etc.), para diminuir os efeitos de bombardeios inimigos, evitando-se o alinhamento daqueles órgãos, devido a ser em linha reta a rota dos bombardeiros.

A disseminação dos órgãos da bateria facilita a camuflagem, mas as peças não podem ficar mui afastadas uma das outras, para não se dificultar o comando do tiro e o remunciação. Em princípio, as distâncias entre as peças variam entre 25 a 150 metros, conforme os diversos tipos de materiais.

Os bosques, as elevações do terreno, dunas de areia e outros obstáculos naturais, são aproveitados onde existirem, desde que não fiquem próximos de pontos de referência notáveis do terreno e que auxiliem a adaptação do tiro.

Os paióis, os grupos geradores de eletricidade e os fios telefônicos são duplicados e bem protegidos.

Posições de emergência são preparadas para as estações de le-

vantamento, PC e PO, para substituírem aquelas onde esses elementos foram destruídos.

Posições de muda são reconhecidas e preparadas para todas as baterias de artilharia de costa motorizadas, de forma a serem ocupadas no caso de destruição das posições normais.

Posições de retaguarda a serem ocupadas em caso de recuo da defesa, são reconhecidas e preparadas.

Outrossim, para não denunciar o dispositivo da artilharia, é de toda a vantagem organizar falsas posições, tão logo seja possível.

3) *Topografia local* — A observação aérea, com o emprego de fotografias, consegue localizar com facilidade as posições das baterias, pelas modificações que estas produzem no aspecto natural do terreno. Para evitar este inconveniente, as posições ocupadas não devem modificar a configuração do local de ocupação, salvo no que se refere às falsas posições.

A construção de novas pistas, vias de acesso e caminhamentos é sempre evitada, para não modificar a topografia local.

A pintura adequada do material e o emprego de redes de camuflagem são de grande utilidade. Os manuais da série C 5-20 tratam pormenorizadamente deste importante assunto.

4) *Localização favorável dos demais elementos e órgãos da defesa.*

a) *Estudo da missão.* Conquanto possa também cumprir missões terrestres, a missão normal da artilharia de costa motorizada consiste na execução do tiro contra objetivos navais.

Quer se trate de uma defesa de praia, quer se trate de uma defesa de porto, o comandante de uma unidade de artilharia de costa motorizada (grupamento, grupo, ou bateria), ao ter que cumprir qualquer missão, deve analisá-la cabalmente, estudando-a com o cuidado e a competência que tal

A missão de tiro atribuída a uma unidade de artilharia de costa motorizada, além de outros elementos, compreende sempre os seguintes, que são essenciais:

— limites, em largura e profundidade, do campo de tiro atribuído à unidade;

— natureza dos objetivos a cargo da unidade;

— locais de procura e escolha das diversas posições (PO, PC, LF, LAu, depósitos de munições, etc.);

— comunicações a realizar com os superiores e vizinhos;

— condições de camuflagem e defesa imediata local;

— trabalhos topográficos e de levantamentos a executar;

— momento exato em que a unidade deve estar pronta para cumprir a missão.

De posse destes dados, o comando que recebe a missão, antes de realizar o reconhecimento, faz um estudo minucioso sobre a carta, a fim de assentar, com precisão, tudo o que deve realizar no terreno.

Por uma questão de método, o estudo na carta é feito sempre a partir do campo de tiro, isto é, do ponto em que devem cair os projéteis até o local mais afastado à retaguarda — depósitos de munição ou outro local.

O campo de tiro é sempre quadriculado sobre a carta, para facilitar a designação dos objetivos, devendo, durante o reconhecimento, fazer-se a identificação de todos os pontos de referência nele existentes, os quais, por sua vez, recebem nomes, caso já não os possuam.

Isto feito, são assinalados na carta, na ordem enumerada a seguir, os locais dos PO — estações e bases de levantamento — LF, PC, linhas telefônicas, localização dos caminhões, tratores, munições, rancho, estacionamento de pessoal, posições de muda, posições de emergência, falsas posições, locais do armamento antiaéreo, itinerários a utilizar e outros locais indicados pela situação.

b) *Reconhecimento* — Após atento estudo na carta, segue-se o reconhecimento.

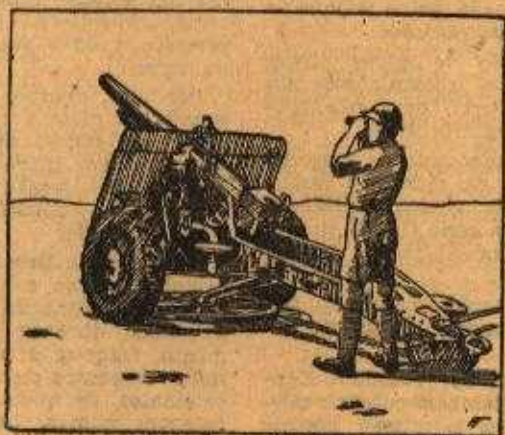
Também por uma questão de método, a ordem para a execução do reconhecimento obedece à mesma sequência indicada para o estudo na carta, isto é, vai-se primeiro aos PO, para perfeito estudo e acurada identificação do campo de tiro e do terreno à retaguarda dos PO.

Escolhidas, estudadas e reconhecidas tôdas as posições, o comando

estará em condições de redigir as ordens consequentes.

III — ORDENS DADAS

Não nos deteremos muito sobre este item, por ser assunto amplamente estudado e já conhecido entre nós. Não obstante, à guisa de referência, citamos o C 4-5, ora em elaboração, documento esse que esclarece o assunto e apresenta os mementos para diversos casos particulares, sob o título MEMENTOS DA DOCUMENTAÇÃO NORMAL.



QUEM DEVE COMANDAR AS FORÇAS AEROTÁTICAS!

Pelo Ten.-Cel. D. WILLIAM R. KINTER
do "Combat Forces Journal"

Traduzido para a Revista Militar (Argentina)
pelo Cap. D. JORGE R. GONZALEZ NAYA e
desta "data vênica" pelo Maj. FLORIANO
MOURA BRASIL MENDES



Os conceitos militares possuem o hábito desconcertante de variarem do "radical" ao "Conservador" em curto número de anos. Há menos de uma geração, a idéia de uma força aérea independente era sagrada para um grupo de oficiais do corpo aéreo do Exército, porém completamente desprezada para os oficiais ortodoxos pertencentes às armas terrestres. Mas, em 1947, a idéia se converteu em Lei. Já se havia transformado em realidade durante a guerra, quando as forças aéreas do Exército eram completamente independentes, à exceção do nome. Isto jamais teria acontecido sem a conformidade do Exército; mas agora, três anos depois que a força aérea se tornou independente, há razões para supor que o Exército não examinou muito cuidadosamente os conceitos táticos-aéreos da unificação e, se o fez, não deveria ter efetuado uma entrega total do controle das forças aéreas táticas.

A idéia de que o comando das forças aéreas, que apoiam as operações terrestres, devia depender do Exército, era a mais conceituada em ortodoxia militar, em 1940. Hoje, essa idéia é uma heresia. Entretanto, o referido conceito pode ser apoiado com mais lógica que nosso atual método de utilizar e controlar a aviação tática.

Douhet, apóstolo da primazia do poder aéreo, reconheceu a necessidade de serem mantidas as forças

terrestres e navais. Douhet, profeticamente previu o desenvolvimento dos dois tipos diferentes da aviação militar: as forças aéreas independentes, destinadas a empreender missões aéreas estratégicas e "capacitadas para operar em forma conjunta e coordenada com o Exército e a Marinha" e a aviação tática, destinada a apoiar as missões de superfície e, por certo, "constituindo uma parte do Exército ou da Marinha".

A estas últimas forças aéreas, Douhet as denominou "A aviação auxiliar do Exército e da Marinha". Os princípios de Douhet, estabelecidos para a organização dessa aviação auxiliar, são de interesse atual, especialmente se considerarmos que os mesmos descrevem exatamente a situação, no momento, do corpo aéreo da Marinha. Tal como Douhet a definiu, a aviação auxiliar deve, em primeiro lugar, fazer parte integrante do Exército e da Marinha; em segundo lugar, deve estar incluída nos respectivos orçamentos e, por último, deve estar diretamente subordinada tanto a um como a outra, não somente no que se refere à disciplina, como também no que diz respeito às missões a cumprir.

Douhet viu muitas vantagens nesta forma de organização. Os comandos do Exército aprenderiam a avaliar o que podem esperar e pedir dos meios aéreos à sua disposição e as Unidades Aéreas, graças ao contacto constante, adquiririam tal confiança que produziriam o

máximo possível de sua eficiência.

O conceito da aviação tática como parte integrante do Exército não estava somente "de conformidade com as concepções lógicas", afirmava Douhet, mas, evitaria, também, "a dispendiosa duplicação de trabalho que surgiria facilmente no caso da aviação auxiliar se encontrar praticamente independente do Exército".

Depois de haver desenvolvido a sua tese, Douhet, reviveu o velho e equivocado argumento "de que a aviação é algo técnico que deve ser manejado unicamente por técnicos experimentados", fazendo disto um resumo: "dos técnicos experimentados nunca se deve esperar que possuam as qualidades necessárias para julgar das condições da missão na qual o avião será empregado, visto que, não são competentes neste ramo". Douhet acrescentou: "o Exército dirá que tipo de aparelho considera necessário e logo, de acordo com ele, serão encarregados os técnicos aéreos de estudar para satisfazer o pedido".

Estes argumentos, todavia, se tornam mais claros e se fortalecem quando são considerados juntamente com a idéia básica de que "a missão principal da aviação independente deve ser a de obter a superioridade aérea".

A maior parte dos primordiais princípios de Douhet concernentes à organização e emprego do poder aéreo independente têm sido incorporados à doutrina e estrutura da força aérea dos Estados Unidos. De forma inesplicável, suas idéias sobre o apoio aéreo tático têm sido ignoradas.

* *

Não existe aqui o propósito de relatar, de modo completo, a longa batalha sustentada pelos aviadores do Exército para conseguir uma posição independente. Não se discute igualmente o ponto de vista lógico de uma força aérea independente destinada a cumprir missões isoladas. Não obstante, podemos examinar a intervenção cirúrgica por meio da qual a força aérea

independente foi separada de seu progenitor — o Exército.

A II Guerra Mundial foi a parteira da força aérea norte-americana. As forças aéreas do Exército adquiriram praticamente independência na grande reorganização do Departamento da Guerra realizada em 9 de março de 1942. As idéias do General Arnold tiveram grande influência nessa reorganização. Foi Arnold o autor da idéia de que a força aérea se havia convertido "em um novo membro do equipamento de combate", tendo declarado ainda que se não poderia permitir mais "a subordinação de um membro do equipamento a outro". A unidade de comando, ainda que necessária, ia ser contornada mediante um comando superior "aos principais integrantes do equipamento".

É possível que a teoria da coordenação das forças aéreas com o Exército tenha surgido para conduzir as operações aéreas estratégicas, porém, uma vez destruído o elo, essa teoria foi também aplicada ao poder aéreo em apoio ao Exército nas operações terrestres.

Depois da publicação das Disposições do Serviço em Campanha e Emprego da Força Aérea, a 21 de junho de 1943, o termo exato "apoio aéreo" foi proscrito. Desde então, tornou-se proibido designar forças aéreas do Exército as forças terrestres, visto que tal designação envolvia relação de comando. Em vez disso, as operações a realizar pelas forças aerotáticas deviam ser "coordenadas mediante conferências entre os comandantes respectivos". Com a publicação desses dispositivos, terminaram para sempre os dias em que a aviação tática norte-americana era uma parte do Exército; estabeleceu-se que as operações aerotáticas deviam ser planejadas sobre bases conjuntas organizadas por oficiais do Exército e da força aérea; portanto, modificou-se a norma de o Exército confeccionar um plano e logo a seguir, solicitar a correspondente ajuda à força aérea para executá-lo.

Em abril de 1944, justamente antes da Normandia, uma diretiva da força aérea do Exército levou ainda mais longe a doutrina da interdependência das forças aerotáticas, ao formular esta recomendação: "O comando de todas as unidades da força aerotática repousa no comandante da força, o qual é responsável somente perante o comandante das forças aéreas do teatro de operações aerotáticas".

Exatamente um ano depois a Circular n. 17 do Departamento da Guerra anunciou que "a autoridade final para aceitar ou rejeitar os pedidos formulados pelo Exército repousa no comando aerotático e na força aerotática nas questões submetidas à sua consideração pelos Comandantes de Grupos de Exército". Com esta brusca declaração, qualquer vestígio de subordinação das forças aerotáticas ao controle do Exército havia desaparecido. O golpe final, que destruiu qualquer esperança futura de que o apoio aerotático dependeria do Exército e sobreveio com o ato de unificação de 1947.

* *

No teatro europeu, o poder aéreo dos aliados desempenhou um papel decisivo. Num relatório dessa campanha, expedido pelo 12º Grupo de Exército, intitulado: "O efeito do poder aéreo nas operações militares", foi sustentado que o feliz apoio aéreo às forças terrestres dependeu da aplicação destes princípios básicos:

- 1 — "que o apoio previsto esteja de acordo com o plano militar";
- 2 — "que o poder aéreo aplicado proporcione o máximo efeito possível";
- 3 — "que seja aplicada estritamente a doutrina do Departamento da Guerra em questões aéreas".

Estes princípios básicos foram aplicados em geral por nossas forças aerotáticas e capacitaram a força aérea norte-americana a realizar uma imensa contribuição ao êxito da campanha aliada na Europa. Porém, se este emprêgo com todo êxito foi devido à estrutura de nossos comandos ou a outros fa-

tôres, é uma questão interessante que exige um estudo especial.

Em minha opinião, as relações pessoais que existiram entre os comandos aéreos e terrestres foram o fator mais importante que permitiu o emprêgo com todo o êxito de nosso poder aerotático durante a II Guerra Mundial. A natureza dessas relações foi particular dessa guerra e poderá não existir no futuro. As relações pessoais entre os comandos aéreos e terrestres alijaram todos os obstáculos que se opunham a um apoio aéreo efetivo e que surgiram de uma defeituosa organização dos comandos. Algumas dessas relações ainda continuam. As mesmas podem ainda facilitar ao Exército quebrar a atual estrutura que lhe promete apoio aéreo agora e no futuro.

O apoio aéreo tático para o Exército durante a II Guerra Mundial foi eficaz porque se inspirou no princípio de que "o apoio oferecido estava de acordo com o plano militar". Isto não ocorreu exatamente assim. Em cada teatro de grandes operações terrestres, o comandante era um General do Exército. Ele era, em última instância, a corte de apelação nas questões que se disputaram entre os comandos aéreos e terrestres. Além disso, no âmbito de cada comando, onde foi efetuada a cooperação entre as forças aéreas e terrestres, o comandante do Exército era superior em posto, idade e experiência militar. Tais circunstâncias dificultavam psicologicamente ao General mais jovem opor-se aos desejos do comandante do Exército. Finalmente, os Generais da Força Aérea da II Guerra Mundial haviam sido recrutados e instruídos no Exército. Haviam eles cursado Escolas do Exército e estavam familiarizados com os métodos, a tática e a organização do Exército. Eles interpretavam os desejos dos comandantes terrestres e simpatizavam com os mesmos. Essas razões, em seu conjunto, suavizaram o "status" da posição "coordenada" do comando aéreo. Além disso, apesar do valor das Disposições para o Serviço em Campanha, as

fôrças aéreas do Exército geralmente estiveram subordinadas psicologicamente aos Generais do Exército.

Tal condição não se observará sempre. A fôrça aérea independente cedo será comandada por Generais que tenham muito menos relações com o Exército (a Coréia estava muito próximo da II Guerra Mundial para demonstrar essa evidência). Quer cumpram ou não as determinações do comandante terrestre, o fato não influirá grandemente em suas carreiras. Em resumo, eles pertencem a um quadro diferente e operam em uma atmosfera completamente diversa. Há ainda a considerar que os membros da fôrça aérea de amanhã estarão também sujeitos a uma doutrina muito diferente da de que se serviram os que comandaram as fôrças aerotáticas, durante a II Guerra Mundial.

* *

Hoje, a importância das missões aerotáticas está subordinada à literatura oficial sobre instrução. O parágrafo seguinte apresenta um trecho de um manual da fôrça aérea: "O conceito básico para a aplicação de nosso poder aéreo, em todas as ocasiões, reside na aplicação estratégica desse poder"... "Nosso poder aéreo está modelado para ser aplicado internamente ao inimigo a fim de debilitá-lo. O objetivo que devemos almejar é que cada avião ou projétil aéreo seja aplicado diretamente contra alvos básicos; sem dúvida, alguns aparelhos e algum esforço aéreo devem ser destinados a limpar o caminho e a cooperar com as fôrças terrestres na execução de sua missão".

É razoável esperar, com semelhante doutrina, que os comandantes das unidades da fôrça aérea independente, destinadas a cooperar com o Exército, estejam sob o mesmo estímulo psicológico que os seus colegas da II Guerra Mundial para prover um eficaz apoio aéreo?

A fôrça aérea estadunidense se emancipou do controle do Exército há aproximadamente, três anos. Durante esse período, nossa fôrça

aérea independente desenvolveu a sua capacidade para empenhar-se em uma guerra aeroestratégica, deixando de cogitar de seu desenvolvimento no que tange à colaboração com o Exército no apoio aerotático. O poder aerotático capaz de apoiar as operações terrestres tem sofrido um relativo fracasso. Não interessa o aspecto a examinar, — sejam os novos tipos de aviões, seja a forma de operar dos grupos ou ainda as publicações oficiais a respeito — a importância da fôrça aérea norte-americana repousa no poder aeroestratégico e não no aerotático.

Há um significado especial no artigo de Finletter Report denominado "Supervivência na era aérea", o qual, ardorosamente recomenda um programa para o desenvolvimento de uma fôrça aérea. Nêle o autor não discute a importância da fôrça aerotática, nem a importância do poder aerotático com relação à nossa estratégia. Em resumo, nem sequer menciona essa expressão.

Durante o último ano, a situação do poder aerotático, dentro da fôrça aérea independente, se converteu em uma questão do domínio público. Em resposta à pressão, a fôrça aérea começou, em 1949, a dar maior importância a seu Comando Tático Aéreo. Ainda hoje, o esforço voltado para este aspecto do poder aéreo é pequeno em relação ao desenvolvido no campo estratégico. Nossos planos em favor do poder aerotático implicam essencialmente num esforço secundário. O compromisso militar assumido pelos Chefes de Estado-Maior das Nações signatárias do pacto do Atlântico, em Haya, concede a responsabilidade principal à França e à Inglaterra, no que se relaciona com o apoio aerotático da União Ocidental. A pouca importância dada ao poder aerotático dos Estados Unidos é notada desde 1944/45, quando os temidos Thunderbolts da 9ª Fôrça Aérea percorriam os céus à frente dos Exércitos americanos na Europa, em missões de caráter estratégico.

É certo que o relativo declínio do poder aéreo norte-americano não

deve ser atribuído somente ao estado independente da força aérea. Limitações de ordem orçamentária têm impedido a força aérea de desenvolver o seu programa de 70 Grupos. Tão logo aumente, também aumentará o número de aparelhos disponíveis para o apoio aerotático do Exército. Porém, o aumento apenas do número de aviões não chegará a eliminar os obstáculos criados efetivamente ao poder aerotático, ao retirar do comando do Exército uma parte integrante do mesmo.

* *

Os princípios de comando proclamados pela força aérea para o controle das forças aerotáticas não estão de acordo com as suas próprias práticas. O princípio fundamental expresso pelo General Arnold e em consequência do qual a força aérea obteve a sua independência, é o seguinte: "O comando significa responsabilidade e deve estar apoiado na autoridade". O Ato de Segurança Nacional de 1947 concede ao Exército a responsabilidade de "estar organizado, ins-tituído e equipado para sustentar e enfrentar principalmente o combate nas operações terrestres". Considerando que as forças aéreas têm influência direta, integral e decisiva nas operações terrestres, será razoável negar ao Comandante do Exército toda a autoridade sobre as suas atividades?

A força aérea não tolerará tais restrições sobre o comando das unidades do Exército submetidas à sua jurisdição. Não está a Artilharia Antiaérea, presentemente, subordinada ao Comando de Defesa Aérea? (Quando chegar o dia em que os projéteis dirigidos, lançados de terra, sejam de maior eficácia para interceptar os bombardeiros inimigos que os aviões a jato, colocará a força aérea os seus aviões de caça sob o controle terrestre do Comando de Projéteis Dirigidos?)

Antes de demonstrar a conveniência do comando das forças aerotáticas caber ao Exército, deve ser definido o que se entende por

esse modo de agir. Isto significa que é a autoridade para ordenar e não apenas para solicitar o apoio aerotático para as operações terrestres. É exatamente a mesma autoridade que tem um comandante de uma força da armada com relação à força aérea da frota, o comandante de um Corpo de Fuzileiros Navais com relação à aviação naval e, incidentalmente, a do Exército russo sobre sua "artilharia antiaérea". A subordinação do comando não significa interferência da parte do comandante nas operações técnicas da força aerotática. Ao comandante de um Corpo de Exército não interessa como a artilharia coloca seus fogos sobre um determinado objetivo mas, tem interesse vital nos objetivos sobre os quais atiram as peças. A distribuição do esforço, seleção dos aviões, bombas, etc, são problemas do comando aerotático e não do comandante terrestre ao qual serve.

A missão do Comandante em Chefe do Exército, em um determinado teatro de operações, é conquistar ou manter as zonas de terreno vitais para nossa estratégia nacional. Dentro de um determinado teatro de operações se podem desenrolar, simultaneamente, três batalhas: uma guerra aérea, uma guerra aeronaval e uma guerra aeroterrestre. A unidade de comando se aplica atualmente à condução das campanhas aéreas e navais, porém, a cooperação é o princípio que rege a condução das batalhas terrestres. O Comandante do Exército é o responsável pela guerra terrestre, porém carece de autoridade sobre todas as forças que nela intervêm. A cooperação voluntária pode ser um princípio sã a seguir na condução de um Departamento de Eletrificação Rural, porém, estará de acordo com as ásperas realidades de uma guerra? A unidade de esforços surge da unidade de comando. O emprego atual das forças aerotáticas deve concordar com os planos do Comando do Exército. Logo, a autoridade para ordenar, não para so-

licitar, o apoio aéreo, deve repousar no comandante terrestre.

A coordenação e supervisão das operações aerotáticas — atribuídas aos meios aéreos — deve ser a missão principal do comandante da força aerotática. O conceito de operações aéreas independentes simplesmente não é aplicável ao apoio aerotático, comprometido nas operações de superfície. A aplicação da doutrina correspondente às operações aeroestratégicas às operações aerotáticas tem sido um erro. A colocação das forças aerotáticas em situação igual e coordenada a dos Exércitos que apoiam, é violadora das normas de senso comum. Esta relação de comando reflete uma interpretação errônea do apoio aerotático às operações terrestres. Ignora a necessidade de um controle integral. Despreza a necessidade da ação de comando direto para fazer frente às sempre mutáveis situações táticas. Defende a delimitação de responsabilidades e devida a autoridade com respeito às operações terrestres. Finalmente, transferiu autoridade a um comando independente sobre funções que o Exército deve dispor para poder operar com êxito.

As forças aerotáticas, em combate, podem ainda ser colocadas sob o comando do Exército, mesmo tendo elas se convertido em parte da força aérea norte-americana independente. A força aérea é uma organização em marcha e que já possui equipamento para criar forças aerotáticas efetivas. Em sua maior parte, os processos que tem desenvolvido para colocar o seu

poder de fogo sobre os objetivos, têm sido experimentado em batalha.

O problema não consiste em criar um novo equipamento destinado a prover de apoio aerotático o Exército, antes, consiste em corrigir as atuais relações de dependência das forças aerotáticas. Sob a atual doutrina, o comandante do teatro de operações pode atribuir forças aerotáticas aos Exércitos para um estreito apoio aéreo e missões isoladas quando a situação geral aérea o permitir. As forças aerotáticas, quando são empregadas em apoio das operações dos Exércitos, devem ser parte integrante do efetivo aeroterrestre, conforme o experimentado princípio de combate e não de acordo com o débil conceito de "cooperação".

* *

Nota do autor — Escrito antes de que a guerra na Coreia submetesse a uma severa prova a organização de nosso equipamento aeroterrestre, os argumentos desenvolvidos neste artigo adquiriram maior valor depois deste acontecimento. Neste exame de nossa organização militar não existe nenhuma crítica de um serviço em detrimento de outro. Certamente não se formula nenhuma reprovação aos guapos soldados ou aviadores que têm produzido o máximo compatível com a defeituosa estrutura de comando que se lhes proporcionou na Coreia. Porém, faz-se lembrar que o apoio junto ao Exército, por parte da força aérea, poderia ter sido maior.

Não nos temos cansado de repetir que "A Defesa Nacional" tem uma dupla finalidade evidente, indiscutível, inegável: ela é o espelho da intelectualidade profissional dos quadros militares, do Aspirante ao General, os quais, mais por imperativo moral do que por obrigação regulamentar devem demonstrar o seu zelo pela cultura profissional e, por outro lado, é o veículo mais apropriado à difusão dos conhecimentos de real utilidade para o aprimoramento da instrução dos quadros, porque pode levar aos menos dotados de recursos próprios os frutos do labor intelectual de outros camaradas.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

SOCIEDADE COMERCIAL "MINAS" LTDA.

Conta própria — Representações — Seguros

*

"A Casa dos bons Rádios"

*

Rádios de diversas marcas — Refrigeradores
Artigos domésticos

RUA DO PRÍNCIPE, 482 — End. Tel.: "MINAS"

Telefone: 455 — Caixa Postal, 100

JOINVILE — SANTA CATARINA

Indústria e Comércio da Cidade de Arcoverde S. A.

CONCESSIONÁRIA

POSTO DE SERVIÇO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

**ACCESSÓRIOS E PNEUMÁTICOS, COMBUSTÍVEIS
E LUBRIFICANTES, AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES**

*

ENDEREÇO:

AV. JOAQUIM NABUCO, 195 — Telegrama: "INCORDE"

INSCRIÇÃO N. 11.173

ARCOVERDE — PERNAMBUCO

CARROS DE COMBATE NA CORÉIA

Pelo Tenente-Coronel GEORGE B.
PICKETT (h)

Traduzido, "data vênia", do "Armor" (Estados Unidos), pelo Major de Artilharia LUIZ
FELIPPE SILVA WIEDEMANN

QUESTIONARIO

- Os oficiais dos Estados Unidos apreciavam devidamente a mobilidade, através campos, dos carros de combate?
- É eficaz o trabalho coordenado da nossa infantaria e carros?
- Devem atuar os carros em grupos isolados ou em unidades?
- Pode ser qualquer soldado um soldado de carros?
- Devem contar os elementos blindados com "Tripulações Terrestres" para a sua manutenção?
- Qual é o melhor sistema para a reparação dos carros no campo de batalha?
- Foi o carro anulado pelos aviões lança-foguetes?
- Foi o carro anulado pela "Super-Bazooka"?
- Como se desempenham nossas comunicações?

Antes dos norte coreanos iniciarem a presente luta, os estudos do terreno realizados pela maioria de nossos oficiais indicavam que as operações, em grande escala, de carros no acidentado e áspero Terreno da Coréia eram quase impossíveis. Apesar disto, os norte-coreanos iniciavam as suas arremetidas com carros, especialmente com os T-34/85. Não só tiveram êxito, como também um dos nossos oficiais superiores consentiu que "não iam a parte alguma sem seus carros". Os acontecimentos pos-

teriores evidenciaram a exatidão deste comentário; uma vez que os norte-coreanos perderam até o último de seus carros, ao tentar forçar a passagem do Naktong, os seus esforços posteriores para apoderarem-se de Pusan, por meio de infantaria em massa, semelhantes aos ataques suicidas dos japoneses, fracassaram miseravelmente. E foi também, pouco após as forças das Nações Unidas lograrem a superioridade em elementos blindados, que se tornou possível a invasão desde o seu perímetro, em setembro.

Um dos primeiros ensinamentos que devem ser adquiridos sobre o emprego de carros, na Coréia, tanto nossos como do inimigo, é a falta de um juízo verdadeiro por parte do oficial norte-americano comum, a respeito da mobilidade, através campos, dos carros. Em numerosas oportunidades, ainda após os norte-coreanos terem envolvido quase todo o território da Coréia com seus carros, os oficiais dos Estados Unidos insistiram em que os nossos carros não podiam manobrar pelos arrozais, nem escalar as colinas e que deviam se limitar às estradas e isto num país em que as estradas eram muito escassas e ruins. Este mesmo juízo incorreto sobre a mobilidade dos carros foi o que originou as duas irrupções alemãs nas Ardenas.

Quando a Força de Tarefa Dolvin fez magnífica irrupção desde Chinju, a 26 de setembro, a rota desde Chinju até Hamyang e Nanwon era um desfiladeiro entre altas montanhas em quase toda a sua extensão

de 65 milhas (104 Km). A estrada serpenteava entre encostas abruptas e se estendia pelas lajeiras de Chiri-san, que constitui a cadeia montanhas mais elevadas no sul da Coreia. O caminho cheio de curvas e os terrenos adjacentes proporcionavam aos norte-coreanos magníficas oportunidades para surpreenderem a coluna; porém, graças à sua energia inquebrantável e à sua arte de conduzir, Dolvin conseguiu abrir passagem até Namwon e quebrar o grosso da resistência na zona da 25ª Divisão. A perda de carros, que não foi ainda dada à publicidade foi, todavia, assombrosamente pequena.

A Força da Tarefa Dolvin estava integrada pelo 89º Batalhão de Carros Médios (menos duas companhias), duas companhias de fuzileiros, um pelotão de morteiros pesados e um pelotão de engenheiros. Os infantes eram transportados nos carros, salvo nos momentos em que combatiam.

As unidades blindadas de reconhecimento também evidenciaram a sua versatilidade nas operações em terreno desfavorável. A Força da Tarefa Torman, a 25ª Divisão, integrada pela 25ª Companhia de Reconhecimentos e uma esgotada companhia de carros leves, irrompeu para o sudeste de Masan, a 24 de setembro e, em 36 horas, cobriu 40 milhas (52 Km), para apoderar-se do vau através do Rio Nam, em Chinju. Foi a rápida acometida de Torman que preparou o caminho para que Dolvin entrasse em ação e terminasse o avanço, desde Chinju até Namwon, em 48 hs. Posteriormente, a Força de Tarefa Dolvin avançou até a zona de Kunsan-Iri, mas esta fase foi um "anticlimax", dado que o terreno quebrado do Chiri-San terminava em Namwon. O terreno áspero e um adversário decidido e bem equipado podem tornar sumamente dificultosas as operações com carros nas montanhas, porém não impossíveis. Por outro lado, o terreno só poderá nos proteger contra os efetivos blindados inimigos.

A segunda lição que nos deram as operações recentes, é a necessi-

dade de um trabalho coordenado entre a infantaria e os carros. Nem todos os emprêgos de carros na Coreia estiveram tão bem planejados e dirigidos como as operações de Dolvin e Torman. Infelizmente a doutrina de trabalho coordenado entre a infantaria e os carros, tão laboriosamente estudada e aplicada em Knox e Benning, durante os últimos cinco anos, não se difundiu ainda entre todos os que integram o nosso corpo de oficiais. Todavia existem os que dizem aos oficiais dos carros: "Tudo o que eu levo é uma camisa de campanha, enquanto vocês estão protegidos por três polegadas de aço". E, ainda se destaca um carro para "silenciar aquele local". Um comandante muito se exasperou porque um de seus carros "havia passado deliberadamente sobre uma mina". E outro mandou um carro sósinho por uma estrada e não podia compreender porque este jamais voltou. O comandante de um destacamento avançado, de um regimento de carros britânico que estava a caminho da Coreia, ficou horrorizado ao ver que alguns dos nossos comandantes colocavam carros isolados, durante a noite, nas barricadas das estradas, sem apóio da infantaria. Mas, assim eramos nós. Em resumo, todos esses fatos servem para demonstrar que o conceito do trabalho coordenado entre a infantaria, os carros e a artilharia não foi encarado ainda com a amplitude com que deve ser.

A terceira lição refere-se a um conceito errôneo, muito comum, de que os carros devem ser considerados em números isolados e não por unidades. Certa vez, deu-se um a ordem designando "5 carros e tal regimento de infantaria". Que são 5 carros? Um pelotão? Uma companhia reduzida? O "rabo do burro"? Logicamente, o comandante do batalhão de carros mandou um pelotão completo, porém estaria perfeitamente justificado se tivesse enviado 5 carros, tomados ao acaso, do seu batalhão. Ninguém deu jamais uma ordem (pelo menos que eu saiba) atribuindo 203 infantes a um batalhão de carros;

mas seria exatamente o mesmo que subordinar "5 carros" a um regimento. Indagando-se um pouco, evidenciava-se que alguns de nossos oficiais, que atuavam na 1ª Guerra Mundial, estavam acostumados com os "canhões de acompanhamento", em 1918, na França; não há "canhões de acompanhamentos" na Coreia, em 1950, porém os tanques assim têm sido empregados.

A quarta lição refere-se ao adestramento. A maioria das unidades de carros que sobreviveram na Coreia, abandonaram as zonas perigosas tomadas de pânico. Quando chegaram as ordens de ultramar, os batalhões não contavam com todos os seus efetivos e foram completados com homens que careciam de adestramento em carros, somente para efeito de encher os "claros" para as exigências do teatro de operações de Pusan. Isso foi o que sucedeu na Coreia. Os acontecimentos posteriores evidenciaram a versatilidade do soldado norte-americano; mas isso originou também baixas desnecessárias em carros e pessoal. Esta situação poderia, novamente, se apresentar. É preciso colocar-se no lugar do comandante de uma companhia de carros, que se acha a bordo de um navio em viagem para o teatro de operações da Coreia e cujos artilheiros não tenham disparado nunca o canhão de um carro.

Uma vez chegados à zona de Pusan, havia muito escassas oportunidades para adestrar os soldados.

A quinta lição refere-se à manutenção. Em seus aspectos gerais, é muito semelhante à quarta lição. Tripulações com pouca experiência significam manutenção deficiente. Em consequência das experiências com carros na Coreia, alguns oficiais de manutenção expressam-se em termos de "Tripulações de Combate" e "Tripulações Terrestres", semelhante ao sistema de manutenção de força aérea. Este critério poderia parecer muito custoso no que se refere a potencial humano. No entanto, os ditos oficiais asseguram que as condições

imperantes na Coreia indicam que um sistema semelhante representaria uma economia em potencial humano e que permitiria manter um maior número de carros operando. Não é demais dizer-se que os contínuos combates, com um tempo limitado para a manutenção, impunham exigências extraordinárias e representavam uma pesada carga para os soldados de carros na Coreia. Por exemplo, a 20 de outubro, um batalhão de carros tinha vinte e seis M 26, dos quais somente seis estavam em condições de entrar em operações, enquanto que o resto tinha de ser submetido a reparações. Havia muitos fatores contribuintes, tais como falta de tempo, falta de pessoal habilitado e terreno sumamente acidentado, que impunham as máximas exigências aos veículos. Um sistema de "Tripulações Terrestres" e "Tripulações de Combate" teria mantido 13 carros em operação, em lugar de 6, o que quer dizer, mais do dobro. Calcule-se o custo dos carros, ajunte-se as horas-homens perdidas pelas equipes inoperantes, o valor dos carros perdidos somente devido a manutenção, inadequada e a eficiência reduzida de combate da unidade e se compreenderá, claramente, a necessidade de melhorar o atual sistema de manutenção. O autor, opina que uma tripulação terrestre, para cada tripulação de combate, é um luxo desnecessário.

Outro grupo reduzido de oficiais de carros e manutenção considera que a melhor forma de organizar a manutenção de equipagens, em um terreno com as características do da Coreia, é empregar equipagens móveis de manutenção do material ao largo do eixo de avanço, com a incumbência de reparar os carros nos locais. Este sistema exige equipagens pesadas, porém tem a vantagem de não obstruir os caminhos com as equipagens pesadas de reparações. A reparação dos carros no campo de batalha, no sudoeste da Coreia, foi um problema tremendo. Dispunha-se de companhias de equipagens necessárias de repaço, porém, não pô-

diam ser empregadas porque tiveram bloqueadas as M S R (oficinas). Este problema existia, desde logo, dado que quase cada caminho transitável convergia-se em uma oficina divisionária. Outro problema agudo na reparação de carros, no campo de batalha, era a impossibilidade de deixar as Tripulações junto dos carros avariados. Na Força de Tarefas Dolvin, por exemplo, o ritmo do avanço foi tão rápido que a Força de Tarefas achava-se, em poucos minutos ou horas, a vários quilômetros de distância de qualquer carro que ficasse imobilizado. As colinas circunvizinhas estavam todavia abarrotadas de norte-coreanos, o que tornava muito arriscado deixar um grupo de cinco homens junto de um veículo avariado. Em consequência disto, os soldados norte-americanos, que passavam depois, despojavam de tudo o que podiam os carros avariados. Nosso Exército está, assim, cheio de caçadores de lembranças. Provavelmente é uma tradição nacional; mas resulta muito prejudicial para o sistema de reparação dos carros no campo de batalha.

Deu-se grande publicidade aos efeitos da Força Aérea sobre os elementos blindados norte-coreanos. De uns 300 carros norte-coreanos que estavam operando, ao se iniciarem as hostilidades, mais de 80 foram destruídos pela Força Aérea. Nossa aviação impediu que os norte-coreanos efetuassem movimento de carros nas zonas de retaguarda, durante o dia. Não obstante, pudemos conhecer a sétima lição dos soldados de carros norte-coreanos. Tornaram-se muito hábeis na arte de mascarar os seus carros em choças à beira dos caminhos, em tuneis, em povoados e empregando um sem número de estratégias. Conseguiram reduzir as perdas originadas por ataques aéreos com muito mais eficácia que os alemães na II^a Guerra Mundial. Em uma zona determinada e em um período de dez dias, nossa Força Aérea julgou ter destruído, definitivamente, treze carros inimigos. Os únicos carros

norte-coreanos achados na dita zona, quando foi subjugada pela recente ofensiva das Nações Unidas, foram dois T 34 destruídos pelo 85^o Batalhão de Carros da 25^a Divisão de Infantaria. Pode ser que os norte-coreanos tenham tido o trabalho de arrastar os 13 cascos de carros e ocultá-los em algum lugar. O poder aéreo pode imobilizar os carros na retaguarda na zona de combate, porém dizer-se que "os carros foram anulados pelos aviões lança foguetes", como assegurou ultimamente um dos nossos mais destacados homens de ciência, não está de acordo, nem foi confirmado pelos acontecimentos na Coreia.

A oitava lição se refere à eficácia dos lança-foguetes de 3,5 polegadas sobre a blindagem inimiga. O projétil dirigido representa um verdadeiro problema para o desenhista de carros. Não obstante, a "super bazooka" é superior quase que exclusivamente para a moral da infantaria. O exagero que rodeia a "super bazooka" tem o efeito de proporcionar aos nossos próprios infantes um maior sentimento de segurança, ao enfrentar os elementos blindados inimigos. Para ilustrar este ponto, relataremos um episódio que nos foi referido pelo Médico do IX Corpo que ia no trem-hospital, desde Miryang a Pusan, após a tentativa de invasão realizada pela 105^a Brigada Blindada norte-coreana do Changnyang. Um jovem soldado estava narrando as suas recentes experiências de combate e, como sucede habitualmente, a conversação concentrou-se sobre as armas que a maioria dos rapazes mais temem: carros e morteiros. O soldado vangloriou-se, dizendo: "Pelo menos posso assegurar que dois carros não molestaram a mais ninguém; um eu o agarrei e o outro o meu companheiro". O médico perguntou-lhes como haviam destruído os carros e eles responderam sem titubear: "com uma super-bazooka". Não obstante, continuando o interrogatório, pôde-se estabelecer que ambos os carros norte-coreanos haviam sido obrigados a abandonar

a estrada e refugiar-se em uma profunda sanga, devido ao fogo dos M-26 norte-americanos, ficando ali imobilizados devido à presença de outros carros norte-americanos. Além disso, os carros norte-coreanos estavam operando sem infantaria, como o faziam a miude, possibilitando assim que nossos dois rapazes se arrastassem até a beira da sanga e disparassem, dali, as suas armas à queima roupa. Não diz o F M 17-33, que "os soldados de infantaria, armados com lança-foguetes, ajudam os carros a destruir os efetivos blindados inimigos, quando o terreno o permite"? O que o jovem estava relatando era só um caso muito afortunado, mas acidental, do emprêgo coordenado entre soldados de infantaria e carros de combate.

Indubitavelmente, a "super bazooka" produz efeito. Não obstante, tem uma velocidade inicial reduzida, uma trajetória elevada como um obus de curto alcance e conseqüente inexistência. O trabalho coordenado entre os soldados norte-coreanos de infantaria e carros de combate deixava muito a desejar e muitos carros aniquilados por nossas "bazooka" se teriam salvo com a presença de infantaria de apoio. Nosso F M 17-33 especifica que "os soldados de infantaria do grupo de coordenação protegem os carros contra os soldados inimigos equipados com armas do tipo lança-foguetes. O inimigo poderia ter aproveitado esta doutrina na Coréia.

A dificuldade das comunicações de rádios com equipamentos F M (1) em colinas elevadas e montanhas foi a nona lição que aprendemos na Coréia. Em conseqüência destas dificuldades de comunicações, instalaram-se equipamentos C W (2) nas seções de comando das companhias de carros, para proporcionar comunicações A M (3). As rádio-comunicações, na Coréia, são uma função dos equipamentos S C R 506, a não ser que todos os

carros se encontrem no mesmo desfiladeiro ou no mesmo vale.

Há outros diversos fatos postos em evidência na Coréia, com respeito aos combates de carros. O T 34/85 é superior em combate aos M 24 e M 4 A3 E3; mas os M 26 e M 46 são ambos superiores ao T 34/85. Por sua vez, um bom carro leve, como o M 24, não pode apoiar a infantaria em frente a tanques inimigos superiores em artilharia e blindagem. Esta situação apresentou-se quando as companhias de carros leves chegaram do Japão, à Coréia, em princípios de julho e foram empregados como companhias de carros dos regimentos. O resultado claro foi a destruição quase completa das ditas companhias de carros leves. No entanto, quando empregado com os fins para que foi idealizado, o carro M 24 dá excelentes resultados. A Força de Tarefas Torman, por exemplo, executou o seu avanço de 40 milhas (52 Km) com carros M 24, principalmente com uma missão de segurança que se transformou num rápido movimento de flanco.

Como sempre, haverá opiniões e critérios antagônicos sobre a Coréia. As opiniões expostas no presente artigo são um resumo do critério da maioria dos soldados de carros de combate que estiveram em contato com o autor, juntamente com as suas observações pessoais, desde o começo de setembro até a terminação da invasão, nos primeiros dias de outubro. Cada informação oficial, cada relato exagerado, cada façanha extraordinária e cada queixa foram analisadas de acordo com o nosso conhecido sistema G-2 sobre a apreciação e a fidelidade da fonte de informação. Os carros destruídos, tanto norte-coreanos, como os das Nações Unidas, tiveram examinadas suas causas e efeitos e estudaram-se as suas operações táticas. Apesar das condições sumamente adversa, os carros de combate foram os que deram a nota, na Coréia.

(1) Frequência modulada.

(2) Grátis.

(3) Modulação em amplitude.

A FRANÇA DE ONTEM E DE HOJE

SEMELHANÇAS QUE ATORMENTAM



TEN.-CEL. BLOCH, do Exército Francês, na Revista "Forces Armées Françaises".

(*) abrindo caminho em densos matagais à cata de uma resposta à pergunta "Où est l'armée victorieuse de 1918?" tece comentários sobre o atual exército francês e o ambiente francês que, lidos, tem-se, às vezes, que afastar da imaginação o nosso próprio exército, tão semelhante tudo se nos parece.

Fugindo da situação geral, porque penetraríamos na floresta densa e virgem de nossa vida nacional, limitamo-nos a citar o caso militar francês e tentar apresentar o nosso, às vezes.

"Se nos exprimimos com tanta franqueza, não é pelo prazer de mostrar a nossa franqueza, mas para procurar remédios à altura da situação."

A França, profundamente latina, espiritual e culta, luta para não se tornar apenas um quartel. Mas o seu destino, filho de uma contingência geográfica, a sua situação, no portão principal do oriente, não lhe permite escapar um momento sequer da sua posição de sentinela entre dois mundos, entre duas civilizações. E a França, embora não queira, embora não tenha aptidões para ações de força, vê-se na contingência de trabalhar para a guerra, por sua sobrevivência...

Pobre França!... pequeno barco entre um mar encapelado, falso e

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

dominador, o mundo comunista, e a terra firme promissora e aprazível, o mundo democrata...

Entretanto, a reação da França, que presenciamos, é a reação da sua cultura e das suas tradições, que há tantos anos vêm sendo desgastadas, enxovalhadas e brutalizadas...

* *

Quanta sinceridade e quanta dor em expressões como esta, verdadeiro lamento: "a fraqueza dos créditos, sua repartição discutível, sua dotação tardia, a impossibilidade de repartir harmoniosamente meios tão fracos representam desculpas sérias.

E esta dor e esta mágoa e quicá algo mais, atingem a confiança do autor na capacidade tradicional da Nação Francesa: — "Pouvons nous affirmer... nous serions à même de retrouver aussitôt une armée moderne digne de ce nom?"

E encerra... "se nossas forças armadas não estão mais à altura de sua missão, porque perderam as suas qualidades e como poderão readquiri-las?"

Eis uma pergunta cheia de interesse para nós!

Quem, já maduro culturalmente, seguiu os fatos entre as duas grandes guerras e viveu a segunda, sabe perfeitamente porque o exército francês perdeu as suas qualidades. Quem conheceu par e passo as ações do Exército Francês (dos quadros permanentes das Forças

Armadas) nos tempos que precederam a guerra de 40, não tem dúvidas: a anarquia reinante no meio civil contraditório, porque profundamente acionado por múltiplas correntes, invadiu as Forças Armadas e a França foi derrotada em uma batalha de frente invertida, não pelo inimigo, mas por sua 5ª coluna.

* *

Passa o autor, então, a um retrospecto da vida da França e de seu exército em busca de razões...

A derrota de 1870 está inteiramente ligada à falta de quadros e efetivos no exército, daí a missão que coube aos homens de 1875.

O exército que saiu vitorioso em 1918 foi, por muito tempo, um modelo: — "NOMBRE DE PAYS AMIS COPIAIENT SON ORGANISATION, RÉCLAMAIENT SES INSTRUCTEURS ET SON MATÉRIEL..."

Grande verdade! Até hoje ainda se encontra em manuais americanos frases inteiras extraídas dos regulamentos franceses, para não falar na tática que ainda cheira a francês e que não teríamos dificuldades em reconhecê-la, se não fôsse a construção do idioma inglês, tão diferente do francês.

Mas os franceses pensaram, em 1939, repetir o milagre do Marne, graças a uma mobilização copiada e mal copiada, mesmo em 1914.

Em 1936, descobriram, assombrados, que não tinham sabido criar uma força à altura do tratado de Versailles.

1940 não se fez esperar e todos choramos a derrota da França!...

Houve um plano de mobilização industrial insuficientemente estudado: — homens necessários nas indústrias estavam nas trincheiras e as trocas e os vai e vem afetavam o moral, particularmente dos que ficavam nas trincheiras.

O trabalho da máquina militar, em tempo de paz, é nulo e somente a acumulação de potencial é de se considerar, resultando, então, que certas imperfeições ou negligências passem despercebidas para se revelarem brutalmente nos dias de combate.

É difícil apreciar corretamente as necessidades da guerra futura sob o otimismo do tempo de paz.

Quantas vezes temos ouvido entre nós a afirmação da inutilidade das Forças Armadas!...

Vinho da mesma pipa, imediatismo, pouca visão...

Pode ser, aceitamos, que nossas forças armadas não tenham a organização e não funcionem como deviam ser e agir forças armadas de um país pobre, como somos e como é a França, mas entre isto e levar oficiais e soldados a plantar nos campos, a distância é por demais longa.

Sem desejarmos cair no hábito tão batido de acusar os contraditores de comunistas, podemos sugerir que esta idéia possa ter sido ventilada pelos mesmos que, nos anos que precederam 1940, lançaram e desenvolveram, na França, idéias de horror à guerra e amor à paz, com base nos bárbaros sofrimentos dos antepassados da nossa geração...

"Talvez seja preciso a alma de um D. Quixote para carregar sobre moinhos de vento defendidos apenas por veneráveis tradições, porém a urgência da situação exige reformas imediatas".

* *

Passa o autor, agora, a comentar desperdício que representa, particularmente para um país pobre, a criação e a manutenção de um exército moderno.

Um exército moderno, hoje, quer dizer um exército de técnicos. Somente um país altamente industrializado, como os EE.UU., pode dispôr, com facilidade, de um tal efetivo; somente uma cultura como a americana permite o fácil ajustamento da vida civil para as forças armadas, das indústrias de paz para as de guerra.

Como poderia a França manter um exército moderno com seus poucos recursos?

Como poderia a França adquirir o material caríssimo de que necessitam suas Forças Armadas para desempenhar o papel que a sua

cultura e a sua posição geopolítica exigem?

Daí a conclusão: resumir as forças essenciais por suas qualidades de fogo, choque e manobra: forças aéreas, unidades blindadas, aereotransportadas e a utilização dos excessos no setor da produção.

Está convencido o autor de que o serviço militar a curto prazo não é suficiente para formar o número dos especialistas necessários.

"O especialista representa um capital considerável para o país".

E os efetivos em especialistas condicionam o nível máximo das forças mobilizadas.

Por seu lado, o material absorve verdadeiras fortunas e existe para cada país um certo limite de gastos, que suas fontes econômicas e financeiras não permitem ultrapassar, salvo o caso em que o perigo imediato exige todo o sacrifício.

A seguir, o autor chega à conclusão de que não adiante "la levée en masse", isto é, não adianta a quantidade dos conscritos que se traz aos quartéis e que se devolve meses depois, o que adianta, o que é econômico, é a qualidade não só do homem que se traz para o quartel, como o que se lhe ensina e a forma como se lhe ensina.

Já se foi o tempo em que se fazia dos quartéis escolas de alfabetos e quem assim procede está redondamente errado, inclusive economicamente: perde tempo e gasta dinheiro na instrução de indivíduos que pouco vão aprender.

Passa, a seguir, a tratar da mão-de-obra civil: a mobilização geral não terá por fim, apenas, reunir homens e treiná-los para a guerra, mas também reforçar a mão-de-obra civil. Argumenta que este processo terá a grande vantagem de facilitar o desenvolvimento das indústrias em tempo de paz pela maior oferta de mão-de-obra especializada.

Entre nós, desde que motorizamos grande parte de nossas forças, as oficinas das forças armadas têm sido escolas de formação de mecânicos para o serviço civil.

Se esta formação de especialistas não se fizesse apenas nos quartéis, isto é, em suas oficinas, mas tam-

bém nas atividades civis, onde o tempo do serviço militar fosse tirado como nos quartéis, com os mesmos direitos, os mesmos vencimentos, etc. — quantas vantagens adviriam para a industrialização do país, para a vida civil e para a mobilização?

Temos a impressão de que é o caminho mais certo a seguir pelo serviço militar, mais econômico e mais racional...

Um país pobre, fracamente industrializado e de baixo nível cultural, não pode pensar em apenas transformação, por ocasião de uma mobilização; ele não terá o que transformar para ampliar suas indústrias, não terá donde tirar os especialistas necessários para as suas forças.

Daí a necessidade imperiosa de modificar o nosso serviço militar!...

"Necessário é encontrar a solução da guerra na Europa que permita manter o território francês livre dos bárbaros de leste — é, em síntese, o grito de um soldado francês. Nada de embarcar, após ações de desgaste ante o inimigo, para Londres, Alger ou Tamatave, deixando as mulheres, as crianças e o solo franceses entregue à proteção do inimigo."

Não se pensa mais em ceder! — é a nova França que se levanta dos escombros de 40. É a França que tanto amamos e admiramos que se ergue nos argumentos do Ten.-Cel. Bloch!

Revivam a França de Clemenceau e os exércitos de Joffre — porque do outro lado do Reno já se arregimentam, afagadas por contingências internacionais, as hostes aguerridas e fanáticas dos neuróticos e bárbaros alemães.

— Porque é preciso que se não corte tão rápido os laços do barbarismo que ligam alemães, russos e japoneses, sob a brisa suave e aromática que sopra particularmente dos lados de Tóquio e de Bonn, porque de Moscou só vem o fétido cheiro das cavilações, de complexos em efusão, etc.

Não devemos esquecer, diz Bloch, dos métodos de assimilação atual-

mente utilizados por nossos vizinhos de Leste; auxiliados por uma poderosa 5ª coluna, a ocupação deixa de ser um fenômeno puramente militar, porque é seguida imediatamente de um conjunto de medidas políticas, judiciárias, econômicas e sociais que levam uma modificação tão profunda no meio humano, por intermédio de restrições, transferências, liquidações físicas dos recalcitrantes, que o país arrisca nunca mais poder reaver seus caracteres próprios. E encerra: diante de tal ameaça, cumpre à nossa defesa nacional imperativos a que se devem adaptar os nossos meios.

Embora Bloch fale das Forças Armadas, não há dúvida de que ele deseja influir é sobre a Nação; é a França de 40 para cá que o preocupa, como nós atualmente nos preocupamos com o Brasil.

Pobre França! tem-se a impressão de uma caça bonita, delicada, a ser esfaqueada por matilhas ferozes e sanguinárias.

Entretanto, confiemos no espírito, na inteligência, na civilização!

Não haverá a inversão das extremidades, como pensam os pobres de espírito e dizem os demagogos...

A batalha já está iniciada!

Aqui já começou a nossa!

— E como somos parecidos com a França! Queira Deus que o destino nos resguarde de um fim semelhante, uma vez que não contamos com os recursos culturais, industriais e com as tradições da França.

* *

Passa a seguir o autor a estudar as possíveis linhas de ação do Exército da Europa Ocidental e aí é que vemos como somos afortunados e como o nosso problema é simples, em relação ao deles!

Como são diversas as contingências!

Travando uma batalha interna pela reconstrução moral, econômica e social do país, precisam os franceses tomar parte ativa em batalhas diplomáticas e na preparação das batalhas conseqüentes que

serão travadas, um dia, em seu território.

O deles já é problema!

O nosso ainda será um problema!...

* *

Após largos riscos sobre a estratégia, o autor desce violentemente para os problemas de recrutamento e instrução do Exército Francês, onde vamos acompanhá-lo.

Começa classificando o pessoal de toda organização militar moderna em:

- quadros
- especialistas de longa formação
- homens com uma qualificação de curta preparação
- homens comuns das unidades.

Tratando do recrutamento dos quadros, o Cel. Bloch inicia, recordando, a respeito, as qualidades do oficial na guerra e na paz, a frase de Foch, em 1919, sobre Gamelin

"Fazei dele um prefeito" e fizeram um generalíssimo.

A seguir e em continuação, trata das dificuldades que a França está tendo para recrutar seus oficiais, em virtude da falta de atenção que os poderes públicos têm tido para com as condições de vida dos oficiais do exército.

Tece aqui alguns comentários que reproduzimos para firmar conceitos.

A situação do oficial foi muito desvalorizada materialmente, atribuindo isto aos pequenos vencimentos que a Nação paga, o que, em consequência, afeta a qualidade de seus quadros.

Entre nós houve uma época que os candidatos às escolas militares eram 5 a 6 vezes mais que as vagas existentes; parece que de uns 6 anos para cá, os candidatos mal chegam para cobrir as vagas.

Realmente, a carreira das armas exige muito e oferece poucas oportunidades em relação às carreiras liberais. O fácil enriquecimento, na vida civil de após guerra, foi outro fator que influiu na dimi-

nulção do número de candidatos às nossas escolas militares.

Então, aqui, como na França, não pelas mesmas razões exatamente, o nível da qualidade dos candidatos às nossas escolas militares baixou com a diminuição da concorrência.

A seguir, o autor mostra outros males que afetaram a carreira dos militares na França, entre elas, a inviolabilidade do posto, a derrubada de leis que não permitiam as promoções arbitrárias e particularmente, o que foi mais grave, os nivelamentos por baixo.

A pensão de um Cavaleiro da Legião de Honra é, hoje, na França, de aproximadamente 135 cruzeiros!...

Queixa-se depois de que os militares não fizeram pressão sobre as autoridades para obterem melhorias materiais, como as outras classes de servidores o fizeram por meio de seus sindicatos...

Sem comentários...

Segue enumerando as desvantagens da carreira militar na França:

- não tem pagamento pelas horas suplementares de trabalho;
- sofre freqüentes transferências, o que constitui um grande prejuízo para os que possuem família;
- o nível de vida do oficial, depois de 14, baixou de tal forma que os vencimentos não revelam;
- o nível de vida do pai de família é miserável;
- perde muito tempo de aperfeiçoamento intelectual e militar nos afazeres domésticos, porque não pode descarregar todos sobre apenas a esposa.

E encerra, dizendo que o contraste entre os estudos exigidos e a mediocridade da situação oferecida explica a diminuição do número de candidatos às escolas militares.

E continua comentando a fuga dos técnicos para a vida civil e avança que só não o fará aquele que tiver uma longa tradição a

manter, ou for um santo, ou for um ingênuo.

O processo da chamada de oficiais da reserva, dando-lhes oportunidade de seguir a carreira, não deu resultados, uma vez que somente atendiam à chamada os indivíduos que não haviam conseguido vencer na vida civil.

Passa a falar do quadro de sargentos, do qual nos deixa uma impressão de verdadeira miséria; o número de engajamentos e de reengajamentos é cada vez menor, impossibilitando qualquer desejo de seleção.

Quanto aos especialistas, fala no que chama "valor comercial", que podemos estender aos nossos técnicos: o valor comercial de um mecânico é maior que o que o exército pode pagar.

Passa agora a comentar um problema que também conhecemos; a gratificação de especialista é uma necessidade. É preciso que, para manter um especialista no seu lugar, não tenhamos que prejudicá-lo, deixando de promovê-lo.

A seguir, embrenha-se o autor em detalhes da formação de pilotos e especialistas da aeronáutica, cuja atenção deixamos aos aviadores.

E termina:

— Considerando unicamente o estudo de nossas forças materiais, somos obrigados a reconhecer a nossa situação medíocre.

Não é esta uma razão para desesperar e admitir com um sorriso de descrença que nossa decadência militar é irremediável.

Vimos que reformas simples são suficientes para devolver à nossa máquina militar a sua eficácia perdida.

No domínio do pensamento militar, a reputação de um almirante Castex ultrapassou as nossas fronteiras, porém a guerra não é somente um jogo intelectual e as mais belas concepções espirituais só valem pela força das unidades encarregadas de executá-las. É esta força que desejamos encontrar, sem olhar a importância do esforço, nem as dificuldades a vencer, nem as limitações de nosso

país relativamente aos colossos do Antigo e Novo Mundo.

Sem negligenciar a obra de construção interior que pode fazer, um dia, da União Francesa um bloco sólido de mais de 100 milhões de habitantes, é necessário agora limitar nossas ambições a restabelecer uma potência mais modesta em relação ao estado político e económico da França contemporânea. Considerando estes limites, nossa força militar sómente pode desempenhar um papel importante associada a outras forças.

Da mesma forma que só se empresta aos ricos — dizemos — ninguém querera se associar a um companheiro incapaz de contribuir eficazmente na obra comum. Eis porque devemos evitar a ilusão da generosidade de qualquer tio da América.

“Ajuda-te que o Ceu te ajudará”, diz a velha máxima popular.

Por felicidade, resta da glória e de nossa força passadas, outra coisa que lembranças e mesmo que lições.

Encontramos todos durante nossas carreiras alguns desses chefes luminosos, muitas vezes tombados no combate, em torno do qual os homens se reúnem para seguir, de olhos fechados, através as piores tempestades.

Os homens, embora afastados, muitas vezes por certas propagandas do patriotismo entusiasta de 1914, bem que tendo conhecido a mobilização de setembro de 1939, a derrota de 1940, souberam reagir e retomar a luta como os de 1875.

Quanto a nossos meios materiais, os que visitaram a nossa sociedade de construções aeronáuticas sabem que dispõe de possibilidades em qualidade e quantidade e nossa indústria pesada continua uma das primeiras da Europa.

Que nos falta então?

Antes de tudo a fé em nos próprios, uma fé profunda, porém razoável, em nossas possibilidades.

“Não há fatalidade exterior, não há senão fatalidade interior” escreveu Saint-Exupéry.

Sigamos o exemplo do filósofo que experimentava o movimento marchando; será reconstruindo um verdadeiro exército que demonstraremos a sua existência e não por frases orgulhosas. Só venceremos se formos mais fortes. Para isto, é preciso a firme vontade de reconstruir nossas forças, não em muito tempo, mas já; comecemos, então — isto é de extrema urgência — porque os tempos agora não trabalham por nós e sim por medidas internas, visando o pleno emprego de nossos meios na busca de efeitos imediatos.

Desde que os primeiros resultados destas medidas apareçam, ficaremos com o direito de elevar a voz e de reclamar com força os meios indispensáveis: situação digna de um exército moderno e os créditos necessários ao seu funcionamento. Chegaremos aos paradoxais resultados de que um exército menos numeroso que o atual, dispondo de créditos pouco maiores, terá desde o tempo de paz, no território metropolitano, 12 divisões completas, no mínimo, o que não exige mais que 300.000 homens e um número de aviões bem superior ao previsto em nosso tímido plano quinquenal.

Os primeiros resultados obtidos terão por mérito encorajar nossos aliados a arriscar no solo francês capital humano e material importantes, com a certeza de garantir assim a manutenção de uma cabeça de ponte sólida, excluindo toda a crença em uma nova Dunkerque.

A solidez de nossas forças, tornando duvidosos os sucessos de uma guerra relâmpago e desencorajando a agressão, cujo perigo provém sobretudo de nossa fraqueza, animará nossos vizinhos do continente a se ligarem voluntários a nosso sistema tornado seguro, em lugar de se refugiarem, como a Bélgica, em 1936, sob uma vã neutralidade.

Segura do futuro, a França reencontrará seu equilíbrio e o espectro da guerra se afastará, como após 1875, por longo tempo talvez.

Numerosos são os espíritos que estimam com Churchill que o avanço atômico aliado nos assegura, por alguns anos ainda, uma segurança relativa. É preciso, durante este período, pagar corajosamente o preço da liberdade e fazer renascerem os exércitos franceses dignos deste nome.

Assim, salvando-nos, podemos preservar o mundo do conflito geral.

Queremos continuar livres?

Tal é a questão e a resposta não deve ser uma proclamação eloquente mas vã. Só um imenso esforço interno pode reconquistar tantos anos de um abandono cujas duras responsabilidades nossos poderes públicos, assim como nossas autoridades militares, carregam.

Este esforço, Churchill soube obter, nas vésperas de Dunkerque, de uma Inglaterra semelhante a

um velho barco, ao léu, na tempestade.

Antes dele, um Clemenceau tinha sabido virar a situação, quase desesperada da França, no fim do verão de 1917, para obter a vitória de 1918.

Porém, para obter semelhantes resultados, estes dois grandes homens de estado expuseram-se à repulsa pública. Quanto aos chefes militares, se elevam a voz para revelar ao país algumas verdades cuja nudez é objeto de escândalo, arriscam-se a cortar as suas carreiras quase no vértice.

Assim um Mitchell foi sacrificado, por ter proclamado muito cedo aos americanos as possibilidades dos bombardeios estratégicos.

Possam os nossos dirigentes se mostrar à altura da situação, capazes de vencer todos os obstáculos e desprezar as satisfações imediatas, para se impor à história.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms:

A RENOVACÃO — Magazim do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.

MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

DESTILARIA JUBUBA LTDA. — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.

UM POUCO SÔBRE A NOSSA CAVALARIA

Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA

A) SUA NECESSIDADE. HIPO. MOTO. MISSÕES



CAVALARIA, com a 2ª Guerra Mundial, parece haver presenciado a sua dança do cisne. Na velha e humanizada

Europa, o cavalo cedeu lugar ao motor de modo incontestável. Os exércitos nazistas e também os dos países aliados dela prescindiram. A velocidade considerável do motor de terra e dos motores de aviação, aliada à uma rede de estradas tecnicamente perfeita, a exigência, pelo menos previsível, de operações rápidas, que pusessem termo à luta sem maiores delongas; o desenvolvimento industrial em todos os ramos e setores da atividade humana, substituindo o trabalho do homem e do animal pelo da máquina; a diminuição dos rebanhos — o equino — em particular, e a quase impossibilidade de importação; tudo isso, talvez somado ainda a causas outras, motivaram o banimento da cavalaria hipo dos exércitos europeus, exceção feita do Exército Russo — um exército à parte — todo especial.

Entretanto, subsistiram as missões destinadas à "arma ligeira". Apenas trocou-se-lhe o cavalo pelo motor. Transformou-se, em parte, a técnica do combate. Mas, o essencial, as "Missões", essas não desapareceram. Ao seu cumprimento entregam-se os cavaleiros mecanizados de hoje, em tudo semelhantes aos seus antecessores dos tempos da lança e da espada.

Fazendo girar o mapa, vislumbramos a América do Sul, com seus povos, seus problemas, sua civilização, suas lutas, seus exér-

citos; — sem indústria pesada capaz de fabricar motores; sem petróleo de fato, exceção feita à Venezuela, em quantidade suficiente para as suas necessidades pacíficas; vivendo da importação, mais que da exportação; agri-cultando e pastorejando imensos rebanhos; sofrendo as consequências das distâncias invencíveis, comunicações e transportes difíceis, só atenuados, em parte, no momento, pelo emprêgo do avião.

Nesse quadro situa-se, à vontade, o Brasil, que bem pode sintetizar o continente americano do Sul. Sobre os demais países, em que pese talvez opiniões abalizadas em contrário, só pode alardear possibilidades futuras. Incontestavelmente, ninguém lhe leva a palma, talvez no mundo. Bem dizia o escritor-poeta: "Brasil, país do futuro".

Tudo isso nos conduz à seguinte meditação: devem e podem os exércitos sul-americanos abandonar já a sua cavalaria hipomóvel? — Devem e podem entregar-se à motorização integral de seus elementos de combate?

Julgamos a motorização indispensável nos exércitos modernos. Mas, em termos nacionais, temos as nossas restrições... Um exército é algo muito dispendioso aos cofres públicos, é um organismo em evolução constante e que consome boa dose das energias da Nação. Naturalmente ele é necessário. Tão necessário, que as nações, desde às mais ricas às mais pobres, das maiores às menores, dele não podem prescindir. São os exércitos (forças armadas) um dos

elementos indispensáveis à manutenção da soberania nacional.

Em país como o nosso, cujo desenvolvimento industrial ainda não possibilita sequer a simples manutenção das viaturas a motor, não podemos raciocinar objetivamente, nem fazer grandes previsões, à base de rodas ou de lagartas. Outro argumento ponderável, e muito atual, é o concernente ao combustível. Quem fala em combustível, diz logo petróleo. Bem sabemos a situação do Brasil neste particular. Na melhor das hipóteses, e com optimismo, poderemos dizer, que apenas talvez já tenhamos à vista o incio da solução desse tão magno problema nacional. Diga-se também de passagem que, no momento, o consumo mundial tem aumentado consideravelmente (uma das causas é a própria motorização intensiva e extensiva) e a produção, embora também crescente, não satisfaz plenamente às necessidades. Já se nota, em vários países, a preocupação do racionamento do petróleo. E os nossos principais fornecedores estão aqui incluídos.

Outro fator de peso e que absolutamente não podemos deixar à margem, nestas modestas considerações, é o sistema rodoviário. A literatura da última guerra (para limitarmos os argumentos), quando trata da luta motorizada, da guerra relâmpago, etc., impressiona particularmente ao leitor, ao fazer referência às estradas (ótimas, no mínimo boas!) de que tanto necessita esse gênero de guerra. Em país vastíssimo e de poucos recursos rodoviários, o assunto dá que pensar...

Acrescente-se a tudo isso o ambiente sul-americano, com suas vastidões territoriais, a sua quase nula capacidade industrial e o relativo equilíbrio no que diz respeito às possibilidades atuais de motorização entre os seus principais países.

Naturalmente, temos necessidade de tratar da motorização, no Exército. Aliás, muito já se tem feito nesse particular. Precisamos de um núcleo de elementos humanos

capazes e que, em tempo oportuno, servirão de base a um natural desenvolvimento, promovendo a necessária multiplicação de pessoal competente. No que diz respeito ao material, enquanto não possuímos um parque industrial capaz de produzi-lo, devemos contentarnos com pouca coisa. De fato. Importámo-lo todo. Acresce a circunstância, desalentadora, de que a evolução do material moto é constante e quase que diária, pelo menos neste longo e intranquilo período de pós e pré guerra. O que ontem era último modelo, noventa dias depois é já obsoleto. Consequentemente, os países desejosos de possuir unidades moto, deveriam importá-lo constantemente. Entretanto, aqueles que tivessem a veleidade de assim proceder iriam à falência.

Por outro lado, a conservação de um determinado tipo, já em desuso nos países fabricantes, acarretaria a impossibilidade de reposição de peças, manutenção, etc. Por isso, dissemos acima, devemos contentarnos com pouco material, porém moderno. Nossa Escola de Moto, se ampliada, poderá constituir magnífico núcleo de formação de técnicos e especialistas, para a reserva, além do auxílio natural que a formação de tais elementos prestará à motorização civil e à própria indústria. E ainda mais, seria o elemento fomentador da tão necessária mentalidade reclamada pelo país para ascender ao planalto da motomecanização generalizada.

Examinemos o outro lado da medalha. Temos a impressão de que, antes de 20 ou 30 anos, o panorama não sofrerá modificações de vulto. O exército sul-americano que não possuir a sua Cavalaria Mecanizada, por certo não poderá prescindir de suas unidades hípo, sempre que se tiver em consideração, está claro, uma possível conflagração, nesta parte da chamada "área atrasada do hemisfério". Mesmo que possa contar com fortes elementos moto, quer produzidos no próprio país, quer importados. Na mais favorável das

hipóteses, que é a da produção de material moto, mesmo assim, tendo em vista os efetivos, a vastidão dos teatros da luta, a inexistência de razoável rede rodoviária, o clima do ponto de vista pluviual, principalmente nos países do sul, mesmo nesta hipótese, repetimos, a cavalaria hipo terá justificada a sua presença, como elemento componente de uma cavalaria mista. As suas missões aí estão: seja buscando os flancos ou a retaguarda inimiga, cortando suas comunicações; seja efetuando incursões de surpresa, realizando longos movimentos; seja finalmente aproveitando o êxito, em caso de rupturas das frentes principais. Além disso, se descambarmos para a "guerrilha"... bem, aí teríamos assunto para muitos capítulos.

De outro lado, fácil é verificarmos que os principais países da América do Sul, têm meios mais do que suficientes para possuírem excelente cavalaria. Matéria-prima de primeira e elemento humano capaz. A Argentina, cuja cavalaria tivemos oportunidade de estudar em particular, principalmente através da excelente obra "A Cavalaria na Era da Mecanização" de autoria do renomado escritor militar — Ten.-Cel. José Maria Menendez, autor também do "Plano de Guerra", a Argentina, dizíamos, tem sua cavalaria hipo em muito boas condições. Possui, em realidade, algumas unidades moto, mas julgo que em condições semelhantes às nossas... O autor citado é apologista da manutenção da Cavalaria hipo. Chega mesmo a declarar que a própria Alemanha, no último conflito, pagou caro o ter abandonado os seus velhos regimentos. É ainda do mesmo autor, ao que se saiba, a idéia, hoje posta em prática no país vizinho, da retirada da cavalaria das guarnições fronteiriças. Concentrada mais à retaguarda, constitui excelente massa de manobra, ao invés de se deixar destruir, inapelavelmente, aos primeiros 40 dias de luta, antepondo-se às invasões em força.

A cavalaria brasileira, no momento, precisa de uma profissão de fé. Ou acreditamos nela e dotamo-la de capacidade de ação, ou riscamo-la do mapa dos efetivos do Exército Brasileiro, como ineficaz e anti-econômica.

De fato. A cavalaria atual — é duro dizê-lo — não cumpre missão alguma. Antes de qualquer referência à sua situação material, vejamos, em poucas palavras a crise moral em que se debate. A última guerra trouxe consigo a motorização em larga escala. Na Europa, não houve lugar para o cavalo. Na ânsia de auferir conhecimentos e demonstrá-los, não foram poucos, mesmo na própria arma, os menos avisados, que decretaram a sua falência. Impossível! O cavalo não tem velocidade condizente com a nova guerra. O tanque e o Stuka tudo levam de roldão. A era da Cavalaria acabou definitivamente. Entretanto, isso tudo não passava de julgamento apressado, sem base em fatos. Simples comunicados de guerra, não raro falseando totalmente a verdade, deram causa a grandes e inspirados artigos, em que se dizia, sem mais preâmbulos, que a cavalaria era arma do passado. Até mesmo nas conversas em família, ouviamos ingênuas vozes, sepultando a velha arma de Osório. As gerações formadas então, e aquelas que passavam pela Escola Militar das Agulhas Negras, só raciocinavam em termos de "jeep". Boa parte dos mais antigos, dos velhos oficiais, foram aos poucos sendo vítimas de contágio. Alguns, por preguiça e apatia intelectual, não se deram ao trabalho de atentar à realidade. Outros, por comodismo, aceitaram os fatos consumados. Poucos, muito poucos, falamos francamente, reagiram, tratando de auscultar o ambiente e tentando uma definição. Mesmo os altos círculos, responsáveis pela direção, não escondiam o ceticismo que os dominava. E a cavalaria foi passando para um plano inferior, sendo esquecida, tratada quase como um moribundo ilustre

e cheio de serviços, a quem se prestam as últimas e afetuosas homenagens, certo de que sucumbirá em breve, que não amanhecerá o dia seguinte...

Seus "quadros", por coincidência ou não, desde à época da última guerra, começaram a marcar passo nas promoções, de maneira assustadora. Que se poderá esperar, ou mesmo exigir, de capitães de cerca de 40 anos e maiores de 45!! Entretanto, quando arregimentados e entregues não só às fainas diárias, como aos exercícios de longa duração, às marchas noturnas, etc., deverão demonstrar mais do que a simples resignação do cumprimento do dever. É imperioso que possuam entusiasmo, vigor, energia e bom humor contagiante, para que suas tropas sintam mais o seu exemplo que suas próprias ordens e decisões.

Finalmente, a crise moral é condicionada também às necessidades materiais. Um episódio, entre muitos, e que infelizmente se repete quase todos os anos, ilustra melhor o que dizemos. Trata-se da falta de forragem (milho em particular). Ora, não é admissível que tal aconteça, a menos que concorram fatores excepcionais. Há órgão planejador e executor. Sabe-se das necessidades. Conhece-se a produção do país e deve-se estar inteirado de como decorrem as culturas. Também não se ignoram as dificuldades de transportes e as longas distâncias a vencer. Entretanto, parece que nada disso é levado em consideração. Em determinadas ocasiões, a já escassa "ração de milho" falta totalmente. A cavallhada é conduzida às invernadas e lá, em 20 ou 30 dias, emagrece. Eis que chega o milho. Retornam os cavalos às baias e toca a cuidá-los carinhosa e extremamente, para que recuperem a forma antiga. Ao cabo de 3 ou 4 meses, eis-os de novo em bom estado. Os trabalhos foram compensados. Um rádio em papel amarelo chega, num belo dia e anuncia a diminuição da forragem, novamente, como medida de precaução ou de

economia. É o primeiro aviso. Uma ou duas semanas depois os cavalos voltam aos pastos, emagrecem, ficam peludos e feios, e alguns morrem. Suspende-se a instrução equestre. Não há moral, por mais elevada que seja, que se não abata diante da repetição dessa história...

B). INSTRUÇÃO

A base da instrução, na Cavalaria, é a instrução a cavalo, mesmo no Rio Grande do Sul. Não se pense que se terá Cavalaria capaz, se a sua instrução equestre e serviço em campanha, não forem desenvolvidos ao máximo. Qualquer que seja a missão a cumprir, terá a Cavalaria de realizar grandes deslocamentos. E estes só poderão resultar coroados de êxito, se a tropa estiver preparadíssima. Habituada aos grandes deslocamentos, principalmente noturnos. Todos nós sabemos que, para atingir tal ponto, é preciso marchar e marchar. Qualquer programa de instrução de um Regimento, para um período completo, deverá consignar, a partir do 3º mês de instrução, no mínimo, uma jornada de marcha normal de 40 a 60 km. Nos últimos três meses, a unidade deverá fazer 1 ou 2 marchas de 250 a 300 km, seguidas de um exercício de combate de 48 horas. Para conseguir esse objetivo, é indispensável que a instrução a cavalo seja quase que diária (duração de 2 a 3 horas). Só assim se poderá ter cavaleiros capazes e cavalos com o "lombo feito", como se diz na gíria, isto é, com "lombo" em condições de suportar maiores esforços. Fora disso, tudo o mais é improvisação.

Outro ramo importante é o da instrução de combate. Também este precisa de cuidados especiais. Devemos entrar real e resolutamente nesse terreno da formação do cavaleiro a pé e das unidades. Precisamos, pois, sair dos eternos exercícios de maneabilidade que só terminam quando, numa inspeção, demonstramos ao Chefe um exercício de combate, en-

saiado na véspera, muito às pressas. Talvez seja interessante que as GG.UU, em suas diretrizes, determinassem, claramente, o número de marchas e exercícios de combate a realizar durante o ano, marcando-lhes mesmo, os percursos e as datas. Isso constituiria objetivos a atingir, no tempo, e que preocupariam os Cmts. de unidades desde o 1º dia de instrução. Os demais ramos de instrução são sub-parcelas da soma final:

Marcha + Combate = Cavalaria

Os atuais programas padrões (PP) não podem, em absoluto, ser cumpridos pelas unidades de Cavalaria. Servirão de guia, não há menor dúvida. Basta, para tanto, que se atente para o número de horas de instrução a cavalo. Para o período de adaptação (14 semanas), somente 10 horas são destinadas à instrução equestre. Ora, isso não só é insignificante, nesse período de "aquisição da confiança" (em que o homem deve ter contato diário com sua montada), como também é supinamente prejudicial aos cavalos. Vejamos: 10 (dez) horas constitui praticamente 1 (um) dia de instrução; restariam do período (4 semanas) 29 dias em que os cavalos não seriam montados, o que é inadmissível sob todos os aspectos. Na mais vantajosa repartição de tempo (digamos que houvesse duas sessões de 2 horas e duas outras de 3 horas, com intervalo de 2 ou 3 dias entre as sessões), mesmo assim as desvantagens seriam enormes, pois de qualquer modo os homens montariam muito pouco e os cavalos seriam pouco trabalhados.

Ainda do ponto de vista instrucional, precisamos tornar a instrução o mais objetiva possível. Nada de assuntos para "programas". Exemplo: o PP prevê "leitura de carta" para cabos. Ora, nossos cabos são semi-analfabetos, infelizmente. Jamais nos ocorrerá que, antes de 10 ou 15 anos, tenhamos cabos em condições de empregar a carta. Não

percamos tempo com tais assuntos. O de que precisam os graduados de cavalaria é que sejam ótimos executantes de toda a instrução individual. Sirvam de guias aos seus homens e auxiliem o seu Tenente no comando da unidade elementar. Excelentes cavaleiros e bons conhecedores do serviço em campanha. Nada mais!

C). REMONTA

Infelizmente, o assunto "Remonta", ainda constitui problema não resolvido no país. Vivemos, até hoje, às apalpadelas e não temos ainda o que se deveria chamar o "cavalo militar". Isso jamais aconteceria, se há 20 ou 30 anos atrás houvésssemos traçado um plano racional de criação de cavalo e obtenção de um tipo que satisfizesse às nossas aspirações e necessidades. A Argentina entregou-se afanosamente a tal desiderato e o atingiu. Foi mais longe ainda. Hoje ela apresenta, em suas exposições "ganaderas", tipos de cavalos de sela para oficial, para praça, para tiro, para tração, para Polo, etc. Sua direção geral de Remonta incentiva ainda, ao máximo, o desenvolvimento eqüino sob os mais variados aspectos.

No Brasil, até agora, ou até há bem pouco tempo, a preocupação principal era a criação do "puro" sangue inglês, com vistas aos altos preços nos leilões do Rio de Janeiro. Não houve seleção, fomento ou propagnada da necessidade da criação de um tipo à base de "ventres" "adrede" preparados. Não executava ou não executava — a Remonta — uma distribuição racional de seus reprodutores, tendo em vista as zonas de criação, pois é sabido que, no Rio Grande, há várias regiões que se não prestam ao desenvolvimento eqüino. A preocupação de concorrer no mercado carioca, com seus produtos de 2 anos, não encontra justificativa, pois, à Remonta cabe papel definido em lei, em regulamentos e dispõe de verbas para tanto; além do mais, não se justifica a pretensão de querer

Incrementar a criação do "puro sangue de corrida", de vez que seus reprodutores, e consequentemente seus produtos, não podem competir (os leilões e os cronômetros o atestam) com os congêneres civis do Rio de Janeiro e São Paulo, que se encontram em nível bem mais elevado.

Outro fator importante é a questão do mercado. Os fazendeiros do Rio Grande têm amargas queixas nesse particular. Seria fácil à Remonta o planejamento e a execução das "compras anuais", difundindo com bastante antecedência as suas necessidades e as regiões a serem percorridas, preços, tipos, etc. Considerando a existência de 20 Regimentos de Cavalaria, mais 6 ou 8 Grupos de Art., as Escolas, Contingentes, etc., teríamos necessidade de 20.000 cavalos, em números redondos. Estimamos, grosso modo, entre 5 a 10% as perdas anuais. Decorre disso que teríamos de adquirir, anualmente, de 1.000 a 2.000 cavalos. Não consultei as estatísticas, mas julgo que tais dados não estão muito longe da realidade. Ora, de posse dos números, não seria difícil um plano de compras. Outro assunto a considerar é a questão do preço. Está sobejamente provado, e é do conhecimento de toda a gente, que o cavalo é animal bem mais caro que o boi. Dispensamo-nos aqui da competente comprovação, de vez que tal assertiva é já ponto pacífico. Consequentemente, é preciso que os preços sejam compensadores, estimulantes. Neste particular, um detalhe interessante, e de grande importância, é a nomeação das comissões de compra. Devem ser integradas por oficiais conhecedores profundos do assunto e da região a percorrer. Mais ainda, devem ter muito tato e conhecimento do homem com quem vão lidar — o fazendeiro. Da falta de tato e do conhecimento resultam atritos desagradáveis, incompreensões e aborrecimento que, não raro, levam muitos fazendeiros ao abandono de sua criação de cavalos. Resulta também o descré-

dito e grande prejuízo para a Nação, com diminuição de seu rebanho eqüino.

Discute-se, até hoje, que tipo de cavalo devemos adotar. Sem que desejamos penetrar seara alheia, imbuídos unicamente do desejo da agitação do problema, certos de que, daí, surgirá uma solução, atravesmo-nos a uma sugestão. Preliminarmente, devemos dizer que há forte corrente em apoio ao cavalo crioulo. Não a engrossamos. Isso porque temos fortes restrições com relação ao crioulo. Indiscutivelmente é ele sóbrio, resistente e perfeitamente adaptado no meio. Mas, o seu porte é acanhado. Sabemos que massa significa força.

Não resta dúvida que um trabalho metódico, constante e à longo prazo, elevaria o tipo do crioulo atual. Mas, quanto tempo isso demandará? Poderemos esperar? Neste ponto, repito aqui as palavras do Exmo. Sr. General Juarez Távora, relativamente ao petróleo: "precisamos petróleo em quantidade suficiente para fazermos uma campanha — hoje; se não puder ser hoje — amanhã ou depois de amanhã. Com capital nacional ou estrangeiro, não importa! Temos é pressa". Bem, onde se diz petróleo, aqui, digamos cavalo. Voltando ao cavalo crioulo: a sua capacidade de resistência ainda não foi posta à prova de maneira inforsismável. Nas "estâncias", de fato, não se lhe dá forragem, mas em compensação duas, três ou mais tropilhas se sucedem, ou melhor se revezam, nos trabalhos mais pesados. Uma semana, ou quanto muito uma quinzena, não é tempo suficiente para se ajuizar das suas possibilidades. De outro lado, não podemos comparar a "gordura" de campo com a de "estrebria". Esta é mais sólida, ou que outro termo tenha em linguagem técnica, o que significa constituir reserva mais duradoura, em caso de absoluta falta ou escassez de forragem.

Se voltarmos os olhos para o passado e desejarmos argumentar com as campanhas platinas (in-

cluindo aqui a guerra do Paraguai) e com as revoluções gaúchas, vemos que, de fato, elas se travaram, em sua maior parte, no lombo do crioulo. Mas, em que condições? Todas elas muito irregulares (se é que se poderá taxar alguma guerra de regular) sob todos os aspectos que se as encare. Mesmo assim, vimos um Caxias plantando forragem para ressuscitar cadáveres de 4 (quatro) patas que diziam cavalos. De outro passo, em algumas dessas campanhas, havia abundância de animais e a remonta das tropas era fácil.

Isso sobretudo se verificava nas revoluções, onde os efetivos eram relativamente pequenos, permitindo mesmo um certo luxo no dobramento dos meios. Ignoro se cavalaria houve que tenha durado em um TO, sem forragem de grão (milho ou aveia). Tenho, para mim, no entanto, que tal não será possível.

Também a questão do porte influi na andadura — na amplitude da andadura — e esta na velocidade. Parece-me que nossa cavalaria precisa aumentar a sua velocidade de 6 para 8 km horários para as GG UU. O cavalo crioulo é pequeno e seu passo não rende.

Atendendo a tudo isso, sugerimos:

a) Selecionar os ventres, de preferência crioulos, a fim de diminuir o grande número de inaproveitáveis, dada a urgência que o problema reclama;

b) Selecionar os reprodutores ingleses, escolhendo os de tipo médio, bem conformados, dorso normal — em uma palavra — escolhendo os que, de fato, preenchem as condições de sela e levando em consideração, principalmente, a adaptação. Só utilizar, então, como reprodutores, os filhos de nacionais, no mínimo. O ideal seria que se utilizassem somente os nacionais de 3ª ou 4ª geração.

A Remonta não faz isso, não cria reprodutores para ela, mas sim para leilão. Não tem em vista

o cavalo de sela, mas o de corrida. Aos fazendeiros distribui, de par com alguns bons animais, número bem grande de reprodutores estrangeiros, em geral vindos dos hipódromos argentinos, após terem sido "dopados" e naturalmente vendidos por baixo preço, como refugos ou cousa parecida, jamais adquiridos como tipos de animais de sela;

c) Aproveitar ao máximo o material já existente, isto é, tomando como estaca zero as éguas crioulas, após selecionadas e os melhores reprodutores, que satisfaçam às condições de sela, desfazendo-os dos demais como anti-econômicos;

d) Estimular ao máximo o criador, considerando o lado econômico do problema, de par com as necessidades da defesa nacional;

e) Desenvolver também, ainda que em menor escala, a criação equina nos Estados de S. Catarina, Paraná, S. Paulo e Mato Grosso.

Isto posto, temos a impressão que, num prazo de 10 anos, os primeiros resultados surgiriam alentadores.

Quanto aos animais de tração, o problema também merece cuidados especiais. Parece que o meio sangue Bretão-Postier resolve satisfatoriamente a questão. Mais sóbrio, muito resistente e de adaptação mais fácil.

Aqui neste capítulo da Remonta, cabe ainda uma observação interessante. Ao nos referirmos ao cavalo crioulo e seus adeptos, argumentamos que não nos parece possível que os cavalos, qualquer que seja o seu tipo ou sua raça, façam campanha sem forragem de grão. O pasto verde, o simples pasto, em que pese às qualidades nutritivas das pastagens de certas regiões da campanha gaúcha, não é suficiente, por si só, para manter uma cavalaria em condições. Isso é tão verdade que não merece mais demonstrações. Também é verdade que a pastagem entrará como elemento componente de ração de guerra, substituindo mesmo a alfafa que, devido ao seu volume, não pode ser transportada facilmente.

Torna-se, pois, indispensável, o milho, ou mesmo a aveia em grão. Sem essa forragem, não acreditamos nas possibilidades da Cavalaria. Forragem mais condensada, o seu transporte já não será tão difícil assim. É bem verdade, todavia, que deverá ser estocado em locais previamente escolhidos e em quantidades suficientes para as operações que se tenha em vista, no tempo. Acreditamos na necessidade imperiosa e inadiável da motorização do TTCC da Cavalaria. Mesmo assim, entretanto, devemos prever e estudar, e, se possível, exercitar, o abastecimento aéreo da GU de Cavalaria. Já na guerra de 1914/18, em Uskub, a cavalaria francesa utilizava o transporte aéreo para suprir-se de cravos e ferraduras, em momento crítico e em terreno de montanha.

No tocante à forragem, deve caber ainda à Dir. de Remonta, um papel importante. Diz o Ten.-Cel. Menendez, em seu livro já citado, que o problema da forragem e o seu transporte constituía um pesadelo para os chefes de Cavalaria. E anuncia vitorioso que, agora, já o assunto está perfeitamente resolvido e de maneira admirável: haviam os argentinos chegado à forragem "sintética". Acrescenta mais que poderão os cavalos alimentar-se por período relativamente longo e que o seu transporte é fácil. Naturalmente não entra em detalhes. O assunto parece-me apaixonante e penso que nossa Remonta devia chamar a si a questão.

Como assunto correlato, podemos falar aqui da Motorização dos T.C. É uma necessidade. As viaturas hipomóveis dificilmente acompanham a Cavalaria. São frágeis e de pouca tonelagem. Podemos substituir, praticamente, cada 4 viaturas hipo por u'a moto. E se considerarmos a possibilidade da realização de duas ou mesmo três viagens de uma viatura, no decorrer de uma só jornada (40 a 50 km), poderíamos concluir, sem grande erro, que uma viatura moto vale por 8 hipo. Consequentemente, seu número, por Regimento,

seria pequeno. Fácil portanto de manter e conservar em bom estado. Em casos excepcionais, é que lançaríamos mão de viaturas hipo ou até mesmo de cargueiros, isso se o abastecimento aéreo não fôsse possível.

D) EQUIPAMENTO, ARREIAMENTO E FARDAMENTO

Este capítulo é dos mais importantes, no momento. Está estreitamente ligado à velocidade da arma. Consequentemente, ao seu emprego. Acharmos que uma D.C. pode desenvolver 7 km por hora, normalmente. Em caso de necessidade, até 10 km. As pequenas unidades poderão desenvolver maior velocidade de marcha, digamos 8 km, também em marcha normal. Para tanto, é necessário mudar-lhe, em particular, o arreamento. Várias tentativas tem sido feitas nesse sentido. Todas elas, infelizmente, votadas ao fracasso. A última de que temos notícia e na qual, aliás, colaboramos, foi realizada em 1941, pelo então Inspetor de Cavalaria, Gen. José Pessoa.

Temos mais de 20 anos de serviço na Cavalaria. Desde essa época, para não irmos mais longe, ouvimos dizer, por "gregos e troianos", que o atual arreamento da cavalaria não satisfaz as condições mínimas exigíveis de um arreamento. E ainda mais, temos comprovada a veracidade dessa informação, através de mais de 4.000 km. de marchas em todos os terrenos e em todas as estações do ano e com tropa cujo grau de instrução variou desde o recruta bisonho e descendente de alemães até o gaúcho genuíno, com 3 ou mais anos de caserna. Indiscutivelmente, o arreamento não satisfaz. Apresentamos a seguir, os principais defeitos:

1) Sela: é pesada demais e confeccionada com material de 2ª qualidade, particularmente no que se refere aos metais. Bem sabemos que o arço do cepilho é muito pouco resistente; rompe-se facilmente com pouco tempo de uso e acarreta os sérios feri-

mentos de "garrote", não raro incuráveis;

2) *Manta de pano alvadio*: Consideramos uma peça criminosa. É inadmissível que ainda esteja em uso. Essa manta, por maiores que sejam os cuidados, a odorá-la e ao ensilhar, apresenta sempre rugas que são causa comum de ferimentos de "lombo". Além do mais, amoldando-se à sela, não propicia uma distribuição uniforme do peso em toda a superfície de contato. Finalmente, não estando até hoje resolvido o problema da *cama do soldado*, é a manta utilizada como tal. Resultado: fica em contacto com o solo, enche-se de sujeira e, ao ensilhar, por mais que se a sacuda, se é que se a sacode, leva consigo os detritos suficientes para ferir o lombo do cavalo. Considere-se também, do ponto de vista higiênico, a *bela cama que desfruta o soldado*, após fatigante marcha, em que o cavalo suou até encharcá-la totalmente...;

3) *Loros, rédeas, etc.*: São de muito pouca resistência. Absolutamente não se prestam ao serviço em campanha, por sua natureza violenta.

Para não entrarmos em maiores detalhes sobre o assunto, vamos apresentar sugestões a respeito. Algumas delas já foram postas em prática, quando da apresentação de um "tipo de arreiaimento" solicitado ao 6º R.C., em 1942, de cuja tarefa fomos encarregados, juntamente com o então 1º Tenente Vet. Osvaldo Castro.

Preliminarmente, achamos que o arreiaimento e o equipamento devem ser reduzidos ao mínimo. Não vemos porque conduzir ainda uma barraca, pau de barraca e estacas. Isso é material que se e quando necessário, deverá ser conduzido em viatura auto. Só aí teremos aliviado de muito a carga de nosso cavalo. Em casos excepcionais, poderiam as barracas ser conduzidas em cargueiros (talvez 1 por Pel.). Também o saco de distribuição não deve ser conduzido no cavalo. Basta que o homem tenha consigo dois pares

de meias e um calção (culote), conduzidos, aqueles na bolsa de frente e este na própria sela, de baixo do pelego. A própria ferramenta de sapa pode ser conduzida em cargueiros. Isso acarretará o aumento de mais um ou dois cavalos por Pelotão, mas, em compensação, *aliviará de muito os outros 40 cavalos*. Em período de operações ativas, a cavalaria não necessitará de barracas, pois ou estará marchando ou combatendo. As marchas, *vis-de-regra*, serão à noite, consequentemente o "bivaque" diurno será a forma normal de estacionamento. Entretanto, quando as circunstâncias o permitirem ou em período de calma ou de recuperação, aí então usará a barraca, se não for possível acantonar.

Então, na sela, de um lado, irá somente o alforge para o milho, de outro lado a bolsa de ferradura e a espada. O mosquetão à tiracolo. À frente, duas sacolas ou bolsas de frente, com material de limpeza do homem e do cavalo e munição. Atrás, somente a mala de poncho com o capote e nada mais. Se pesarmos tudo, veremos que alguns quilos foram diminuídos em benefício do cavalo, do próprio homem e da velocidade da cavalaria.

Partindo dessa considerações preliminares, apresentamos as seguintes sugestões sobre o assunto:

a) *"Xergão" de lã e carona de sola*: Semelhantes ou iguais mesmo aos usados pelo "gaúcho". A "carona" será a peça principal pela dupla finalidade que cumprirá: proteger o dorso do animal e propiciar razoável cama para o soldado em campanha. De fato, a carona possibilita perfeita e equilibrada distribuição do peso sobre o dorso do cavalo. Sua superfície é lisa, sem rugosidades. Protege ainda a própria sela contra o suor. Sua confecção é fácil e barata. Também o "xergão" é de baixo preço.

b) *Sela*: tipo Bidal e atualmente confeccionada pelo E.M.I. É mais leve e o material empregado é de melhor qualidade.

c) *Pelego*: para ser usado somente em campanha. Servirá não só para tornar mais cómodos os grandes deslocamentos, como servirá também, com a "carona", para constituir a cama do soldado. Naturalmente não será um pelego muito grande e de muita lã. Um tipo médio em tamanho e comprimento de lã. Fácil aquisição e preço relativamente barato. Se levarmos em consideração o seu longo tempo de duração.

d) *Buçal com rédea*: de couro cru. Forte, resistente e barato. Sua duração é longa, quando bem *sovado* e tratado com óleo de peixe. Para ser usado somente em campanha.

e) *Alforge, bolsa de ferradura e porta espada*: conservar os atuais. Apenas o Alforge seria colocado do lado esquerdo, passando então a bolsa de ferradura e a espada para o lado direito.

f) *Sacolas ou bolsas de frente*: conservar as atuais, bem como o balde e o bernal de ração e a marmita.

g) *Rédeas, cabeçada, sobressilha, peitoral com gamarra e loros*: tudo de lona v.o. São de maior durabilidade que os atuais de sola, sua apresentação é boa e a conservação mais fácil. O preço é também inferior aos atuais.

h) *Estribos e freios*: conservar os atuais, porém exigindo-se melhor matéria-prima em sua fabricação ou maior esmero nesta.

i) *Capote*: Impermeável, emalado sobre a patilha, pôde-se adotar a "mala de poncho" do gaúcho.

j) *Cobertor de lã*: dobrado, debaixo do pelego.

Al estão, de modo geral, as alterações propostas. Naturalmente serão necessários estudos mais minuciosos, para acertar detalhes.

Queremos acrescentar, aqui, que o tipo proposto presta-se à instrução comum, ao serviço em campanha e às formaturas, paradas, etc.

Com relação ao fardamento, há ainda duas peças essenciais e que não estão perfeitamente definidas: uma é o capote e a outra a bota ou cano de bota. Quanto à pri-

meira, não vemos o motivo de não termos ainda, em uso no Exército, um excelente capote, a um tempo impermeável e que proteja contra os rigores do frio. Tal peça, bem comprida e rodada, para a Cavalaria, cremos que resolveria o assunto. Pois além de proteger o soldado, quer a pé, quer montado, protegeria ainda a sua sela, quando a cavalo.

A outra peça, parece-nos que a solução mais acertada será o uso do "Combat Booth", de couro, comprado, conforme o modelo já posto em experiência no R. A. N.

Tudo quanto aí se preconiza ou deseja é fabricado no país e com matéria-prima nacional. Parece-nos, portanto, que seria o caso de pôrmos em prática, à título de experimentação, pelo espaço de um ano, Arreariamos e equipariamos quatro Esquadrões, em unidades diferentes e submeteríamos o material a um teste definitivo, em que constasse obrigatoriamente, pelo mínimo, uma longa marcha, de cerca de 300 km.

E) EFETIVOS

O atual sistema de incorporação (dupla nos anos pares e simples nos ímpares), se, de um lado, veio resolver um problema capital, qual o de evitar que, em determinada Região Militar, todas as unidades, ao mesmo tempo, só possuissem recrutas durante um período relativamente longo, de outro, pelo menos no que toca à Cavalaria veio tornar ainda mais crítica a situação dessa arma. De frato. As unidades de Cavalaria são ternárias, isto é, o seu elementos básico — os Esqs. de Fuzileiros — são em número de três, nos Regimentos. Mais um Esq. de Comando e Serviços e um outro de Petrechos e eis o Regimento. Ora, pelo atual sistema de incorporação o Regimento permanece sem o efetivo de 1 Esq. de Fuzileiros. Isso redundando, em linguagem clara, em reduzir a dois o número de Esqs. de Fuzileiros. De janeiro a setembro de um ano par, teremos o Regimento constituído de 1 Esq. de Fuzileiros (re-

crutas), 50% do Esq. de Comando e Serviço e 50% do Esq. de Petrechos. Como se vê, durante os primeiros 8 meses de um ano par, a situação não é crítica — é essencialmente aterradora. Só nos resta desejar que a guerra tenha início em ano ímpar. Vejamos o prosseguimento.

Em setembro (ainda daquele ano par) incorpora-se mais 1 Esq. de Fuzs. e completamos os dois outros Esqs. — o de Comando e o de Petrechos. Teremos um Regimento? Ainda não! Nem mesmo 1 ala, pois, enquanto 1 Esq. é constituído de praças prontas, o outro o é de recrutas. Logo depois, em dezembro, são licenciados os incorporados em janeiro. Volve o Regimento a ter, em suas fileiras, somente 1 Esq. de Fuzs. e 50% dos Esqs. de Comando, Serviços e Petrechos. E assim sucessivamente. Os inconvenientes de um tal processo são inúmeros e enormes. Antes de mais nada, a instrução fica prejudicadíssima, pois bem sabemos que o número de homens destinados aos serviços gerais e especiais é muito grande. Acrescente-se os baixados, os dispensados, etc., e teremos uma idêla do assunto, de vez que os efetivos são reduzidíssimos. Por outro lado, cria-se também o problema da manutenção da Cavalaria das subunidades que não tem efetivos, ou os tem reduzidos. Considerando a impossibilidade de improvisação de uma Cavalaria, cumpre tomar uma providência a respeito. Parece-nos que, no tocante a essa arma, o problema seria resolvido se tivéssemos uma incorporação única, em abril, e aumentássemos o efetivo do Regimento para 3 ou 4 Esquadrões de Fuzileiros. A julgar pelo clima do Sul da América e o estado atual de suas comunicações, temos a impressão que nenhum país iniciaria uma guerra entre maio e setembro.

Na hipótese, entretanto, de que tal aconteça, tanto faz ter o Regimento com um único Esq. ins-tituído, como tê-lo somente com recrutas. Se, neste último caso, ti-

vermos aumentado para quatro o número de Esquadrões de Fuzileiros, talvez até fosse vantagem, pois, teríamos já as Unidades completas.

O que não resta a menos dúvida é que, no momento presente, não possuímos Cavalaria. Os Regimentos que aí estão, têm, no máximo, 1/3 de seus efetivos instruídos. E, se considerarmos a exigüidade, dêsses efetivos, veremos que se confirma a assertiva: Não possuímos Cavalaria. Em qualquer época do ano, declarada uma guerra, com relativa surpresa, a situação será gravíssima.

Outro lado da questão, é a instrução da Unidade Regimento. Esta não é mais possível, na situação atual. Mesmo a "ala", não se consegue fomá-la em boas condições, dado o desnível de instrução de seus Esquadrões de Fuzileiros, conforme já dissemos. Isso traz sérios prejuízos para a instrução dos Quadros. Os Cmts. de Reg. despreocupam-se completamente do assunto, pois não vêm possibilidade de serem chamados a atuar na Quadro de sua Unidade.

No que diz respeito às Unidades de Artilharia da D.C., a situação é semelhante. Apenas, são Unidades binárias e tem, em cada turno, uma bateria de Canhões e 50% dos demais elementos. Como Unidades Hipomóveis que são, não admitem improvisação.

Entretanto, a termos de prosseguir no atual sistema de "dupla incorporação", parece-nos que, uma medida que se impõe será o aumento de efetivo dos R.C., dando-lhes mais um Esq. de Fuzileiros. Teríamos então a incorporar, em cada turno, além de 50% dos elementos Regimentais, uma ala completa. Neste caso, não ficaríamos reduzidos a um simples Esq. de Fuzs. nos períodos não plenos e aumentariam as possibilidades de enquadramento, em caso de mobilização. Finalmente, a Cavalaria é uma arma, considerando a sua G.U. de emprêgo, cuja natureza e características não admitem improvisação. Consequentemente,

dentro das missões que atualmente ainda lhe cabem é preciso que esteja pronta e apta a ser empregada, eficientemente, ao primeiro boato de guerra...

F) CONCLUSÃO

Ao concluirmos tão modestas considerações sobre a nossa Cavalaria, queremos acrescentar:

Entre duas Cavalarias em presença, a mais audaciosa e decidida sempre levou a melhor... É o que a História regista, em não poucas

páginas. Ora, se quebrarmos o moral e o espírito ofensivo de nossa Cavalaria, quer assombrando nossos ginetes com incríveis realizações à base de lagartas, quer aceitando como última e definitiva palavra a guerra da Europa Ocidental, onde a Cavalaria não teve lugar, estamos cometendo um crime de lesa-pátria. Pois, ignorar a realidade presente é muito mais fantasia e falsa imaginação que sonhar com "Cargas" e "entrevos" nos teatros Sul-Americanos.



MATERIAL DE PONTES DAS GRANDES UNIDADES

Major SAMUEL A. A. CORRÊA

OBJETIVO

A Engenharia militar desempenha importante papel na transposição dos cursos d'água, quer no planejamento, quer na execução da operação.

Em torno de dois fatores principais grupam-se suas preocupações:

- o pessoal
- o material de travessia

este, mais do que aquêle, pois que normalmente condiciona mais o dispositivo a adotar e a organização da travessia. Além disso é, em geral, escasso.

Propuzemo-nos focalizar o material de pontes existente nas DI, CEx e Ex e analisar suas deficiências face às necessidades dessas GU, para concluir com uma dotação por nós julgada mais harmônica e equilibrada.

Como ponto de partida, consideramos as organizações das GU — tipo adotadas pelo Exército norte-americano:

- Exército, com 3 CEx
- CEx, com 3 DI e 1 DB

DIVISÃO DE INFANTARIA

A DI dispõe organicamente de 1 BECmb que tem 1 Pel Pontes dotado de material M4A2 (flutuadores de lona vulcanizada, vigotas ôcas de duro alumínio, dispensando pranchões e cavaletes de aço com o chapéu em treliça), que lhe possibilita construir:

- 10 pontilhões de aproximadamente 12 metros de vão ou
- 58,42 m de ponte fixa ou

- 98,04 m de ponte flutuante ou
- 108,20 m de ponte mista

tudo da classe de 50 t.

Além desse material pesado, o Pel Pnt tem 21 botes de assalto M2 (madeira compensada, fundo, largo e chato).

Tal equipamento está de acordo com as necessidades normais da DI de 1º escalão?

A resposta exige análise cuidadosa dessas necessidades, que tentaremos fazer a seguir.

As DI de 1º escalão podem precisar tranpor:

- brechas
- rios largos e profundos

Nas brechas, a Engenharia improvisa passagens para os veículos (peças de Artilharia, carros de combate, caminhões de suprimento, etc.), seja rampando as margens ou, entulhando o vão, seja construindo pontilhões sem suportes intermediários ou de suportes fixos (excepcionalmente flutuantes), tudo sob a proteção, quando necessária, da Infantaria que, transpondo a brecha por seus próprios meios, estabelece na margem inimiga a cabeça de ponte indispensável. O material para pontilhões precisa estar sempre à mão, a fim de ser empregado com oportunidade e presteza; por isso, deve pertencer organicamente às DI.

Os rios largos e profundos podem ser tranpostos à viva força ou sem resistência, se a segunda margem estiver ou não defendida pelo inimigo. Como a travessia à viva força exige maior quantidade de material de pontes e é operação freqüente na guerra, consideremos

os dois aspectos sob os quais é normalmente estudada:

— Travessia imediata

As tropas que abordam o rio procuram tomar pé na margem inimiga por meio de ações rápidas e audazes. Os meios de travessia atualmente utilizados para este assalto são os botes de assalto M2, os botes tempestade (para os rios mais largos) e as passareiras (para os rios mais estreitos). Para serem empregados com oportunidade e rapidez, *devem pertencer organicamente às DI*. Como, entretanto, os botes tempestade e as passareiras são utilizados com menos frequência e com mais restrições do que os botes de assalto M2, será conveniente, para aligeirar a DI, que somente estes lhe pertençam organicamente.

Posteriormente, portadas e pontes são construídas para as cargas mais pesadas. Aquelas são de utilização imediata e por isso *devem pertencer organicamente às DI*. As pontes pesadas não precisam pertencer organicamente às DI, mas devem estar nos locais de travessia no momento oportuno.

— Travessia preparada

O rio, quando mais fortemente defendido, exige, para transpô-lo, uma operação que já se tornou clássica, comportando essencialmente:

- o assalto, realizado com os botes de assalto M2, os botes tempestade (para os rios mais largos), e as passareiras (para os rios mais estreitos); visa conquistar as primeiras alturas que se debruçam sobre o curso d'água, de modo a estabelecer uma cabeça de ponte que livre a frente de travessia do fogo direto eficaz do inimigo, possibilitando a construção de passareiras e portadas;
- a travessia dos elementos de apoio indispensáveis (reservas, veículos essenciais ao combate, petrechos pesados, carros de combate, etc.), realizada em passareiras e por-

tadas de Infantaria e reforçadas; visa impulsionar a progressão e ampliar a cabeça de ponte, de modo a englobar os observatórios terrestres da Artilharia inimiga, impossibilitando-a de colocar fogos observados nos locais de travessia, o que permitirá a construção das pontes;

- a travessia contínua das demais cargas pesadas da D.I. pelas pontes construídas, com o objetivo de ampliar ainda mais a cabeça de ponte, de modo a eliminar os fogos eficazes e contínuos das armas terrestres inimigas nos locais da travessia e no espaço necessário à manobra, assegurando, destarte, a utilização ininterrupta dos meios para a passagem do grosso divisionário e dos suprimentos necessários ao prosseguimento das operações.

Os meios exigidos pela travessia preparada *não precisam pertencer organicamente às DI*, que são, via de regra, apoiadas pelo escalão superior, que dispõe de tempo — pelo menos uma noite — para reuni-los nos locais apropriados.

Entre os dois tipos de travessia considerados, é difícil selecionar o mais importante, pois a doutrina atual preconiza que se planeje a travessia preparada, mas que se procure realizar a imediata, mais econômica em pessoal e material, reservando-se a execução daquela no caso de insucesso desta.

Algumas conclusões já podem ser alinhadas:

— Transposição de brechas:

- Pontilhões sem suportes intermediários ou de suportes fixos (excepcionalmente flutuantes);
- O material para construir esses pontilhões deve pertencer organicamente às DI.
- Transposição de rios largos e profundos:
- Travessia imediata:
 - botes de assalto: devem pertencer organicamente às DI

- portadas de Infantaria e reforçadas: devem pertencer organicamente às DI.
- pontes pesadas: não precisam pertencer organicamente às DI.
- Travessia preparada:

Os meios necessários não precisam pertencer organicamente às DI.

Limitamos, assim, nossa análise do material necessário:

- aos pontilhões
- aos botes de assalto M2
- às portadas.

Aprofundemo-la para fixar a quantidade mais conveniente e a capacidade (fôrça-suporte) adequada.

Os pontilhões devem ser de construção fácil e simples, o que se pode conseguir com o material M4A2 ou B4A1 (vigotas de aço, perfil I, pranchões de pinho, cavalete de aço com chapéu em treliça). A possibilidade atual do BECmb americano de construir 10 pontilhões de aproximadamente 12 m de vão, parece-nos suficiente.

Os botes de assalto M2 necessários dependem do dispositivo adotado; em princípio, procura-se ter o maior número possível de infantos nas vagas de assalto, atravessando nas de retorno os elementos de 2º escalão. Dentro deste critério, podem as vagas de assalto ser constituídas das Cias Fz de 1º escalão que, numa dosagem ótima, podem ser 2 por Btl Inf ou 8 por DI, se considerarmos 2 RI a 2 Btl Inf, tudo em 1º escalão. Como cada Cia Fz requer 17 botes de assalto, a DI corresponde o total de 136; será conveniente acrescentar-se a reserva de 1/3, o que somará 180 botes de assalto M2. O transporte deste botes exigirá 13 caminhões de 2 1/2 t com reboque (cada conjunto carrega 14 botes), o que não é de mais; se, entretanto, este número for julgado excessivo, poderá ser reduzido a 10 — se a reserva de 44 botes não for computada — ou mesmo à metade — se considerarmos 4 Cias Fz nas vagas de assalto,

em vez de 8. Estamos, porém, convencidos de que os 180 botes trazem, de modo justo e equilibrado, as necessidades divisionárias.

As portadas podem sem computadas na base de:

- 2 portadas de Infantaria (3 suportes constituídos de 2 botes de assalto M2, tabuleiro de painéis de madeira compensada);
- 1 portada reforçada (suportes e tabuleiro da ponte M4A2 ou B4A1), para cada RI de 1º escalão, o que totaliza 4 portadas de Infantaria e 2 portadas reforçadas para a DI, ou 6 e 3, se computarmos a reserva de 1/3.

A capacidade (fôrça-suporte) das portadas reforçadas e dos pontilhões depende das cargas divisionárias que cada dia aumentam mais, mercê de unidades mais pesadas que passam a integrar ou normalmente reforçam as DI. Os veículos mais pesados da DI brasileira podem atravessar em pontes de 15 a 20 t de classe, mas, como atualmente é comum reforçarem-se as DI com BCC médios ou pesados, as exigências divisionárias passam a ser de 30 e 45 t, ou melhor, para atender a todos os casos, 45 t.

Comparando-se os meios orgânicos do BECmb com as necessidades deduzidas, vê-se que a dotação atual é:

- boa quanto aos pontilhões
- deficitária quanto aos botes de assalto, portadas de Infantaria e reforçadas
- excessiva quanto à ponte flutuante, pois as 3 portadas reforçadas necessárias totalizarão 81 m comprimento inferior ao existente de 98,04 m
- a capacidade existente de 50 t atende às necessidades divisionárias mais frequentes na guerra moderna.

CORPO DE EXÉRCITO

A Engenharia do CEx (ECEX) americano compõe-se, além de outras unidades, de dois Grupamentos

de Engenharia de Combate, constituído cada um de:

- 3 BECmb
- 1 Cia Ponte Painéis (Cia Pnt Pan)
- 1 Cia Ponte Pneumática (Cia Pnt Pnm)
- 1 Cia Caminhões Basculantes
- 1 Cia Equipamento Leve.

Destas unidades, somente a Cia Pnt Pan e a Cia Pnt Pnm dispõem de material de pontes, pelo que focaliza-las-emos a seguir.

A Cia Pnt Pan é dotada de material tipo Bailey, que possibilita a construção de:

- 2 pontes M2, DS, de 24,40 m, classe 50 t ou
- 1 ponte M2, DD, de 39,62 m, classe 50 t.

A Cia Pnt Pnm é dotada de:

- 84 botes de assalto M2
- 12 portadas de Infantaria
- 131,67 m de passareira M1938
- 239,27 m de ponte M4A2 classe 50 t, sendo 211,84 m flutuante e 27,43 m fixa.

Analisemos as necessidades do CEx que permitam confronto posterior com as dotações acima, como fizemos para a DI.

A ECEX cabe, quanto às pontes:

- apoiar as DI de 1º escalão na transposição dos cursos d'água
- construir as pontes e pontilhões que interessem à manobra e ao suprimento do CEx, seja substituindo ou reforçando as existentes ou as já construídas pelas DI, seja construindo outras novas.

O apoio às DI é realizado, quanto ao material de travessia, pelo fornecimento dos meios necessários que complementem a dotação orgânica divisionária.

A análise realizada indicou-nos que a DI devia ser auto-suficiente quanto aos botes de assalto e portadas; e que as pontes seriam fornecidas pelo escalão superior.

É oportuno, para esclarecer mais esta conclusão, perguntar: "Com que material (CEX ou DI) devem ser construídas as pontes das DI em 1º escalão?"

Nossa resposta é: "Com o material de CEx", pois que:

- a doutrina atual preconiza que nas travessias preparadas, estudadas com maiores detalhes e que por isso mesmo servem de guia;
- o material divisionário não deve ser empregado e nem computado como reserva, já que pode ser necessário às DI mais à frente;
- o CEx fornece o material necessário às pontes;
- as pontes que serviram à travessia das DI serão em geral utilizadas posteriormente pelos demais componentes do CEx e pelo fluxo logístico, e não seria econômico e razoável substituí-las por outras que liberassem as equipagens divisionárias.

O material para estas pontes deve ser também da classe 45 t, pois que não estamos ainda raciocinando com carros de combate de peso superior; e deve possibilitar construção fácil e rápida, o que se obtém com os suportes flutuantes. As necessidades normais de cada DI são atendidas dum modo satisfatório por 2 pontes que garantirão a dupla circulação do tráfego; e como a largura média dos rios importantes brasileiros é de 100 a 150 m, conclui-se que cada DI estará bem servida com 250 m de ponte ou, com mais segurança, 330 m, se adicionarmos a reserva sempre útil de 1/3. O cômputo de 3 DI em 1º escalão leva-nos ao total de quase 1.000 m de ponte, exagerado face às dotações atuais; consideraremos, por isso, somente as necessidades de 2 DI, que somam 660 metros de ponte para o CEx.

As demais pontes ou pontilhões necessárias na zona do CEx devem tender para as permanentes, seja padronizadas como as tipo Bailey, seja de circunstância, estas principalmente. Estimemos em 150 m as necessidades do CEx quanto ao tipo padronizado, classe 45 t.

Sintetizando, o CEx precisa de:

- 660 m de ponte de rápida construção, classe 45 t

- 150 m de ponte semi-permanente, pedronizada, classe 45 t

Confrontando-se tais exigências com as dotações anteriormente vistas conclui-se que estas são:

- excessivas quanto aos botes de assalto e portadas de Infantaria;
- insuficientes quanto ao material de pontes de construção rápida e semi-permanente;
- suficiente quanto à capacidade de 50 t.

Os botes tempestade e as passaconvenientes para a dotação divisionária, podem fazer parte da ECEX ou da EEX, melhormente daquela.

EXERCITO

A Engenharia de Exército (EEX) americana compõe-se, além de outras unidades, de:

- 3 Gpt E Cmb constituído, cada um, de:
- 1 Cia Pnt Pan
- 2 Cias Ponte Pontões (Cia Pnt Pon)
- 2 Gpt E Construção, sem material de pontes orgânico
- 1 Gpt E Manutenção e Suprimento (Gpt E Mnt e Sup) constituído de:
- 3 Cias Pnt Pan

As possibilidades das unidades que contém material de pontes já nos são familiares, exceto as da Cia Pnt Pon (meio pontões de duro alumínio reunidos pópa contra pópa, vigotas ôcas do mesmo material dispensando pranchões, cavaletes de aço com chapéu em treliça) que são:

- 185,31 m de ponte M4, classe 55 t, sendo 54,86 m fixa e 130,45 m flutuante.

A EEX cabe, quanto às pontes:

- suprir os CEX do material de pontes que, devido às peculiaridades hidrográficas do Teatro de Operações, excedam suas dotações normais;

- construir as pontes e os pontilhões, inclusive das ferrovias, que interessem à manobra e ao apoio logístico, seja substituindo ou reforçando as existentes ou as já construídas pelos CEX e DI, seja construindo outras novas. Em princípio, a EEX utiliza material semi-permanente, padronizado ou de circunstância, principalmente este.

Para atender a essas duas ordens de necessidades, a EEX deve ter:

- em depósito, material diverso e semelhante ao de dotação dos CEX, em quantidade variável com o sistema hidrográfico do TO;
- com os Gpt E Cmb, material semi-permanente padronizado, tipo Bailey, por exemplo;
- com os Gpt E Cnst, material semi-permanente padronizado, principalmente para pontes e pontilhões de ferrovias;
- possibilidades de exploração intensiva dos recursos locais do TO, particularmente vigas de madeira e aço e pranchões.

Estas necessidades não são atendidas pela organização atual da EEX, pois que:

- os Gpt E Cmb dispõem de material semi-permanente deficiente e de excesso de material flutuante, que estaria melhor colocado no Gpt E Mnt e Sup, em depósito;
- os Gpt E Cnst não têm material para pontes rodo ou ferroviárias;
- o Gpt E Mnt e Sup devia dispor de material flutuante semelhante ao dos CEX (M4A2) ou, eventualmente, outro disponível (M4), para supri-los quando necessário.

CONCLUSÕES

O estudo realizado habilita-nos a tirar algumas conclusões sobre o material de travessia dos cursos d'água que deva fazer parte, de modo mais harmônico e equilibrado das GU:

- Divisão de Infantaria

- Para as brechas :
 - pontilhões sem suportes intermediários ou de suportes fixos, de construção fácil e simples, classe 45 t ;
 - a quantidade de 10 pontilhões para vãos de 12 m é suficiente ;
 - o tipo pode ser o da atual equipagem B4A1.
- Para as travessias imediata e preparada :
 - 180 botes de assalto M2 ;
 - 6 portadas de Infantaria ;
 - 3 portadas reforçadas.
- *Corpo de Exército*
- Para apoio às DI nas travessias imediata e preparada :
 - botes tempestade e passadeiras ;
 - 660 m de ponte de construção fácil e rápida, classe 45 t, cujo tipo pode ser o da atual equipagem B4A1.
- Para as necessidades próprias do CEx :
 - 150 m de ponte semi-permanente padronizada, classe 45 t, cujo tipo pode ser o Bailey.
- *Exército*
 - Material semi-permanente padronizado, cujo tipo pode ser o Bailey ;
 - Material para pontes e pontilhões ferroviários ;
 - Em depósito, material diverso e semelhante ao de dotação dos CEx, a fim de supri-los quando necessário ;
 - Possibilidade de exploração intensiva dos recursos locais.



ASSISTENCIA SOCIAL DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

O Jockey Club Brasileiro é uma sociedade civil de intuitos não lucrativos. Tem por fim principal promover o melhoramento da raça cavalar assim como o fomento da produção nacional do puro sangue. Quanto aos intuitos não lucrativos, se não é entidade única do seu gênero, em todo o universo, é uma das raras. Prestigiado pelo governo e pelo público, tornou-se o Jockey Club Brasileiro uma sociedade rica. Como não lhe interessa amealhar dinheiro, pode satisfazer tôdas as exigências do seu estatuto e ainda realizar grande obra de benemerência, assim como auxiliar, financeiramente, movimentos de caráter cívico e outros de filantropia. Nunca um patriota à frente desse gênero bateu à sua porta que não fôsse atendido. Mas nem todos conhecem essa face da nossa grande sociedade hípica. Uma das organizações que se destacam com mais brilho e simpatia na grande obra social do Jockey é, incontestavelmente, a Escola Primária, que funciona em apropriado terreno do Hipódromo da Gávea. A iniciativa da criação desse educandário, que possui também um Jardim da Infância, é da atual diretoria cujo presidente é o Dr. João Borges Filho. Escola e Jardim são destinados aos filhos dos funcionários do Jockey Club e dos profissionais do turfe. Ali há aprimoramento do espirito e do corpo. Os petizes recebem instrução, roupa, alimentação, assistência médico-dentária e remédios. Quem visita o estabelecimento sai maravilhosamente impressionado, principalmente ao ver as fisionomias alegres e sorridentes das crianças. Oprédio onde tem funcionado o educandário, e ainda funciona, é um edificio adaptado. Comporta 300 crianças. Esse número cresceu vertiginosamente. O ano passado quasi que não puderam ser atendidos todos os candidatos à matrícula. A diretoria, então, mandou construir um prédio especialmente para a escola, dentro da técnica moderna. Este poderá receber 500 crianças. Deve ser inaugurado por todo o ano corrente, sendo que uma das suas alas já se acha em funcionamento, isso porque a velha sede não pôde agasalhar mais 80 crianças, e o Dr. João Borges Filho não teve coração duro para dizer aos garotos esta frase simples e cômoda: "Venham para o ano".

A ARMA AEROTERRESTRE - CHAVE DA VITÓRIA!

Primeiro relato histórico das quarenta e quatro operações aeroterrestres planejadas pelos aliados e os alemães, a partir de 1939.

Publicado pela Revista "Informations Militaires" (França), transcrito na "Revista de Aeronáutica" (Espanha) e traduzido, "data vênica", da "Revista Militar" (Argentina), de set. de 1951, pelo Major FLORIANO MÖLLER.



MAJOR ROCOLLE, diplomado em Estado-Maior, do Exército Francês, é autor de um magnífico trabalho

editado pela Livraria Charles Lavauzelle, com o título reproduzido neste artigo.

"O autor ofereceu aos leitores da revista francesa "Informations Militaires", as primícias de seu trabalho, que pode considerar-se como a primeira obra completa sobre as tropas aeroterrestres.

"O livro do Maj. Rocolle sobre a arma aeroterrestre abarca desde as suas origens até às diferentes missões que lhe foram atribuídas, tanto pelos aliados como pelo Eixo. O autor assenta as bases de uma doutrina aplicável às unidades aeroterrestres e expõe os seus pontos de vista sobre o destino futuro da nova arma.

"Recorda o autor a história do pára-quedas e do planador, com as servidões destes "veículos" de tropas aeroterrestres. E, a seguir, evoca a criação e as tentativas de emprego das unidades de pára-quedistas, antes da Guerra de 1939/45.

"Com isto torna patente que, já nessa época, vislumbravam-se duas tendências distintas:

1) O emprego de "pequenos pelotões" para levar a cabo missões especiais sobre as retaguardas inimigas;

2) O emprego de "grandes batalhões", dos quais surgiram as divisões aeroterrestres.

"Esta distinção fundamental se verifica no decorrer do livro, tratando do estudo de certo número de missões especiais e relatando as principais operações de comandos.

O capítulo V é o prólogo obrigatório para o estudo das grandes operações que se apresentam em face da decisão de conjunto que dá margem à sua execução.

Além desse capítulo, o trabalho do Major Rocolle desenvolve os seguintes temas:

O capítulo VI, trata de operações de vanguarda, sendo a mais célebre a da Holanda, em maio de 1940;

O capítulo VII, apresenta as operações de ruptura de uma frente, atacando a sua retaguarda, como na Normandia (6 de junho de 1944);

O capítulo VIII, estuda a diferenciação entre as rupturas de ordem estratégica, como em Arnheim e as de ordem tática, como no Passo do Reno, em Wesel;

Finalmente o capítulo IX, trata de missões específicas: — exploração do êxito e operações coloniais.

"O relato das 44 operações, cujo índice cronológico apresentaremos mais adiante, encontra-se num quadro lógico de uma exposição doutrínaria que o leitor vê surgir e

consolidar-se pouco a pouco". (N.R. da "Revista de Aeronáutica" — Esp.).

Reproduziremos, a seguir, o capítulo V do esplêndido trabalho.

CAPÍTULO V

CRIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS DIVISÕES AEROTERRESTRES

A organização de Divisões Aeroterrestres completas só foi levada a efeito após o início das hostilidades. Entretanto, desde logo se fez sentir a necessidade da existência de uma G.U. análoga às D.I. normais, ao se tornar absolutamente imprescindível dar, aos infantas-pára-quedistas, o apoio das demais armas e serviços, uma vez que se pedia, à infantaria do ar, conquistar primeiro e a seguir defender, a todo transe, uma determinada área do terreno; que esta missão devia ser cumprida apesar das reações desesperadas do inimigo, da falta de ligação com as tropas amigas e da escassez dos aprovisionamentos; e, finalmente, essa necessidade mais se fazia sentir, porque o combate, a meude, durava vários dias.

O problema que mais dificuldades oferecia era criar a artilharia aeroterrestre: — artilharia "pára-quedista", com suas peças lançadas em fardos, desmontadas como nas unidades de montanha ou artilharia "planadorista", em que cada peça, com seu trator, saltaria inteira de um planador.

Problema idêntico se apresentava para o material pesado de engenharia e dos diferentes serviços, assim como para as peças anticarros e antiaéreas, de que era indispensável dotar a infantaria para que fosse possível aumentar a sua eficiência.

Estas necessidades e a dificuldade de solucioná-las deram lugar a fórmulas mais ou menos falsas.

Ao entrarem em guerra, os alemães dispunham da 7ª Fliegerdivision; mas este aglomerado de

batalhões pára-quedistas, de algumas tripulações de planadores e de elementos transportados pelo ar, não merecia o qualificativo de Grande Unidade aeroterrestre. Em compensação, o grande número de aviões comerciais de que dispunha o III Reich permitiu recorrer ao transporte aéreo em grandes proporções, ainda mesmo quando tal operação estivesse intimamente ligada à conquista prévia de um aeródromo inimigo.

Seu domínio aéreo, a debilidade da defesa antiaérea adversária e a surpresa tática permitiram aos alemães operarem com êxito na Noruega e Holanda, reforçando imediatamente os seus pára-quedistas com infantaria, artilharia e engenharia que acudiam em aparelhos de transporte. Mas, já a Campanha de Creta mostrou a impossibilidade de ocupar previamente campos de aviação inimigos. Em troca, os resultados obtidos por pequenas unidades em planadores foram promissores. Em consequência disso, o Comando alemão decidiu pôr em pé de guerra uma divisão totalmente transportada pelo ar.

A fórmula que, para isso, adotou foi singularmente original: substituir simplesmente a artilharia divisionária por carros de combate aerotransportados. Deste modo dispor-se-ia de:

Três regimentos "Jäger" (1) transportáveis em planadores, dotados sensivelmente do mesmo armamento que os regimentos normais;

Um regimento de carros de combate, com cerca de 126 carros de um modelo derivado do famoso "Tigre", de 30 toneladas, armado de um canhão de 75 mm, e transportado em um planador especialmente concebido para o caso.

O conjunto da Divisão precisaria, para ser transportado pelo espaço, de uns 500 planadores pequenos de 1,6 ton de carga e 150 de grande capacidade de carga.

Por várias razões, o projeto não foi executado. O primeiro obstá-

(1) Regimentos de Caçadores, — denominação aplicada indistintamente às unidades de carros e às de montanha.

culo que se lhe opôs foi o esforço industrial exigido, justamente numa ocasião em que existiam outros artigos de fabricação mais urgente.

Por outro lado, a aviação de transporte alemã já não podia suportar maior desgaste. Em fins de 1941, a cadência normal de montagem das fábricas alemãs não excedia de 30 a 40 aviões e de 40 a 50 planadores por mês. Um programa de 400 aparelhos mensais, elaborado em 1942, um ano depois de ser pôsto em execução, só produziu 170 unidades. Encargos pesados gravitavam, então, sobre os transportes aéreos alemães: — a campanha da Tunísia e as operações na Rússia. Só em Stalingrado foram destruídos 285 aparelhos dos 500 que aí operavam. Teria sido necessário concentrar toda a frota de transportes aéreos para poder transportar a divisão projetada. Mas, havia ainda muito mais; toda operação aeroterrestre pressupõe supremacia aérea e, em fins de 1942, a RAF e a Aeronáutica Americana começaram a se apropriar dos céus do Mediterrâneo e da Europa Ocidental. Na frente russa, prosseguia o desgaste ininterrupto da Luftwaffe...

Para a Alemanha, a era das operações aeroterrestres chegava a seu final. Daí para diante, só poderia realizar operações de caráter local, levadas a cabo, de um modo quase furtivo, em certos pontos dos diferentes teatros de operações.

Além disso, em fins de 1942, o Reich se viu constrangido, em presença de necessidades urgentes, a empregar os Regimentos de Pára-quedistas como unidades correntes de Infantaria.

A 7ª "Fliegerdivision" contava teoricamente com seis regimentos, dos quais três estavam empenhados na Rússia, em turno de rotação de unidades. A campanha de Tunis provocou a remessa e subsequente perda do 5º Regimento de Pára-quedistas, enquanto que as demais unidades fundem seus melhores elementos no crisol russo.

Em princípios de 1943, a Alemanha resolve criar Divisões de Pára-quedistas. Simples denominação..., pois, na realidade, não

serão senão GG UU organizadas como Divisões de Infantaria normais, sem maiores distinções, pelo menos quanto às duas primeiras, formadas com os antigos regimentos de pára-quedistas. Paralelamente, foi criada uma unidade-depósito, — o "Lehr-Regiment", encarregado de instruir os recrutas, adestrando um pequeno número destes no salto.

A 1ª Divisão de Pára-quedistas foi organizada durante a primavera de 1943 e empenhada por ocasião das operações na Sicília. Alguns desses elementos foram também lançados em pára-quedas para fazê-los chegar de choque ao campo de batalha.

A 2ª Divisão de Pára-quedistas combateu, pouco depois, na frente italiana. Posteriormente (ainda no mesmo ano), foi organizada, na França ocupada, a 31ª Divisão de Pára-quedistas, enquanto que o C. Ex. de Pára-quedistas, sob o comando do General Student, agrupava as 1ª e 2ª Divisões de Pára-quedistas, que continuaram empenhadas na frente italiana.

Nos primórdios do ano de 1944, é criada uma 4ª Divisão na Itália e, no decorrer do ano, outras unidades se sucedem — a 5ª e a 61ª Divisão de Pára-quedistas e a seguir é resuscitada a 7ª Fliegerdivision. Próximo à derrocada final, chegou-se a identificar um destacamento de pára-quedistas, "batalhado" com a designação de 22ª Divisão de Pára-quedistas.

Estas divisões, agrupadas em C. Ex. e finalmente reunidas, para formarem o I Exército de Pára-quedistas, às ordens do Gen. Student, não são senão grupamentos terrestres a que os golpes de aríete dos aliados iam reduzindo a nada.

No que tange à diminuição do seu valor combativo, nada poderia exemplificar melhor do que os parágrafos seguintes, extraídos de uma proclamação do Comandante da 8ª Divisão, expedida a 16 de fevereiro de 1945:

— "Vários casos de deserção e de mutilação voluntária demonstram que nem todas as unidades estão suficientemente submetidas à influência nacional-socialista; vejo

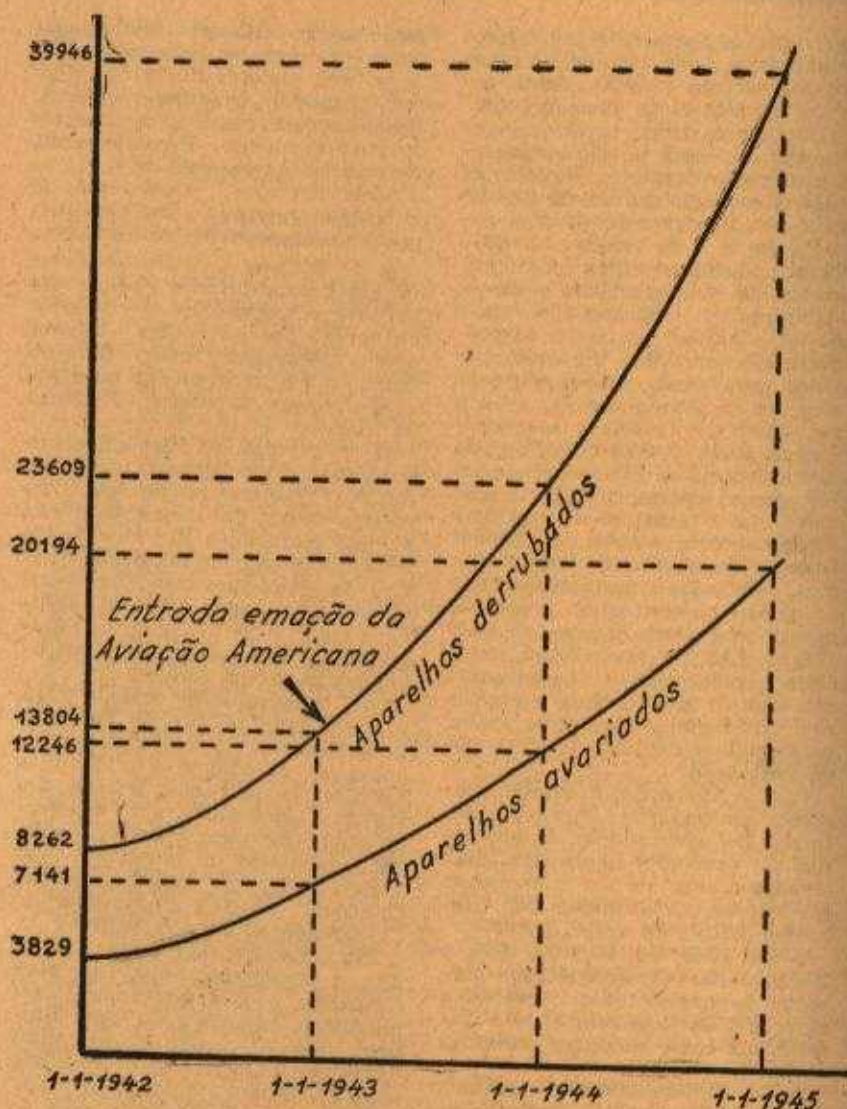


FIG. 1- PERDAS DA LUFT-WAFFE

isso em tôdas estas infames violações da camaradagem do combatente... Depois de seis anos de guerra e de esgotantes trabalhos, é possível que chegue um momento em que as ordens não se cumpram com o entusiasmo de antanho e se relaxe a disciplina. Todavia, é

nestes momentos que a educação nacional-socialista tem a missão de transmitir às nossas vontades, como a uma bateria sem munição, uma nova energia: — a energia da disciplina voluntária e consciente... Insisto uma vez mais; não tolerarei uma atitude passiva nesse

particular. Nós, pára-quedistas, provocamos uma revolução nas concepções militares. E agora, uma vez mais, deveremos assombrar os nossos adversários..."

Onde estão aquelas unidades de fé ardente que tomaram de assalto Eben-emacl e Waalhaven, num dia de maio de 1940?

Os aliados orientaram as suas primeiras realizações para as unidades de pára-quedistas, com alguns elementos de planadores. O esforço exigido para pô-los em pé de guerra foi tanto mais considerável quanto, praticamente, partiam do nada.

Na Inglaterra, Wiston Churchill, só a 22 de junho de 1940, deu a ordem, ao chefe do Estado-Maior Geral, para criar um Corpo de 5.000 pára-quedistas. O Major de Engenharia J. F. Rock, juntamente com alguns oficiais da RAF, foi encarregado de organizar um Centro de Instrução e treinamento de pára-quedistas, o qual abriu as suas portas em julho de 1940. Nesse centro figuravam, em primeiro plano, uma escola de pára-quedistas e outra de pilotos planadores.

Foram enfrentados problemas múltiplos, entre os quais podemos citar a escolha de um modelo de pára-quedas; o estudo do equipamento dos futuros pára-quedistas; a adoção de uma técnica para o salto; a adaptação dos aviões existentes ao transporte e lançamento dos pára-quedistas, etc. Quando, a 13 de julho de 1940, começaram os saltos, os instrutores e os órgãos técnicos de estudo não tinham, para sua orientação, senão informes muito vagos sobre os métodos e processos de instrução e treinamento russo-germanos, completados com o exame de um pára-quedas e um capacete de pára-quedista, ambos alemães, encontrados, mais ou menos deteriorados, em maio de 1940.

Esses tempos "heróicos" foram rapidamente superados. A 5 de dezembro de 1940 teve lugar o pri-

meiro exercício de conjunto, no qual tomaram parte 350 pára-quedistas e, no verão de 1941, o Centro chegou a conceder cem diplomas semanais. Em novembro, foi criado um comando de tropas aeroterrestres e, imediatamente, uma primeira brigada pôde ser posta em armas, em condições de combate.

O equipamento do pára-quedista se achava em ponto de bala, em janeiro de 1942 e, durante o resto do ano, foram construídos invólucros para material, mais cómodos e práticos.

No que se refere a planadores, em setembro de 1940, já estava programada a fabricação de 400. O voo à vela jamais havia interessado aos ingleses, mas a sua indústria aeronáutica possuía uma técnica apurada na construção de aviões leves, pelo que, as firmas de renome na construção de pequenos aviões (em 1939), atacaram o problema dos planadores.

O primeiro modelo, o "Hotspur", mostrou-se demasiado pequeno e proporcionou inúmeras desilusões, se bem que permitisse realizar uma série de vãos e manobras. Na primavera de 1941, começaram as provas com outro modelo, o "Horsa", que proporcionou maior satisfação, enquanto se aprontavam os planos do planador "Hamilcar", de grande capacidade. Estas realizações, em ritmo acelerado, permitiram, em abril de 1941, criar uma unidade experimental de infantaria aeroterrestre. No final do mesmo ano, nascia a primeira Brigada de Planadores e, no início de 1942, surgia uma nova especialidade de arma aeroterrestre: — o corpo de pilotos de planador (2).

Em contraposição, foi mais laboriosa a adoção de aviões para lançamento de pára-quedistas e reboque de planadores, sendo, durante dois anos, utilizados os bombardeiros Whitley, Halifax, etc., os quais, pouco a pouco, foram sendo substituídos pelos aparelhos Da-

(2) Os pilotos de planador, para poderem tomar parte eficazmente no combate em terra, eram instruídos a fundo, na tática de infantaria: tal como os infantantes, formavam pelotões e companhias, os quais se reuniam imediatamente, após a aterrisagem.

kota, Sterling e outros mais modernos.

De modo sensivelmente paralelo, ocorreu a evolução americana. A 25 de junho de 1940, criou-se uma secção de instrução, em Fort Benning e o primeiro batalhão de pára-quedistas; a 2 de outubro, o 501º Batalhão de Pára-quedistas estava em pé de guerra. Pouco depois, é organizado um comando de tropas aeroterrestre, com o seu correspondente Estado-Maior.

A 10 de março de 1941, é formado um grupamento de pára-quedistas, com os 501º e 502º Batalhões de Pára-quedistas e, no verão desse ano, a Escola de Salto de Fort Benning é tornada independente, dotando-se-a de grandes meios e aparecendo, pouco depois, unidades de planadores.

Devido a essas providências, o objetivo final, que era a criação de divisões aeroterrestres, foi, muito cedo, alcançado pelos ingleses e americanos.

Já em novembro de 1941, tinha existência (pelo menos no papel), a primeira "Airborne Division" inglesa, que, todavia, só teve existência prática na primavera de 1943, época em que foi concentrada no Norte da África, para receber o batismo de fogo com o desembarque na Sicília.

A 82ª Airborne Division americana surgiu a 25 de março de 1942, mas tão pouco tomou forma até à primavera de 1943, quando teve oportunidade de cooperar com a "Airborne Division" inglesa na operação precedentemente citada. Na mesma época, organiza-se, nos E.E.U.U., uma segunda divisão aeroterrestre (a 101ª) que, já no mês de setembro, estava pronta para seguir para a Inglaterra.

A magnitude do esforço de guerra americano permitiu, no período de 1944/46, organizar mais três divisões aeroterrestres (a 11ª, a 13ª e a 17ª), além de numerosas unidades não divisionárias.

Os ingleses organizaram as 1ª e 6ª Divisões Aeroterrestres, além de brigadas independentes de pára-quedistas, entre as quais, uma polonesa, sem falar nas unidades de S.A.S. (Secções Aeroterrestres Especiais).

Simultaneamente essas divisões foram agrupadas em Corpos de Exércitos. Em setembro de 1943, o II C. Ex. Blindado americano se transformou no XVIII C. Ex. Aeroterrestre, constituído das duas divisões "Airborne" organizadas, sob o Comando do General B. Ridgway. Na mesma ocasião surge um Comando Geral de Tropas Aeroterrestres inglesas, que posteriormente mudaria sua denominação para Comando de Exército Aeroterrestre, às ordens do General Browning.

A envergadura, cada vez maior, das operações aeroterrestres e o aumento do número de grandes unidades não tardou a deixar para trás o escalão "C. Ex." e, a 8 de agosto, é organizado, pelos aliados, o 1º Exército Aeroterrestre.

Esse 1º Exército Aeroterrestre, sob o Comando do General Brenton, da Aeronáutica Americana, não só agrupou as G.U., mas também as formações de aviões de transporte necessários à instrução, treinamento e operações dessas G.U. As operações de Arnhem e Wesel foram concebidas e levadas a cabo por esse vasto organismo.

Pouca diferença havia na organização interna das Divisões Aeroterrestres inglesas e americanas. Em ambas, no período 1944/45, os planadores tinham u'a margem ampla sobre os pára-quedas, assim distribuídos:

A infantaria divisionária era constituída por 2 regimentos de pára-quedistas e um de planadores (3);

Os elementos de reconhecimento, sobre planadores;

A artilharia, na D. Aé. inglesa, dispunha de 24 peças de 75 mm sobre planadores (baterias de 8 peças); e, na americana, 24 peças

(3) Os americanos, a princípio, aumentaram a proporção de planadores nas 13ª, 17ª e 101ª "Airbornes", que não dispunham senão de um só regimento de pára-quedistas para dois de planadores; só a partir de 1 de março de 1945, passaram a dispor de dois regimentos de pára-quedistas para um de planadores.

de 75 mm (2 grupos), lançadas em pára-quedas e outras 24, também de 75 mm, em 2 grupos igualmente (4) sobre planadores.

Por outro lado, os britânicos dispunham de uns 50 canhões anticarro, enquanto que os americanos só contavam com uns 30, — em ambos os casos, — sobre planadores.

A Engenharia da D. Aé. inglesa, sobre planadores e a da D. Aé. americana mista, isto é, pára-quedas e planadores.

As baterias anti-aéreas leves e a maioria dos Serviços, em ambos os Exércitos, sobre planadores.

Este conjunto de 13.000 homens, para deslocar-se no espaço, exigia os seguintes meios de transporte, como se verá, excessivamente numeroso:

A G.U. inglesa, 310 aviões e 600 planadores;

A divisão americana, 405 aviões e 900 planadores.

Apesar dessa enorme quantidade de meios, o combate terrestre era empenhado em terríveis condições de inferioridade, ao defrontar no solo, uma G.U. blindada inimiga. Devemos salientar essas deficiências porque a organização antiga (1944/45) ainda não havia sofrido variações profundas. E o que era certo, no final das hostilidades, conserva, hoje em dia, grande parte do seu valor. Insistamos pois:

A infantaria em pára-quedas, pobremente dotada de armas anticarro, é muito vulnerável aos ataques de blindados; não dispõe senão de víveres e munições contidos nas mochilas e bolsos de cada pára-quedista; carece de qualquer viatura; as metralhadoras, morteiros e o material de acompanhamento devem ser transportados a braço. Os regimentos de pára-quedistas, privados dos trens de combate, têm a mobilidade de uma coluna de "coolies". Sua velocidade de marcha é inferior a uma jornada da infantaria normal.

A artilharia sobre planadores e seus reboques leves possuem uma mobilidade maior, mas se vê submetida a uma dotação de munições raiando a avareza.

A engenharia se abastece de material em um parque muito pouco sortido para atender às suas necessidades; no que se refere à explosivos, apenas as quantidades indispensáveis para realizar algumas destruições, que assim mesmo, não sejam de grande monta; minas anticarro em quantidade tal que apenas permite a colocação de pequeno número nos locais a minar; botes e material de equipagem somente para vencer pequenos cursos d'água ou cortes estreitos do terreno.

Os elementos dos diferentes serviços atendem apenas a um mínimo. Os Postos de Socorro tratam dos feridos e doentes até onde permitem os seus meios, mas não podem evacuar os senão quando os aviões-ambulância consigam aterrisar; o Serviço de Intendência só pode "administrar" os abastecimentos recebidos em fardos; da mesma forma, o Serviço de Material Bélico não pode fazer mais que distribuir as munições lançadas em pára-quedas. Enquanto não se consegue capturar viaturas, os víveres, carburantes e munições têm que ser transportados à braço ou arrastados por tratores.

Em resumo; — A divisão aeroterrestre, enquanto se lança sobre o solo, perde praticamente toda a sua mobilidade.

Existe uma flagrante contradição entre a impressionante mobilidade estratégica desta grande unidade que navega na atmosfera a 200/300 km por hora e a semi-paralisia que a espera em solo inimigo.

Existe um contraste entre a potência dos meios aéreos postos em ação para seu transporte e as restrições de material que gravitarão sobre o pessoal e o armamento, a partir do lançamento.

(4) O 2º Grupo de Pára-quedistas só foi criado, nas 13ª, 17ª e 101ª "Airborne Division", depois de 1 de março de 1945.

Finalmente, existe um divórcio pronunciado entre o ato, de caráter eminentemente ofensivo, constituído pelo lançamento de uma divisão aeroterrestre sobre a retaguarda inimiga e a atitude defensiva que as suas deficiências táticas forçarão a adotar rapidamente, após o contato com o solo.

Os combates terrestres das G.U. Aeroterrestres se inscrevem, pois, no quadro das defensivas tenazes. Se quisermos correr o risco de esquematizar, distinguiremos quatro fases distintas nas ações que se sucedem a todo lançamento de uma Divisão Aeroterrestre.

Primeira fase — Reunião :

Se o segredo fôr mantido, se a escolha das regiões de lançamento forem judiciosas, a surpresa será total. Entretanto, certas unidades, ao chegarem à terra, terão que empenhar-se em combate para fazerem calar núcleos de resistência imprevistos. Tem-se que se contar com erros de lançamento. Por tudo isso, não de transcorrer várias horas, após o lançamento, até que as unidades se reorganizem, se orientem e sejam estabelecidas as ligações, uma a uma.

Durante esse período, pequenos elementos destacados estendem uma rede de segurança em torno da Divisão; algumas patrulhas tateiam o perímetro da área de lançamento; bloqueiam-se as estradas, chegando o eco das primeiras escaramuças ao E.M. divisionário, enquanto que a aviação amiga sulca os ares ininterruptamente, encerrando as tropas lançadas em um círculo protetor de bombardeios e metralhamentos.

Segunda fase — A corrida ao objetivo :

Na maioria dos casos, as exigências técnicas do lançamento, a obrigação de distanciar-se de toda a defesa antiaérea, a preocupação de cair em terreno livre de forças

adversárias, levarão o comando a escolher as áreas de lançamento bastante afastadas do objetivo visado.

Esse objetivo pode ser uma ponte, como em Catania e em Arnheim; um desfiladeiro, como em Dombas; um istmo, como em Corinto; um nó de comunicações como em Le Muy e em Sainte Mère l'Eglise (5). Sua conquista é a versão tática da missão confiada à divisão.

Para a escolha do objetivo deverá pesar, em primeiro plano, no ânimo do comando, o princípio eterno da economia de forças. Pelos meios tão escassos da Divisão Aeroterrestre, não se pode nem se deve pensar em ordenar-lhe o ataque a um ponto solidamente ocupado, pois para que a missão possa ser levada a cabo, a Divisão Aeroterrestre exige uma defesa débil por parte do inimigo e bem assim que a guarnição não possa contar com reforços imediatos. A idéia de manobra se limitará a que os nove batalhões e as baterias de obuses da Divisão Aeroterrestre, apoiadas pelo bombardeio aéreo, possam submergir rapidamente o adversário e, assim, arrebatar-lhe a presa cobizada.

Terminada a reunião, começa uma rápida fase de ataque, infiltração e assalto dos batalhões, apoiados pelo fogo, a curta distância, da artilharia divisionária; limpeza rápida, perseguição, estabelecimento de pontos de resistência que façam fracassar os contra-ataques inimigos.

As vezes, pode-se superar esse combate mediante uma audaz operação de "comandos": — uma unidade que cubra o objetivo no momento do lançamento ou da aterrizagem; golpe de mão de quintacolumnas ou assalto fulminante, levado a efeito por um punhado de voluntários.

Bem sucedida essa operação preliminar, ao grosso da Divisão não

(5) A excepcional importância das pontes sobre grandes cursos d'água explica a predileção do Comando nas diferentes operações aeroterrestres. Uma ponte ou um grupo de pontes foram os objetivos eleitos na Dinamarca (abril de 1940), na Holanda (maio de 1940), sobre o canal Alberto (maio de 1940), em Corinto (abril de 1941), em Catania e Siracusa (julho de 1943), assim como em Arnheim, para cada uma das três divisões aeroterrestres empenhadas.

restaria senão avançar sobre o objetivo, sem disparar um tiro. O ataque passaria a ser uma simples "marche aux flambeau".

Terceira fase — A corrida aos pontos de apoio naturais:

À medida que passam as horas, o comando inimigo vai reagindo, cada vez com mais vigor. Localiza a ameaça sobre a sua retaguarda por meio de informes, a princípio confusos, depois cada vez mais concretos. As ordens de alarme se cruzam. As reservas se põem em marcha.

O Comando territorial inimigo da região ameaçada não terá perdido tempo em pôr em movimento todas as forças que pôde reunir: — regimentos em descanso; pessoal dos depósitos; elementos de vigilância. Seguramente contará com destacamentos especialmente incumbidos da defesa contra pára-quedistas, análogas aos "Jagdkommand" dos alemães. Todos esses elementos constituirão as vanguardas das Divisões que o Alto Comando inimigo orientará para o local da aterrissagem.

No dia seguinte ou no dia imediato a este, o grosso dos reforços inimigos fará a sua aparição no campo de batalha.

Durante esse breve período, as tropas aeroterrestres ter-se-ão instalado defensivamente. Intentam, assim, aproveitando o terreno, compensar as deficiências de seu armamento e sua falta de mobilidade.

Entretanto, puderam escolher as melhores linhas do terreno e o fazem ocupando todos os pontos de apoio naturais, em que a resistência possa ser assegurada. Um batalhão terá subido, com grande esforço, pela escarpa de uma elevação, a fim de ocupar um observatório dominante; este outro alcançou a linde de um bosque; aquele outro, coroou certos pontos críticos do terreno; alguns se infiltraram em uma localidade e iniciaram a construção de abrigos à prova, usando o material de construção encontrado à mão.

Para expressar a verdade, esta fase pré-defensiva interfere com a precedente: — ao mesmo tempo

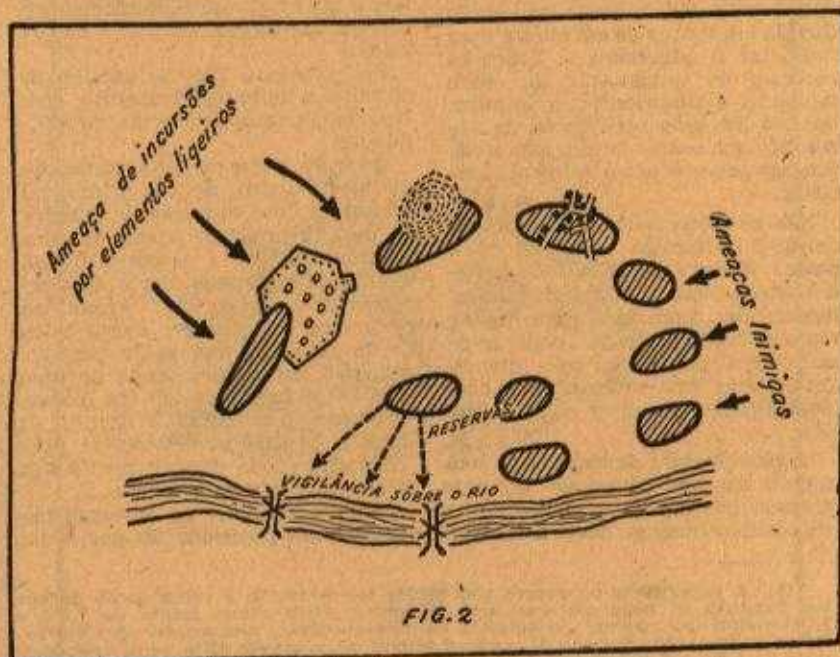


FIG. 2

que conquista um objetivo, a Divisão Aeroterrestre procura um meio de fixar-se ao terreno; os tentáculos de seus batalhões e de suas baterias se entrelaçam nos pontos de apoio em que sua defesa possa durar; assegura a posse de observatórios; distancia os postos de vigilância o mais possível para poder ganhar tempo e, enquanto se lança sobre o campo de batalha, a Divisão Aeroterrestre enterra as suas armas, semeia as suas minas, constrói obstáculos e cobre as suas reservas.

Quarta fase — A luta para conservar o objetivo:

Preparada deste modo, a defesa irá se desenvolvendo, segundo as circunstâncias. A medida que o inimigo vai empregando as suas reservas, apresentar-se-ão um complexo de ações de minúcias aos elementos aeroterrestres: — aqui, uma resistência palmo a palmo contra pressões brutais; ali, contra-ataques para aliviar uma outra pressão; mais adiante, pequenos ataques diversionários; em certos locais não ameaçados, algumas Unidades mais desafogadas não terão dúvida em lançar-se em cunha para inquietar o adversário. Todos os recursos de imaginação do chefe tenderão a desorientar o inimigo, opondo-lhe uma resistência, às vezes elástica, outras firme, mas sempre agressiva e essencialmente variada.

Não se pode admitir a hipótese de que o inimigo ceda em toda parte. Nesse caso, a Divisão aeroterrestre, como mancha de azeite, lançará destacamentos para explorar o êxito, intentando apoderar-se de outros pontos e, pelo menos, arrebanhar prisioneiros, semear destruições, paralisar a circulação...

A luta mudará de aspecto no momento em que as nossas próprias tropas, provocando uma brecha no dispositivo inimigo, dêem a mão aos

pára-quedistas, — ocasião em que a Divisão aeroterrestre se confunde com o conjunto. Enquadrada, agora, entre outras GG.UU., incorporada à ação destas, receberá uma missão análoga às demais. Terminou o seu combate fora do comum.

Esboçada, desta forma, a operação aeroterrestre se circunscreve nitidamente no espaço. Calmos assim na tentação de avaliar a área que a divisão pode abarcar e as dimensões do campo de batalha em que se desenvolverão as quatro fases definidas anteriormente.

Quando a situação geral permitir supor que será necessário rechazar contra-ataques inimigos procedentes dos quatro pontos cardiais, os nove batalhões da divisão deverão formar um círculo.

Nesta conjectura desfavorável de ter que fazer frente a todas as direções, a G.U. aeroterrestre estabelece o seu dispositivo numa pequena área. Um simples cálculo mostra que nove batalhões não poderiam resistir senão num perímetro de uns 15 km (8). E como para durar é necessário ter reservas (a terça parte, aproximadamente), restará um círculo de 2 a 3 km de raio!

Felizmente, a própria escolha do objetivo a defender, permitirá, com frequência, ampliar essas possibilidades.

Quer se trate de uma ponte, de um desfiladeiro, de um istmo, ou de um nó de comunicações, sempre se poderá procurar apoio em um obstáculo natural: — curso d'água, montanha escarpada, braço de mar, região de bosques, etc. Assim, no perímetro a defender, dispor-se-á, desde logo, de um setor passivo, que não necessitará senão de uma vigilância parcimoniosa em forças.

Nestas condições, a frente na qual a Divisão Aeroterrestre pode combater, pode chegar aos 10 km, ainda guardando reservas.

Por outro lado, as ameaças inimigas não pressionarão por igual,

(8) A experiência da guerra não parece ter destruído a velha noção de que um batalhão só pode oferecer uma defensiva sólida numa frente de 1.000 a 2.000 metros, no máximo; o batalhão de pára-quedistas, pior armado que um batalhão de infantaria normal, não poderá resistir a um ataque sério, se se estendesse mais de 1.500 a 2.000 metros.

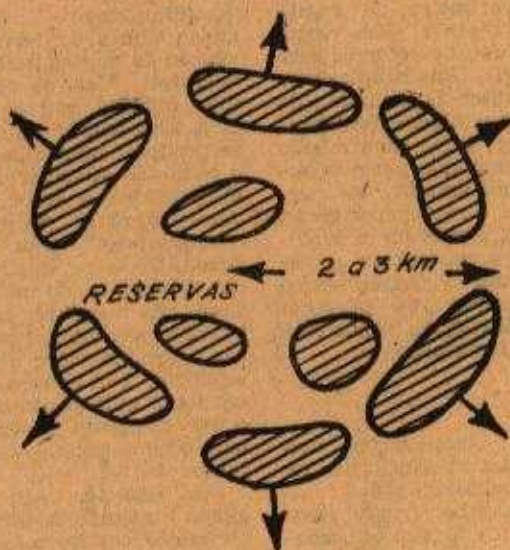


FIG. 3

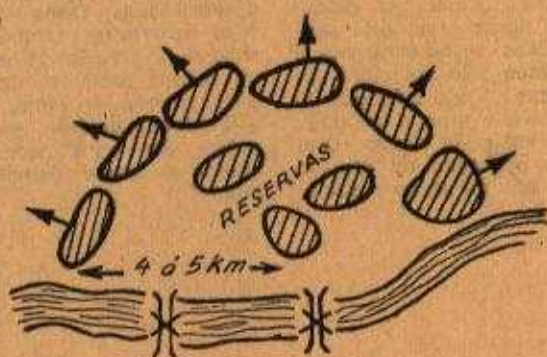


FIG. 4.

em todo o perímetro da região ocupada pela divisão. Em certas direções, o afluxo de reforços será menos provável. Uma simples cortina poderá conter as incursões do adversário e as unidades desdobradas, nesse setor, terão uma missão de flanqueamento que permita zonas de ação mais amplas. Ao contrário, face às direções perigosas, será necessário desdobrar a maioria das forças e concentrar as reservas. No total, as possibilidades da divisão aeroterrestre parecem aproximar-se dos 12 km, sendo esta distância a máxima possível.

• • •

A operação aeroterrestre tem duas faces distintas. Acabamos de traçar a sua silhueta tática: — uma série de combates defensivos num "cercado" de alguns quilômetros quadrados.

Resta-nos a sua fisionomia estratégica. Já pela escolha destes "campos cercados", o Alto Comando admite a obtenção de resultados importantes ou quiçá decisivos. Se quisermos estabelecer uma comparação, diremos que a divisão aeroterrestre é um "bull-dog" ntado a uma corrente demasiado curta. Nenhum assaltante se atreverá aproximar-se até onde alcancem seus afiados dentes. Amarrado diante da porta da nossa casa, esta será inviolável. Mas, se amarrarmos o colosso no pátio, não assustará senão às crianças. Tudo é função do ponto em que seu amo o amarre.

E assim é, até certo ponto. Em si mesma, a operação da divisão aeroterrestre não dá senão resulta-

dos diminutos: — conquista de alguns palmos de terra, com intervenção de muitos milhares de combatentes. Mas, se essa porção do solo inimigo estiver inscrita em uma área vital; se a intervenção se produzir num momento em que o comando adversário tropeça com dificuldades, o golpe, por certo, o desorientará e poderá, inclusive, desequilibrar a sua liberdade de ação. Tudo se estriba na eleição do objetivo e do momento oportuno. As manobras estratégicas se baseiam em agrupamentos de forças operando sobre direções determinadas. Um esforço, uma pressão adicional num ponto bem escolhido e no momento favorável, podem precipitar o impulso de todo o conjunto.

Por isso, os Altos Comandos aliado e alemão se serviram da intervenção das tropas aeroterrestres em uma série de manobras estratégicas. Durante as hostilidades, as mesmas foram postas à prova, tanto nas batalhas de choque, quanto nas de rutura, nos desembarques e na exploração do êxito, nas manobras de flanco e nos ataques frontais. Os resultados obtidos, mais ou menos brilhantes, demonstraram, de modo positivo, que o emprego das divisões aeroterrestres está mais que justificado em determinadas fases da batalha. Mas, provaram também que seu sucesso é função da escolha mais ou menos judiciosa do objetivo e do momento oportuno.

Qualquer decisão, para seu emprego, deverá necessariamente, apoiar-se neste princípio fundamental.

CRONOLOGIA DAS OPERAÇÕES AEROTERRESTRES

As operações entre parêntesis () foram preparadas, mas não executadas

DATAS	Francesas	Inglêsas	Americanas	Russas	Alemãs	Italianas
1930.....						
1932.....	Aerotransp. do Egito ao Irak			Primeiras experiências		
18 agosto 1933.....				Primeiros saltos em grupos		
1935.....				Manobras de Kiev e de Moscou		
1936 — Verão.....					Aerotransp. de Marrocos Espanha à Andalúcia	
1937 abril.....	Criação dos 601 ^o e 602 ^o Grup. de Inf. do Ar				Ocupação de Viena	Aerotransp. da Itália à Albânia
1938 março.....						
1939 abril 8.....						
1939/40 — Inverno.....						
1940 abril 9.....				Ações de sabotagem na Finlândia		
1940 abril 14.....						
1940 maio 10.....	(Flessingue)				Ocupação da Dinamarca, Oslo e Stavanger Dombas e Narvik Eben Emael e as pontes do Canal Alberto: Holanda; Ardenas	
1941 fevereiro 10.....		Monte Vulture		Guerrilha	Canal de Corinto: Creta	
1941 maio 20.....				Guerrilha		
1942 fevereiro 27.....		Bruneval		Guerrilha		Aerotransp. da Sicília à Tunísia
1942 novembro 8.....			11/503 em Oran	Guerrilha		

DATAS	Francesas	Inglêsas	Americanas	Russas	Alemãs	Japonêsas
1942 novembro 12.....		Bone	Tebessa	Guerrilha		
1942 novembro 15.....				Guerrilha		
1942 novembro 18.....		Souk el Arba		Guerrilha		
1942 novembro 19.....		Rjukan		Guerrilha		
1942 novembro 28.....		Oudna		Guerrilha		
1942 dezembro.....				Guerrilha		
1943 julho 10.....		Siracusa	Gêla	Guerrilha		
1943 julho 14.....		Catania	(Roma)			
1943 setembro 8.....	Roma (1º R.C.P.)					
1943 setembro 12.....						
1943 setembro 14/15.....			Siracusa			
1943 novembro 13.....			Sainte Mère			
1944 junho 6.....	Bretanha (2º R.C.P.)	Caen	l'Eglise e Carentan			
1944 junho 19.....	(Ilha de Elba)					
1944 julho 21.....						
1944 agosto 4.....	Guerrilha na Bretanha					
1944 agosto 15.....						
1944 agosto (meados).....	Op. crudo, do 3º R.C.P.	Le Muy La Beauce	Le Muy La Beauce			
1944 setembro 15.....		Arrhem	Arrhem			
1944 dezembro 6.....						
1944 dezembro 17.....						
1945 fevereiro 16.....						
1945 março 24.....						
1945 abril 8.....	Holanda (2º e 3º R.C.P.)	Wesel (Arena)	Corregidor Wesel (Arena)			
1947 janeiro 5/6.....						
1947 abril 15.....	Nam Dinh. Hoa Binh.					

FACILITEMOS O QUE É FÁCIL

Cap. JOÃO B. SANTIAGO WAGNER



SENDO que ninguém discordará, se dissermos que não devemos complicar o que é fácil. E isso mais importante se torna para nós, do Exército. Cada dia surgem novos materiais, novos nomes, etc. Para quem vive diariamente lidando com determinado assunto, pode não haver dificuldade aparente; mas para a grande maioria do pessoal militar, qualquer alteração num nome ou numa característica, certamente traz alguma complicação. Se considerarmos o caso dos conscritos que, após um ano, deixam o quartel, então verificaremos que tudo deve ser feito para não complicar o que é fácil. É claro que, em caso de convocação, os reservistas terão de ser submetidos a novo treinamento e adaptação ao material. Mas, se tudo tivesse mudado, chegaríamos ao absurdo de ter de ensinar tudo de novo e concluir que o tempo gasto em prestar o serviço militar foi inútil. Ora, não é isso o que desejamos. Mas, entre um extremo e outro, existe um campo muito grande. É neste campo que apreciaremos as idéias expandidas abaixo.

Muitos de nós já tivemos qualquer reação quando vemos certas modificações ou inovações que poderiam ter deixado de ser feitas. Quase sempre, porém, calamos ou apenas comentamos com alguns colegas. Vamos, hoje, comentar o assunto com os leitores de "A Defesa Nacional".

A idéia de assim proceder veio-nos depois de ler um artigo da revista americana "Combat Forces Journal", de outubro de 1951.

No referido artigo, cujo título é "O Exército necessita de nomes", diz o autor; "Uma das mais ingratas tarefas que desempenhei, durante a 2ª Grande Guerra, foi ensinar a reconhecer aviões e veículos blindados. Depois de me esforçar ensinado uma poucas turmas, verifiquei que os homens aprendiam a identificar os aviões ingleses e japoneses muito mais depressa e com muito mais precisão do que os americanos e alemães. A princípio, pensei que os aviões ingleses e japoneses apresentassem pontos característicos mais notáveis. Comparando uns com os outros, no entanto, verifica-se que não apresentavam pontos característicos tão evidentes. Por que, porém, os aviões de umas nações eram mais fáceis de ser identificados do que os de outras?"

"Um camponês magro, que fora apelidado de "Stupid Ben", por sua ingenuidade e certas observações ridículas que às vezes fazia, conseguiu resolver o mistério. Um dia, enquanto mostrávamos silhuetas de diferentes aviões, o "Stupid Ben" disse: "Sr. os aeroplanos deles, com nome, não são difícil de aprendê, mas eu nunca posso aprendê número. Os Spitfires e Mosquitos e Barracudas deles são igual aos que o Sr. nos mostrou. Mas os B-24, B-25 e B-26 ficam tudo misturado na minha cabeça".

Este era um dos pontos que desejávamos abordar. Com efeito, para quem estudou "pela antiga", parece que estamos agindo como o americano, isto é, conservando a mesma maneira de identificar o material, quando poderíamos chamar apenas pelos nomes. Para que

essa confusão de M1, M3, M 3 A 1, M 6, M 20 e M mais alguma coisa? Achamos que tudo ficaria melhor se tivesse um nome; um nome, como tudo no mundo.

Já temos, com efeito, muitos termos novos, nascidos da adoção da doutrina americana e que têm merecido boa receptividade em nosso meio. Um deles é N G A, já consagrado por vários manuais, inclusive pelo C 100-5, que é o manual básico de combate e serviço em campanha. Achamos, pois, que não há razão para mudarmos esse nome. Por isso, discordamos de alguns companheiros que usam NPA em lugar de NGA. Na verdade, teria sido mais lógico que se dissesse NPA (normas parmanentes de ação) se quizessemos ter uma tradução mais ao pé da letra, pois o americano diz "standing operating procedure" (SOP). Mas, que esse conjunto de letras já está batizado por órgãos oficiais, achamos que só oficialmente poderá mudar de nome. Do contrário estaremos estimulando a confusão. E, além disso, parece que NGA é mais eufônico do que NPA.

Outros nomes merecem ser citados, como enquadrados nas observações acima. Um deles é

"esquadra de tiro", constante do manual C 7-5. Francamente, não compreendemos porque o manual criou esse novo termo, quando já estávamos mais que habituados a dizer "esquadra de fuzileiros". Mas, mais confusos ficamos quando, a partir do artigo VI, o manual ora fala em "esquadra de tiro", ora em "esquadra de fuzileiros". Não seria melhor voltarmos ao antigo nome? Se a Companhia e o Pelotão são de Fuzileiros, não seria mais lógico que a Esquadra também o fosse?

Antes de terminar, queremos referir-nos a um novo nome: "Comunicações". Como é do conhecimento geral, foi abolido no Exército o termo "Transmissões", sendo substituído por "Comunicações". Não queremos discutir o mérito da mudança. Mas achamos que tem havido muita confusão, pois mesmo os órgãos oficiais, parece, não têm dado muita atenção à mudança. Ainda temos Companhias de Transmissões, Cursos de Transmissões, etc. Afinal de contas é "transmissões" ou "comunicações"?

Eis algumas interrogações que pairam no ar e que gostaríamos de ver respondidas.

LEGISLAÇÃO MILITAR

Acham-se a venda os seguintes livros:

Estatuto dos Militares (atualizado). 2ª edição. Preço — Cr\$ 10,00
Lei de Movimento dos Quadros (atualizada). Preço — Cr\$ 15,00

A SAIR BREVEMENTE

Lei do Serviço Militar (atualizada).
Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (atualizado).

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17. Agência do Correio do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro.

A. B. CAVALCANTE & CIA.

ESTIVA, LOUÇAS E FERRAGENS — SECÇÃO DE PANIFICAÇÃO
PESQUEIRA — RUA BARÃO DE VILA BELA, 201 — FERNAMBUCO
MATRIZ EM RECIFE: RUA DAS FLORENTINAS, 229



CURSO DE INICIAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Professor AMARAL FONTOURA

3ª AULA

CONCEITO, OBJETO E DIVISÃO DO SERVIÇO SOCIAL

1) SOCORRER E REAJUSTAR

Vimos na aula anterior a evolução sofrida pela idéia de auxílio ao próximo, desde a antiga "escola" até o moderno "Serviço Social".

Podemos resumir tal evolução dizendo que, de início, a sociedade procurava socorrer os indivíduos em dificuldade, ao passo que hoje deseja reajustá-los. A caridade antiga tratava de minorar as agruras dos que sofriam, isto é, se dirigia aos efeitos visíveis dos males sociais, ao passo que o Serviço Social procura evitar ou afastar os motivos que geram aqueles sofrimentos, isto é, dirige-se especialmente às causas dos desajustamentos sociais. A caridade ou socorro é de natureza paliativa, é um alívio momentâneo para um mal; o Serviço Social é de natureza construtiva: procura criar condições sociais tais que o mal

desapareça, seja arrancado pela raiz.

Mas o Serviço Social vai ou deve ir mais longe: deve ter sentido preventivo, isto é, estabelecer condições sociais que impeçam a eclosão dos desajustamentos.

Por fim, devemos distinguir que a caridade ou beneficência é de caráter empírico e se processa através dos agentes não especializados, isto é, quaisquer pessoas as praticam, ao passo que o Serviço Social é de caráter científico ou técnico exigindo, por isso mesmo, agentes com formação especializada, que são os Assistentes Sociais.

Sallentamos aqui, mais uma vez, que o verdadeiro sentido da palavra Caridade, virtude cristã, é de "amor ao próximo pelo amor de Deus". No seu sentido abastardo é que a caridade passou a significar apenas a atitude como-

disto de "dar esmolas", de ajudar de qualquer maneira. Nesse sentido, mais acertado será usar a palavra *beneficência*.

Podemos, então, estabelecer o seguinte quadro comparativo, entre a beneficência ou a "caridade" e o Serviço Social:

BENEFICÊNCIA OU "CARIDADE"	SERVIÇO SOCIAL
1 Dirigia-se aos efeitos	Procura as causas
2 Dava um alívio momentâneo	Procura melhorar o sujeito definitivamente
3 Dar natureza paliativa	De natureza construtiva, bem como preventiva
4 Caráter empírico	Caráter científico e técnico
5 Executado por qualquer pessoa	Exige agentes com formação especializada, (os Assistentes Sociais)
6 Em suma: limita-se a socorrer	Em suma: procura reajustar

O Serviço Social foi muti bem situado por uma tratadista francesa, Suzane Cordelier. Diz ela: — "A caridade aceitava, de qualquer maneira, o estado de miséria daqueles a quem procurava socorrer. Seu objetivo era adoçar os sofrimentos, melhorar a sorte dos infelizes. Mas o pauperismo constituía um fato que os economistas procuravam limitar, reduzir, sem se preocupar em obter o esforço dos principais interessados, isto é, dos próprios indigentes... O Serviço Social gravita inteiramente em torno desta idéia diretora: prevenir o mal, sob qualquer forma que o mesmo se apresente; evitar que os flagelos sociais comprometam o equilíbrio dos indivíduos, a estabilidade das famílias, o futuro da raça".

2) CONCEITO DE SERVIÇO SOCIAL

Nesta altura podemos conceituar exatamente o Serviço Social. Já tínhamos dado um conceito provisório, na primeira aula: é a tarefa de recuperar o homem, de reajustá-lo a padrões normais de vida. Podemos agora dizer: Serviço Social é o conjunto de processos tendentes a reajustar o indivíduo na vida regular da comunidade, de maneira a torná-lo mais útil a si mesmo e aos outros.

No 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em São Paulo, em 1947, foi adotada a seguinte definição: "Serviço Social é a atividade destinada a estabelecer, por processos científicos e técnicos, o bem-estar social da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constitui recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais".

Um autor americano, Edward Devine, diz: "Serviço Social é o serviço de restauração e salvação da pessoa humana".

Enfim, em nosso livro "Introdução ao Serviço Social", página 68, propomos a seguinte definição, de nossa autoria: — "Serviço Social é o conjunto de técnicas que têm por objeto reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar mais bem-estar à humanidade".

3) SERVIÇO SOCIAL — ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO SOCIAL

Faz-se muita confusão até hoje entre essas três expressões. Realmente elas são bastantes aproximadas. Acabamos de dizer que o Serviço Social é a tarefa de reajustar os indivíduos, baseada em princípios científicos e técnicos.

Enquanto isso, a Assistência Social se ocupa mais em *ajudar* do que em *recuperar*. Ela se expressa fundamentalmente em *Obras Sociais*, tais como hospitais, asilos, creches, etc. O Serviço Social vai mais longe, envolve também uma *atividade de espírito*: atitude construtiva, de recuperação, de melhoramento, de preocupação com a pessoa humana.

Podemos colocar a Assistência Social como meio *térmo*, como meio de caminho, entre a *beneficência* ou "*caridade*" e o Serviço Social.

Enfim, a Assistência é mais *estática*, espera que o indivíduo sofredor a procure, enquanto que o Serviço é essencialmente *dinâmico*: vai à procura dos indivíduos e das situações de *desajustamento*, para corrigi-las, mesmo antes que aqueles venham pedir o socorro.

Quanto à *Ação Social*, é esta uma expressão que tem um sentido muito mais genérico: é qualquer forma de trabalho em favor da comunidade. Podemos definir: "*Ação Social é a atividade dos membros de uma comunidade tendo por objetivo o maior bem-estar dessa comunidade*". O Serviço Social e, assim, uma parte, uma forma de *Ação Social*. Diz a senadora belga Marie Baers: "O Serviço Social faz parte da *Ação Social*. Esta tem um sentido mais amplo e essencial, principalmente num mundo de populações economicamente fracas. A *Ação Social* tem em vista as massas e a transformação da sua situação social pode influir nas leis, enquanto que o Serviço Social ajuda agrupamentos ou indivíduos".

Podemos dizer, em resumo, que a *Ação Social* se dirige mais às *estruturas* da sociedade, enquanto que o Serviço Social se preocupa mais com os indivíduos e grupos que compõem a sociedade.

"A *Ação Social* situa-se no plano dos problemas considerados *impessoalmente*; o Serviço Social, ao contrário, preocupa-se com os *casos individuais*, familiares ou grupais, fragmentando o problema so-

cial em tantas parcelas quantos forem os elementos por ele afetados". (Nancini)

4) OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS

Mas as atividades humanas em favor da melhoria da sociedade não se resumem no Serviço Social e na Ação Social. No mesmo plano em que estas duas, se encontram ainda quatro formas sociais: 1) A Justiça Social; 2) O Direito Social; 3) A Previdência Social e 4) A Obra Social.

1) *Justiça Social* — É a mais elevada das formas sociais. É o supremo anelo da consciência humana: justiça sem privilégios de classe; abolição de todas as formas de casta. Justiça Social é dar a cada um o que ele merece, de acordo com os seus méritos, com o seu trabalho, com o seu esforço. Em uma palavra: *Justiça Social* é o conjunto de princípios básicos que devem orientar a vida em sociedade. A Justiça comum, a justiça que compõe o poder Judiciário, isto é, os juizes e os tribunais, é de cunho particularista: só entra em função quando chamada, quando requisitada por alguém que se sente ferido em seus direitos. É uma justiça que só age em casos concretos e sempre a posteriori, isto é, depois que algum direito foi ferido ou está na iminência de sê-lo.

A *Justiça Social*, ao contrário, procura estabelecer uma sociedade onde haja mais igualdade, mais respeito à dignidade humana, menos liberdade para o forte oprimir o fraco, mais liberdade para o bem.

2) *O Direito Social* — É o conjunto de leis que regem o trabalho humano e as relações entre o empregado e o empregador. São as leis de amparo ao homem que trabalha. Usam-se, como sinônimo, as expressões: "*Legislação Social*" — "*Direito do Trabalho*" — "*Direito Operário*" e "*Legislação Trabalhista*". Mas o nome mais adequado e mais moderno é esse de "*Direito Social*".

Segundo Cesarino Júnior, "*Direito Social* é o complexo dos prin-

cípios e leis imperativas cujo imperativo imediato, e tendo em vista o bem comum, é auxiliar e satisfazer convenientemente as necessidades vitais próprias e de suas famílias, aos indivíduos que, para tanto, dependem do produto do seu trabalho".

3) *Previdência Social* — É o conjunto de princípios destinados a amenizar ou reparar as consequências da infortunistica. Chama-se *infortunistica* o conjunto de males biológicos ou sociais que afetam o homem em trabalho e o impedem, total ou parcialmente, de ganhar a sua vida. Entre os males sociais se catalogam o desemprego, o salário insuficiente, e, talvez, os acidentes no trabalho. A *Previdência* se dirige ainda para outras situações difíceis do indivíduo ou da família (tal é o caso do "seguro-maternidade", por exemplo).

A *Previdência Social* se organiza e realiza através do *Seguro Social*. Daí muitos autores preferirem atualmente esta última expressão. Como se sabe, o *Seguro Social* consiste num patrimônio do trabalhador, formado por uma parcela de suas economias, obrigatoriamente descontada pelo empregador e entregue a uma instituição especial para esse fim. Por sua vez, o empregador e o governo entram para a formação daquele patrimônio com quantias iguais às que o próprio trabalhador desconta.

4) *Obra Social* — Chama-se assim qualquer obra destinada ao bem da coletividade. Mas em sentido específico denomina-se *Obra Social* aquela destinada a prestar *Assistência Social*. Podemos, assim, dizer que a *Assistência Social* se realiza através das *Obras Sociais*. São obras desse gênero: os hospitais, as creches, os asilos, as "sociedades de auxílios mútuos", os restaurantes populares, as cantinas, etc., desde que cumpram

este preceito básico: — não visem lucros, mas sim e apenas servir à coletividade.

5) FINALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Não se deve confundir "objeto" com "finalidade", como tanta gente faz. "Objeto" de uma ciência é aquilo que ela maneja, isto é, com que trabalha. "Finalidade" é aquilo que ela prete atingir, é a razão de ser da sua existência; é sinônimo de "Objetivo".

A *finalidade* ou *objetivo* do *Serviço Social*, portanto, é a *reperação* do homem, é o seu *reajustamento*.

Em nosso tratado sobre *Serviço Social* colecionamos nada menos de 19 definições da matéria. Todas essas definições reasaltam o aspecto individual do *Serviço Social*. E por isso todas consideram como objetivo ou finalidade do mesmo "recolocar os indivíduos em condições normais de existência" — ou "adaptar os indivíduos à sociedade" — ou "reajustar o indivíduo à vida regular da sociedade".

Julgamos, no entanto, mais acertado e mais profundo considerar, na idéia de *Serviço Social*, a própria idéia de felicidade humana, de melhoria da personalidade humana. Eis por que dizemos que a finalidade do *Serviço Social* é a plena expansão da personalidade humana e maior bem-estar da comunidade.

6) CAMPOS DO SERVIÇO SOCIAL

O *Serviço Social* pode ser levado a efeito em diferentes campos sociais, que são em número de 9, a saber: 1) Família; 2) Criança; 3) Menor transviado; 4) Médico; 5) Psiquiátrico; 6) Trabalho; 7) Delinquência; 8) Escolar e 9) Rural.

Falaremos, depois, detalhadamente, de cada um deles.

(Continua)

UM ITALIANO FALSIFICADO

(Anedotário da F. E. B.)

Oferta da CASA NENO

O bravo Capitão Airosa estava ferido, com fratura da perna, de costelas e perfurações no fígado e pleura, num reconhecimento avançado da frente de Fornovo e Collecchio. Para cumprir esta arriscada missão trajara-se civilmente. Sofrera cruciantes dores durante uma noite, pois fingia estar morto e a toda rendição de sentinelas alemãs era virado e revirado de um lado para outro, para que se certificassem da sua morte. Ao amanhecer foi descoberto o seu embuste e então resolveu identificar-se como Italo Giuseppi, comerciante de Parma, fugindo de um tiroteio.

Na primeira residência onde os tedescos pararam com o nosso valente oficial, que estava para ser pôsto em liberdade por ser um "pacífico comerciante" depois de uma acareação com os moradores, a cada olhar penetrante dos alemães os italianos se descontrolavam, até que um deles assim se desabafou para o chefe da escolta:

— "É, camarada, acho melhor fazê-lo mesmo prisioneiro. A língua que este sujeito está falando apenas parece italiano..."

ATENÇÃO COMPANHEIROS DAS GUARNIÇÕES DO INTERIOR:

Atendendo aos inúmeros pedidos, resolvemos estender nosso sistema de venda em prestações para todas as Guarnições do Brasil.

Assim, você que se encontra no interior, poderá comprar o seu rádio, geladeira, máquina, etc., etc. e pagar suavemente em prestações.

Escrevam, pedindo o que desejarem !...



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, COMPANHEIRO REFORMADO, deseja facilitar tôdas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LIBANO, 7, 14 E 16

(Antiga Rua do Núncio)

RUA BUENOS AIRES, 151

O MODERNO CONCEITO DE DEFESA NACIONAL

Aula de reabertura de Cursos da Polícia Militar
do Distrito Federal — Cel. NISO DE VIANNA
MONTEZUMA, Comandante Geral.

Bem sei que os comentadores da "DIVINA COMÉDIA" explicam que, em meio caminho de sua vida, sentiu-se DANTE perdido em plena floresta agreste, escura e áspera, dos erros e dos vícios da sociedade do seu tempo e que, apesar de decorridos seis e meio séculos, ainda hoje acontece o mesmo aos homens e aos povos.

É que, em regra não sabem, como soube o poeta, encontrar nas inspirações do coração o caminho do viver em paz, apesar das lições do passado e das realizações da ciência.

"Parecem, todos, aturdidos na selva agreste dos seus egoísmos. Debatem-se obstinadamente na obscuridade dos seus corações insinceros sem poder enveredar pelos caminhos certos que conduzem aos claros horizontes, debalde apontados por seus melhores guias..."

Assim, também não pôde o Brasil furtar-se às consequências das duas Grandes Guerras, inclusive do desmantelo moral que se lhes seguiu, imprimindo à vida um sentido materialista em detrimento do altruísmo, da compenetração e do necessário espírito público.

Esse materialismo concretizado num ganancioso egoísmo, num comodismo desvirilizador, num inequívoco desinteresse pelo BEM COMUM, constitui elemento de decomposição para a sociedade; é seriamente comprometedor dos sentimentos básicos em que se assenta a grandeza das nacionalidades e nada tem de favorável sob o ponto de vista da Defesa Nacional, que exige compreensão, compenetração e sacrifícios só possíveis quando

existe moral elevada, capaz de dar consciência aos indivíduos, de assegurar em seu espírito o sentimento e a vontade de dedicar-se ao serviço da Pátria até com sacrifício da própria vida.

É nesse sentimento individual que repousa a unidade espiritual da Nação, que é a base da Defesa Nacional.

Esse estado de coisas se vem refletindo de maneira nociva na formação da mocidade, enquanto os altos interesses da Pátria estão a reclamar uma profunda reforma na orientação da juventude.

Prepará-la para exercer sua função em proveito da coletividade, com elevação e não com mesquinhas competições; com dedicação e não com indiferença, movida por um ideal e não por apetites, compenetrada dos seus deveres e não somente a reclamar direitos e regalias é a árdua tarefa a que não podem ficar alheios os brasileiros capazes e bem intencionados e, particularmente quem, como nós, tem a missão de instruir e de educar.

Eis porque sempre tive, e continuo a ter, a preocupação — grande e constante preocupação — de jamais aparecer aos olhos dos mais jovens como quem não se compenetrara das suas responsabilidades ou não teve capacidade para viver à altura dos problemas de sua época.

Daí a minha convicção de que só vivendo assim se poderá deixar de ser apontado como um dos responsáveis pelo mal-estar da hora presente, pelo legado de encargos que — por não terem sido oportunamente combatidos, evitados ou

orientados — venham tornar-se superiores às forças da geração vindoura, amargurando-lhe a existência na luta perene contra os males que, constantemente, ameaçam a FAMÍLIA, a SOCIEDADE e a PÁTRIA.

Eis porque jamais desprezei oportunidades, como esta, para trabalhar arduamente, levando por diante desejos que não tenho podido sopitar, altíssimos propósitos que venho acalentando desde os tempos da minha mocidade, todos os pendores de minha alma para SERVIR A MINHA PÁTRIA.

E nesse batalhar contínuo tenho vivido a minha vida e não aqui me tendes para dizer-vos que espero de DEUS que o meu comando, aqui, venha a servir os imperativos do MODERNO CONCEITO DE DEFESA NACIONAL, que requer que os brasileiros não se limitem a pensar em si ou que a Pátria deva ser olhada como fonte geradora de delícias infundas a gozar na expansão materialista de desenfreado egoísmo. Dêsse egoísmo "que leva os indivíduos a desenvolverem suas atividades na vida pública, no sentido do perdimento crescente das noções de justiça, do dever e dos sentimentos de honestidade cívica, do pudor, da probidade e, até, do que seja a mais rudementar solidariedade humana"...

É preciso pensar também no Brasil, cujos problemas estão a reclamar menos egoísmo e mais patriotismo em todos os setores de atividade.

Tenho dito e me não constranço em repetir, que a atividade deve ser esclarecida pela inteligência mas, na realidade, impulsionada pelo sentimento — porque onde houver uma vontade afirmando-se pelo trabalho, aí deve existir um espírito e um coração; e tudo depende do coração; tudo é atividade que se dirige, se manifesta, se exerce iluminada pela inteligência.

Entretanto, "o enriquecimento rápido e a ascensão vertiginosa são moda. Madrugara no trabalho ou vigiar na tarefa, de há muito, é raridade. O golpismo é o estigma do tempo que vivemos".

Convém observar que nem todos que ocupam cargos trabalham nêles. Sem poder, sem qualquer noção de seus deveres e, por conseguinte, sem autoridade moral, fazem do emprego sinecura; desonestos por indole, não se contentam em ganhar sem trabalhar, nem em ser relapsos e incompetentes, praticam outras formas de desonestidade em qualquer oportunidade que o cargo lhes proporcione; nada produzem, mas querem viver bem e, por isso, em regra são, também, os que mais reclamam e pleiteiam concessões absurdas; inescrupulosos pescadores de vantagens, nada querem com o trabalho e não se contentam em ser inúteis — tornam-se nocivos à coletividade criando casos de interesse pessoal, perturbadores do trabalho construtivo e, por essa forma, fazem a exploração do erro, que outra coisa não é do que a demagogia: não são, apenas, parasitas porque também contaminam o ambiente.

Ao fim de cada dia, perguntai a um desses repugnantes indivíduos: — QUE PRODUZIU HOJE? E vereis que ele não tem noção de sua função social, do seu papel na coletividade nem, muito menos, dos seus DEVERES PARA COM A PÁTRIA!

Fazei, depois, o cálculo de seus vencimentos e verificaí quanto os cofres públicos lhe pagam para DESSERVI-LO BRASIL. Atentai para o número dos que assim procedem e procurai estimar a despesa pública para manter a legião dos que, ganhando para trabalhar, deixam de fazê-lo entravando o progresso da própria Pátria!

Por outro lado, nem todos que, de fato, exercem atividades se preocupam com o bem-estar da coletividade e com a grandeza da Pátria — porque numerosos indivíduos vivem, apenas, na preocupação material de prover a subsistência, de ganhar dinheiro, de enriquecer, de viver comodamente, enfim, no estreito círculo de sua própria individualidade; outros entravam a evolução com a burocracia e a rotina.

Dessa forma tornam a atividade essencialmente pessoal, originariamente egoística. O mesmo não deve acontecer com a atividade policial-militar, porque a condição MILITAR se caracteriza pela noção de conjunto e de cooperação, de camaradagem e de apego entre os homens; não se torna brilhante senão com a lealdade e a nobreza de sentimentos, com a veneração, a bondade e o desprendimento, porque a militar é a atividade altruística por excelência.

Nas outras formas de atividade onde não há — como na militar — a disciplina que a todos abrange e dignifica, pode ser fácil aceitar tudo que vem em auxílio do indivíduo e ao encontro de seus desejos, conferindo-lhe inúmeros direitos, que vão crescendo e se multiplicando vertiginosamente, numa verdadeira volúpia que faz esquecer completamente de que CADA DIREITO GERA UM DEVER.

Eis aí um dos grandes erros da atualidade, que não se deve propagar entre nós, porque SERVIR é o apanágio da atividade militar e, por conseguinte os direitos deverão decorrer do fiel cumprimento do dever.

É preciso ter em vista que aos direitos que possuímos correspondem deveres, que irão constituir os direitos de outrem, mesmo porque, se todos só tiverem direitos e ninguém tiver deveres, quem haverá de fazer observar os direitos que nos assistem?

É nesta época de exóticas insidias, em meio das apreensões da hora presente é preciso estarem, todos, convencidos da missão de cada policial-militar para poderem bem cumprir o seu dever, a começar por impedir que os traidores abram em sua coesão as brechas do descontentamento, da desconfiança e da confusão para perturbar sua ação preventiva e repressiva. É preciso deixar bem viva no subconsciente de cada um a existência de um DEVER SUPERIOR A CUMPRIR COM O BRASIL.

É isto é tanto mais necessário quando é verdade irrefutável que a guerra moderna tornou-se uma

guerra total, absolutamente total, que nem todos percebem quando e como começa. Ela não distingue condições sociais, carreiras nem profissões, porque já não é apenas a Nação em armas, porém e sobretudo, a Nação unida pelo mesmo pensamento.

Observai o que se passa nesta GUERRA PSICOLÓGICA que se trava, com o nome de GUERRA FRIA, entre os países representantes das duas doutrinas econômico-sociais que sobraram da recente luta armada rematada pela BOMBA ATÔMICA e verifiçai a ação adversária para AMACIAR a resistência do povo através da corrupção de costumes, do relaxamento de atitudes, da licenciosidade de linguagem; do desrespeito às instituições, à lei e à autoridade; da malandragem e do parasitismo social como formas, que são, do derrotismo a que recorrem os traidores e o quinta colunismo, para agravar os problemas internos, dificultar-lhes a solução, descontentar, intrigar, confundir, dividir, enfim, enfraquecer.

Só assim compreendereis que a intenção soviética é impedir que as nações se refaçam do esforço da última GUERRA para manter o mal-estar geral e poder incitar a guerra civil universal, por meio de grupos de orientação soviética através de satélites que já foram subjugados e da quinta coluna organizada nos países visados.

Não é sangue russo que deverá correr para bem do KREMLIN, mas sangue coreano, chinês, alemão, italiano, francês, inglês, norte-americano, sul-americano e... brasileiro.

É uma das mais perigosas e infames conspirações da HISTÓRIA, pior do que a dos nazistas. Isto porque, embora a ALEMANHA tenha feito uma guerra militar, de horrível destruição, as nações que combateram os nazistas sabiam quem era e onde estava o inimigo. O sangue alemão correu pela conquista alemã.

Mas esta guerra, que hoje se trava, tem um punhal oculto. O inimigo é um suposto amigo, um compatriota, um suposto compa-

nheiro no cumprimento do dever, um operário do mesmo sindicato.

A conspiração não golpeia sob uma bandeira reconhecida, mas sob milhares de variadas formas, inclusive fingindo defender a Bandeira que defendemos!

Imaginal a perfeição a que terão atingido os ardis em nosso tempo considerando que "o último ato daquele drama, que determinou a queda final da velha TRÓIA, é uma insidia de guerra que a declaração de BRUXELAS puniria como espionagem. E isso, porque os trinta nobres gregos que se ocultaram no ventre do cavalo, bem como SINON, que fez acreditar aos tróianos que aquilo era um presente que os helenicos "ofereciam", entraram secretamente e sob falsos pretextos em uma localidade ocupada pelo inimigo.

"Se nos referíssemos à PÉRSIA, veríamos um belo caso de espionagem, devido ao sacrifício exponetâneo de um jovem, que determinou a queda da BABILÔNIA rebelada contra o Rei DARIO. Este assediava havia vinte meses a cidade, sem o menor resultado. Apresentou-se, então, o jovem ZÓPIROS, que pediu lhe cortassem as orelhas e o nariz e o espancasssem até que seu corpo ficasse chagado, passando, nesse deplorável estado para o lado do inimigo, onde ofereceu seus serviços de transfuga que queria vingar-se.

De tal modo conseguiu a confiança do exército inimigo, que pôde, vinte dias mais tarde, abrir a seu rei, as portas de BABILÔNIA".

Hoje os riscos de espionagem se multiplicam; em torno da bomba atômica e de seus segredos não basta uma guarda vigilante, há necessidade de uma técnica policial adaptada a este aspecto da guerra e de sua preparação.

É preciso, pois, haver uma contrapreparação adequada que, na fase da chamada GUERRA FRIA, e par de atenta vigilância, compreenderá, também, a preocupação de esclarecer os mesmos esclarecidos e de orientar convenientemente

os mal orientados, combatendo as idéias exóticas.

Por conseguinte, convém que todos saibam que a guerra moderna é uma fatalidade que apresentará CARÁTER MUNDIAL e que a AMÉRICA forma um todo, inevitável e necessariamente solidário, sob a liderança dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, que lideram o MUNDO.

Eis porque o comunismo combate, sistematicamente, os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE e os NORTE-AMERICANOS: — é porque estes lideram o mundo livre em oposição aos funestos propósitos escravocratas moscovitas, como estamos a ver na Coréia.

Nestas condições é preciso, também, ouvir com reservas certos indivíduos que combatem os Estados Unidos da América do Norte e os Norte-Americanos. É indispensável observar se não agem com segunda intenção, qual seja a de enfraquecer os defensores da CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL e, por conseguinte enfraquecer, também, as possibilidades de independência do nosso Brasil.

Um dos pretextos a que, para isso, recorrem é o NACIONALISMO, que serve aos adversários ocêles...

Mas o NACIONALISMO que nos convém é o que se não opõe à cooperação, ainda que sem descer à subserviência e à abdicação da altivez da independência, que de nós reclama TRABALHO honestamente autônomo e profícuo.

Nesse particular convém esclarecer que "o que caracteriza essencialmente o comunismo atual, no plano econômico, é a supremacia absoluta do TRABALHO, ao passo que a característica essencial do capitalismo é a supremacia absoluta do CAPITAL. Ambos, comunismo e capitalismo, colocam a economia no plano das ciências e artes NATURAIS e portanto totalmente alheias a qualquer subordinação a princípio de ordem ética ou teológica".

"É nesse ponto de partida que começa o dissídio radical entre uma

concepção CRISTÁ da economia e essas duas concepções que pretendem dominar o mundo contemporâneo, uma para lá e outra para cá famosa "CORTINA DE FERRO".

"Ora, a Economia, contendo embora, como a psicologia, uma parte da observação dos fenômenos naturais, inteiramente alheios a qualquer disciplina ética, é uma ciência do homem e não da natureza. E, como tal, escapa ao determinismo físico-matemático, para se enquadrar entre as ciências de CARÁTER MORAL e, portanto, indeterminista".

"Sempre, portanto, que se atribui ao CAPITAL ou ao TRABALHO uma soberania suprema, desligada de qualquer outra consideração de ordem superior, cai-se numa filosofia naturalista, substancialmente contrária a toda e qualquer concepção cristá de vida" (Tristão de Athayde, Primazia do Trabalho).

Na linha do meio termo, que é a síntese resultante da interação das opiniões dos novos e dos velhos, situa-se o equilíbrio da Sociedade e, por conseguinte a harmonia que proporciona ordem e progresso atendendo, também, os imperativos da DEFESA NACIONAL.

Esse equilíbrio se afirma na justaposição da tendência de rebeldia dos novos e no espírito conservador dos que amadurecem, de modo que a vida se retém pelo impulso daquelas tendências e se cristaliza aos influxos retificadores dos que se tornaram menos impetuosos à custa do sofrimento ou da experiência voluntariamente aceita.

"O problema do CAPITAL e do TRABALHO, portanto, longe de ser entregue aos caprichos de um capitalismo que só olha para os interesses da classe burguesa ou de um socialismo, que só olha para os interesses da classe proletária e que terminam na guerra, na revolução e na miséria — o problema do capital e do trabalho é o da COOPERAÇÃO PARA O BEM COMUM e da subordinação da produção econômica a esse BEM COMUM e não aos bens próprios respectivos do lu-

cro do capital ou da ditadura do trabalho. PRIORIDADE DO BEM COMUM, portanto, eis o primeiro princípio que decorre dos mais recentes documentos pontifícios (Tristão de Athayde — A Solução Racional — Diário de Notícias de 29-I-1950).

"Tanto o abuso do capital, como o abuso do trabalho, sem a medida do BEM COMUM, representam uma perda de proporção e, por conseguinte, um erro e um mal. Eis o que nos diz a mais recente das alocações do PAPA, que o telegrafo nos transmitiu, em 11 de setembro de 1949:

— "O abuso do trabalho organizado pode, eventualmente, conduzir à escravidão dos próprios operários... Que a nossa benção proteja a classe trabalhista cristã da Bélgica, para que sobrevenha salva e ilesa nessa maré perigosa que, em nossos próprios dias ameaça quase em todo o mundo o operariado. Quero dizer, a tentação do abuso da força de organização é uma tentação tão temível e tão perigosa quanto o abuso do capital privado.

Esse abuso do capital privado é o capitalismo, como esse abuso do trabalho organizado é o sindicalismo.

Um e outro representam formas egoísticas e separatistas de resolver um problema, que só pode ser racionalmente solucionado pela obediência às leis morais e pela formulação de um estatuto público, baseado no BEM COMUM, no trabalho como instrumento da pessoa humana e no CAPITAL como instrumento material da propriedade. O que importa sempre é manter a economia dentro de sua natureza, que é SERVIR ao homem. Tanto a produção como a distribuição se devem equilibrar entre si para SERVIR à pessoa humana e suas necessidades materiais.

Não basta repetir, sem cessar, a palavra de ordem, demasiadamente simplista, de que o mais importante é PRODUZIR. A produção, por sua vez, se faz pelos

homens e para os homens (Pio XII — Carta Cít. de 1 de junho de 1947)".

"Vemos, então, que a noção de salário mínimo deve trazer consigo a noção de trabalho mínimo correspondente a esse salário. A quantidade e a qualidade da produção é que devem determinar os proventos do trabalho, isto é, para uma tal produção, tal rendimento ou, ainda, o homem deve organizar sua vida pela sua capacidade de produção, pela aptidão que tiver para o trabalho.

"O princípio de transcendência, enfim, nos ensina que todo trabalho — físico, intelectual e moral, deve ser feito, em última análise, para DEUS.

"É o princípio do trabalho bem feito. Bem feito não apenas pelo próprio trabalho, valor sempre relativo, nem pelo interesse ou pela vaidade de quem o fez, nem pelas exigências da coletividade, ou da Pátria, mas por um valor absoluto e transcendente, que exige o máximo de perfeição no cumprimento de tudo o que se faz nesta terra — o próprio CRIADOR.

"É por isso que todo trabalho que dignifica e eleva é feito por espírito de desinteresse, de alegria e de amor.

"Leibnitz dizia, por outras palavras, que o segredo da felicidade estava em fazer do nosso DEVER o nosso prazer. É, precisamente, o que nos ensina esse princípio de uma autêntica filosofia do trabalho.

"O trabalho feito para DEUS está sempre guiado por uma exigência de perfeição que representa realmente o trabalho bem feito. Bem feito sem recompensa aparente. Bem feito porque a natureza não é cega nem fria nem ocasional e sim obedece a uma linha providencial e paterna, segundo uma lei de amor e de perfeição que dá um sentido transcendental e eterno às coisas mais humildes. Não há trabalho indigno quando feito com dignidade. Não há trabalho ser-

vil quando feito para servir a Deus.

Não há trabalho que diminua o homem, quando este o eleva pela oblação à Divindade (Tristão de Athayde — A dignidade do trabalho — Diário de Notícias de 4-XI-949)".

Do exposto podemos concluir :

1º) o corretivo que se impõe será, pois, a subordinação da economia aos valores morais, uma vez que a verdade evidente por si mesma é a que a economia serve ao homem e não o homem à economia.

Nessas condições, o grande problema econômico de nossos dias, podemos dizê-lo sem paradoxo, é uma questão moral;

2º) é preciso que, sob criteriosa e insuspeita vigilância do Estado, se estabeleça a indispensável harmonia entre o CAPITAL e o TRABALHO, sem conferir àquele o direito de exploração nem a este a prerrogativa de se organizar para hostilizar o Capital, prejudicando o BEM COMUM e os elevados interesses da PÁTRIA;

3º) é indispensável que ambos — CAPITAL e TRABALHO — num ambiente de mútua compreensão, vivam e sintam os problemas nacionais, aceitando a ponderação do Estado como a defesa dos interesses dentro das verdadeiras conveniências nacionais;

4º) os sindicatos devem ser um elemento útil, benéfico e fecundo na complexidade da vida econômica e social da nação e nunca um fator de desagregação, de decomposição, de discórdia, indisciplina e desconcerto na existência nacional.

E já que chegamos até aqui, convém observar que, embora os compêndios não se refiram sempre e com a desejável clareza a esse aspecto, no terreno da ECONOMIA POLÍTICA, o CAPITAL precisa de confiança para ser empregado e dar TRABALHO, assim como este requer tranquilidade para produzir e a circulação da produção não dispensa a segurança, isto é, um conjunto de condições que decorrem da MANUTENÇÃO DA ORDEM, SEGURANÇA e TRANQUILIDADE

PÚBLICAS, que constituem DEVER essencial e indeclinável desta Corporação.

E nesses esclarecimentos necessários se torna recomendar cuidado com o pacifismo mal compreendido, assim como com certas campanhas como a do "PETRÓLEO É NOSSO", pela "PAZ" e a que invoca humanitários sentimentos contra a BOMBA ATÔMICA...

É preciso que todas as classes sociais compreendam que essa cuidadosa atenção pelo problema da DEFESA NACIONAL, não é militarismo. Ao contrário, a ação das FORÇAS ARMADAS muito dependerá da ação vigilante e orientadora da POLÍCIA, principalmente nesta fase de GUERRA FRIA e do apoio que lhes der o POVO, enfim do apoio de todos os que contribuem moral e materialmente para sua formação e eficiência. Por isso a honra de defender a Pátria cabe a todos os brasileiros, dentro de suas respectivas esferas de ação. A obrigação de lutar na frente externa ou na INTERNA, com armas ou sem elas, no presente, alcança a todos.

"O que temos em vista, sobretudo, é acentuar que a ninguém, que ame a sua Pátria, ou seja fiel ao regime de liberdades públicas, será lícito atrelar-se, nas grandes horas de adversidade para o país ou das instituições, ao comodismo, sob a alegação de ser o esforço inútil, ou à prudência, tantas vezes sinônimo de medo, assistindo de braços cruzados, à derrocada, ao desmoroamento do que, em rigor, se confunde com a dignidade da nação.

Todo cidadão que se preze, ou saiba mostrar-se digno do próprio título de cidadania, tem que ocupar o seu lugar na fileira — e tanto mais quanto maior o perigo — sempre que, interna ou externamente, entre em jogo a sorte do país.

O mais será deserção, que é crime, com a agravante da desonra.

A doutrina de que "não adianta", "não vale a pena", "uma an-

dorinha só não faz verão", etc., o erro de abandonar a causa pública, esperando que dela outros cuidem, ou até capitulando de insensatos os que perdem o seu tempo a interessar-se pelos públicos negócios, eis o que, por via de regra, mais conduz os povos à desgraça".

A uniformidade do esforço requer compreensão, boa vontade, desprendimento para que seja possível harmonizar, pelo BEM COMUM, os ressentimentos das diversas classes sociais, assim como contornar o antagonismo de partidos políticos. É nessa preocupação que se encontrará um dos melhores meios de ORDEM e de PROGRESSO enaltecendo a dignidade e assegurando a tranquilidade material de todos.

Nos dias que correm, "A NAÇÃO. ORGANIZANDO-SE PARA A GUERRA ESTÁ, TAMBÉM, PREPARANDO-SE PARA UMA VIDA MELHOR".

Em consequência, desde que o POVO representa papel tão saliente na GUERRA MODERNA, imprescindível será a preocupação de conservá-lo, SEMPRE, unido pelo mesmo sentimento do BEM COMUM e de SERVIR à PÁTRIA, superando os ressentimentos, principalmente quando houver ameaça de PERIGO COMUM.

É preciso não se esquecer que, ainda que se obtenha excelente educação individual, ainda que em cada indivíduo se chegue a formar um verdadeiro caráter para a luta, pouco se conseguirá no tocante à capacidade de resistência do povo, se não se começar por orientar o procedimento capaz de, em qualquer circunstância, assegurar sólida harmonia e elevada compreensão entre as diferentes classes sociais assim como entre os diversos partidos políticos.

Se da GUERRA FRIA o mundo vier a entrar na outra fase da GUERRA, o quinta colonismo; a aviação, a motomecanização, o submarino e outros meios de luta dos quais não nos é lícito excluir os bacteriológicos, os tóxicos, os foguetes e a bomba atômica, propor-

cionarão à guerra moderna tais possibilidades de rapidez e de surpresa que permitirão atacar, logo, as populações.

Antes dos exércitos e das esquadras se chocarem, as crianças, as mulheres, os velhos, os inválidos, os hospitais, os colégios, as fábricas, os mercados, os serviços públicos e tudo o que é essencial para a vida poderá estar submetidos à ação inimiga.

Essa calamidade só poderá ser suportada por aqueles em quem o sentimento de Pátria tiver desenvolvido um grande espírito de resistência e uma firme resolução de sacrifício.

Dessas possibilidades decorre "como consequência lógica, a participação de **TODOS**" na luta armada ou na **CLAN-DES-TI-NA**, cuja aplicação organizada por todos os beligerantes constituiu uma normalidade peculiar ao último conflito. Dêsses três fatores: — "cooperação de **TODOS**, para o esforço de guerra; perigo para **TODOS**, no caso de um conflito e possibilidade de **TODOS** serem transformados em combatentes ativos, nasce uma maneira nova de encarar a guerra moderna — e que deverá, antes de tudo, responder às suas características.

"É assim que a mobilização "passará da fórmula clássica geral para a de mobilização total e da qual a "mobilização militar" será simplesmente uma das partes" porque haverá, também, mobilização moral, econômica, diplomática e científica.

É pois indispensável que o povo inteiro tenha idéias claras sobre o que é a DEFESA NACIONAL, o que devemos fazer para prepará-la, as consequências fatais da negligência em sua preparação, seu verdadeiro alcance e os sacrifícios que essa preparação requer.

É um assunto que interessa a civis e a militares e que não deverá fazer pensar, apenas, em metralhadoras e canhões, porque requer a contribuição abnegada e de-

cida de todos, governantes e governados. É um problema de nação inteira em sua aceitação bem ampla e não mais como antigamente, um problema das **FORÇAS ARMADAS**. Compreende desde a sublime ação educativa da **MÃE** no recesso sagrado do **LAR** até o ambiente de probidade que orienta o trabalho em geral, assim como a noção de lucro, principalmente no comércio e na indústria.

A guerra é fenômeno de incubação complexa. Fatores múltiplos e poderosos atuam a seu tempo e sob determinadas circunstâncias, às vezes superiores à vontade dos homens...

A ela não se aplica o adágio popular segundo o qual — quando um não quer, dois não brigam. A História está cheia de exemplos mostrando que a paz — a cristã e ansiada paz — não se consegue com o desejá-la apenas. A ingenuidade de **CHAMBERLAIN** foi a última comprovação disso. É, pois, forçoso reconhecer que o espírito humano ainda se acha num estado bastante primitivo para que possa reinar sobre a terra uma situação permanente de paz e de concórdia.

É a História de todos os tempos registra inúmeros exemplos de povos vencidos, alguns dos quais se submeteram sem luta, que além do seu doloroso desmembramento territorial e político foram obrigados a sofrer, em silêncio, atentados à honra de espôsas e filhas, a fome, a miséria e todos os vexames decorrentes das leis e tratados impostos pelos vencedores.

Tudo leva a crer que, doravante, os conflitos não principiaram pelo ato solene, mas obsoleto, da declaração diplomática; a guerra prontamente dita poderá ter sua fase militar precedida de um prelúdio civil capital; a instalação nos postos de observação e o emprego prévio de um pessoal especialmente treinado para o "quintacolonismo" já foram caracterizados na **II GRANDE GUERRA**. É de se prever que os agentes inimigos continuem a se especializar na tarefa essencial de preparar o terreno e organizar a ocupação, agindo

contra as retaguardas e atacando o moral das populações.

Diante da técnica bolchevista do "quanto pior, melhor" e da ação dos agentes inimigos especializados para enfraquecer, classicai a atitude daqueles que ficam na retaguarda praticando atos como o que aqui transcrevo:

"Dizia-se antigamente: — "A bolsa ou a vida", quando se desejava traduzir um ato de rematado banditismo. A vítima do assalto era oferecida aquela alternativa: ou entregava os seus valores ou moria. Agora, os salteadores não precisam mais agir nas estradas, alta noite; fazem-no nas cidades, à luz meridiana e exigem ao mesmo tempo, a bolsa "e" a vida — a primeira extorquindo nos preços os derredores centavos do consumidor; a última, submetendo-o a um regime de fome, precursor da desnutrição e da inanição, e impingindo-lhe gêneros deteriorados e drogas falsificadas. Roubam e matam, simultaneamente (Cesar Leitão — Diário de Notícias de 23-VIII-946, 2ª Secção, 3ª pág., sob o título "ONTEM E HOJE")."

É preciso ficar bem claro que proceder assim é colaborar com o inimigo, revoltando o povo, fazendo-o expressar geral desconfiança na defesa que o poder público lhe deveria assegurar contra o crime continuado da ganância e do mercado negro.

Infelizmente, é forçoso reconhecer que — embora existam homens sérios, honestos e limpos, é esse o espírito que vem predominando em muitos negociantes da indústria e do comércio — fazendo com os estrangeiros mereçam especial cuidado — mas todos insuflados, em grande parte por uma voracidade móbida que leva às falsificações monstruosas ao roubo inveterado no péso, a um insuportável arbítrio na cobrança dos preços.

Durante a última guerra — enquanto os homens úteis e merecedores de respeito morriam em estranhas terras — estrangeiros,

muito bem acompanhados por péssimos brasileiros, foram tomados de um verdadeiro delírio e não mais da humana ambição de ganhar bem e honestamente. O aparelho de repressão infelizmente, não funcionou. Mas, é preciso, que todos saibam que quando a Nação é vencida, arrasta em sua queda todos os demais interesses individuais, até os daqueles sem consciência ou de consciência negra que chegaram a desejar a guerra para poderem especular com os armamentos, com o abastecimento das forças, com a fome da população, ou que formaram fortunas à custa da DEFESA NACIONAL.

Por isso a guerra pode ser comparada a uma epidemia. O primeiro passo consiste em evitar o mal. É missão de especialistas que pesquisam as causas da enfermidade, isolam o germe e preparam a antitoxina.

Se o mal sobreviver, já não será só o higienista, mas, sob a orientação dele, o clínico e todos, cada um em sua esfera, trabalharão harmonicamente para eliminar a enfermidade com o menor número possível de perdas de vidas.

Porém essa tarefa se tornará muito mais difícil se eles tiverem de lidar com um povo desconhecedor dos princípios elementares da higiene e da terapêutica e se obstinar contra a ação curativa.

Trabalho semelhante se passa em relação à guerra. A primeira tarefa do Governo, através a diplomacia, consiste em preveni-la, pesquisando e afastando causas e pretextos que possam provocá-la.

Se a despeito disso ela ameaçar vir, éle estreita o contato com os demais órgãos do Governo, principalmente com os das FORÇAS ARMADAS, e apela para a cooperação do POVO.

Dai surge a necessidade de uma preparação conscienciosa para moldar a mentalidade do POVO em harmonia com os propósitos do Governo e os imperativos militares, de vez que esses elementos só po-

derão trabalhar estreitamente e sem atritos perturbadores quando as funções e os deveres correspondentes a cada um forem compreendidos por todos.

Vemos, pois, que hoje, a GUERRA já não se resume, como antigamente, à direção dos exércitos, das esquadras e, posteriormente, das forças aéreas. Por conseguinte não é assunto a ser confiado, apenas, a militares de terra, do mar e do ar. Ela exige a organização de todo o poder e de todos os recursos da nação com um fim especial. Enquanto houver possibilidade de guerra, haverá necessidade de um sistema para conduzi-la.

Mas não basta que ele exista. É preciso que ele seja bem conhecido, bem compreendido, que preveja missões muito bem concebidas, muito bem definidas, muito bem distribuídas e muito bem atribuídas. Daí ser indispensável que um órgão coordene, dirija e impulse o esforço das diferentes partes no sentido da eficiência indispensável ao conjunto. É para isso que a nossa CONSTITUIÇÃO, em seu art. 79 estabelece que

“os problemas relativos à defesa do país serão estudados pelo CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e pelos órgãos especiais das FORÇAS ARMADAS, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares”.

O Conselho de Segurança Nacional é dirigido pelo Presidente da República, e dele participam, no caráter de membros efetivos, os Ministros de Estado e os Chefes de Estado-Maior que a lei determinar. Nos impedimentos, indicará o Presidente da República o seu substituto.

O mais alto órgão de caráter militar é o Estado-Maior das Forças Armadas, de recente criação.

Não basta, pois, escolher condutores para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. É preciso que todos se interessem pela situação porque a História nos mostra quão caras custam as improvisações mesmo do sistema de condução da

guerra, sob a pressão dos acontecimentos.

Dizia Bismark que se esforçava, sempre, para aproveitar a alheia experiência porque só os nécios aprendem a custa própria. Mas, nem ao menos é esse o nosso caso, porque a imprevidência já doeu em nossa própria PÁTRIA.

DIONÍSIO DE CERQUEIRA, em suas “REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI” (Edição da Biblioteca Militar, pág. 50) registra o aprisionamento do vapor brasileiro MARQUÊS DE OLINDA que conduzia para MATO GROSSO o malogrado presidente e Comandante das Armas da Província, Coronel de Engenheiros — FREDERICO CARNEIRO DE CAMPOS, que pouco tempo antes afirmava na Câmara dos Deputados, de que era conspícuo membro, que não precisávamos de tanto Exército.

Não contemplemos impávidos esses exemplos. Evitemos a repetição de trágicas surpresas como essa, como a de ANTONIO JOÃO, a invasão de S. BORJA e a capitação de URUGUAIANA.

Na Guerra da Secessão norte-americana, por exemplo, LINCOLN teve de estabelecê-lo sob a pressão de dolorosas experiências enquanto que DAVIS, iniciando suas atividades com conhecimentos técnicos muito superiores aos de seu adversário, jamais idealizou um sistema eficiente.

Na I GRANDE GUERRA, segundo declarações do SIR WILLIAM ROBERTSON, que durante mais tempo do que qualquer outro foi assessor militar do GOVERNO BRITÂNICO, a parte propriamente militar do esforço realizado pelo IMPÉRIO não foi além de 25 % do esforço total.

Na II GRANDE GUERRA ainda mais se acentuou esse aspecto e a FRANÇA deve o seu desastre à péssima preparação de sua defesa nacional.

É pois, de se concluir que, em tempo de guerra, a nação é obrigada a uma luta moral, que impulsiona e anima todos os habitantes: soldados, operários, homens, mulhe-

res e crianças que, em definitivo, são os verdadeiros atores do terrível drama.

Dentro desse quadro moral:

— de um lado desenvolve-se a LUTA MILITAR, em torno das FORÇAS ARMADAS: — Exército, Marinha e Aeronáutica, para a qual se volta todo o poderio humano e material da nação;

— de outro lado, uma luta política, no setor diplomático; financeira, econômica e industrial, cujo êxito é fundamental para o conjunto.

Dai o aforismo: um povo fraco não pode possuir forças armadas fortes. São condições que se opõem e se anulam. As forças Armadas se constituem com as mesmas virtudes e os mesmos defeitos de seu povo e, em regra, são da mesma tempera moral.

O conjunto de todas essas lutas é a GUERRA, guerra TOTAL, absolutamente TOTAL; e o conjunto de medidas para prepará-la, organizá-la e dirigi-la é o que se chama DEFESA NACIONAL.

É problema de ESTADO, um dos mais sagrados e por natureza totalmente apolítico. O partido que pretender votos suprimindo ou reduzindo — além dos limites aconselhados pela prudência — os encargos impostos pela DEFESA NACIONAL conspira contra a Segurança da Pátria.

Convém não esquecer que a estratégia só se aplica em dias difíceis, quando a tarefa da política assume particulares dificuldades e se torna tão delicada — principalmente quando faltarem meios adequados à execução da guerra — que, não raro, os políticos (tal como vimos na FRANÇA na II GRANDE GUERRA) se tornam incapazes de enfrentá-la deixando em desespero, principalmente, os militares.

É preciso ter em vista que o povo — que antes, ao ver-nos entregues aos nossos trabalhos de rotina, julgava desnecessária a realização de esforços para nos proporcionar meios que só a guerra reclama — nessas ocasiões considera os mili-

tares como os responsáveis diretos pelos êxitos e insucessos nas forças que comandam e à sorte das quais está ligada a sorte dos filhos, maridos, pais, irmãos e noivos de toda a nação.

Por conseguinte é de se observar que o militar serve à Pátria utilizando os meios materiais que o Governo lhe proporciona.

“Creio haveremos aprendido que a DEFESA NACIONAL não é propriedade exclusiva, nem incumbência peculiar dos homens de farda, mas que sua responsabilidade deve ser compartilhada pelo trabalho, o capital, a agricultura, a indústria e outros grupos que contribuem para o mosaico nacional”.

“Esse conceito sobre Segurança Nacional, infelizmente, ainda não é compreendido pela generalidade da nossa gente. A velha idéia de que a defesa nacional é função e dever privativo das Forças Armadas está, até hoje, entre nós muito arraigado.

Mas, essa ação integral, de que dependerá o destino da Pátria, não poderá ser improvisada e, por isso, é indispensável prepará-la em tempo de paz.

Porém falar de sacrifício da Nação é falar de sacrifício de todos e cada um de seus habitantes, sacrifícios só possíveis quando existe moral elevada capaz de dar consciência aos indivíduos, de assegurar em seu espírito o sentimento e a vontade de dedicar-se à salvação da PÁTRIA com sacrifício da própria vida.

É nesse sentido individual que repousa a unidade espiritual da Nação, que é a base da DEFESA NACIONAL.

A moral individual necessária para organizar a unidade espiritual da Nação não nasce por geração espontânea, e muito menos em nações como a brasileira, que, com a chegada de aluviões de estrangeiros sente, na realidade, uma deformação espiritual, que se manifesta nas tendências, nas idéias assim como em tudo — quer seja espiritual ou material — que influi no progresso e sedimenta o futuro.

Sob o ponto de vista da DEFESA NACIONAL, não há nada menos favorável do que essas características tão heterogêneas do espírito dos habitantes, sempre que elas geram o materialismo, a ganância, a exploração do povo, a indiferença, a resistência passiva, a falta de vontade, quando a guerra requer precisamente o contrário: abnegação, entusiasmo, altruísmo, estoicismo e desprezo pela vida.

Em consequência, a unidade espiritual da Nação deve ser formada, mantida e aperfeiçoada e para isso é necessária a ação educativa, previdente, metódica e persistente do Governo.

Eis o que torna a questão ainda mais difícil. Os processos dos governantes para atender as injunções dos partidos, impõem à política interna uma série de altos e baixos que atentam contra a formação moral e espiritual do povo, que tanto interessa à DEFESA NACIONAL.

Dai ser indispensável que os cidadãos instruídos e cultos, que amem sua PÁTRIA, exerçam uma reação sistemática e intensa contra os maus hábitos, contra a dissolução de costumes nos meios sociais de responsabilidade e contra todos os elementos constitutivos da corrupção generalizada. Só assim se poderá evitar que a nossa população, por natureza impressionável e mais obediente a impulsos que aos ditados da razão, forme uma OPINIÃO PÚBLICA fraca, hesitante e incoerente.

Esforcemo-nos pelo saneamento da mentalidade nacional no sentido de criar um conveniente espírito público em substituição ou, ao menos, como antídoto às idéias malsãs em circulação; espírito que, sem ser belicoso, compreenda a DEFESA NACIONAL, como um imperativo, como um verdadeiro seguro

da integridade, da independência e da próprio dignidade brasileira.

Antes esta preocupação nos atormente, que com a displicência e o comodismo desmereçamos as glórias, a tradição da terra em que nascemos.

É preciso trabalhar para que as retaguardas fiquem convenientemente preparadas para suportar as vicissitudes da guerra com o moral capaz de resistir e reagir contra os boatos, a ganância, a sabotagem, a intriga lançada por agentes especializados, por traidores, venais, derrotistas que desmoralizam, confundem, criam desânimos e revoluções; enfraquecem.

E como tudo depende de um princípio, a par disso, a MAE brasileira está reservada a grandiosa, a sublime, a milagrosa missão de implantar na alma dos filhos as virtudes indispensáveis ao bom cidadão.

É preciso que, no aconchego do LAR, eles adquiram hábitos que depois — com a assistência dos pais — facilitem a ação de uma outra heroína da nacionalidade — A PROFESSORA — para que possam mais tarde, espontaneamente, respeitar as senhoras e as crianças, os mais velhos, a lei e a autoridade;

— ter horror a mentiras, principalmente as distorcidas sob aparências de verdades, visando imbuir a opinião pública;

— ter amor às responsabilidades, individuais e coletivas;

— não ter nenhuma tolerância com erros manifestos nem com prevaricadores de qualquer categoria;

— cultivar elevado espírito público aliado a um espontâneo dever, capaz de distinguir e sobrepor — em qualquer circunstância — os supremos interesses da PÁTRIA às vulgares conveniências pessoais.

FARMÁCIA SOCORRO

José Cabral de Souza

GRANDE SORTIMENTO — PREÇOS MÍNIMOS

ARCOVERDE — AVENIDA JOÃO PESSOA, 599 — PERNAMBUCO

Inscrição 92

A PREPARAÇÃO INTELECTUAL DO OFICIAL

Cel. ALUIZIO DE MIRANDA MENDES

A Redação desta revista, cónscia do valor do preparo intelectual do oficial e como contribuição áqueles que pretendem ingressar, seja na E.E.M., seja na E.T.E., vai publicar três admiráveis conferências, organizadas pelo Coronel Aluízio de Miranda Mendes para serem proferidas num Curso que a AD/1 pretendia levar a cabo, em 1949, para os oficiais candidatos à E.E.M. Não tendo sido realizadas as conferências, por motivos que não vêm a péto examinar aqui, nem por isso perderam o seu valor, resultado que foram de pesquisas realizadas em várias obras clássicas, mediante paciente trabalho de estudo, consulta e compilação. Na conferência publicada neste número, o autor, como introdução, trata da profissão, da vocação intelectual e dos prolegômenos do método. Aborda ainda as qualidades de um intelectual e o mecanismo do pensamento. Na segunda conferência, a publicar em junho, estuda os dados da preparação e o campo dos conhecimentos. Na terceira, a publicar em julho, encara, finalmente, o método geral, os livros e a leitura e o espírito intelectual. Trata-se de um todo harmonioso, repleto de observações, citações e conselhos valiosos para aqueles que se preparam intelectualmente para qualquer instituto de ensino superior e cuja agradável leitura se recomenda pela simples assinatura do seu autor, culto e metódico oficial do nosso Exército.

A seguir, a 1ª Conferência.

I — A INTRODUÇÃO

A PROFISSÃO

Os métodos e processos da preparação intelectual do Oficial são perfeitamente idênticos aos da preparação de qualquer outra pessoa. A profissão militar é uma profissão como outra qualquer e sua preparação — que exige forte base científica — está sujeita às mesmas regras e aos mesmos preceitos que regem a preparação intelectual das outras profissões.

De modo absolutamente geral — falando em tese — como o intellecto faz parte integrante do corpo e está intimamente ligado ao espírito, não devemos desprezar, em sua preparação, o físico nem o mo-

ral, dos quais depende, a fim de completar sua perfeita educação. Seria absurdo que uma função pudesse desenvolver-se em pleno esplendor no detrimento das demais.

A profissão militar, mais do que qualquer outra, necessita de admirável cultura física, sólida educação moral e suficiente preparação intelectual. Mas, por isso mesmo e indiscutivelmente, se há uma profissão que exija vocação é a carreira das armas, porque nela a educação física, intelectual e moral devem andar de braços dados, aliadas a uma severa disciplina geral.

A profissão, encarada de maneira geral, é que completa o indivíduo e o eleva moralmente, so-

licitando dele, a cada instante, forte dose de espírito de classe e, ao mesmo tempo, a mais completa solidariedade para com a coletividade, que conta sempre com sua honesta consciência profissional.

Em geral, é também pela profissão que o indivíduo se faz completamente, podendo assim demonstrar a sua inteligência e capacidade. Se não fôra assim, como se teriam podido sobresair o engenheiro Santos Dumont, o bacteriologista Pasteur e os admiráveis soldados que foram Alexandre Magno, Júlio César, Napoleão Bonaparte e o Duque de Caxias?

A divisão do trabalho, elevando a profissão à altura de uma função social, permite ao indivíduo fazer justa idéia de seu papel na sociedade, como parte de um grande todo e o colaborador de uma obra imensa. Assim encaçada, mesmo as mais humildes profissões, como os mais baixos degraus da hierarquia militar, adquirem muito alta dignidade.

Também é fato incontestável que, quem não tem ocupação regular — uma profissão definida — apresenta, às vezes, taras, do ponto de vista moral, que se verificam tanto nas altas esferas, com os ricos ociosos, como nas classes baixas, com os desocupados e vagabundos. Ao contrário, quanto mais intensa fôr a vida profissional, tanto mais severa será também a moralidade individual. Dai o valor do ofício.

A VOCAÇÃO INTELECTUAL

Toda profissão, mesmo a mais humilde, requer sólida base intelectual, sem o que não poderá haver trabalho honesto e bem feito. Mas, esta base não deve circunscrever-se ao seu círculo estreito e limitado. Porque, se é a profissão quem realiza completamente o indivíduo e se é por ela que faz prova de sua inteligência e capacidade (fato indiscutível), mister se torna que seja ele, realmente, um profissional cem por cento, com vocação e desejo sincero de aprender e de se aperfeiçoar, não incompleta e exclusivamente dentro do âmbito cerrado da profissão,

mas, amplamente, no vasto campo da ciência, que lhe pode engrandecer, aumentando-lhe a própria vida e o patrimônio de influência e riquezas.

Infelizmente, não há ainda, máxime entre nós, uma diretriz que permita revelar os valores humanos, canalizando-os, por meio duma sábia seleção, para o completo preenchimento de seu destino futuro. E, por esta razão, nem sempre somos profissionais por gosto e vocação. Há nisto muito vício rebitório escondido, que causa males consideráveis à sociedade. Algumas vezes uma escolha deliberada, outras mero acaso, leva-nos a uma profissão pela qual tínhamos, talvez, certa inclinação especial. Por vezes isto também acontece. E, por via disto, os primeiros anos de iniciação técnica da profissão foram, geralmente, gastos em nos instruir e assimilar os ensinamentos dos que nos precederam na carreira. Este ensino nem sempre é eficaz e vários complexos, incluso o da imitação grosseira, o deformam. O homem, sendo um animal social, é useiro e vezeiro no imitar, sem discernimento, as práticas obsoletas.

Depois, passados mais alguns anos, forma-se certa experiência e chega o momento de decidir e de pensar por nós mesmos. Somos assim levados a efetuar o balanço de nossos conhecimentos. Então, às vezes, assaltam-nos decepções, porque não é preciso muito esforço para que um homem criterioso compreenda desde logo que, de todo um passado laborioso, só lhe restam, na mente, algumas vagas impressões gerais, espécie de difana nebulosa, sem contorno nem precisão. E verifica que a instrução recebida na mocidade criou-lhe apenas uma aptidão geral e nada mais. Embora esta aptidão seja coisa de muita valia, não é por si só bastante e suficiente.

Estamos cansados de verificar isto, inclusive em nosso próprio meio. Por ocasião de exercícios e manobras ocorrem, bastas vezes, episódios bem tristes de colapsos profissionais. Imaginai um médico, um engenheiro ou um general co-

metendo tais cincoas em casos reais! Mas, tais colapsos acontecem, mau grado tudo, nestes casos, durante a vida diária e logo nos desculpamos com acusar uma das nossas mais belas qualidades.

Na verdade, a memória parece um campo santo, um campo de ruínas no qual, de longe em longe, uma espécie de túmulo indica que, em tal ou qual lugar, houve outrora um monumento, mas que é impossível precisar-lhe os pormenores. Entretanto, a memória não é tão infiel quanto supomos nem a principal causa de nossas deficiências, porque não há ninguém que, depois de se entregar, durante alguns anos, aos trabalhos intelectuais, não se aperceba de que, na falta de um método de trabalho, os mais meritórios esforços concorrem apenas para um resultado insignificante. Não é só a memória que claudica; é também a falta deste método e, principalmente, de outras qualidades também essenciais. O estudo, inicialmente mal conduzido e, depois, a falta de fecunda estudiosidade é que acarretam essas vertigens.

São, pois, os preceitos deste método e os seus processos que vamos tentar esboçar em seus fundamentos principais, a fim de evitar se desperdicem forças e energia intelectual e para restringir o trabalho ao terreno apropriado. Pois não basta terminar um curso ou aprendizado para que, embolsado o diploma ou certificado, julgue-se o indivíduo senhor de todas as verdades, em pleno Olimpo, capaz de tudo resolver e acertar.

Para tanto, é mister saber aprender, continuar a aprender e, depois, saber reter o que se aprendeu.

Destarte, todo aquele que deseja aprender deve, primeiramente, consultar as próprias inclinações pessoais, antes de se aventurar neste caminho. A vocação lhe dará sempre, a respeito, os mais proveitosos conselhos. Em princípio, todos devemos e podemos aprender conscientemente, isto é, sem se contentar com uma simples tintura superficial, este verniz de cultura tão prejudicial a quem o tem

com aos que devem sofrer suas conseqüências e presunções. Se se tratar, depois desta consulta, de real predisposição, então o essencial é que haja penetração ou profundidade e continuidade ou constância no aprendizado, bem como muito esforço metódico, porque a vida de estudo é uma vida austera, que impõe graves e pesadas obrigações.

Os grandes talentos, como os campeões dos desportos, sofreram sempre privações e longos treinamentos. Muita gente pensa que Descartes, Newton, Curie, Einstein, Napoleão e Santos Dumont se fizeram sem grandes e inauditos esforços. Puro engano! Quem desejar devotar-se aos estudos deve preparar-se para os seus rigores, à semelhança dos grandes campeões de box, de tênis ou de xadrez. Eis por que esta orientação só deve ser tomada após a consulta prévia de que falamos antes.

A vocação intelectual é, como tudo mais, dependente de nossas inclinações e de nossa capacidade. É, pois, indispensável esta consulta, porque as nossas disposições físicas, intelectuais e morais não se combinam de tal jeito que predisponham todos os indivíduos para os mesmos fins. Por esta razão, há muita gente cujas disposições não toleram as exigências da vida desportiva, como existem muitas outras que não suportam ao da vida estudiosa. Esta requer, por vezes, tenacidade sobre-humana e todo um conjunto de virtudes esportivas.

É claro que há muita gente que desejaria aprender e reter o que aprendeu. Uma vaga aspiração dirige as multidões para os focos de luz ou de atração, que a maioria admira de longe.

Se depois desta consulta prévia julgardes que sois realmente capaz de vos devotar aos estudos, que sois, na verdade, o que se poderia chamar de um devotado, deveis querer o que quer a própria verdade. Consenti em seu favor o que lhe deve ser consentido, isto é, mobilizai-vos e organizai-vos eficien-

temente para atingir vosso objetivo. Se fordes inexperientes, não hesiteis em procurar apoio na experiência dos outros e na dos vossos veteranos. Só assim conseguireis aprender, conhecendo as belezas da ciência e as da vossa profissão. Os malogros profissionais são provenientes do desconhecimento do ofício e dos seus encantos.

Desde já vos advertimos que não devíeis olvidar que a ciência é sempre um conhecimento pelas causas. E são estas que a gente deve procurar conhecer bem como os dados, as manifestações, as leis e finalidades de todos os fenômenos. Buscando e aventurando-se à cata de tudo isto, é que o homem se ergue, muitas vezes, do nada para a imortalidade. Entretanto, quanta gente que gasta loucamente o tempo, as próprias forças e até seu próprio ideal! Em geral nada fazem, apesar do tempo de que dispõem ou, então, se trabalham, o fazem mal, desatinadamente, sem saber o que querem nem para onde devem ir, abandonando a estrada de luz pelas trevas ou, mesmo, pelo lusco-fusco onde andam às tontas. Muitos se descoroçoam por julgar a tarefa muito pesada ou muito humilde ou modesta, entregando-se então ao desânimo e à negligência.

Ignoram tais desanimados que, no domínio dos nossos deveres, tudo é honroso e todas as profissões se equivalem, porque entre o General que comanda uma Divisão e o soldado que cumpre suas ordens ou entre o Supremo Magistrado que dirige a nação e o homem da rua que contribui com seu trabalho honesto para a grandeza do país, só existe uma diferença: é que a função dos primeiros é mais importante do que a dos segundos; porém, em bem cumpri-las, o mérito moral de ambos é o mesmo. Que cada um de nós se contente com a parte que nos coube por sorte e esta parte devemos torná-la com firmeza e energia nas nossas mãos.

Assim, qualquer que seja a vossa função, esta vos imporá deveres,

isto é, certa soma de bens a produzir. Produzi-los é o que constitui a vossa tarefa. Desempenhai-a com coragem, energia e saber — honesta e fielmente — tereis feito na vossa posição tudo o que é dado ao homem de bem poder fazer. Porque não é tanto o bom êxito o que mais interessa; o que importa é o esforço e é isto o que depende do homem, o que o eleva e o faz contente de si mesmo, aquilo que, precisamente, lhe dá a sensação de aumentar consideravelmente a duração de sua própria existência. O desempenho consciente do dever, eis o verdadeiro fim da vida e o verdadeiro bem.

OS PROLEGOMENOS DO METODO

Imaginal, mesmo em igualdade de condições, quanta diferença entre o que se sabe e prevê e o que gasta tempo, força e seiva intelectual! Mas, será que os que sabem e prevêem são homens raros e extraordinários? — Não! Não são tão raros nem tão extraordinários como parecem. O gênio é uma longa paciência, mas, uma paciência organizada e inteligente.

Não há necessidade de grandes facilidades para se realizar uma coisa qualquer; basta certa média superior. O resto é fornecido pela energia, pelo desejo de engrandecer sua personalidade, de aumentar seu poder, de lutar para tornar-se maior, por sábias aplicações de suas próprias forças... Este é que é o desejo natural do homem normal e uma de suas tendências fundamentais. Se esta nobre aspiração se enfraquecer, é sinal de doença física ou moral, que é preciso cuidar. Que cada estudante (estudante de todos os calibres), em seus momentos de desânimo, pense que — afora número bem ínfimo de gênios excepcionais — os grandes homens foram pouco mais ou menos pessoas como nós, talvez (quem sabe?) até mais mal dotadas do ponto de vista intelectual. Mas, como homens de ação, homens de espíritos vigorosos, amantes da luta, da batalha, tiveram imperturbável confiança na

eficácia do trabalho, nos extraordinários resultados que se obtém mesmo com forças limitadas e souberam perseverar e venceram. Cada um de nós chega a fazer o que quer se souber ter esta firmeza, fazendo bem feito o que deve fazer. Littré, com 71 anos de idade, iniciou e concluiu o seu famoso dicionário; Catão — o Antigo — aprendeu o grego com 80 anos; Glasdstone, também octogenário, estudou e aprendeu o basco. Darwin, cuja obra tem desempenhado imensa revolução, tinha memória precária e delicada saúde. Espinoza era tuberculoso e morreu com 45 anos. Pascal, este gênio imortal, ora fraco e doentio, falecendo aos 39 anos apenas. Montaigne — imaginai o vulto que vos citamos — queixava-se muito de sua memória e ele próprio afirmava que era dotado de espírito tardio e obtuso!

A constância, a persistência no trabalho é tudo, porque — como diz Payot — na ordem da inteligência como na da natureza, as tempestades, as ações violentas, os grandes terremotos, os terríveis cataclismos e até a própria bomba atômica, só produzem efeitos mesquinhos, por isso que nada de grande se edifica sem a oportuna intervenção dessa implacável coordenada da relatividade: o tempo. Assim também os ímpetos intermitentes do trabalho nada fazem. Porém, com a simples gota d'água... e o tempo, a natureza esculpe as grandes cadeias de montanha, retirando bilhões de metros cúbicos de rocha, com os quais enche vales, repele o mar e, grão de areia por grão de areia, está fazendo, nas Antilhas, novo continente às expensas do Brasil. O pouco basta a cada dia contanto que a cada dia se ajunte esse pouco.

Pois bem, passam-se as mesmas coisas com as obras do espírito. Se estudarmos, como diz Payot, a infância dos grandes homens, verificaremos que nem sempre foram eles os primeiros de sua turma. Alguns foram até os últimos, como aconteceu com Pascal, cujo professor de matemática desconhecia totalmente o seu, depois, eminente aluno e pensador. Os homens cé-

lebres se desenvolvem lentamente, na tranquilidade e na calma. Avancam pacientemente, caminhando lentamente como os montanheseiros nas suas montanhas. Ao contrário dos turistas apressados, que logo se detêm arquejantes e exgotados, vão sempre com passo lento, porém, regular, o famoso "passo da mula" por eles chamados, isto é, o passo que carece a mula pesadamente carregada para subir... Ah! se todos nós pudessemos ter este passo como teve um dos nossos últimos grandes homens públicos, que a verve carrega assim o apelidou! Os espiritos superiores têm todos o senso desse passo:

"Se fiz alguma descoberta — disse Newton — foi pensando sempre no assunto que me ocupava, encarando-o de todos os lados e por todos os seus aspectos... Se muitas pesquisas deram bons resultados foram por causa do pensamento paciente e do trabalho constante."

Pensamento paciente chama-se método. Ora o método... quê é o método senão sadios hábitos de pensamento e de trabalho, hábitos de ordem rigorosa, de classificação, de experiência, de faro em atacar as dificuldades e vencê-las por parte, aos poucos, partindo-se das mais fáceis para atingir as mais difíceis.

O tempo é mais do que dinheiro; por ser tudo é sumamente precioso. Devemos dar-lhe seu justo e merecido valor, porque em se lhe dando esse preço, demonstramos possuir a mais bela de todas as qualidades do homem de caráter: o domínio de si próprio, uma vontade tenaz, um querer profundo, querer ser alguém e atingir alguma coisa; ser já, pelo desejo, este alguém qualificado pelo seu próprio ideal. É ser disciplinado e possuir o espírito de disciplina. E não esmorecer diante da diligência e do zelo é insistir, porque todo esforço que tenha em vista dominar-se ou tê-la por fim fazer-nos agir apesar de tudo num momento dado, em que experimentamos essa trágica

sensação de não mais poder ousar, fortalece a vontade e aumenta a audácia, retemperando a nossa fibra.

Se vossas aspirações se resumem em serdes apenas um simples e vulgar Oficial, rotineiro e ineficaz, então bem, permaneçei o que sois. Mas, não procurais obter nada mais, mormente aquilo que vossos méritos não vos galhardoam. Porém, se quiserdes fazer prova de vossa inteligência e de vossa capacidade pela profissão, se quiserdes que ela vos realize completamente, se tiverdes consciência da solidariedade orgânica, que faz com que sejais parte de um todo e o colaborador de uma obra imensa — o Exército Nacional e a Pátria — ambos dependentes do vosso esforço profícuo e honrado, então trabalhai. Para isto é de mister, dispor de, pelo menos, *uma a duas horas por dia*. Se puderdes preservá-las zelozamente, empregando-as cuidadosamente, então segui confiante, porque o Exército vos depositará confiança. Mais do que tudo isto, tranquilizai-vos na certeza do vosso bom êxito.

As vêzes há injustiças, mas, elas são reparadas pela consciência coletiva do grupo. A propósito, temos também nosso "tipo inesquecível" apesar de que ele nem sempre tenha sido muito humano para conosco. Nada obstante, é uma personalidade, um tipo digno de ser citado e seu caso um exemplo a ser meditado. Após ter passado uma existência inteira dedicada à formação dos chefes de nosso Exército, entregue aos mais rudes labores, chegou ao fim da carreira compulsado como Coronel, muito embora fôsse um dos maiores. De que adiantou todos os seus sacrifícios, perguntareis por certo? — Em ter formado os homens de bem que hoje dirigem o Exército Nacional, eis a primeira recompensa. A segunda, foi a recente reparação dessa injustiça embora por via indireta e a terceira — a melhor de todas — foi que, entre as duas primeiras, gozou sempre ele, de todos que o conhecem as honras que lhe haviam sido recusadas. Não foi

ele o único; há outros exemplos também inesquecíveis.

De qualquer forma, tranquilizai-vos na certeza de vosso bom êxito. Contudo, é preciso trabalhar humanamente, quer dizer, com sentimentos de homem — sentimento de suas grandezas e de suas misérias — da solidariedade, em suma, que nos impõe uma existência estritamente comum. Combatei todos os "sofismas de justificação", por meio dos quais vossa consciência procurar-vos-á enganar ou dissimular vossas deficiências.

Intelectualmente falando, trabalhar é aprender para praticar e, na vida militar, nada é mais evidente nem mais necessário. Quando os estudos confinam o indivíduo no isolamento ou solidão, ou na pura teoria, como soe suceder, por vêzes, com certos estudos militares, esta teoria ou solidão paralisa e esteriliza as personalidades, tornando-as improdutivas. Ao revés disto, trabalhar intelectualmente, com propósitos humanos e patrióticos, é aprender para se exercitar, para produzir e, não, para se carunchar no bolor ou na poeira da rotina.

O que buscamos no estudo é a verdade e esta, qualquer que seja, é sempre prática, mesmo a mais abstrata de todas. Por isto é que toda verdade é vida, caminho, orientação em vista de um fim humano. A verdade não pode ficar escondida, oculta ou isolada. É o caminho, a via, o método por meio do qual se atingem outras verdades.

E eis a prova. Caminhando num recanto qualquer, um indivíduo encontra um pedaço de uma substância. Não sabe o que é nem para que serve. Porém, alguém descobriu e depois ensinou a analisar um corpo qualquer. De posse dessa verdade, que alguém descobriu e proclamou, examinará o corpo encontrado e verificará, por exemplo, que contém 80 % de carbono e 20 % de hidrogênio. Mas, também alguém descobriu como se pesar os átomos, coisa que parece transcendente e, no entanto, é relativamente simples. Sabedor de que o peso atômico do carbono é 12 e o do hidrogênio é 1.008 pode,

dividindo respectivamente as percentagens acima pelos pesos atômicos correspondentes, encontrar 0,056 para o carbono e 0,198 para o hidrogênio. A relação entre estes quocientes é de 1 para 3, isto é, para cada átomo de carbono há três de hidrogênio. Eis uma descoberta notável, que um conjunto de verdades, na aparência transcendente, permite atingir. Por ele se pode escrever uma fórmula, que definirá o aludido composto: $C^1 H^3$, mas, que poderá ser também $C^2 H^6$, $C^3 H^9$, $C^4 H^{12}$, etc. onde a relação carbono e hidrogênio permanece a mesma e por intermédio de cuja descoberta se chega aos compostos de carbono de tão extraordinária repercussão na vida moderna? A verdade foi aí o caminho e a vida. Neste exemplo, todas elas, desde as mais simples até as mais complexas, foram orientação ou rumo e, todas sem exceção, absolutamente indispensáveis.

Dois mil anos antes da era cristã já os os velhos sacerdotes do antigo mundo mediterrâneo conheciam o valor do ângulo que forma a órbita oblíqua do Sol com o Equador celeste (obliquidade da eclíptica) com a aproximação de uma fração de grau. E graças a isto conhecemos hoje toda a física celeste. E assim poderíamos multiplicar os exemplos.

Toda verdade é um corredor de luz que nos conduz ao foco e somente a estulta presunção pode pretender que alguém seja senhor de todas elas. Mesmo os mais sábios e instruídos carecem ainda de instrução e de saber. Daí a sentença imortal que lemos no Livro da Sabedoria:

"Daí instrução aos sábios e eles se tornarão mais sábios; ensinal a um justo e ele aumentará o seu saber"

Então, para que alguém seja profissional e vocacionalmente um intelectual, é preciso que ame, com ardor e entusiasmo, a profissão que abraçou; que se dedique ou se devote aos estudos e às verdades e que, finalmente, seja capaz de re-

ceber lições e ensinamentos a fim de se tornar mais sábio e mais justo.

II — AS QUALIDADES DUM INTELECTUAL

AS VIRTUDES E O PENSAMENTO

A justiça é filha legítima da sabedoria e o fundamento de todas as relações humanas. Ninguém se engrandece pela injustiça, a tração e a mentira. Para se julgar e julgar com acerto e verdadeiramente é de mister ser grande; grande de alma e de saber. Em geral, a prudência e a coragem, honradez e a intrepidez, a bravura e o espírito de justiça não podem existir nos corações ignaros. Eis porque quasi que espontaneamente todo espírito reto proclama que a superioridade, em qualquer setor da atividade humana, inclui certa dose de superioridade intelectual. E seria um contra-senso se assim não fôsse.

O homem, como disse Nietzsche, é um ser que foi feito para se sobrepunir e para se vencer. E, para isto, só há um caminho: é viver uma existência digna, isto é, em íntimo contacto com a natureza e ser devotado aos estudos e às verdades supremas que nos regem e este rumo é o da Virtude, que equivale ao supremo saber. O homem virtuoso é o homem sinceramente estudioso.

Para bem reger a inteligência, é mais do que evidente a necessidade de muitas outras qualidades. Ninguém ignora, por exemplo, que o caráter desempenha, em todas as coisas, papel preponderante. O intelecto faz parte do corpo e é apenas o instrumento do saber: seu manejo é que determina os seus efeitos. Se o caráter naufragar, sossobrarão ou, pelo menos, sofrerão o sentido das grandes verdades. Meditai bem nisto. Não sendo mais o espírito fiscalizado por coisa nenhuma, empenhar-se-á nos piores declives e, então, um pequenino erro no começo tornar-se-á muito grande no fim. É como a bola de neve que, pequena no início, ao rolar pelos precipícios,

atinge o fundo como se fôra verdadeiro cataclismo. A força da lógica poderá precipitar ainda mais baixo aquêle que deixou o discernimento sem salvaguarda. Das tantas quedas retumbantes e tantas ratas, por vêzes até geniais, entre os homens desorientados na arte de sofisticar, funâmbulos de opiniões e de partidos. As pessoas felizes — disse o moralista — dificilmente se corrigem; crêem sempre ter razão, quando a sorte ou a boa estrela guia a sua má conduta.

Quem não tem caráter não pode, pois, ser inteligente. A vida é, de fato, uma unidade e seria mais do que surpreendente que alguém pudesse conduzir uma função em pleno esplendor, enquanto outra se afundasse no abismo. É óbvio, porque viver as idéias ajuda-nos também a percebê-las e amá-las. É uma unidade de amor e de cooperação. Basta pensar que um homem morre não só porque as partes individuais de seus tecidos vivos são mortais, mas também, porque o sistema de cooperação das partes do organismo falharam num ou noutro ponto. Falharam as células para manter o ambiente tal como devia ser em cada uma delas e o resultado é a morte de todas.

A unidade da vida provém, pois, do amor, não, do baixo nem do vil, porém, do grande e do nobre. Com efeito, o amor é, em nós, o começo de tudo, e este ponto de partida comum do conhecimento e da prática da vida não pode deixar de tornar solidários, numa certa medida, os retos caminhos de um e de outra. "É pelo amor que nos achegamos uns aos outros e nos aproximamos dos deuses longínquos e ignorados. Pelo amor é que conseguimos ver um pouco de luz nas trevas que nos cercam, aprendendo um pouco do desconhecido. Sim! esta palavra é tudo. Resume toda sabedoria e é o fim de toda perfeição: o amor é a causa de tudo, é o princípio de tudo, a razão de tudo e o fim de tudo."

Em vista disto, a verdade só se chega a quem a ama, àqueles que a querem, e este amor não pode existir senão com virtude. O ver-

dadeiro permina na mesma terra onde brota o bem e suas raízes se comunicam. Nutrindo o verdadeiro, ilumina-se a consciência; fomentando-se o bem, guia-se o saber. E praticando-se a verdade que sabemos, merecemos a que ignoramos. Se navegarmos no afluente, chegaremos fatalmente ao rio e daí ao mar. É só seguir a boa corrente e evitar os escolhos.

Contudo, não se pode explicar completamente o homem apenas pelo amor com a total exclusão da razão. Seria incidir num erro grosseiro, que o rebaixaria invés de o exaltar. Para o explicar devidamente, temos de elucidar o que são nele a cabeça e o coração, sua estreita interdependência e o extrínseco coroamento levado aos pensamentos pelos sentimentos. É assim que vemos muito melhor como a baixeza do coração geralmente se alia à do espírito e quanto convém cultivá-lo nobremente para reerguer e nobilitar as afeições. É por isto que se diz que os grandes pensamentos vêm do coração e os melhores afetos da razão.

Eis porque a verdadeira grandeza do homem está no seu coração e em seus amores. Só os grandes caracteres é que são amantes do belo, do bom, do justo e do verdadeiro. Quando o nosso coração atinge a suprema perfeição, não pode mais reter senão o que é perfeitamente justo e somente ama o que merece amado e honrado. Certamente que, ao atingirmos este ponto culminante, ultrapassamos os lindes de uma grande etapa, que o Poeta resume nesta vibrante apóstrofe:

"escuta teu coração e aprende a arte de tua mais nobre e profunda liberdade."

Será que o Oficial de um exercício moderno deve ser, antes de tudo, um intelectual assim tão equipado do que completo e verdadeiro atleta? A resposta virá a seu tempo. Todavia, não nos esqueçamos de que a maior qualidade do homem (qualquer que seja) é o julgamento ou juízo; mas, como poderá ter êle tão insigne quali-

dade se não amar a verdade, o belo, e o justo?

O julgamento é tão só a intensidade das luzes que ilumina a consciência e quem a deve ter mais bem iluminada do que um Oficial, que comanda e conduz ao fogo seus compatriotas e seus irmãos? A extensão do julgamento é medida pela intensidade dessas luzes; sua profundidade é a que penetra no fundo de todas as coisas; seu discernimento as compara e distingue uma das outras; sua justeza não vê senão o que é preciso ver; sua retidão e delicadeza só percebem as que parecem imperceptíveis; e o julgamento decide o que realmente as coisas são e, não, o que elas parecem ser, erro em que se incide, infelizmente, tantas e tantas vezes nos julgamentos mais solenes.

Para isto é de mister possuir grandeza de espírito, isto é, alma sadia e cultivada, livre de prevenções malsãs e de precipitações perigosas.

A virtude é, pois, a saúde da alma. E uma alma sadia necessita de um corpo saudável, tal é a interdependência de um e de outro. Assim como uma doença do fígado ou do coração intervém na visão, uma doença do estômago, por exemplo, perturba a razão e todos os nossos pensamentos.

Muita gente acredita que só pensamos com a inteligência. No entanto somos verdadeiramente um todo e por causa disto pensamos — como nos assevera Platão — com toda a nossa alma. O conhecimento é um provocador, que revoluciona tudo dentro de nós. É o inventor da idéia vital e o motivador das composições químicas diversas. É por isto que as doenças mentais, os estados delirantes e as alucinações diversas provam cabalmente que não é o espírito unicamente quem pensa, porém, o homem todo inteiro. O espírito é uma coisa divina, que não comete asneira. As que cometemos são fruto da matéria, tanto que a privação de sentido, em criminalologia, que é uma coisa material, justifica o cometimento de crimes, às vezes, até hediondos.

AMIGOS E INIMIGOS DO SABER

De que depende, antes de tudo, os magníficos resultados da ciência? Quê é que condiciona todos os seus esforços?

a) Em primeiro lugar é a *atenção*, que determina o campo das pesquisas, fixa-os e aí nos concentra na mais positiva e concreta das observações;

b) Em segundo lugar depende do *julgamento* — do bom julgamento — que recolhe o fruto das investigações e das observações;

c) Finalmente, em terceiro lugar, o que condiciona todos os seus melhores esforços são as *virtudes*, que formam o acervo moral do homem, dando-lhe o indispensável domínio de si próprio, a honradez e a coragem para enfrentar todas as dificuldades. Como se poderia pensar e bem pensar, se se possuir uma alma enferma, um coração corroído pelos vícios, martirizado pelas paixões, desorientado por amores violentos e culpados?

Ora, os vícios e as paixões distraem a atenção, desviando-a ou dispensando-a de seu rumo exato, a ponto de acabar por atingir o julgamento. Não há dúvida de que o saber depende de nossos estados passionais e morais. Nossas orientações, neste sentido, são essenciais. Basta refletir no julgamento de um homem colérico e imprudente. Comparai-o com o de um orgulhoso...

Quais os principais inimigos do saber? — É claro que o primeiro deles seria a *falta de inteligência*. Entretanto, agora os casos patológicos de doenças mentais declaradas, dentre as quais a idiotice, as diferenças de inteligência não pesam muito. Os segundos só podem ser os *vícios*, dentre os quais convém salientar alguns, que são inimigos mortais do saber:

a) Em primeiro lugar vem a *preguiça*, que anula os melhores predicações, reduzindo-os definitivamente a zero.

É imensa a inércia da preguiça;

b) Em seguida vem a *sensualidade* exagerada que entorpece o

corpo, enfraquecendo-o e debilitando a memória, a imaginação e embrutecendo a inteligência. A mitologia, na sua grande sabedoria, ensina-nos que Minerva, a deusa da ciência e do saber, era inimiga irreconciliável de Venus, a deusa do amor e da sensualidade;

c) Depois vêm o *orgulho* e a *vaidade*, que nos cegam com seu brutal exclusivismo, máxime, por andarem de braços dados e a inveja por repelir obstinadamente todo clarão vizinho, imediato corolário do orgulho e da vaidade;

d) Por fim vêm a *presunção*, com sua irmã gêmea a *irritação*, que repelem as críticas e se enclausuram nos seus próprios erros, obtinando-se neles.

Não vamos descrever tais vícios. Basta saber que fora deles o homem de estudo só pode elevar-se por seus próprios recursos e pelo meio que o rodeia; mas, de qualquer forma, atingirá sempre o nível de seu gênio e o seu destino. Despojando-se de semelhantes taras, o homem estudioso emergirá da mediocridade. Porém, se os recursos foram pobres e, se mediocre fôr o meio em que vive, a estagnação será fatalmente o resultado disto. Os recursos de que falamos não são os de fortuna, senão os de energia e o meio não é a alta e ociosa sociedade, mas, os de cultura e de inteligência.

É isto evidente porque o saber só pode procurar a verdade e o bem, os quais não podem germinar em terreno sáfaro nem se desenvolver nos meios purulentos. Ora, um ambiente orgulhoso, vaidoso, irritado pela sensualidade e amolecido pela preguiça é inadequado ao bem e à verdade. Vivemos de acôrdo com a verdade e dela participamos como se participasse do espírito, segundo o qual ela existe, uma vez que somente os "escroques", falsários e mentirosos vivem em desacôrdo com ela. As boas intenções pessoais, as luzes intensas que nos iluminam, vêm com igualdade de ânimo e de valor — disse Sertillanges de quem tanto nos temos valido — do desprendimento de si próprio, do aperfeiçoamento moral, do desapêgo às

banalidades costumeiras, da disciplina, da simplicidade e do ardente desejo de atingir os grandes fins. A pior espécie de ignorância é cuidar uma pessoa saber o que não sabe.

Neste particular, o melhor estimulante são os bons exemplos e a sã emulação. Com efeito, o exemplo exerce extraordinária influência na vida corrente, porque se praticarmos sempre a verdade e o bem — o bem xipófago da verdade — ambos se reproduzirão; mas, se fizermos o mal — irmão gêmeo da falsidade e da injustiça — ele também germinará, porque nada é tão contagioso quanto o exemplo. E nunca fazemos grandes bens nem grandes males que não produzam bem e males correlatos. Após um crime ou suicídio sensacional há sempre uma onda de crimes e suicídios inexplicáveis, porque imitamos as boas ações por emulação, disse La Rochefoucauld, e as más por malignidade de nossa natureza, que a vergonha mantém prisioneira e o exemplo desencadeia e põe em liberdade.

Não há, pois, a menor sombra de dúvida que o melhor amigo do saber é a virtude, a qual é sumamente necessária à ciência. Contudo, é preciso ir devagar, imitando o famoso "passo da mula". A prestação intelectual exige comedimento e firmeza, e, se insistimos em aconselhar este passo, é porque ela carece também de humildade a fim de que possamos receber ensinamentos seja lá de quem fôr, contando que sejam bons.

Este comedimento e humildade impõem certa tranqüilidade na ordem e muito amor aos estudos, fazendo com que não ambicionemos mais do que nossas forças permitem, a fim de não incidirmos em erro. Assim não estragaremos nossas faculdades reais, desejando adquirir faculdades ilusórias. Foi por isso que o Doutor Angélico disse aos seus discípulos:

"Não procureis acima do vosso alcance. Eu quero — disse ele ainda — que decidais entrar no mar pelos pequenos córregos e, não, diretamente."

Assim como seria perigoso sobrecarregar o solo com excesso, impulsionando a construção mais do que permitem os alicerces, ou antes que estes estejam muito bem consolidados, assim também é prejudicial o acúmulo de matérias e a exagerada intensidade do trabalho intelectual. Todo homem inteligente começa pelo princípio e não faz novo passo, em qualquer assunto ou trabalho, senão depois de estar bem certo e seguro do primeiro, imitando assim o passo cauteloso do papagaio.

III — O MECANISMO DO PENSAMENTO SEU FUNCIONAMENTO

As relações e as reações do corpo e da alma constituem uma teoria complexa, que a prática da vida põe, a cada instante, em evidência. Assim o estudo consciencioso do corpo humano opõe-se que se dissociem as funções espirituais e as funções corporais mesmo as mais estranhas, na aparência, do pensamento puro.

Nunca devemos esquecer de que a boa complexão do corpo corresponde, de certo modo, a determinada nobreza da alma. O pensamento nasce em nós após longa e custosa preparação, em que a máquina corporal toda inteira se põe em ação.

Pensar, pois, é criar noções complexas por meio de noções simples, conhecidas pelas sensações recebidas. Grupando todas as direções, todos os movimentos, todos os momentos, todas as espécies e todas as intensidades, comparando todas as noções elementares semelhantes e operando sobre todas elas é que chegamos a obter o espaço, o tempo, a qualidade e a quantidade de que tudo o que existe.

A base de tudo isto parece que é a química celular, como mais adiante procuraremos provar. As mais obscuras sensações preparam geralmente nossa experiência. Esta é, por sua vez, o produto do trabalho dos sentidos, que elabora lentamente suas aquisições e as fixam pela memória. É por intermédio de fenômenos fisiológicos,

dependentes dos sentidos, que o fato intelectual se produz. Ninguém pensa, mesmo utilizando-se de idéias adquiridas, sem evocar todo um conjunto de imagens, emoções e sensações. Tudo o que existe na inteligência nos vem através dos sentidos.

Suponhamos, para exemplificar, que queremos pensar nos efeitos da ciência sobre a guerra. É claro que devemos partir de conceitos elementares e de todas as sensações que a guerra provoca. O primeiro destes conceitos é o de ciência, cujo fim é compreender e "controlar" a natureza. O segundo é o de guerra, cujo objeto é a luta armada quer para agredir quer para repelir a agressão. A força é, pois, essencial e dentre as fontes de força que se pode recorrer, a primeira e fundamental é o próprio homem. Então, o nosso primordial pensamento consistirá em converter a ciência no mais poderoso recurso do homem para controlar a agressão ou agredir. Mas a ciência foi criada para curar as nossas feridas, para conter as inundações e as epidemias, prever os cataclismos e melhorar a vida humana. É, pois, moral convertê-la nesse terrível instrumento? — Ora, se um agressor usá-la com o propósito de impor pela força a sua vontade, obriga forçosamente o defensor a utilizá-la também para resistir e assegurar a sua própria liberdade. É de mister, pois, que o homem esteja armado de poderosos instrumentos de morte e de destruição, a fim de se tornar capaz de cravar de profételos o corpo de seu inimigo, asfixiá-lo, envenená-lo, aterrorizá-lo e destruir todas as fontes que possam alimentar a sua vida. Destarte, acabou o homem por descobrir que os conhecimentos utilizados de tantas e variadas formas para melhorar as condições de vida poderiam, com o mesmo êxito, serem aplicados no sentido oposto. E, assim, a força do homem, prolongada ou multiplicada pela ciência, é mais formidável do que todas as outras forças que fosse capaz de utilizar, porque esta força, assim multiplicada, é muito mais astuta, mais engenhosa, podendo variar de tá-

tica, criar e adaptar novos engenhos ou meios de destruição. Pode ela, enfim, utilizar a ciência e o único meio de lhe responder com eficácia é de usar uma ciência superior.

Para pensar, portanto, em tudo isto, é indispensável sentir em todas as nossas células e com toda a nossa alma todas as minúcias da guerra e, principalmente, todos os seus horrores. E mais do que isto: é de mister que possamos sugerir ou suggestionar, nos outros, nossos sentimentos e pensamentos, para podermos transformar a ciência nesse trágico instrumento.

Só um mecanismo poderá atingir este desiderato. Se queremos despertar em alguém um pensamento, ou um sentimento, temos de, forçosamente, produzir neste alguém, por palavras ou por sinais, estados de sensibilidade e de imaginação, de emoção ou de sensação nos quais este alguém possa descobrir nossa idéia *exata* e fazê-la sua. E assim é porque os espíritos não se comunicam senão pelo corpo. Da mesma forma, o espírito de cada um de nós só se comunica com a verdade e conosco mesmo por intermédio do corpo, que é o veículo natural de nossas manifestações anímicas.

E é natural, porque basta imaginar que não podemos definir a luz, o calor, o sabor, nem o esforço, porém, podemos senti-los. Tão pouco podemos definir o espaço, o tempo, a intensidade, embora sintamos as diferenças de posição e de intensidade das sensações. Também não podemos definir a adição, a subtração, nem a potenciação, porque o homem vê pelos próprios sentidos o que são estas operações. Na mesma dificuldade ficaria quem quisesse definir a identidade ou a semelhança, que só podem ser compreendidas pelas operações que lhes dão origem. E tal acontece com todas as noções complexas, que somente definimos, indicando as operações que lhes dão nascimento. E assim foi construída a ciência humana, de grau em grau, por meio deste mecanismo, onde intervêm o espírito e o corpo. É por esta razão que um

cego de nascença jamais poderá compreender o que seja a luz.

Eis porque, para pensar e, sobretudo, para pensar com sabedoria e ardor, é indispensável submeter ao pensamento não só a alma e suas diversas faculdades, mas, também, o corpo e todo o conjunto de suas funções orgânicas. Para que obtenha o seu pleno desenvolvimento, é preciso que tudo, no homem de estudo, seja intelectual. Eis também porque a saúde do corpo é fundamental para a saúde espiritual. O desconhecimento desse princípio, aliás, tão corrente nas grandes universidades, é que ocasiona muitos males irreparáveis. Por este motivo, mais do que qualquer outro, o Oficial, principalmente o de estado-maior, deve ser um homem completo, sadio de corpo e de alma.

É claro que, em igualdade de condições, a doença acarreta grande inferioridade. Ela, de fato, diminui o rendimento, por invadir a liberdade da alma durante as suas delicadas funções, dificultando-lhe o julgamento pelos efeitos de emotividade que provoca o sofrimento, mormente quando não se sabe sofrer. Uma doença do estômago, como frisamos antes, muda completamente o caráter do homem e o caráter muda os seus pensamentos.

Uma alma sã, num corpo sã, é bem e sempre o ideal.

Não nos cabe tecer as regras para atingirdes esta finalidade. No entanto, cumpre-nos lembrar-vos que, dentre elas, três devem estar constantemente dentro de vossas cogitações: a higiene geral e os exercícios, a alimentação e o sono. Procurai instruir-vos neste particular e vereis que ainda há muita coisa por aprender.

Com relação aos exercícios, lembremo-nos sempre da frase célebre de um grande médico inglês:

"Os que não têm tempo de fazer exercício deverão certamente tê-lo de sobra para ficarem doentes."

O sono é o reparador geral e tem também a sua técnica. Nunca

devemos sacrificá-lo, porém, temos de evitar o excesso oposto, porque o Sono é filho da Noite e irmão da Morte, representando o silêncio e a imobilidade, como que nos advertindo de seu criterioso emprego: isto é, devem dormir tranqüila e suficientemente, porque isto é indispensável para que a fadiga de cada dia desapareça completamente.

No concernente à alimentação basta que se medite neste provérbio inglês:

"New dishes beget new appetites"

Se a alma desejar novos manjares, o corpo terá novos apetites e novas vitaminas. É esta reação mútua do corpo e da alma que engendra o equilíbrio vital. De fato, já vimos os efeitos psicológicos perniciosos que a alma causam os vícios e as paixões. Estes, em virtude destas reações mútuas, provocam tremendos efeitos corporais de conseqüências, por vezes, irreparáveis. Imaginal o que poderia acontecer se nos transformarmos num ébrio, num glutão ou num preguiçoso, escravo do álcool, da mesa e do travessão; se abusarmos do fumo e nos esquecermos nas excitações malsãs e na sensualidade? Um inveterado amigo dos prazeres se transforma num inimigo consciente de seu próprio corpo e se torna prontamente inimigo de sua própria alma.

Ao revés, o homem sóbrio e prudente, um homem de estudo assim posto em evidência, é, de acordo com a definição célebre, "uma inteligência servida por órgãos"; órgãos sólidos, em perfeito e franco funcionamento, dentro de um arcabouço asseado, sadio, robusto e bem nutrido, eis o que ordenam todas as virtudes.

A EXISTÊNCIA DA ALMA

Falamos até agora da alma e do corpo e mostramos suas relações e reações recíprocas. Indicamos sumariamente os cuidados que lhes devemos dispensar, para que nossa vocação intelectual se expanda e se desabroche. Mas, todo este raciocínio depende de uma crença.

Quanto ao corpo, ninguém duvida de sua existência e todos acreditamos piamente nele e nas suas doenças, que nos fazem sofrer; porém, desgrazadamente, existe muita gente que não crê na existência da alma, porque não a vê, conquanto sinta os dolorosos efeitos de suas enfermidades. Para estes, tudo o que dissemos cairá no vazio. Entretanto, a alma existe. É óbvio que não falaríamos disto aos ateus e materialistas...

Que a alma existe não há a menor dúvida; basta olharmos para um cadáver, isto é, um corpo sem alma. E basta isto para nos abstermos das sutilezas da metafísica... Comparai uma árvore morta com outra verdejante e frondosa, cheia de frutos e de flores! Por que esta diferença e por que diferenciamos os homens pelo seu espírito? Pois se a matéria é idêntica em todos nós, por que chamamos a uns de gênios, de espíritos retos, a outros de espíritos utilitários, a alguns de espíritos brilhantes, espíritos sérios e, enfim, a outros de pobres de espíritos ou espíritos acanhados? Ora, se não houvesse alma, não poderia existir tais diferenças. Dir-se-á que são sutilezas retóricas; no entanto, examinai cada um desses espíritos em separado.

Atua um espírito genial sempre com igual atividade e com idêntica intensidade. Jamais deixará de discernir os objetos afastados como se eles não estivessem bem próximos e bem nítidos; compreende e imagina as maiores coisas com a mesma percepção como o faz com as menores; seus pensamentos são elevados, extensos, justos e inteligíveis; nada escapa à sua percepção nem à sua arguta penetração e esta lhe faz muita vez descobrir a verdade através da escuridão com a qual se esconde dos demais.

Um espírito reto, fácil e insinuante sabe evitar e vencer as dificuldades. Amolda-se facilmente ao que quer, sabendo conhecer o espírito e o bom ou mau humor daqueles com quem convive; e, poupando-lhes os interesses, avança e estabelece os seus próprios.

Um belo espírito pensa sempre nobremente; produz, com facilidade, coisas claras, agradáveis, naturais e úteis; faz vê-las em sua verdadeira luz, ornamentando-as de todos os adornos que mais convêm; sabe, enfim, penetrar no paladar dos outros, tirando de seus pensamentos o que é inútil ou que pode desagradar.

E desta forma, seguindo as pegadas do moralista, poderíamos definir os espíritos sérios, utilitários e até os obtusos ou idiotas, que os há em profusão; incluso mesmo certos "espíritos de porco", que andam pela vida emporcalhando o mundo, e provar assim que existe alma, tanto que existem as diferenças espirituais, visíveis pelo seus miraculosos efeitos. Onde buscar, no corpo humano, estas manifestações que, tão evidentes, se exteriorizam? Eis o mistério. Pouco importa o nome que lhe dermos, uma coisa é certa e inegável: *Há um princípio eterno e invisível, uma chama imortal e impalpável que reproduz os seres e os diferencia!* E este princípio é reconhecido por todas as religiões. Apenas verificamos leigamente os fatos e os citamos; não da maneira sutil porque propôs Euler, perante toda a Corte russa, a sua célebre questão a Diderot:

$$\frac{a + b^n}{n} = x, \text{ logo Deus existe!}$$

Se Diderot soubesse álgebra, que é apenas uma linguagem de que nos servimos para expressar as magnitudes, poderia ver aí que o matemático expressou tão somente a identidade de duas grandezas a uma terceira, de tal forma que, quando a for igual a 1, b for igual a 2 e n for igual a 3, x será forçosamente igual a 3. Deixemos por ora os mistérios da Santíssima Trindade e esta sutileza matemática para nos voltarmos às realidades do Teólogo:

Tomemos, por exemplo, algumas sementes: a do côco da Bahia, a do abacate, a da manga, a da laranja ou da banana. Abramo-las

tôdas. Examinemos uma por uma com a ajuda de um ultra-microscópio. Nada vemos, absolutamente nada que não seja matéria. Por mais que as examinemos nada poderemos encontrar que se possa parecer com algo de estranho e de eterno. É só matéria inerte e perecível. E por que, então, há-de surgir d'êste pequenino nada, que é a semente, um frondoso e útil vegetal? Por que da semente do côco não surge uma pitangueira?

Depositemos essas mesmas sementes em terreno propício, em terra fértil, ocultando-as de nossos olhos incrédulos. Dias depois voltamos para apreciar os resultados de um mistério profundo. Um bróto surge como um recém-nascido nos vagidos do berço. De cada uma desponta um grão à flor da terra, bróto que se alimenta e cresce. Mais tarde juntaremos a estas duas grandes e misteriosas funções, mais outra: a da produção, porque novas sementes serão criadas com idênticas capacidades.

Ai estão as três primeiras faculdades da alma, ditas *faculdades vegetativas*. A alimentação, o crescimento e a reprodução constituem, pois as três grandes funções primitivas da alma. E será que um vegetal possa possuir alma, perguntareis espantados? — E por que não? Neles, mistérios insondáveis faz com que, sem terem corações, a selva circule nas suas artérias!

Ademais, ninguém neste mundo, até hoje, conseguiu alimentar um pouco de matéria bruta e fazê-la crescer e se reproduzir.

Notai que a causa de efeitos tão miraculosos é imperecível e imortal. Quando os cientistas abriram o túmulo de Tutankamen, no Egito, enterrado há cerca de 5.000 anos, foram encontrados vários saquinhos de trigo, de semente do trigo, dentro do sarcófago. Resolveram os cientistas semeá-los nos férteis prados das margens do Nilo. E, com espanto geral, brotaram com tanta exuberância, que atualmente constituem o mais afamado espé-dime, conhecido pelo epíteto de trigo do Faraó!

Cinco mil anos sem luz, sem ar e sem água! Ninguém — vegetal, animal ou homem — resistirá mais de 72 horas sem água e poucos aguentam 2 minutos sem ar. A alma imortal contida nas sementes resistiu 50 séculos! E duraria a eternidade, porque nas sementes está o *n* exponencialmente invisível da fórmula de Euler, o Espírito Santo, — a essência divina — que é imorredoura...

Tomai agora outra semente, de natureza ligeiramente diferente, mas, de qualquer forma uma semente, que a ciência denomina de semem ou espermatozóide. Tome-mo-la de vários animais: do galo e do pato, da baleia e do macaco, do cão e do gato, do elefante e do camelo. Examinemo-las como o fizemos com as sementes des vegetais, com o mesmo rigor e com a mesma cautela. Reviremo-las de todos os lados e só veremos o que vimos nas sementes dos vegetais: matéria e compostos químicos comuns e nada mais que nos possa indicar o que quer que seja de extraordinário. E, portanto, se as colocarmos também em terreno fértil, o útero materno, verificaremos o mesmo fenômeno anteriormente apontado. Estas microscópicas sementes vão alimentar-se, crescer e, mais tarde, reproduzir-se, reproduzindo as mesmas espécies que lhe deram origem.

Todavia, outros maravilhosos acontecimentos irão agora espantar a vossa curiosidade. Os seres ora reproduzidos possuirão o sentido da locomoção, da orientação, o sentido muscular, o olfato, audição, o tato, a visão e o paladar para somente citar-vos os sentidos capitais. Este último conjunto de faculdades é denominado de *faculdades animais* da alma imortal.

Prossigamos e façamos o mesmo com o semen do homem. De começo diremos que ele é absolutamente idêntico ao de qualquer outro animal. Nada o distingue do de um leão ou do de um porco. Entretanto, pôsto no útero sadio de uma mulher qualquer alimentar-se-á, crescerá e, mais tarde também, impellido pelo amor se re-

produzirá pela eternidade ilimitada e calma.

Mas, além das faculdades vegetativas e animais, possuirá o novo ser as *faculdades superiores da alma humana*, precisamente aquelas que distinguem os seres superiores da criação: a inteligência, a vontade, a imaginação, o julgamento, o pensamento, o senso moral e o discernimento. Sim! O discernimento e o sentido moral, com os quais distinguimos o bem do mal, o justo do injusto, o falso do verdadeiro, o belo do feio. De um lado, ergue-se a Virtude e do outro o vício e as paixões...

Dissemos-vos, no começo, que a ciência é um conhecimento pelas causas e, no entanto, damo-vos apenas os efeitos. Quem não crê na luz, no calor, na gravidade, no sabor e na eletricidade, que conhecemos apenas pelos seus magníficos efeitos? Pois aí estão os efeitos da alma, e é da alma porque qualquer um de nós poderá transformar um pouco de matéria em luz, sabor, calor e eletricidade; entretanto, ninguém neste mundo mortal, conseguirá jamais transformar o que quer que seja em vida! Pois essa essência divina de que estamos possuídos, chama-se espírito, alma, pouco importa o nome, algo de imortal, que nos é entregue pelo Criador para seu aperfeiçoamento e sua redenção. Eis por que somente as almas fortes e rijas produzem grandes coisas neste mundo.

E assim — para demonstrar a tese capital — se a alma possui as faculdades vegetativas, animais e superiores, só podemos pensar com todas elas e com o corpo todo. Ora, se são a alma e o corpo que pensam, concluamos estas divagações preliminares e digamos em síntese, que aquele que não age de acordo com o que pensa, pensa incompletamente e comete uma traição, como pratica verdadeira loucura o que age sem pensar.

O primeiro esforço indispensável ao desenvolvimento das faculdades intelectuais — as divinas funções que acabamos de falar — é um esforço de aperfeiçoamento pela reflexão e pela reta decisão. E este esforço tem

de ser feito, principalmente pelo Oficial, que deve sempre pensar duplamente, dada a sua nobre e grave missão social. É, pois, preciso deliberar o objetivo principal de nossa vida, isto é, o adestramento físico do corpo, o desenvolvimento moral da personalidade e o seu aperfeiçoamento pelo conhecimento e o saber.

Nunca devemos esquecer que, para desempenhar a mais simples das ações, como o mais complicado dos planos, certos conhecimentos e certas qualidades são necessários. A aquisição de uns e de outras, uma vez decididos, encontrará sempre em nós os recursos de energia indispensáveis se a sua oportunidade foi clara e judiciosamente encaradas. Para isto vigiemos nossos estados d'alma precursores de lassidão moral e tenhamos a coragem de reconhecer a sua verdadeira significação, porque o desejo de engrandecer a sua própria personalidade, de aumentar o

seu poder, de lutar para se tornar maior, é normal nos seres humanos e constitui uma de suas tendências fundamentais. Quando desfalece este desejo, é sinal de doença física ou moral, que é indispensável curar.

Para os que se dedicam ao serviço da Pátria é de mister uma escola, um verdadeiro templo, onde se cultivem, ao lado da higiene moral a ser observada nos casos de diminuição do apetite de viver, a Verdade, a Honra e todas as Virtudes, desde a Prudência até a Coragem. Para isto, o Oficial deve ser, antes de tudo, homem de ação e, na aceção plena do termo, um verdadeiro intelectual. Se estais decididos a desempenhar tão nobre missão, preparai-vos metódicamente cultivando vosso corpo e vossa mente adestrando-vos na prática das virtudes morais e civis para vos tornardes verdadeiro apóstolo da Verdade e, vocacionalmente, um consciente e bravo soldado da Pátria.

(Continua)

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plana

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

CASA DAS MIUDEZAS

Manoel Pereira da Costa Galindo

Completo sortimento de

MIUDEZAS, PERFUMARIAS, LINHAS, SAPATINHOS PARA CRIANÇAS,
ARTIGOS PARA PRESENTES, ARTIGOS DA MODA, ETC.

ARCOVERDE — AVENIDA JOAO PESSOA, 459 — PERNAMBUCO

QUINDERÉ & CIA.**LIVRARIA, PAPELARIA E INSTRUMENTOS PARA DESENHO****RUA FLORIANO PEIXOTO, 523 (Edifício próprio)****CAIXA POSTAL, 65 — END. TELEG. "LIVRO" — FONES : 4105 E 2927****FORTALEZA — CEARÁ**

EMPRESA DE FIOS E REDES**Rua Major Facundo, 172****FORTALEZA — CEARÁ**

CASA JAVA**ANTÔNIO LONGO & IRMÃO LTDA.****FRUTAS, CONSERVAS E BEBIDAS****AVENIDA AMAZONAS, 202 — TELEFONE, 2-3541****BELO HORIZONTE**

DUMMAR & CIA.**Fundada em 1911****REPRESENTA COM EXCLUSIVIDADE :**

PHILCO — Rádios, Rádios-fonógrafos e Refrigeradores
ELECTROLUX — Geladeiras a querosene, Enceradeiras e Aspiradores
BRUNSWICK — Bilhares, "Snookers" e Acessórios
REX — Cofres, Fichários e Arquivos de Aço
ZUNDAPP — Motocicletas
PIRAMYD — Bicicletas
CROSLEY — Máquinas de Costurar e Bordar
CROSLUX — Líquidificadores
SKODA — Automóveis e Caminhonetes
MAYTAG — Máquinas Domésticas de Lavar Roupas
B. & ROBINSON — Pianos

RUAS :

FLORIANO PEIXOTO, 517 — CEL. BIZERRIL, 432 — SENA MADUREIRA, 781
TELS. : 40-25, 53-53, 59-72 e 59-68 — CAIXA POSTAL, 143 — TELEG. : "DUMAS"
FORTALEZA

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

XI

O COMUNISMO E A DESORDEM SOCIAL

Através de comprovação abundante e indiscutivelmente autorizada, porque fundamentada em documentos oficiais de categorizados elementos do próprio comunismo russo, mostramos, anteriormente, que o regime implantado na terra moscovita e nos países que lhe são satélites, desde o seu advento, há mais de trinta anos, tem vivido à custa das maiores mistificações até hoje conhecidas. Trata-se, realmente, de um sistema de governo cujo fundamento essencial reside na fraude política e se apresenta completamente elivado de contradições e sofismas, como ninguém, em boa fé, ousa mais contestar, presentemente. E a esse respeito ainda, temos sob os olhos uma recente crônica do jornalista e escritor Teophilo de Andrade que nos oferece uma síntese admirável de tôdas as falsidades do comunismo. Tiramos, por isso, com a devida vênia, da revista "O Cruzeiro", de 24 de novembro do ano passado, os seguintes tópicos do artigo daquele jornalista, sob o título "A mística comunista, a nacionalista e outras místicas":

"Inicialmente, o comunismo proclamou-se antinacional. A sua única realidade deveria ser a luta de classes. Não deveria haver nações contra que lutar, mas tão somente uma burguesia internacional a destruir. "Proletários

de todos os países, uni-vos!" Era este o grito de guerra. Hoje, o nacionalismo é o postulado primeiro das lutas políticas, nos chamados países comunistas."

E pouco adiante acrescenta:

"O comunismo foi, outrora, também antimilitarista. Sempre combateu armamentos e soldados. Hoje, os seus chefes são marechais cobertos de crachás. E em nenhuma parte o espírito militar é tão cultivado como na Rússia. Os cossacos vermelhos são mais ciosos de seu espírito de caserna que os cossacos brancos dos tempos do czar.

O comunismo, proclamando-se protetor dos trabalhadores, sempre defendeu o princípio do salário por hora, condenando, peremptoriamente, o trabalho por tarefa. Pois, uma boa parte da economia russa se baseia no trabalho por tarefa, de que se faz uma grande propaganda, sob o nome de Stakanovismo, de Stakanowsky, o operário que "inventou" este sistema de produção, tão velho quanto a humanidade. O comunismo sempre defendeu o princípio da liberdade de trabalho. Entretanto, na Rússia de hoje, a transferência de uma proflissão para outra é controlada e todos os que dissentem da orientação do Estado são arrastados

em levar, aos pontos extremos e de clima rude do país, para trabalhar em campos de concentração que nunca tiveram mais de 50.000 pessoas nos tempos do czar e que, agora, se estima abarcarem, dentro de suas rédes de arame farpado, mais de 12 milhões de pessoas.

O comunismo, quando na oposição, sempre defendeu a liberdade de pensamento e de imprensa, que muitas vezes lhe foi negada por governos prepotentes. Mas, assim que chegaram ao poder, tiveram os comunistas o cuidado de colocar em suas mãos todos os meios de divulgação, direta ou indiretamente, de modo a não permitir a mais leve crítica, a não ser nos famosos "jornais murais" de que falam com muita convicção e que correspondem, nos lugares públicos, às paredes de nossas privadas, onde todo o mundo escreve as maiores barbaridades, dando expansão aos seus instintos.

O comunismo sempre proclamou, quando na oposição bem entendido, o direito dos operários à greve, a fim de fazerem valer as suas reivindicações econômicas. Entretanto, nos países soviéticos, as greves são proibidas, punindo-se severamente os que se atrevem a cruzar os braços, embora aquele direito seja conferido a quantos trabalham em todos os países democráticos da terra.

E, para não distender "ad nauseam" esta enumeração, o comunismo sempre foi um movimento antireligioso, tendo, quando triunfou na Rússia, mandado apor, na Praça Krenlin, o famoso lema: "A religião é o ópio do povo". Entretanto, de posse do poder, erigiu-se em verdadeira religião, com o cadáver de Lenine guardado em um santuário, para adoração dos mujiques".

SUBVERSÃO ABSOLUTA DE TODOS OS VALORES

É esse sistema reconhecidamente fraudulento e mistificador que os comunistas, pugnando tenazmente e, muitas vezes, violentamente, de-

sejam e tentam impor a todos os demais povos do mundo. Nesta luta desesperada e incessante, porém, como sentem que lhes faltam os meios imprescindíveis a uma vitória imediata e decisiva, procuram implantar, antes de mais nada e essencialmente, a desordem generalizada no seio da sociedade a que visam, a fim de criar e estabelecer, assim, um clima propício, necessário e indispensável à proliferação de suas idéias, ao desenvolvimento de sua doutrina nefasta e destruidora.

Essa afirmação representa a expressão exata de uma verdade incontestável, já verificada em muitos países e constatada por muitos escritores e observadores imparciais, tanto em artigos de imprensa, como em livros, relatórios e outros documentos, mesmo a despeito dos toques de censura que costumam envolver, em muitos casos, tudo quanto é dado à publicidade, com referência ao regime soviético. Efetivamente, na própria Rússia, desde que ali se instaurou o governo bolchevista, caracterizado sempre pela mais ferrenha ditadura, como nos demais países soviéticos, outra coisa não existe que uma subversão completa e absoluta de todos os valores reais e efetivos, dentro da sociedade sem classes que deveria ser estabelecida, mas que aguarda ainda o término do período de transição, já longo de mais de três decênios...

Os fatos ocorridos na decantada "pátria do socialismo" confirmam, realmente, os depoimentos conhecidos e divulgados nesse sentido e — atente-se bem para esta circunstância — são fatos referidos e apontados por autoridades graduadas do regime, ou por pessoas absolutamente insuspeitas, consideradas "bolchevistas puros", como passamos a mencionar.

OS "INIMIGOS JURADOS DO PODER SOVIÉTICO"

De modo sumário e muito geral, o nível social de um povo pode ser convenientemente apreciado por meio de suas manifestações científicas ou culturais, nas suas expressões de ordem moral ou jurídica, como em suas demonstrações

de natureza sentimental, afetiva ou familiar.

Sob todos esses aspectos, com efeito, traduzem-se, em princípio, as noções fundamentais que inspiram e norteiam a organização de qualquer sociedade civilizada. Pois muito bem: — que se observa, a esse respeito, no tão falado e proclamado "paraíso soviético"?

Não satisfeitos com a guerra implacável que intentaram contra a religião e contra Deus, os comunistas se voltaram também, logicamente, contra os escritores e homens de ciência, contra todos aqueles que tinham cérebro e dele se pretendiam valer para pensar e difundir as suas idéias. E passaram a ver, em cada intelectual, como exclamava Zinovief, "um inimigo jurado do poder soviético". Surgiram, então, como resultado da chamada "campanha de bolchevização da ciência", as continuas "depurações do pensamento", tornando-se sem conta os professores, escritores, filósofos, sábios, advogados, engenheiros e outros intelectuais expulsos para além-fronteira, "liquidados" nos terríveis "expurgos da inteligência" ou desaparecidos nas torturas indescritíveis dos campos de morte espalhados pelas regiões de clima insuportável, todos sob a inculpação de alimentarem "ideologia hostil ao poder soviético".

Ainda recentemente, segundo notícias publicadas pela imprensa ("Correio da Manhã" de 2-X-951), os jornais oficiais comunistas de Moscou indicavam a execução de nova campanha contra "desvios ideológicos" na arte e na literatura, ampliando a campanha geral contra a imprensa, de modo a abranger as publicações técnicas e científicas, inclusive algumas de maior circulação na União Soviética. Os motivos apontados para fundamentar os "desvios" eram variados na forma, mas todos iguais em seus resultados práticos: — assim, o "Ogoniok", considerado o mais popular dos semanários ilustrados da União, precisava "elevar o seu nível ideológico e artístico"; o "Izvestia", órgão da Academia de Ciências da URSS (não se trata de

órgão oficial do governo com o mesmo nome), foi alvo de forte crítica e a própria Academia acusada de ter vários de seus ramos "retardados quanto a descobertas recentes, não abordam questões típicas e estão apenas frouxamente relacionados com o trabalho de pesquisa e científico". Outras publicações foram censuradas porque "têm baixo nível científico e não preenchem as suas funções", enquanto mais algumas foram apontadas como utilizando material gráfico de difícil leitura, serem descoloridas e sem forma atrativa, bem como por não circularem com regularidade...

Não obstante tudo isso e embora tenha o "Bolchevique", bi-mensário do Comité Central do Partido Comunista, ameaçado com a expulsão os escritores soviéticos "que mostrem uma atitude irresponsável", a "liberdade da imprensa soviética" continua a ser exaltada nos órgãos oficiais comunistas, que consideram não haver em outro país semelhante "liberdade de palavra, imprensa e organização, para os operários, camponeses e intelectualidade"...

A DESORDEM EM MATERIA DE INSTRUÇÃO

Ainda como consequência da luta de extermínio da liberdade de pensamento, ou, melhor, dentro da concepção primária de acorrentar as manifestações do espírito às diretrizes e conveniências políticas do Partido Comunista, merece uma menção especial a orientação soviética nos assuntos relativos à instrução. No que respeita ao ensino universitário, por exemplo, vivem os comunistas a proclamar que o governo bolchevista instituiu, na Rússia, universidades a granel, mas o que pouca divulgação tem, a tal propósito, é que essas universidades se destinam quase que exclusivamente aos operários e membros do Partido, mediante a simples condição de conhecerem as operações fundamentais de aritmética e ligeiras noções de gramática. Os jovens que completam seus estudos secundários e pretendem, muito justa-

mente, fazer os cursos universitários praticamente se vêm prejudicados em suas pretensões, pois que lhes são reservadas apenas 600 vagas em todas as universidades, quando o número de estudantes nessas condições se elevava a mais de trinta mil, em 1924, conforme registro na imprensa de Moscou, o que significa de acordo com os dados oficiais do governo soviético. Encontramos, porém, informações mais recentes sobre a vida do estudante russo em uma correspondência do "Jornal do Comércio" (Rio, 5-XI-950), cujo título já é, por si mesmo, bastante expressivo: "A árdua vida do estudante soviético". Verifica-se por essa correspondência que, de fato, a maior parte dos estudantes recebe bolsas de estudo, mas estas "não são elevadas; na realidade, não são suficientes para satisfazer as necessidades do estudante". As bolsas são, geralmente, de 200 a 350 rublos, mas os estudantes são obrigados a pagar matrícula mensal (33 rublos) e também imposto de renda, quando a bolsa é de mais de 200 rublos. Além disso, devem pertencer, obrigatoriamente, ao Sindicato dos Estudantes Superiores, pagando mensalidade que corresponde a um por cento do valor da bolsa. E não é só isso: — "outra pequena contribuição é a 'cultural', supostamente destinada à manutenção do clube estudantil. Por outro lado, uma soma maior é paga pela 'contribuição voluntária para o empréstimo do Estado'. Negar-se a fazer essa contribuição equivale a ser acusado de idéias reacionárias". Vem, então, a triste conclusão, no caso: — "Em vista dos preços correntes na Rússia, o estudante soviético não pode, em geral, viver com sua bolsa de estudos".

A vida do estudante russo tem, todavia, a particularidade característica do regime, porquanto "além da disciplina escolar, há uma outra disciplina menos tradicional, a que o estudante soviético tem de se submeter. Cada universidade tem o seu "Departamento Secreto", ou "Departamento Especial", que se destina a fiscalizar a conduta política dos universitários. E, assim,

"se o estudante se torna suspeito, é interrogado pelo Departamento Especial: — se o caso é considerado sério, o estudante será transferido para o Ministério da Segurança do Estado ou, talvez, para um dos muitos campos de trabalho forçado". Conclui, porém, o comentarista: "Os estudantes, contudo, conhecem o perigo e sabem controlar a língua e a mentalidade".

Os resultados inevitáveis desses métodos de "controle da língua e da mentalidade" dos estudantes não se fazem sentir apenas no ciclo universitário, porquanto se verificam, também, em outros ramos da instrução e abrangem todo o país, como se vê por um relatório oficial da viúva de Lenine, apresentado ao XIII Congresso do Partido Comunista:

"A campanha russa afunda-se por completo na ignorância, havendo regiões onde, para oito mil camponeses, ter-se-ia muito trabalho em se achar uma só linha impressa. E quando, por acaso, um jornal ali penetra, apressam-se a partilhá-lo, para fazer cigarros... Os livros são absolutamente inacessíveis à população rural."

Noutra passagem de seu relatório, referindo-se a um estabelecimento escolar de Penza, um dos mais adiantados distritos rurais no tempo dos czares, a Senhora Krupskaja informava ao Congresso que, tendo sido fechada a escola por falta de aquecimento, a professora "encarpitada na estufa de seu pequeno quarto, leciona a alunos horripelantemente sujos, que escrevem com o giz no asfalto".

O FUNDAMENTO DA "MORAL" COMUNISTA

No tocante às manifestações de ordem moral, parece nada mais ser preciso acrescentar ao muito que já tem sido divulgado e é por demais sabido de todos.

A "moral" comunista tem como fundamento essencial o conhecido conceito atribuído a Lenine, segundo o qual é considerado moral tudo quanto aproveita ao Partido Comunista, conceito esse que Tchê-

laef, sobrepujando o "apóstolo" naturalmente, expressou em termos de subversão social, afirmando que "é moral o que apressa a revolução; é imoral o que a entrava."

Os pensamentos do criador do bolchevismo, porém, foram não somente completados, como ainda ampliados por outro comunista famoso, pelo célebre Lunatcharsky, o reformador e orientador dos planos soviéticos de instrução pública, quando doutrinou que o único método exato para definir as noções de *dever* e de *direito* consiste em ver na *moral* um simples produto dos interesses da classe...

O doutrinador não esclarece de que classe se trata, mas está claro que os interesses a que ele se refere são os da classe dominante na Rússia, como se tem verificado desde que o comunismo foi ali implantado. Em todo caso, o conceito reflete a concepção oficial do comunismo posterior a Lenine, apresentando-nos uma versão mais moderna do "método exato" para definir as noções de *direito* e *dever*. E vale ainda por uma confirmação completa da verdade que se contém no seguinte comentário autorizado, a respeito do assunto:

"Os comunistas têm, então, liberdade para tripudiar sobre as prescrições da moral burguesa, com a condição de continuarem a ser instrumentos revolucionários nas mãos do partido comunista, conclusão essa que vem tornar o partido comunista o árbitro moral de seus aderentes."

Ninguém escapa, em consequência, às investigações oficiais em sua vida privada, mesmo nas questões mais delicadas e nos pontos de maior intimidade, por isso que os "inquéritos" se realizam continuamente, com perguntas e em condições verdadeiramente deprimentes e humilhantes para a pessoa humana. E, como decorrência imperiosa das doutrinas comunistas em matéria de moral e de costumes, a sociedade soviética apresenta o aspecto doloroso e pungente de um conglomerado humano em que os filhos denunciavam e levam os pais à morte, por falta de "lealdade" aos

princípios do partido, transformando o bolchevismo num verdadeiro "parricida coletivo", segundo a expressão já consagrada para o qualificar.

Os tristes episódios que evidenciam e confirmam essa situação de profunda miséria moral não precisam e nem devem ser relatados nestas notas. São todos fatos reveladores de enorme hediondez das idéias comunistas em matéria de tamanha relevância, em tudo e por tudo semelhantes aos que ocorrem sob outros aspectos sociais de grande significação também, como no relativo aos problemas matrimoniais, abortos oficializados e à assistência à infância. Os conceitos bolchevistas a respeito desses magnos assuntos são todos por demais conhecidos, para que mais uma vez os recordemos. E os resultados de sua aplicação prática fazem da sociedade comunista, sob o ponto de vista moral e cultural, aquela "charco fétido" de que falava Gorky e onde as mulheres e as crianças nada mais são que os míseros despojos da terrível "fisiologia socialista"...

A conclusão a tirar, portanto, das considerações apresentadas e que se baseiam em fatos e documentos incontestáveis só poderá ser a seguinte: — gerador e provocador da desordem social, o comunismo russo — "peste mortal" no dizer do grande Papa Pio XI — enxovalha as consciências, aniquila e destrói as manifestações do espírito livre com a instituição legalizada do servilismo no domínio das idéias; asfixia a cultura com a escravização do pensamento; e rebaixa moralmente o ser humano, constituindo um "sistema cheio de erros e de sofismas", absolutamente incompatível com a dignidade natural da espécie e que merece, por tudo isso, a mais enérgica repulsa dos cidadãos conscientes de qualquer país verdadeiramente democrático.

A seguir e em conclusão — O dever dos soldados em face do comunismo.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DO OFICIAL

Major GERARDO LEMOS DO AMARAL

BIBLIOTECA DE CULTURA GERAL

AS ARTES

- | | |
|---|---|
| B. Croce | — Bréviaire D'Esthétique — Payol. |
| Alain | — Système des Beaux — Arts — N.R.F. |
| A. Boschot | — Entretiens sur la Beauté — Plon. |
| E. Fromentin | — Les Maîtres D'Autrefois — Plon. |
| S. Reinach | — Apollo — Histoire Generale des Arts Plastiques — Hachette. |
| P. du Colombier | — Histoire de L'Art — Fayard. |
| L. Hourticq | — Histoire Generale de L'Art, France — Hachette. |
| Rocheblave | — L'Art Et le Gout En France Du XVI ^e Au XIX ^e Siecles — Cotin. |
| J.A. Brutalis | — Pour Comprendre les Monuments de France — Hachette. |
| M. Emmanuel, Reynaldo Hahn, P. Landormy, etc. | — Initiation à la Musique — Editions du Tambourinaire. |
| H. Lavignac | — La Musique et les Musiciens — Delagrave. |
| R. Rolland | — Musiciens D'Autrefois — Hachette. |
| H. Gréon | — Promenades Avec Mozart — Desclee de Browner. |
| G. Prud'Homme | — Les Symphonies de Beethoven — Delagrave. |
| A. Lavignac | — Voyage Artistique à Bayreuth — Delagrave. |

LINGUAS E LITTERATURAS

- | | |
|------------|---|
| E. Faguet | — L'Art de Lire — Hachette. |
| S. Reinach | — Sidonie ou le Français Sans Peine — Hachette. |
| S. Reinach | — Cornélie ou le Latin Sans Pleurs — Hachette. |
| S. Reinach | — Eulalie ou le Grec Sans Larmes — Hachette. |
| A. Albalat | — L'Art D'Ecrire Enseigné en Vingt Leçons A. Colin. |
| M. Croiset | — Histoire de la Litterature Grecque — De Boccard. |
| R. Pichon | — Histoire de la Litterature Latine — Hachette. |

- G. Lanson — Histoire de la Littérature Française — Hachette.
 E. Faguet — Le XVI^e. Siècle — Boivin.
 E. Faguet — Le XVII^e. Siècle — Boivin.
 E. Faguet — Le XVIII^e. Siècle — Boivin.
 E. Faguet — Le XIX^e. Siècle — Boivin.
 A. Billy — La Littérature Française Contemporaine — A. Colin.
 D. Mornet — Histoire de la Littérature et de la Pensée Française Contemporaine — Larousse.
 T. Laïgnel — La Littérature Italienne — A. Colin.
 G. Bianquis — Histoire de la Littérature Allemande — A. Colin.
 P. Dottin — La Littérature Anglaise — A. Colin.
 J. Legras — La Littérature en Russie — A. Colin.

ROMANCES E OBRAS DE IMAGINAÇÃO

ANTIGUIDADE

- Hmère — Illiade, Odyssée.
 Apulée — Les Métamorphoses.

IDADE MEDIA FRANCESA

- La. Chanson de Roland — Trad. J. Bédier.
 Le Roman de Tristan et Iseult — Trad. J. Bédier.

RENASCENÇA

- F. Rabelais — Pantagruel.

SÉCULO XVII

- A. Furetière — Le Roman Bourgeois.
 Mme. de la Fayette — La Princesse de Clèves.
 J. de la Fontaine — Les Amours de Psyché.

SÉCULO XVIII

- A. le Sage — Gil Blas.
 A.F. Prevost D'Exilles — Manon Lescault.
 Voltaire — Candide.

O ROMANTISMO

- R. de Chateaubriand — Atala, René.
 E.P. Sénacour — Obermann.
 Mme. de Stael — Corine.
 B. Constant — Adolphe.
 C. Nodier — Jean Sbogar.
 V. Hugo — Notre Dame de Paris.
 T. Gautier — Le Capitaine Fracasse.
 A. de Vigny — Grandeur et Servitude Militaires.
 A. de Musset — Contes et Nouvelles.
 G. de Nerval — Les Filles du Feu.
 J. Sandeau — Mademoiselle de la Seiglière.
 G. Sand — La Mare au Diable.
 A. de Lamartine — Raphael — Grasiela.
 H. de Balzac — Eugénie Grandet.

METADE DO SÉCULO XIX

- | | |
|-----------------------|-------------------------------|
| Stendhal | — La Chartreuse de Parme. |
| P. Merimée | — Carmen. |
| A. Dumas | — Les Trois Mousquetaires. |
| H. Murger | — Scènes de la Vie de Bohème. |
| A. Dumas Fils | — La Dame aux Camélias. |
| G. Flaubert | — Madame Bovary. |
| E. Fromentin | — Dominique. |
| E. Erckmann Chatrian | — Madame Thérèse. |
| J. Barbey D'Aurevilly | — L'Enfer. |
| E. About | — Le Roi des Montagnes. |
| A. de Gobineau | — Les Pléiades. |

FIM DO SÉCULO XIX

- | | |
|---------------------|---------------------------------------|
| E. & J. de Concourt | — Renée Maupérin. |
| G. de Maupassant | — Bel Ami. |
| L. Halévy | — L'Abbé Constantin. |
| A. Daudet | — Numa Roumestan. |
| F. Fabre | — L'Abbé Tigrane. |
| P. Loti | — Pêcheur D'Island. |
| P. Bourget | — Le Disciple. |
| J. Teller | — Oeuvres. |
| Gyp | — Le Mariage de Chiffon. |
| A. France | — Le Lys Rouge. |
| E. Zola | — La Faute de L'Abbé Mouret. |
| M. Prevoist | — Les Vierges Fortes. |
| M. Barrès | — Du Sang, de la Volupté, de la Mort. |
| M. Maldrón | — Saint Cendré. |
| J.K. Huysmans | — En Route. |
| J.H. Rosny | — La Guerre du Feu. |
| M. Schwob | — Vies Imaginaires. |
| J. Moréas | — Contes de la Vieille France. |
| M. de Vogue | — Nouvelles Orientales. |
| G. D'Espèrès | — Les Demi — Soldes. |
| G. Courteline | — Un Client Sérieux. |
| R. Bazin | — La Terre Qui Meurt. |
| F. Jammes | — Clara D'Ellébeuse. |
| L. Bertrand | — Le Sang des Races. |

COMEÇO DO SÉCULO XX

- | | |
|---------------|--|
| H. de Régnier | — Le Mariage de Minuit. |
| C. Farrere | — La Bataille. |
| P. J. Toulet | — La Jeune Fille Verte. |
| M. Tinayre | — La Maison du Péché. |
| J. Lemaitre | — En Marge des Vieux Livres. |
| E. Gebhardt | — D'Ulysse à Panurge. |
| A. Hermant | — Les Grands Bourgeois. |
| R. Boylesve | — L'Enfant à la Balustrade. |
| Rachilde | — Le Meneur de Louves. |
| M. Proust | — À L'Ombre des Jeunes Filles en Fleurs. |
| A. Fournier | — Le Grand Meaulnes. |
| P. Drouot | — Eurydice Deux Fois Perdue. |
| P. Estaunié | — La Vie Secrète. |

- | | |
|---------------------|---------------------------------------|
| A. Gide | — La Port Étroite |
| R. Rolland | — Jean Christophe, L'Aube. |
| A. de Noailles | — La Nouvelle Espérance. |
| H. Duvernois | — Edgar. |
| L. de Robert | — Le Roman du Malade. |
| A. de Chateaubriand | — Monsieur des Lourdines. |
| G. d'Houville | — Le Séducteur. |
| R. Martin du Gard | — Jean Barois. |
| P. Neveux | — La Douce Enfant de Thierry Seneuse. |
| M. Harry | — La Petite Fille de Jérusalem. |
| A. Maurois | — Les Silemces du Colonel Bramble. |
| H. Barbusse | — Le Feu. |
| R. Dorgeles | — Le Croix de Bois. |
| G. Duhamel | — Confession de Minuit. |
| J. & J. Tharaud | — L'Ombre de la Croix. |
| L. Hémon | — La Belle que Voilà. |
| E. Jaloux | — Les Amours Perdues. |
| H. Bordeaux | — La Maison. |
| J. Romains | — Mort de Quelqu'Un. |
| E. Henriot | — Aricie Brun. |
| J. Kessel | — L'Équipage. |
| J. Green | — Adrienne Mesurat. |
| P. Benoit | — L'Atlantide. |
| G. Anet | — Ariane Jeune Fille Russe. |
| Collete | — La Vagabonde. |
| J. Charbonne | — L'Épithalame. |
| J. de Lacretelle | — Silbermann. |
| S. Ratel | — La Maison des Bories. |
| G. Bernanos | — Sous le Soleil de Satan. |
| Princ. Bibesco | — Le Perroquet Vert. |
| J. Giraudoux | — Siegfried et le Limousin. |
| M. Constantin Weyer | — Un Homme se Penche sur son Passé. |
| J. Cassou | — Les Harmonies Viennoises. |
| F. Mauriac | — Le Noeud de Vipères. |
| G. Sylve | — Bénédiction. |
| H. de Montherlant | — Les Célibataires. |
| I. Nemirovsky | — David Golder. |
| J. Giono | — Colline. |

(Continua)

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para
o Reembolsável da E.I.E.

MATRIZ

Rua Juan Pablo Duarte, 15
ex-Marrecas
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

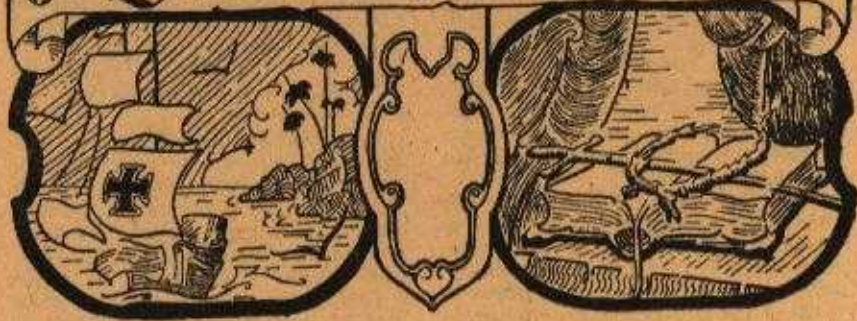
Escritório: Rua Anhaia, 309
Telefone 51-2382
Depósito: E. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

JOSÉ FERNANDES ROUCE

RÁDIOS — CORREIAS — MANCAIS

ARCÓVERDE — Largo 13 de Maio n 90 — PERNAMBUCO

Geografia e História Militar



DA PROVÍNCIA

EM FESTAS O 7º R.I., DE SANTA MARIA

INAUGURAÇÃO DO BUSTO DO GENERAL GOMES CARNEIRO

O dia 18 de novembro do ano próximo findo foi um dia de festa e de grande vibração cívica no quartel do 7º R.I. (Regimento Gomes Carneiro). É que se inaugurou, ali, um busto do seu ilustre patrono, o legendário General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o herói da Lapa. Estavam presentes, além do General Osvaldo Ferreira Alves, Cmt. da 3ª D.I., o Exmo. Sr. Ministro Dr. Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, filho do homenageado, acompanhado de sua Exma. esposa e grande número de oficiais e pessoas gradadas da sociedade de Santa Maria. Falaram, por ocasião da solenidade, o Ten.-Cel. Felicíssimo de Azevedo Aveline, digno Cmt. do 7º R.I., o Dr. Romeu Beltrão, em nome da cidade de Santa Maria e o Ministro Gomes Carneiro. Pelos conceitos emitidos, pelos lances históricos que recordam e principalmente pelo alto sentido moral contido nesses belos discursos, só agora

aqui recebidos, merecem eles ser publicados, pelo que a Redação, associando-se ao júbilo do "Regimento Gomes Carneiro" e felicitando o seu comandante pela feliz iniciativa da ereção, nessa brilhante Unidade, de um busto daquele que foi considerado o salvador da República, fá-los transcrever, a seguir.

ORAÇÃO DO TENENTE-CORONEL FELICÍSSIMO AVELINE

"Falar neste momento, em que o Exército Brasileiro perpetua no bronze, a figura invulgar de soldado de Antonio Ernesto Gomes Carneiro, no quartel do Sétimo Regimento de Infantaria — Regimento Gomes Carneiro, é para mim satisfação jamais sonhada.

Sou dos que pensam, senhores, como Rui Barbosa, que "as nações que confiam mais em seus direitos do que em seus Soldados e Mari-

nheiros, preparam a própria ruína, estão fadadas a desaparecerem do concerto das nações".

Sou dos que pensam, senhores, como Gaspar da Silveira Martins, o grande político rio-grandense, que "precisamos de um Exército forte para lançá-lo aos peitos do inimigo como uma bala de canhão".

Sou dos que pensam, como Teodoro Roosevelt, o grande presidente americano, que "a Paz é uma Deus de espada à cinta".

Sou dos que, como o Barão do Rio Branco, pensam "que não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo".

Sou dos que pensam, como eminente político brasileiro, que "as Forças armadas têm uma função muito mais elevada do que pensam certos políticos adeptos de uma política de ódios".

Bem haja, pois, o gesto magnífico do Exército de hoje que comparece a este quartel, num preito de justiça ao soldado que, acima de sua pessoa e de suas convicções políticas, colocava a imagem da Pátria e os seus deveres militares e de patriotismo, pelos quais derramou o seu sangue generoso nos campos do Paraguai e encontrou a morte nos rincões da Lapa.

Senhores, o vulto, cuja memória evoca esse bronze magnífico, é o tipo inteiriço do brasileiro patriota, digno e altivo. É um tipo incomum de soldado. É a figura máscula dos sertanejos legendários que, vencendo a fome, as feras, a mata, a doença, empenharam-se a fundo no desbravamento do sertão bravo e levaram aos confins de nossa vastidão territorial o marco da posse do Brasil pelos brasileiros.

Antonio Ernesto Gomes Carneiro, patriótico que me honram com a sua atenção, é a síntese do caráter do povo das Minas Gerais: carrancudo, austero, inamolgável quando se trata dos interesses da Pátria Brasileira, surdo aos chamamentos da politicagem, vendo longe os reais destinos da Pátria e que se não deixa levar pelas promessas vãs de uma politicalha maisã, que fala em nome de uma Democracia que não pratica.

Gomes Carneiro é bem o émulo soberbo dos Joaquim José da Silva Xavier, os Tiradentes, dos José Francisco Lopes, o celebrado Guia Lopes, da Epopeia da Laguna e de tantos outros sertanejos valentes que bem souberam, com seu patriotismo e valor, levar as fronteiras do Brasil às águas do Prata e ao sopé dos Andes.

E, senhores, se alguma dúvida restar, se pela mente de algum filho do Brasil perpassar a idéia de que as minhas palavras são o fruto de um entusiasmo maisã, de uma admiração apaixonada, permito-me, para provar o seu valor, recordar e passar ante vossos olhos a vida de Gomes Carneiro, que é toda um romance de glórias.

Vêde-o, ainda menino, a esperança de seus pais Marciano Gomes Carneiro e D. Maria Adelaide Gomes Carneiro, na cidade do Serro, nas alcantiladas serranias de Minas, onde nascera em 18 de novembro de 1848, embalado ainda ao eco das ações lendárias dos Inconfidentes Mineiros, abandonar os bancos da Academia de Medicina do Rio de Janeiro e vestir uma blusa de soldado raso, a 27 de janeiro de 1865. Foi quando o Brasil, vítima de má política, que descurava da segurança da Pátria, ia buscar em sua mocidade das escolas, do comércio, e dos sertões, aquela rapaziada magnífica dos Voluntários da Pátria que, numa arrancada soberba, sob o comando de João Manoel Mena Barreto, embarcam para o Sul, formando o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, e aí, a 10 de junho de 1865, em São Borja, protegem a retirada das famílias daquele abandonado recanto do Brasil.

Vêde-o em marcha para Uruguaiana, em cujo sítio tomou parte, até a rendição do inimigo, a 13 de setembro de 1865.

Acompanhai-o na travessia do Uruguai, em marcha por terras estrangeiras, fazendo parte do 1º Corp do Exército Aliado, rumo a Corrientes.

Segui-o rumo a Tabacará, onde chegou a 12 de fevereiro de 1866; promovido a 2º Sargento, a 2 de

março de 1866 e a 23 do mesmo mês a 1º Sargento.

Segui-o em marcha para Currales; vêde-o na guarnição da ilha da Redenção; no Passo da Pátria; no combate de Estero Belaco, a 2 de maio de 1866, onde foi ferido, ficando aleijado da mão esquerda.

Comissionado no Pósto de Alferezes, a 6 de maio, teve alta do Hospital a 28 de julho, mal refeito da saúde ainda; a seu pedido, tomando parte nos reconhecimentos de Estero Rojas e linhas à esquerda de Tuiuti, sob fogo da artilharia, em constantes tiroteios com o inimigo. Era o soldado das vanguardas!

Vêde-o no Potreiro Pirls, Tuiuti, Tojucué, Ipuí, Potreiro Ovelha e Tai, durante o ano de 1867.

Reconhecimentos do Estabelecimento, a 19 de janeiro; Estero Rojas, a 19 de fevereiro; ocupação de Curupaiti; reconhecimento de Humaitá, a 15 de julho; marcha para o Tebicuari, a 19 de agosto; acampamento em São Fernando, a 2 de setembro; reconhecimento de Angustura, à viva força, a 1 de outubro; embarque para o Chaco, a 21 de novembro; passagem da ponte do Itiroró, a 6 de dezembro; combate no Passo do Avaí, a 11 de dezembro; reconhecimento de Lomas Valentinas, a 17 de dezembro e combate das Lomas Valentinas, a 21, onde foi gravemente ferido; eis aí, senhores, em largos traços, a ação de Gomes Carneiro, já no comando de sua companhia, nos árduos meses do ano de 1868, em que, de vitória em vitória, derramando o sangue de seus bravos, com eles envolto na metralha, curtindo fome e sede, afrontando a morte, honrando a farda e escrevendo a história, Caxias, com a sua constelação de heróis simbolizados em Osório e Andrade Neves, leva o paraguaio invasor a acobitar-se nas serranias de sua Pátria.

A 14 de março de 1869, tendo tido alta do hospital de sangue, apresentou-se a seu corpo, na frente de Juqueri-Luque. Seguem-se Assunção, expedição a São Pedro, margens do Aguaraí, combate de Topun, no comando de sua companhia, onde foi elogiado

pelo "brío e valor" com que se portou na ação.

Foi promovido a tenente, com antiguidade de 2 de junho de 1869; assumiu o comando da 2ª Companhia a 25 de julho.

Marchas e contra-marchas e Gomes Carneiro sempre à frente de seus soldados; vêmo-lo no flanqueamento do desfiladeiro de Sapucaí, a 5 de agosto; na ocupação de Valenzuela, a 6; no ataque à cidadela de Peribeubí, a 12 de agosto de 1869, sob o comando de João Manoel Mena Barreto, o chefe que o trouxera recruta do Rio de Janeiro e, já veterano da luta, com as responsabilidades do comando, calejado por quatro anos de campanha, num clima hostil, tomar parte no assalto onde viu tombiar "mortalmente ferido um dos nossos mais brilhantes generais — no dizer de Dionízio Cerqueira — o Brigadeiro João Manoel Mena Barreto, elegante e belo tipo de fidalgo, com a bravura tradicional da sua família" e sendo ele próprio contundido na peleja.

Alferes por atos de bravura, com antiguidade de 12 de agosto de 1869.

A 14 de junho de 1870, embarca com seu batalhão de regresso à Pátria.

Guarneciam-lhe os punhos os galões de oficial; sua fôlha de serviços apresentava várias citações de bravura, abnegação e valor; seu corpo mutilado por dois ferimentos de guerra e uma grave contusão; eis o resumo de mais de cinco anos de campanha.

Gomes Carneiro na Paz

De regresso à Pátria, Gomes Carneiro matricula-se na Escola Militar, cujos cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia concluiu e, mais tarde, o de Engenharia Militar, sendo, por decreto de 15 de maio de 1886, transferido para o Corpo de Engenheiros.

A 19 de abril de 1887, foi promovido a Major, por merecimento; a Tenente-Coronel, a 17 de março de 1890 e a Coronel, a 9 de abril de 1892.

Entre as comissões que desempenhou então, com dedicação e en-

tusiasmo, avulta a da chefia da Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso, para que foi nomeado a 21 de dezembro de 1889. De como se desempenhou Gomes Carneiro desta missão, ouçamos aqui a palavra austera d'este sertanista inigualado, ante cuja obra, mais do que o Brasil, as nações cultas do globo se curvam perplexas, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, nome que devemos pronunciar sempre com admiração e orgulho patrióticos, cónchos de que reverenciamos um dos mais altos tipos de cidadão e de soldado.

"Foste tu, Carneiro, no-lo diz Rondon — o inspirador do monumental projeto que permitiria ao Brasil o conhecimento, em todas as suas minúcias, do seu vastíssimo sertão, apenas delineado em seus contornos ocidentais pelos bandeirantes que o cruzaram e descobriram os rios Paraguai, Guaporé, Mamoré e Madeira. Por isso mesmo foste tu, Carneiro, o Engenheiro Militar que primeiro construiu, no sertão habitado por índios, ainda hostis, uma Linha Telegráfica de campanha. E a levaste a cabo em treze meses, através de um sertão de seiscentos quilômetros de extensão e do divisor meridional das duas maiores bacias hidrográficas do Brasil. Comprovaste, nessa campanha, as raras aptidões militares que trouxeste do campo de batalha e as edificantes qualidades práticas ali manifestadas na coragem, prudência e firmeza com que te houveste no cumprimento do dever até o fim da áspera jornada, sustentada a todo custo pelo teu inflexível caráter"... "Naquela comissão Carneiro revelou rara energia, profunda competência técnica, honestidade e moralidade edificantes em todos os seus atos administrativos; bondade e justiça exemplares para com os soldados no cumprimento do dever — afirma ainda Rondon — em carta de 25 de setembro de 1942, ao Dr. Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, integro Ministro do Superior Tribunal Militar, filho do nosso eminente homenageado, e que, mercê de Deus, honra esta solenidade com a sua presença.

Ainda na guerra

Mas, senhores, como se não bastasse ao mineiro heróico tanto sacrifício, tanto sangue derramado, tanta dedicação ao Brasil, de envolta com injustiças mesquinhas que sofreu dos gozadores do tesouro da nação e dos sacrifícios do Povo, algumas delas partidas até de companheiros de armas que com ele haviam perlustrado, se bem que com menos bravura e denodo os campos do Paraguai e que se haviam deixado arrastar pela política dos partidos, "cujo canto", no dizer de eminente escritor, "não é fácil resistir-lhes às seduções". Este, não há dúvida, é deveras extasiante, como o das sereias de que nos fala Homero, na décima segunda rap-sódia do poema imortal em que celebra as longas viagens e a volta à Itália de Odisseus ou Ulisses; esquecidos eles, os militares-políticos partidários, dos laços da fé e do entusiasmo que devem prendê-los aos sagrados deveres da profissão, que tanta honra faz àqueles que se votam a ela. Como se não bastasse a Gomes Carneiro tudo isso, mais uma vez apela o Governo para sua espada valorosa, a fim de jugular a onda de anarquia que ameaçava mergulhar no caos o nosso Brasil amado.

Quando, em outubro de 1893, o Marechal Floriano, que combatia a politicagem desenfreada que queria apoderar-se do governo do país e que não vacilava, para isso, em lançar à guerra civil, ludibriados por falsos princípios e mais falsos chefes ainda, com raríssimas e honrosas exceções, regular número de brasileiros, arrégimentando até estrangeiros para uma luta que só por nacionais deveria ser empenhada, precisou de um chefe para conter as forças revolucionárias que do Rio Grande do Sul, à ponta de lança e dispondo somente da legendaria coragem dos rio-grandenses, marchavam para o norte, foi para o Coronel de Engenheiros Antonio Ernesto Gomes Carneiro que o Marechal apelou; e, de que se não enganara Floriano, aí está, como prova, a epopéia da Lapa, digna de figurar em páginas imor-

tais da história de qualquer povo.

Não é nosso propósito aqui descrever a ação desenvolvida pelo Coronel Gomes Carneiro na defesa da cidade da Lapa, cercada pelas forças federalistas em 1894, o que já foi feito em páginas de ouro por Davi Carneiro, brilhante escritor brasileiro o apaixonado, digno e entusiasta cultor da memória de Gomes Carneiro, no seu livro "Cêrco da Lapa e seus heróis".

Queremos somente focalizar a personalidade de um brasileiro de quem Floriano ao referir-se, em documento íntimo, disse a Deodoro:

"Maneco, o Carneiro é oficial de pena e espada, mais republicano do

que você e eu e, se não estêve conosco na Questão Militar, foi por ter sentimento e caráter. Hoje, afirmo que ninguém é mais republicano do que ele e, se algum dia a República precisar, em suas mãos estará salva".

A 10 de fevereiro de 1894, era piedosamente enterrado na sacristia da Igreja Matriz da legendária cidade da Lapa, envolto na Bandeira do 17º Batalhão de Infantaria, o corpo do bravo Coronel Gomes Carneiro, falecido na véspera, em consequência de grave ferimento recebido quando comandava a defesa da praça sitiada.

Morto Gomes Carneiro, de quem o poeta retratou o caráter:

"Com sua coragem sã, caráter de aço,
Impávido, despreza da bombarda
Os tiros surdos que de espaço a espaço,
Lançam no ar, do fumo, a nódoa parda.

De um para outro lado estuga o passo,
Sempre a esperar a alguém, alguém que tarda...
Por vêzes ergue a espada, agita o braço,
Encorajando os seus, honrando a farda.

De repente, onde a luta é mais febril,
Vara-lhe o corpo a bala de um fuzil,
E na praça o desânimo se espalha.

Com o sol, que em sangue expia no ocidente,
Morre êsse bravo e morre calmamente,
Porque ouve ainda, o ruído da metralha !...

No dia 11 de fevereiro os revolucionários ocupavam a cidade.

Na singela austeridade dos comunicados oficiais, o Ministério da Guerra assim dava ciência aos Brasileiros da morte do herói: "O General Carneiro, que relevantíssimos serviços prestou ao país, tanto na paz como na guerra, não só contra inimigos externos como internos, acaba de ser vítima de sua dedicação e denodo, oferecendo durante vinte e seis dias, na cidade da Lapa, Estado do Paraná, heróica resistência, apenas com quinhentos homens, cercado por três mil, fazendo sofrer aos adversários perda superior a mil combatentes, e recebendo afinal grave ferimento, do qual veio a falecer, enchendo de luto a República, que nêle tinha um

dos seus mais extremados defensores".

Quando, em março de 1894, anunciaram ao incorruptível soldado que, com mão de ferro, sob os aplausos da mocidade brasileira e lutando contra a reacionária e nefasta ação dos politiquieiros corruptos e corruptores, dirigia os destinos do Brasil, em atormentada quadra da vida nacional, que a cidade da Lapa fôra ocupada pelos Federalistas, Floriano respondeu logo: "Se a Lapa caiu, o Carneiro morreu!" E, de fato, não se enganara o Marechal.

Os povos, senhores, cuja consciência cívica ainda não se corrompeu na descrença, índice de dissolução fatal, costumam cultuar as ações dos homens que, por suas

atitudes dignas, sacrificaram a vida no cumprimento do Dever. O Povo Brasileiro, em que pese a certos detratores das nossas glórias e descrentes da capacidade dos nossos homens, possui, em seu passado, tipos que, sem favor algum, podem ombrear com os mais dignos de outras terras.

Senhores! Meus camaradas do 7º Regimento de Infantaria — Regimento Gomes Carneiro!

Já vai longa esta oração. Tenho para mim que não há pena que possa sintetizar a vida de Gomes Carneiro; não há pincel que possa gravar, num só quadro, essa vida legendária.

Tenho para mim que Gomes Carneiro simboliza, maravilhosamente, o tipo do soldado do Brasil e do patriota sem par.

Bravo na ação; rude na peleja; impávido na luta; ativo e soberano ante os potentados da Fortuna ou os mandões do dia; modesto; digno; justiceiro. O paradigma do cidadão-soldado.

Senhores oficiais e praças do 7º Regimento de Infantaria — Regimento Gomes Carneiro — e, em particular, cidadãos, que, hoje, no cumprimento de vosso cívico dever para com a Pátria, tendes a ventura sem par de servir sob o Estandarte do Regimento Gomes Carneiro — o Estandarte da Honra e do Dever, da Dignidade e do Valor e à sombra acolhedora da Bandeira do Brasil, eu vos concito a contemplardes, sempre com entusiasmo e orgulho, a efígie sagrada de nosso Patrono, certos de que é ele um exemplo incomum de Soldado, um expoente de Cidadão, um paradigma de Homem.

Moços que me ouvis! No alvorecer rubro dos tempos que surgem, nesta aurora, cujos rubros lampejos podem ser o prenúncio das tempestades sombrias e destruidoras, como também o anunciar dos dias plenos de bonança e de luz; em nome do Sétimo Regimento de Infantaria — Regimento Gomes Carneiro, Regimento que nunca saiu do seu quartel para oprimir o povo, nem ameaçar, com suas balonetas, a magestade da Lei; invocando, como vosso ocasional Cmt., as palavras de Osó-

rio no Passo da Pátria: "Soldados, é fácil a missão de comandar homens livres, basta indicar-lhes o caminho do Dever", perante a gloriosa Bandeira do nosso Regimento — a Bandeira do Brasil, — que hoje em festas se alteia, como já ondulou acolhedora e maternal sobre as cabeças dos nossos camaradas tombados sob a metralha nos dias das pelejas cruentas, eu vos concito a imitardes e seguides os exemplos de Antonio Ernesto Gomes Carneiro, o soldado da Lei, da Honra e do Dever!".

ORAÇÃO DO DR. ROMEU BELTRÃO

"Poucos períodos de nossa história terão sofrido tanto os fustigos dos vendavais das paixões descontroladas e assanhadas como o que assinala a transição de império para república, e, de maneira particularmente acentuada, o que leva a característica cronológica da presença de Floriano Peixoto à frente dos destinos brasileiros.

Não é este o momento para discutir-se a personalidade e julgar-se a atuação de quem se impôs à posteridade com o epíteto de Marechal de Ferro. Ninguém se aventurou, ainda, a traçar-lhe a biografia a ponta de buril, porque, estou certo, não é empreza fácil. Das próprias páginas candentes de Euclides da Cunha, de uma profundidade analítica de fazer o leitor parar extasiado, num desses momentos de fuga de si mesmo, que só a maestria dos grandes espíritos logra incutir nos ânimos, consegue sair Floriano Peixoto inedlume em "sua tenacidade incoercível, tranqüila e formidável".

Nem mesmo as arremetidas formidandas do maior esgrimista da pena e da palavra que teve o Brasil, Rui Barbosa, alcançaram destruir nas consciências a firme convicção de que foi ele o salvador da República de 89, que defendeu intransigentemente contra os que pretendiam tantas repúblicas quantas eram os inconfessáveis interesses de suas próprias vaidades e ambições.

O ambiente de apatia que recolheu os primeiros vagidos da Re-

pública eram propícios ao desencadeamento das paixões políticas, ao favorecimento de situações caóticas, que só poderiam aproveitar aos que alimentavam a deliberada intenção de solapar as bases ainda frágeis do novo regime, para a implantação do império da anarquia, que sempre termina por favorecer os apetites da ambição, ou o retorno à condição humilhante de um retrocesso aos braços da monarquia, expirada em pleno estado de caquexia moral e política.

Desde os primeiros momentos, evidenciava-se uma profunda divergência entre os dois blocos republicanos de tendências antagônicas.

De um lado, estão os que buscam a consolidação formalística e prática do novo regime, através da criação de um ambiente nacional caracteristicamente democrático e capaz de resistir aos golpes solertes dos saudosistas monárquicos e dos confusionalistas de improvisação. São os que admitem, até, a necessidade impostergável da aplicação da energia serena da força no trabalho de sedimentação das novas idéias na consciência popular.

São os que entendem e pretendem que a República seja um fenômeno tipicamente brasileiro, antes de se apresentar no cenário internacional com atavios e ademanes de marca estrangeira.

No outro bando, afeveram-se os que tudo querem derrocar, mudar e transmutar, talhando para a criança república bizarras indumentárias de outras terras e diferentes costumes, como impelidos por secreta intenção de apalhar a criança para o riso, o desencanto, o desprezo e a revolta. São os teóricos do novo regime, mais propensos a festejar as gracinhas da República-menina, do que lhe corrigir os primeiros caprichos e as primeiras rebeldias.

Acentua-se o desacordo, cava-se sempre mais funda a separação irremediável.

Deodoro da Fonseca, doente e indeciso, balança entre as duas correntes e tenta reagir com a medida crástica de um golpe de estado mal recebido e aplicado quando já estavam minadas por demais as fun-

dações republicanas. Só lhes resta ceder o lugar à impassibilidade enérgica, decidida e calculística de Floriano Peixoto.

Euclides da Cunha traçou no papel um esboço admirável desse momento histórico da República, que ainda está à espera de quem o consagre na grandiosidade colorida de uma tela imortal, porque ele representa, para o Brasil, o instante supremo da sobrevivência do regime de 89.

Quando Deodoro vence o ministério e proclama, indeciso e cansado, a medida revolucionária do primeiro golpe de estado a sofrer o regime, diz Euclides que não é sobre ele, nem para Benjamin Constant e menos ainda para os vencidos, que convergem os olhares e sim sobre alguém que, a um lado, desalegramente vestido de uma sobrecasaca militar folgada, cingida de um talim-frouxo de onde pende tristemente uma espada e que olha para todos com uma serenidade imperturbável.

Ali está Floriano, predestinado a ser o consolidador da República de 15 de novembro, que pode não ser a melhor entre as propostas, mas que é a primeira a ser levantada sobre os destroços da manorquia e precisa ser mantida e defendida.

Ergue-se logo o Rio Grande em armas, sob pretextos locais, e, por detrás da Revolução Federalista, agitam-se os espectros macabros dos que esperam um motivo para aticamento do incêndio geral.

Das campinas sul-rio-grandenses espraia-se o movimento, Brasil acima, rumo ao coração da Pátria, onde a esquadrá amotinada golpeia diretamente a situação constituída, pondo à dura prova a capacidade de Floriano.

Cai o estado de Santa Catarina às mãos dos revoltosos e a coluna de Gumercindo Saraiva já atinge os limites meridionais do Paraná, onde a espera vultoso auxílio ideológico e material, certamente ponderoso para determinar a oscilação inexorável do fiel da balança da opinião nacional.

Floriano apreende bem a extensão dos acontecimentos e determina-se a fazer estancar no Paraná

a arremetida vitoriosa da revolução, antes que alcance São Paulo e proporcione o fechamento do círculo de fogo de terra e mar, que há de lhe apertar a garganta para os estertores finais da resistência à rebelião.

Não há tempo a perder. A seriedade da situação, na própria capital federal, é agravada pelo malôgro da missão confiada ao general Argolo, como chefe das forças legais de Santa Catarina e Paraná.

É mistér substituí-lo sem detença e em condições altamente precárias e desfavoráveis ao desenrolar das operações militares futuras.

Abandonado pelos políticos, na maioria certos de que lhe estão contados os dias à frente dos destinos da República, deve encontrar guarida no apoio dos camaradas que ainda lhe ficam fiéis.

Relanceia os olhos em volta de se e vai fixá-los num coronel do corpo de engenheiros, e, até bem pouco, somente entregue às atividades próprias de sua especialização. Coronel pouco conhecido da tropa, de atitudes sóbrias, falar tranqüilo de mineiro, olhar sereno e barbicha de caipira.

Parece mesmo que o Marechal de Ferro se convence da próxima derrota, quando ordena ao coronel de engenheiros Antonio Ernesto Gomes Carneiro que siga para o Estado do Paraná e faça estacar a forte coluna vitoriosa de Gumerindo Saraiva.

Parte Gomes Carneiro somente acompanhado de um camarada, porque mais não lhe pode dar o Rio de Janeiro sob a metralha da esquadrada revoltada. Promete em seis dias assumir o comando e cumprir a promessa, com a mesma certeza serena com que faz seus cálculos matemáticos.

Quer reorganizar a resistência, mas não encontra mais elementos para a execução de seu plano.

Só lhe resta resistir, fincar pé na primeira estacada e aguentar o ímpeto dos 3.000 homens da coluna revolucionária, à qual só pode opor 500 mal contados e preparados, e, ainda por cima, sob o estado de ânimo desmoralizante de quem recua ante o inimigo sem grandes

esperanças de devolver a afronta das armas vitoriosas.

Entrincheira-se na pequenina cidade da Lapa, que, por sua situação geográfica, o coloca e a seus homens, à mercê das balas inimigas. Ali resolve fazer redemoinhar e arrefecer o ímpeto avassalante que a coluna de Gumerindo traz desde o Rio Grande e atraí-lo para um cerco, que será um verdadeiro holocausto para si e sua gente, mas também um perigoso ardil tático armado aos improvisados estrategistas da revolução.

Bate-se como fera acuada pelo alarido da cainçalha, desdobrando-se em exemplos pessoais de coragem, energia e sacrifício, enquanto se ri intimamente do lôgro pregado aos seus algozes, porque sabe estar dando tempo à reorganização de resistência mais além e estar aliviando outros camaradas da pressão que sobre si exerce a numerosa coluna de Gumerindo.

Sente faltar-lhe, dia a dia, o terreno. Vê como tombam e sofrem seus comandados, mas antevê, no horizonte da história, a consagração imorredoura dos sacrifícios do momento, transmutados em louros imarcescíveis para o glória das armas republicanas.

E, após vinte e seis dias de heróica resistência, quase circunscrito ao perímetro augusto da praça pública da Lapa, onde se erguerá um dia a estátua que há de perpetuar, no bronze, a serena energia de sua gloriosa determinação de sacrificar-se no cumprimento do dever, tomba, êle também, depois de des-sangrar-se, pelo ferimento recebido, até a última gota compatível com a sobrevivência humana, como se a República lhe impusesse sacrifício diferente dos outros e total até a consumação definitiva, poupando-lhe a misericórdia de um tiro fulminante.

Ali está, senhores, ali vos aponto, na expressão rediviva do bronze eterno, a imagem do heróico general Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que morreu para salvar Floriano e para que Floriano pudesse salvar a República.

Como feliz me sentiria se, ao contemplardes êste busto, experi-

mentáveis a mesma emoção que senti ao ver a sua estátua no meio da praça pública da cidade da Lapa, quando lá me levou uma romaria evocativa aos lugares da histórica resistência e aos em que se desenrolaram os episódios ligados ao combate do Rio da Várzea.

De pé, espada desembainhada, olhar enérgico voltado para o sul, barbicha arrogante, lá está Gomes Carneiro como a dizer que dali não passaram, enquanto teve vida para reesistir-lhes.

A vós, senhor ministro Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, digno filho do herói da Lapa, que trazeis, na fatalidade de uma mutilação física estampada, uma página brilhante da atuação de vosso pai em serviços da paz, Santa Maria da Boca do Monte, pela palavra de um seu filho obscuro, mas que sente orgulho de saber correr nas veias de seus descendentes uma parcela do sangue do coronel João Niederauer Sobrinho, que lutou ao lado de vosso pai no Tebicuari, no Surubi, em Itororó e em Avaí, onde também tombou pela Pátria, a vós, repito, presta Santa Maria a homenagem de sua reverência a quem tem sabido honrar a herança gloriosamente imaculada de tão grande vulto do Exército Nacional.

Porque vosso pai soube servir a Pátria, desde a resistência à invasão paraguaia de São Borja, no mesmo dia em que nossa Marinha de Guerra colhia os louros imortais do Riachuelo, até o sacrifício incondicional, a 9 de fevereiro de 1894. Contra ele não valeram as fúrias daqueles que procuraram toldar as límpidas águas da história pátria com as cores negrejantes da confusão, qual faz o polvo repugnante para encobrir-se do ataque frontal de seus inimigos.

Podeis retornar tranqüilo ao vosso lar e ao vosso templo de trabalho, porque Santa Maria saberá zelar por este busto com carinho e, se preciso for, com fúria sacrossanta de mãe, para que ele não seja uma simples expressão metálica, fria e muda, e sim a presença rediviva do general Gomes Carneiro neste abençoado pedaço do solo pátrio.

Ficará como exemplo eloqüente às gerações de soldados que passarão pelas gloriosas fileiras do 7º Regimento de Infantaria, que, por feliz coincidência, recorda outro sétimo valoroso, que tem seu nome inscrito em letras de ouro na história militar brasileira, o 7º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, com que se cobriram de glórias os santamarienses de Alves Valença, Niederauer Sobrinho e Manoel Cipriano de Moraes, na luta contra Oribe e Rosas e nas Campanhas do Uruguai e do Paraguai.

Será mais um motivo de orgulho para esta terra de tão belas tradições, infelizmente mal cultivadas e quase desprezadas por nossa geração iconoclasta e desamorosa para com os homens e os fatos que forjaram a nacionalidade e um incentivo, assim o espero, para reavivar o culto à memória daqueles que trabalharam, lutaram, sofreram e morreram para que pudessemos ser mais fortes, maiores e mais felizes, sob o carinho das asas da liberdade, desdobradas na amplidão do céu que o Cruzeiro do Sul domina e vigia.

Santa Maria, que esqueceu Pinto Bandeira, Manoel dos Santos Pedroso, Ribeiro de Almeida, Alves Valença, Gomes Portinho, Manoel Cipriano de Moraes, e mal recorda Borges do Canto, hoje, que recebe com justo orgulho a tutela deste busto de Gomes Carneiro, encontra um forte motivo para mais acendrar o culto que deve render às figuras homéricas do nosso passado.

A força dos grandes povos esteta-se no culto das suas tradições, onde encontram os motivos para as supremas determinações.

Por direito natural, pode um povo pensar hoje diferente de ontem e amanhã diverso de hoje, e mudar seu rumo evolutivo de acordo com as contingências, mas, pense como pensar e vá para onde for em sua destinação histórica, não se lhe permite deixar a um canto de seu passado, esquecida e empoeirada, a sacrossanta memória de seus heróis.

Eis porque se inaugura, neste instante, o busto do patrono do glo-

rioso 7º Regimento de Infantaria — Regimento Gomes Carneiro.

É para rememorar e exemplificar.

Para dizer sempre aos brasileiros e aos santamarienses que o general Antonio Ernesto Gomes Carneiro foi um bravo soldado, que serviu com amor entranhado à sua Pátria e deu o seu sangue pela consolidação da República, e para, nos momentos supremos de perigo para o regime ou para o Brasil, se tiverem de arrostar a vaga impetuosa inimiga, gritar-lhes com a força grandiosa de seu exemplo heróico:

— Olhem para mim e não passarão !”.

ORACÃO DO MINISTRO GOMES CARNEIRO

“Ao fim da vida, piso, pela primeira vez, em terra gaúcha, a fronteira e a sentinela da Pátria no sul do quadrante, onde, como praça de pré, em S. Borja, em 1865, teve seu batismo de fogo o general Antonio Ernesto Gomes Carneiro, patrono do 7º Regimento de Infantaria, a quem hoje se erige um monumento neste quartel; não sei se pela última vez, nesta cerimônia, assisto às homenagens que, periódicamente, se prestam à sua memória; mas Deus permitiu que a ela esteja presente, para trazer uma saudação e prestar um depoimento.

7º Regimento de Infantaria! Herdeiro glorioso do 17º Batalhão que, sob o comando de Gomes Carneiro, se immortalizou na Lapa, eu te saúdo!

Na tua história, de tantos e tão assinalados feitos militares, nenhum teve, na vida da República, a gradiosidade e a fulguração da Resistência da Lapa, *talvez, a mais admirável página da história militar de um povo*, na frase lapônica, fria e lapidar do Marechal Floriano Peixoto, na Mensagem ao Congresso Nacional, no ano de 1894.

Regimento! Na epopéia da Lapa, tua ação militar apresentou-se num grandioso contorno de denodo, de tenacidade, de coragem, de confiança, em que a nobreza dos teus móveis, a sobre-humana resistência

física dos teus atos, o consciente objetivo do teu chefe e os benéficos resultados do teu sacrifício, haveriam de empolgar, como empolgaram, a Nação, estarecida ante o teu heroísmo, sem esmorecimentos, a enfrentar, em quase trinta dias de luta incessante, o adversário valeroso e audaz, que era, também, teu irmão!

No aspecto militar, a epopéia da Lapa foi o prodígio fascinante da obnegação do chefe e da capacidade sem limites de dedicação da tropa; foi o milagre do contágio da coragem, da tenacidade e da firmeza; foi o sucesso surpreendente do exemplo e o poder misterioso do patriotismo e do brio; foi o esplendor sublime do consciente sacrifício no cumprimento do dever para a salvação da causa pública.

Mas a epopéia da Lapa foi, também, a espantosa capacidade de adaptação e de resistência da nossa gente; foi a inaudita presteza com que lavradores, operários, comerciantes e letrados se transformaram em soldados e oficiais, numa improvisação mágica, adquirindo subitamente excelsas qualidades e virtudes militares; foi a confortante segurança de que, em qualquer situação, poderemos contar com os elementos nacionais para organizar a integral defesa material e moral do País.

Nesse episódio, de tão fecundos ensinamentos e de tamanha influência nos destinos das instituições republicanas e da integridade nacional, tiveste a honra e a glória de tomar parte, ligando tua sorte à sorte de teu comandante.

Da refrega prolongada e cruenta, em que todos foram bravos, tu, Regimento, tu voltaste destróado, sem tudo que caracteriza a força armada: voltaste sem quadros, sem armas nem bagagens, sem chefe e sem Bandeira.

Na luta perdeste tudo, menos a honra: teu comandante e tua Bandeira ficaram, ambos, no mesmo túmulo!

Em transe tão doloroso, mereceste de Deus a gloriosa missão de, na tua Bandeira, amortilhar o corpo do teu comandante, entrando

juntos no túmulo e na Imortalidade.

Inacessível à representação verbal, esse élo místico selou, para sempre, o teu destino.

Essa Bandeira, a tua Bandeira, eu a tive nas mãos, na mais torturante angústia da minha vida, ao exumar os despojos do teu comandante, no chão raso da Igreja da Lapa; e, nesses mortificantes momentos de dor, vi, pasmado, desfazerem-se entre os dedos os frangalhos da seda que, durante anos, na terra úmida, lhe envolvera o corpo.

Dir-se-ia que, para completar o quadro estranho que cercava o histórico episódio militar, tua Bandeira devesse perder-se e transfigurar-se, depois da haver sido o uniforme de gala nos funerais de um grande soldado.

Foi assim, Regimento, que vi tua Bandeira — quando se desmanchava e desaparecia, à hora mesma em que desaparecia a forma humana do esqueleto do Herói que ela guardou no túmulo.

Da cena dramática sou a testemunha que resta para narrá-la, com a emoção que o recordá-la ainda me desperta.

* *

Mais de meio século se passou: o tempo, inflexível na fatalidade das suas leis, mas generoso nos seus frutos, substituiu homens e idéias, conceitos e mentalidades.

Apagaram-se os ódios e as paixões que haviam desviado a Nação; na consciência coletiva ficou, porém, a lembrança do que na luta fratricida houve de nobre e moralmente belo nas manifestações de civismo: dum lado, a varonil atitude dos que pugnaram corajosamente por princípios políticos, na persuasão de defenderem a liberdade e a justiça; do outro, a firmeza, a correção, a incorruptível

moralidade da administração pública, a dignidade exemplar no exercício da função política, a mesma coragem, a mesma decisão an manutenção da ordem e na defesa da lei, na convicção de, naquella conjuntura, estar comprometida a unidade nacional.

Dêsse período, o Exército escolheu para teu patrono, por tantos títulos indicado, a figura do teu comandante na Lapa e entregaste hoje o bronze com a sua efígie — não para reviver o passado de paixões, que morreram, mas para lembrar a conduta do chefe militar, que servirá às gerações, que se educam na caserna, como protótipo da Honra e da Dignidade do soldado.

O que se recorda, se celebra e se exalta na consagração do vulto militar do teu patrono, na Resistência da Lapa, onde se decidiu, com o seu sacrifício, a sorte das instituições republicanas e permitiu a vitória da causa que encarnava os interesses nacionais, é o conjunto de virtudes militares e cívicas que, no seu comportamento, se revelaram; o que se recorda, se celebra e se exalta, na personalidade do teu patrono, teu comandante na Lapa, como ensinamento aos pósteros, é o que houve de extraordinário na sua conduta — a exemplaridade do cumprimento do dever, no esplendor e na sublimidade do sacrifício. Este monumento, Regimento "Gomes Carneiro", representa um símbolo.

É o símbolo do dever militar no que ele tem de mais belo — a firmeza na lealdade; no que ele tem de mais nobre — a renúncia no sofrimento; no que ele tem de mais heróico — a consciência no sacrifício.

Que neste símbolo tu te inspires, Regimento "Gomes Carneiro", nos transe de perigo e de hesitação, para bem servires à Pátria, na paz e na guerra, enriquecendo tuas belas tradições militares e cívicas".

RAIMUNDO LUIZ RIBEIRO
Missão Velha — Ceará

EVOLUÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

III

DA RESTAURAÇÃO AO FIM DO SÉCULO XVII

Portugal começa a assegurar, principalmente por meios diplomáticos, a posse do vasto território americano que haviam conquistado bandeirantes e maranhenses.

A restauração portuguesa, começada com a revolta de 1640 contra o domínio espanhol, só vai ter fim em 1668, com o Tratado de Paz assinado em Lisboa, a 13 de fevereiro, no qual "nada se estipulou sobre os limites na América" (Barão do Rio Branco).

Nesse meio tempo, os brasileiros expulsavam os holandeses de Pernambuco, começando a surgir os albores de um espírito nacional brasileiro.

Para Portugal, ressurgido da longa dominação estrangeira, nada mais urgente que a delimitação de sua colônia americana.

Dois problemas de fronteiras se lhe apresentam aqui. O do sul, onde urgia manter a obra espontânea dos valorosos bandeirantes, que até 1640 haviam lançado para oeste dos rios Paraná e Uruguai as reduções jesuíticas e a influência espanhola que elas representavam e o do norte, onde, justo no ano da paz de Lisboa, os franceses de Caiena voltam as suas atenções e ações para a posse da região ao norte do Rio Amazonas.

Para ambos Portugal vai, na segunda metade do século, tentando a solução comum de então — a posse pelo forte ou presidio. Daí

surgirem Colônia do Sacramento, Macapá, Araguari.

Para ambos Portugal vai, no fim do século, encontrar uma solução diplomática muito interessante — usar, apoiando-a, a ambição da França sobre a Espanha, para solucionar o problema do sul e em seguida, coligar-se com a Inglaterra, contra a França, para solucionar o problema do norte.

* *

O problema da fronteira do sul, na 2ª metade do século XVII, tem seu episódio marcante na fundação da Colônia do Sacramento, fruto da decisão da corte de Lisboa, permitido pela ação anterior e espontânea dos bandeirantes.

Remontemos, por um momento, aos últimos anos do domínio espanhol e vamos encontrar encaixadas, nos atuais territórios brasileiros do Paraná e Rio Grande do Sul, as cunhas das missões do Guairá e do Uruguai, definidas por Tasso Fragoso como "uma flanco-guarda da corrente espanhola do Rio da Prata" e, na opinião de A. Ellis Júnior, "uma ameaça tremenda para S. Paulo e todas as colônias lusitanas", visto a possibilidade do Pa-

ragual chegar ao Atlântico e debruçando-se então os castelhanos sobre os núcleos luso-paulistas, esmagá-los e absorvê-los.

De 1628 em diante, as bandeiras paulistas assolam essas regiões e, em 1637, todo o território a leste do Uruguai e Paraná está limpo das reduções dos jesuitas espanhóis, que se concentram, então, em sua maioria, mais ao sul, na região entre esses dois rios, no atual território argentino de Misiones.

Assim encontra o ano de 1640 a situação no sul. Há, agora, entre as duas influências colidentes — luso e espanhola — uma fronteira natural que se iria estabilizar com o correr dos anos, mas que, mesmo assim, não livra as missões aí estabelecidas, de, no ano de 1641, sofrerem a incursão dos bandeirantes, os quais, porém, derrotados nas margens do M'bororé, não mais voltarão à região entrerriana.

Resumindo a ação dos bandeirantes após 1640, Basílio de Magalhães diz: "A segunda metade do século XVII assinala a irradiação das bandeiras paulistas para o "far-west" e para os sertões setentrionais do Brasil, bem como a ocupação definitiva de Santa Catarina".

Por esse tempo, as missões dos jesuitas espanhóis vão voltando paulatinamente ao Rio Grande do Sul, onde, em 1687, vão fundando S. Luiz e Santo Ângelo, começo dos famosos Sete Povos, que tão importante papel teriam na história das nossas fronteiras no século seguinte.

Entretanto, a coroa de Portugal decide, por volta de 1678, a enviar ao Brasil D. Manuel Lobo, "incumbido" de fundar a Colônia do Sacramento. Aqui chegado em 1679, D. Manuel Lobo, já em dezembro desse ano parte para o Rio da Prata, em cujo estuário, a 1 de janeiro de 1680, desembarca a sua gente no ponto escolhido para a futura colônia, em frente a Buenos Aires. Só meses mais tarde, por casualidade, é localizada pelos espanhóis de Buenos Aires a novel colônia lusa. O "adelantado" Garo protesta imediatamente. Comunica o fato às autoridades superiores e

apronta-se diligentemente para atacar Sacramento. Para isso, conta com o valioso e presto auxílio dos índios guaranis, ajudados pelos Jesuítas das missões do Uruguai, os quais, segundo Rocha Pombo "formam o braço forte da autoridade civil" espanhola. Prontas as forças espanholas, contando com cerca de 4.000 índios guaranis, Garo ataca e, no dia 7 de agosto do próprio 1680, apodera-se de Sacramento.

A Espanha, recém saída do fracasso e da sangria financeira que lhe representou a luta contra Luiz XIV, que terminara com a paz de Nimégue; a braços com a tensão política européia, agora sempre tensa pela ambição de Luiz XIV e a braços com agitação interna e fome, bem assim com o assédio dos piratas às suas linhas de navegação e comércio com as Antilhas (de La Vegas); recebe violenta reclamação de Portugal. Na situação de contemporizar, portanto, não faz outra coisa e lá segue para Portugal o Duque de Giovenazzo, encarregado "de dar as mais plenas satisfações ao Príncipe Regente de Portugal" (Barão do Rio Branco). É então, em Lisboa, ajustado e assinado o Tratado Provisional de 7 de maio de 1681, "pelo qual voltou a Colônia do Sacramento ao domínio português, ficando ajustado que a questão de direito seria examinada por Comissários nomeados pelos dois Governos".

De imediato, Espanha cumpre o estatuido no "Provisional". Já no início de 1683, o governador do Rio de Janeiro, D. Duarte Teixeira Chaves, pessoalmente e "in loco", reassume, para Portugal, a posse de Colônia do Sacramento. Daí por diante, durante cerca de vinte anos, apesar da inquietação do Cabildo de Buenos Aires, "que não se cansava de reclamar do poder real o castigo da ousadia portuguesa" (Gustavo Barroso), é pacífica a posse de Sacramento. Entremetidos, na Europa, a Espanha envolve-se na Liga de Amsburgo, entrando novamente em guerra contra a França (1686) e, além disso, os Comissários nomeados face ao texto do Tratado Provisional e mais tarde o próprio Papa, a quem foi con-

fiada a contenda, procrastinam a sentença, o que, segundo Rocha Pombo, se lhe afigura no interesse de "cada uma das partes, que com essa folga se prevenia melhor de elementos de ação contra a outra".

Nessa astuciosa espera, leva a melhor Portugal. No terreno estratégico vai aproximando o povoamento luso-brasileiro de seu longínquo padrão de posse, descendo para o sul ao longo da costa até Laguna — obra do bandeirante Domingos de Brito Peixoto, por volta de 1684 — e daí para Sacramento, pelo interior do Rio Grande, numa tentativa de povoar a região que asseguraria o apoio ao pósto avançadíssimo de Sacramento. No terreno diplomático vai lhe aparecer, no fim do século, com a Guerra da Sucessão Espanhola, a oportunidade que lhe vai permitir a confirmação absoluta do que havia conseguido no Tratado Provisional.

Como o estudo dessa manobra diplomática envolve também a solução do problema da fronteira do norte, vejamos antes, o desenrolar dos acontecimentos desse meio século, na Amazônia.

• •

O ano de 1640 encontra o litoral, ao norte do Amazonas, embora quase inteiramente despovoado de luso-brasileiros, em plena posse destes. Não seria porém, totalmente pacífica, nem feliz, essa ocupação, no período de 1640 a 1700.

Vejamos ligeiramente os antecedentes.

Os colonos luso-brasileiros, logo após a fundação de Belém, em 1616, expulsam do litoral, ao norte do Amazonas, os holandeses e ingleses que por ali fundavam feitorias fortificadas. Apossam-se, portanto, da região, que muito embora a oeste do Meridiano de Tordezilhas, é organizada em Capitania do Cabo do Norte, doada, por Felipe IV de Espanha, ao português Bento Maciel Parente e incorporada aos domínios de Portugal, no Estado do Maranhão.

Nessa ocasião, os franceses já exploravam, entre sucessos e fra-

cassos alternados, a região mais ao norte, entre os rios Oiapoque e Suriname e pensavam em descer do Oiapoque ao Amazonas na primeira oportunidade. Após a expulsão, pelos portugueses, dos ingleses e holandeses, talvez julgassem os franceses ser essa a sua oportunidade, mas os expulsos passaram a atacá-los no extremo norte de seus povoamentos, no Suriname. Voltam os franceses a cuidar do seu flanco norte e, enquanto os luso-brasileiros vão entrando na posse do litoral ao norte do Amazonas, livram-se de seus adversários do norte.

Em 1651, Luiz XIV concede privilégios à Companhia da França Equatorial para negociar do Orinoco ao Amazonas.

Só em 1688, quando terminava, na Europa, com a vitória portuguesa, a Guerra da Restauração, é que os franceses de Caiena voltam-se contra a Guiana Brasileira. Assim, o futuro marquês de Ferrolles, a mando do governador francês la Barre, apresenta-se, em 1684, inesperadamente, em frente ao forte de Araguari, "intimidando os portugueses que se retirassem dali, visto como todo o território ao norte do Amazonas pertencia, de direito e de fato, ao rei da França". Não passou da intimação e os luso-brasileiros não se retiraram.

Anos mais tarde (1697) o mesmo Ferrolles, já então governador de Caiena, após ter citado o governador do Pará a demarcar os limites entre França e Portugal na região do Oiapoque ao Amazonas e assegurado ser a França legitimamente senhora dessa região, ataca de surpresa o forte do Pará, onde é vitorioso. Em seguida, apossa-se também dos fortes do Toheré e de Macapá. Conseguidas essas fáceis vitórias, volta Ferrolles para Caiena, deixando uma pequena guarnição no forte de Macapá.

O então governador do Maranhão, Antonio de Albuquerque, tão logo sabe dos acontecimentos, organiza uma expedição ao comando de Francisco de Souza Fundão, que, reforçada com tropas ao mando de

João Muniz de Mendonça, retoma aos franceses, em 10 de julho desse mesmo ano de 1697, o forte de Macapá. Sendo o único ponto em que os franceses estavam militarmente apossados, ficou a Capitania do Cabo do Norte limpa de invasores. Nesse mesmo ano, Antônio de Albuquerque, auxiliado por Manoel da Mota Falcão, constrói o forte dos Tapajós.

Concomitantemente com o ataque de Ferrolles, a França reclamava diretamente de Portugal a "posse e domínio das terras do Cabo do Norte até o Amazonas", incumbindo dessa embaixada o próprio presidente do Conselho, Pierre Rouillé. Da parte de Portugal, foram nomeados nada menos que sete membros, sob a chefia do Duque de Cadaval. As negociações, como as em curso com a Espanha sobre a Colônia do Sacramento, arrastam-se, talvez esperando a crise que 1700 traria — a morte de Carlos II da Espanha — de que se aproveitariam franceses e portugueses para tentar a solução de seus problemas fronteiriços na América.

Por essa forma, em 1699, ainda não estava em nada resolvido o problema da fronteira norte, com os franceses.

• •

Com o ano de 1700, sobrevem a morte de Carlos II. Era o acontecimento esperado para desencadear novo choque de ambições nas cortes europeias. Portugal inclusive. A situação de suas fronteiras americanas, nessa ocasião, convém ser recordada ligeiramente. No sul, com os espanhóis, perdurava o impasse da Colônia do Sacramento, cujo litígio está, agora, nas mãos do Papa. No norte, com os franceses, em tudo a situação assemelhava-se à do sul — a Capitania do Cabo do Norte em mãos portuguesas e a diplomacia francesa discutindo não ser legítima essa posse.

Carlos II morre sem deixar descendentes. Por testamento, lega o trono espanhol a seu sobrinho Felipe de Anjou, neto de Luiz XIV (Raposo Botelho). Era a grande oportunidade de Luiz XIV que, há

multo, desejava "não houvesse mais Pirineus" (Idem). Acontece porém que, pelas mesmas razões de parentesco, julgava-se no mesmo direito o Arquiduque Carlos, filho do Imperador Leopoldo, da Áustria. Este protesta.

Luiz XIV, sentindo aproximar-se a borrasca, prefere atrair as simpatias de Portugal para a sua política. Se nas negociações sobre a posse da Guiana Brasileira o seu embaixador já não estava muito exigente, agora, em troca do apoio de Portugal ao Duque de Anjou, chegam ao tratado "Provisório e Suspensivo", assinado em Lisboa no ano de 1700, em que resolvem, franceses e portugueses, dar o território disputado como neutro e negociar um tratado definitivo no ano seguinte.

Felipe de Anjou não espera para assumir a herança. Em 1701 já era Felipe V de Espanha e galardeava Portugal, num tratado de aliança ofensiva e defensiva (13 de junho de 1701), com a Colônia do Sacramento e a Ilha de São Gabriel e mais ainda — no seu art. 14, o tratado estatula "que possuisse a coroa portuguesa a margem setentrional do Rio da Prata com inteiro domínio e propriedade" (Rocha Pombo).

Já empossado Felipe de Anjou, Luiz XIV, em 1701, quando da retomada das negociações para os limites amazônicos, começa a exigir novamente a entrega de todo o território ao norte do Amazonas.

Portugal cede e, pelo tratado de 18 de junho de 1701, abre mão para a França "daquilo que os colonos do Pará tinham defendido com tanto sacrifício" (Rocha Pombo). Mas a astuta diplomacia portuguesa da época, possivelmente já pensava que com "a mão esquerda, em breve" haveria de conseguir "o que" "a direita forçadamente houvera de dar" (Professor Dr. Hernani Cidade). Já estava armada na Europa a coligação contra a França e Espanha pela disputa do trono espanhol a favor do Arquiduque Carlos da Áustria. Das ofertas que os coligados lhe fizessem a respeito de suas fronteiras americanas, iria de-

pende a atitude política de Portugal, no início desse atribulado século XVII.

Assim, pois, encerra-se o século XVII, com as nossas fronteiras do sul, no Prata e do norte, no Amazonas. Ambas apoiadas por tratados obtidos por Portugal ou de Portugal. Tratados instáveis. O do sul, a diplomacia portuguesa

pretendia confirmá-lo, mas o do norte já estava em vias, desde o nascedouro, de ser por ela revogado, obtendo assim Portugal o que por todo esse meio século procurara — assegurar a posse dos vastos territórios que conquistaram bandeirantes e maranhenses.

(Continua)

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÊMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETÊS, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE



"A DEFESA NACIONAL" NA 3ª R.M.

N.R. — É com grande satisfação que transcrevemos a nota abaixo, publicada em Boletim Regional e com a qual o Exmo. Sr. General Comandante da 3ª R.M. respondeu ao apêlo da Diretoria desta Revista para uma campanha de novas assinaturas naquela brilhante guarnição.

RECOMENDAÇÃO

Os conflitos modernos impõem a necessidade inadiável de conservar e melhorar os conhecimentos profissionais dos quadros permanentes, sobretudo no que diz respeito aos oficiais.

"A Defesa Nacional" em sua nova fase, ostentando uma orientação útil e objetiva, vem desempenhando com galhardia o papel de divulgadora desses conhecimentos, com a matéria mais variada, de bons autores militares nacionais e numerosas traduções muito bem selecionadas.

Em face dessas circunstâncias, é bastante grato a este Comando recomendar sua leitura aos oficiais da Região, sugerindo que se instale em cada Corpo de Tropa, Estabelecimento, Repartição, etc., uma campanha de novas assinaturas bem como a designação, em caráter permanente, de representante da revista que haja demonstrado interesse acentuado pela cultura militar.

BORGES & CIA.

REPRESENTAÇÕES — CONSIGNAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

End. Tel.: "EXPEDITIL"

Rua Sena Madureira, 743 — Telefone, 17-10 — Caixa Postal, 197

FORTALEZA — CEARÁ

O MELHOR MINÉRIO DE FERRO DO MUNDO!

A Companhia Vale do Rio Doce, em 1951, exportou 1.273.978 toneladas inglesas de minério de ferro, correspondendo a 96,5 % do total exportado pelo país — Alcançando, nas últimas vendas, o preço de US\$ 18.00 a tonelada — 1.500.000 toneladas em 1952 e 3.000.000 dois anos depois de obtidos os necessários recursos financeiros — Saldo em 1951 : Cr\$ 70.945.038,80 — Distribuição de dividendos, pela primeira vez — A Estrada de Ferro Vitória a Minas, uma das raras ferrovias nacionais que vivem em regime de saldo, deu, em 1951, um lucro de Cr\$ 31.327.526,50 — Muito bons o Relatório e o Balanço apresentados pela Diretoria da Cia. Vale do Rio Doce aos acionistas.

A atual política administrativa que vem sendo seguida pela Companhia Vale do Rio Doce está proporcionando os melhores frutos, conforme se verifica pelo Relatório e Balanço que essa empresa acaba de publicar, referente ao exercício de 1951.

Já no ano findo a exportação do seu minério de ferro alcançou um índice bastante elevado, em relação aos algarismos conseguidos nos anos anteriores. Também nos oferecem números apreciáveis a produção e o transporte dessa matéria prima, através da Estrada de Ferro Vitória a Minas, de propriedade da Companhia — desde Itabira, onde se localizam as imensas jazidas, até Vitória, onde se encontra o Cais de Minério, dotado de modernas instalações.

Em 1951, a Cia. Vale do Rio Doce produziu 1.314.133 toneladas métricas de minério de ferro, transportou pelas linhas de sua ferrovia 1.307.473 toneladas métricas, e exportou 1.273.978 toneladas inglesas. Em 1950, apresentando os melhores resultados até então, havia produzido 701.885, transportado 694.757 e exportado 710.399,5.

A exportação do minério de ferro do Brasil foi feita, em 1951, praticamente, apenas pela Vale do Rio Doce, que contribuiu com 96,5 % do total exportado pelo país.

Em 1952, com os recursos materiais de que dispõe e com o recebimento de equipamento já encomendados, deverão ser exportadas 1.500.000 toneladas.

A exportação, que em 1950 rendeu US\$ 5.638.994,58, e em 1951 a US\$ 12.620.312,58, contribuirá, no corrente ano de 1952, para as necessidades em divisas do comércio exterior do país, com a quantia de US\$ 24.000.000,00.

Estes dados, por si só, já traduzem uma evidente melhoria das condições financeiras e econômicas da empresa e, mais do que todas as palavras, retratam um apreciável índice de prosperidade.

Estamos certos, aliás, de que tais resultados marcam apenas o início de um grandioso programa de realizações, já estudado com segurança pelos administradores da grande Companhia.

Sua vitória virá breve e completa, bastando para tanto, a existência desta realidade ; para saciar a sede de matéria prima do mercado internacional, a Vale do Rio Doce tem o melhor minério de ferro do mundo e em quantidade considerável.

A análise já feita centenas de vezes pelos próprios compradores revela, em média, um teor de ferro de 68,92 %, uma umidade de 0,74 %, um teor de fósforo de 0,023 %, e 0,36 % de sílica.

Quem conhece o problema vê logo que está diante de um minério de qualidades excepcionais.

Como se sabe, o minério de Itabira é vendido livremente a qualquer país, sendo que, entre os importadores, os Estados Unidos figuram com uma quota superior a 80 % do volume exportável.

Em 1951, foram carregados em Vitória 138 navios, sendo 113 para os Estados Unidos, 11 para a Inglaterra, 11 para o Canadá e 3 para Bélgica. Nos anos anteriores tem exportado não só para estes países, como também para a Alemanha, a França e a Holanda.

Há cerca de um ano atrás, os interessados pagavam US\$ 8.00 por tonelada. A situação, porém, melhorou consideravelmente, pois grande parte da produção de 1952 já está vendida a um preço médio de US\$ 16.00, inclusive os prêmios, e alguns carregamentos já foram vendidos até a US\$ 18.00.

Entraram em funcionamento, em 1951, as instalações mecanizadas para britagem, peneiramento e transporte do minério em Itabira, compreendendo essas obras a montagem do britador primário, das correias transportadoras e demais equipamentos mecanizados.

Segundo consta do seu Relatório de 1951, a Companhia já investiu na realização do programa de obras, desde o seu início, em 1942, cerca de Cr\$ 1.500.000.000,00 computados o capital de Cr\$ 650.000.000,00 e os empréstimos que contraiu aqui e nos Estados Unidos.

O atual programa da Vale do Rio Doce é: numa primeira fase, extrair, transportar e exportar 1.500.000 toneladas anuais de hematita compacta; e, numa segunda fase, ampliar sua capacidade de exportação até o nível de 3.000.000 de toneladas por ano.

A primeira fase já está praticamente atingida.

Volta-se, agora, a Companhia para a segunda etapa do programa, isto é, para a duplicação de sua produção atual.

Tal plano seria realizado pela Companhia em cinco ou seis anos, se tivesse de contar apenas com os recursos próprios. Entretanto, o Governo está interessado em que essa meta seja alcançada em prazo mais curto, talvez em dois anos. Para isso tenciona proporcionar à empresa recursos em cruzeiros, bem como autorizá-la a entrar em entendimentos para a realização de um empréstimo em dólares. O total desses novos financiamentos atingirá Cr\$ 700.000.000,00, aproximadamente, o que vale dizer que, com um acréscimo de investimento de cerca de 50 %, obter-se-á um aumento de produção de 100 %, diminuindo-lhe, logicamente, o custo. Convém lembrar que, vendida uma produção de 3.000.000 de toneladas ao preço de US\$ 16.00 daria ela um total de US\$ 48.000.000,00.

Paralelamente a esse magno problema, a Vale do Rio Doce ataca um outro, também de importância capital. É o problema dos chamados "finos", pedaços de minério de tamanho inferior a 1/2", que representam cerca de 40 % da produção e que, ao invés de ficarem acumulados como rejeitos, serão igualmente vendidos, para o que já mantém a empresa entendimentos com algumas firmas interessadas. A venda desses "finos", segundo negociações já entabuladas, será feita à razão de US\$ 13.00 a tonelada. Ainda este ano deverão ser vendidas 120.000 toneladas de "finos", e em 1953 sua exportação poderá ser aumentada para 500.000 toneladas, sem prejuízo da exportação do "lump ore".

Resolvido esse problema e coroado de êxito o estudo que vem sendo feito para o beneficiamento dos minérios inferiores, a fim de transformá-los em um tipo igualmente exportável, estará obtido uma racional e econômica exploração de todo o minério de ferro da empresa, aumentando, assim, as possibilidades das reservas brasileiras.

Como reflexo desta boa situação econômica, foram bem significativos os resultados finais alcançados pela Vale do Rio Doce no exercício de 1951, durante o qual não contou a Companhia senão com os recursos das suas operações.

O lucro do exercício atingiu a soma de Cr\$ 70.945.038,80 :

Receita	Cr\$ 398.594.967,10
Despesa	Cr\$ 327.649.928,30
Saldo do exercício.....	Cr\$ 70.945.038,80

Deve-se ressaltar que, pela primeira vez, a Cia. Vale do Rio Doce fará, agora, a distribuição de 6 % de dividendos aos portadores de ações preferenciais, de acordo com os seus Estatutos. Esses dividendos correspondem a Cr\$ 11.400.000,00.

Na Estrada de Ferro Vitória a Minas, o exercício ferroviário de 1951 deu um saldo operacional positivo de Cr\$ 31.327.526,50.

E, realmente, uma das raras ferrovias nacionais que vivem em regime de saldo.

O saldo de 1951 foi de cerca de seis vezes o apresentado em 1950.

Nos últimos 10 anos a receita cresceu de 933,5 %, isto é, aumentou 9,33 vezes; e a despesa cresceu de 485 %.

Em 1951, a E.F. Vitória a Minas transportou 1.868.365 toneladas líquidas, aí incluídas mercadorias, bagagens, encomendas, animais, passageiros, etc. Houve um acréscimo de 45 % sobre o resultado de 1950, estabelecendo, aliás, um "record" na vida da Estrada.

As principais mercadorias remuneradas transportadas foram as seguintes:

Minério de ferro	1.379.825
Madeiras	127.269
Produtos siderúrgicos	64.534
Carvão vegetal	53.124
Café (353.950 sacas)	21.413
Cereais (340.066 sacas)	20.404
Diversos	93.437

Na quantidade acima citada está incluído o minério de ferro destinado ao consumo das usinas siderúrgicas sediadas à margem da Estrada, e por elas produzido.

No mesmo exercício, foram transportados 1.105.252 passageiros e 63.373 cabeças de animais.

Foram realizadas 1.554.812.427 toneladas-quilômetros brutas, com o acréscimo de 46 % sobre 1950.

Vai, assim, a Cia. Vale do Rio Doce realizando o seu magnífico programa.

Todos os recursos que consegue, quer através das rendas próprias, quer por aumento de capital ou empréstimos, têm sido, em sua quase totalidade, empregados em equipamentos, materiais e demais despesas necessárias ao cumprimento de seu programa de obras.

Não se esqueça, entretanto, de pôr em prática uma série de providências em favor do seu pessoal, inclusive aumento de vencimentos, concedendo, de certa forma, aos seus operários uma efetiva participação nos lucros da empresa.

Além disso, tem a grande Companhia contribuído, de várias maneiras para o notável desenvolvimento que vem experimentando a vasta região do Rio Doce de possibilidades fabulosas uma das mais ricas e promissoras do país.

TEXTO DO ACÓRDO MILITAR RECENTEMENTE FIRMADO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

1º — Os dois governos proporcionarão um ao outro equipamentos, materiais, serviços ou outra espécie de assistência militar, compatível com a carta das Nações Unidas e desde que vise a promover a defesa do Hemisfério Ocidental ;

2º — Cada governo fará uso eficaz da assistência recebida do outro, não a utilizando para fins diversos daqueles para que foi fornecida sem a prévia audiência do outro governo ;

3º — Serão negociados ajustes para a restituição, a um outro governo, de equipamentos e matérias fornecidos em vista do Acôrdo ;

4º — Cada governo se compromete a não transferir, sem o prévio conhecimento do outro, a pessoa alguma, nem a qualquer governo, a propriedade ou a posse de todo equipamento material ou serviço fornecido com base no Acôrdo ;

5º — Se os fundos distribuídos para a realização de qualquer programa de assistência empreendido pelo governo americano vierem a ser objeto de qualquer processo judicial, no Brasil, que impeça a sua livre e imediata disposição para os fins a que originariamente se destinavam, o governo brasileiro tratará, de assegurar uma contribuição equivalente aos referidos fundos ;

6º — Cada governo tomará as medidas de segurança que, em cada caso, ajuste com o outro, a fim de impedir que se revelem ou se exponham a perigo os materiais, serviços ou informações militares de natureza reservada ;

7º — Cada governo tomará as medidas compatíveis com as necessidades de segurança para manter

o público informado das operações executadas na conformidade do Acôrdo ;

8º — Os dois governos ajustarão entre si o fornecimento, de patentes de invenção e informações técnicas indispensáveis à realização dos objetivos do Acôrdo ;

9º — O governo brasileiro proporcionará ao norte-americano as quantias em moeda brasileira, a fim de atender às despesas de administração dos serviços que este último execute, na consecução da Lei de Segurança Mútua ;

10º — O governo brasileiro concederá tratamento de entrada livre de direitos e isenção de impostos internos, incidentes sobre a importação e reexportação de produtos, bens, materiais ou equipamentos norte-americanos ;

11º — Cada Governo receberá funcionários e oficiais do outro Governo, incumbidos de missões relacionadas com o Acôrdo, aos quais serão concedidas todas as facilidades possíveis ;

12º — O Acôrdo não altera os ajustes vigentes, relativos à Missões das Forças Armadas dos EE.UU. ;

13º — Os dois Governos confirmam as decisões tomadas em 51, quanto a cooperação técnica e financeira dos Estados Americanos, com o objetivo de aumentar a produção de matérias básicas e estratégicas e de fornecer uns aos outros materiais, produtos e serviços necessários à sua defesa comum ;

14º — Cada Governo cooperará com o outro na adoção e aplicação de medidas de defesa econômica e contrôles comerciais para proteger

o Hemisfério Ocidental contra ameaças de qualquer nação;

15° — Os dois Governos cooperarão no sentido de promover o entendimento e a boa vontade internacionais e de manter a paz no mundo, de proceder como fôr mutuamente convencionado para eliminar as causas de tensão internacional e de cumprir as obrigações militares já assumidas;

16° — O Governo brasileiro tanto quanto permitam os recursos humanos, riquezas naturais, facilidades e estado geral econômico do

país, contribuirá, de maneira compatível com a sua estabilidade política e econômica, para o desenvolvimento e manutenção do seu próprio poder defensivo, do poder defensivo do Hemisfério Ocidental e do mundo livre tomando as medidas necessárias para desenvolver a sua capacidade defensiva;

17° — O Governo americano não fará objeção a emendar o Acôrdo da maneira a torná-lo conforme a qualquer outro acôrdo de ajuda militar, celebrado com alguma República americana.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE SERRA-TALHADA

(Estado de Pernambuco)

Prefeito: Moacyr Godoy Diniz.

Renda: Cr\$ 700.000,00.

Produção: Algodão, Caroá e Mamona.

Escolas: 70 Municipais.

Distritos: Seis, Bernardo Vieira, Caiçarinha, Luanda, Pajeú e Tauapiranga.

População: 35.000 habitantes.

Cidade: 5.500.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE PACOTI

(Estado do Ceará)

Prefeito: Mozar Pinheiro Lucena.

Renda do Município: Cr\$ 689.000,00.

Instrução: Possui o Município 20 Escolas Municipais.

Indústria: Grande produção de Aguardente.

Produção: Cana, Café e vários Cereais.

População: 30.689 habitantes.

Distritos: Guará-Miranga, Pernambuquinho, Mulungú e Aratuba.

ARMAZÉM PORTA LARGA

ELIAS ALVES FEITOSA

Estabelecido com armazém de estivas e cereais em grosso e a varejo

AGENTE DE QUEROSENE E GASOLINA

ARCOVERDE — RUA AUGUSTO CAVALCANTI N. 82 — PERNAMBUCO

REGULAMENTADA A EXPLORAÇÃO DOS MINERAIS ÚTEIS PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA ATÔMICA

Completando a Lei de janeiro do ano passado que submete ao controle do Estado as jazidas e minas de substâncias úteis para a produção de energia atômica, o Presidente da República aprovou o Regulamento elaborado pelo Ministério da Agricultura que disciplina a pesquisa e lavra dos minerais estratégicos.

Essas normas serão, oportunamente, acrescidas de novas disposições do Conselho Nacional de Pesquisas, relativas ao beneficiamento, transporte, tratamento químico, comércio e exportação dos materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica.

OS MINERAIS ESTRATÉGICOS

Pelo novo regulamento, são consideradas de interesse para a produção de energia atômica as jazidas que contenham minérios: de urânio, tório, cádmio, lítio, boro, berílio, zircônio e terras raras, bem como a grafita e outras substâncias que venham a ser discriminadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

As jazidas e minas citadas constituem reservas nacionais, consideradas essenciais à segurança do país, e ficam sob o controle do Estado, nos termos do art. 5º da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

FISCALIZAÇÃO DAS LAVRAS

Compete ao Estado a pesquisa das jazidas das substâncias de interesse para a produção de energia atômica, que, no entanto, po-

derá conferir autorizações de pesquisas a brasileiros ou a sociedades organizadas no país nas condições previstas no Código de Minas.

Enquanto não forem fixados pelo Conselho Nacional de Pesquisas as bases e os processos de fiscalização das atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica, a fiscalização dos trabalhos de pesquisa e lavra das jazidas de minérios será exercida de acordo com as estipulações do Código de Minas.

AUXÍLIO DO CONSELHO

A pesquisa e a lavra das jazidas serão incentivadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, nos termos do § 3º, art. 3º da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951. O Conselho Nacional de Pesquisas também auxiliará a formação de pesquisadores e técnicos especializados em substâncias apropriadas à produção de energia atômica.

O órgão competente para o processamento e estudo das autorizações de pesquisa e lavra é o Departamento Nacional da Produção Mineral, observado o disposto no art. 180 da Constituição Federal, quando se tratar de jazidas ou minas localizadas nas zonas indispensáveis à defesa do país.

COMUNICAÇÃO COMPULSÓRIA

Verificada a existência de qualquer das substâncias minerais aludidas no Regulamento, em jazida na fase de pesquisa ou de lavra, é o respectivo titular obrigado a comunicar a ocorrência ao Departamento Nacional da Produção Mi-

neral, auferindo as vantagens daí decorrentes e ficando a execução da autorização sujeita, desde logo, ao Regulamento.

Os minérios das jazidas extraídos pelo titular de pesquisa ou lavra ficam sob a custódia do mesmo e não poderão ser removidos para fora do local da extração sem pré-

via licença do Conselho Nacional de Pesquisas.

Nas zonas mineiras determinadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, a extração das substâncias de interesse para a produção de energia atômica não poderá ser exercida por processos rudimentares, equiparáveis à fiação ou garimpagem.

EXPEDIÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL"

AVISO AOS SRS. REPRESENTANTES E ASSINANTES

A Diretoria desta Revista, ciente das numerosas reclamações que ultimamente lhe vêm sendo feitas sobre a irregularidade de distribuição dos exemplares dos seus sucessivos números, avisa que, em entendimento com os serviços postais, ficou deliberado fazer a expedição de todos os seus exemplares em *porte registrado*, providência que se iniciou com o número de março último e com a qual espera regularizar definitivamente a questão da distribuição.

Outrossim, solicita aos Srs. Representantes o favor de divulgarem o mais possível esta deliberação entre os camaradas assinantes efetivos ou potenciais.

Antecipadamente grata.

ARMAZÉM TRIUNFO

SECOS E MOLHADOS

ARCOVERDE — ESTADO DE PERNAMBUCO

CASA SAMPAIO

DE

BARRETO SAMPAIO & CIA.

BARBALHA — RUA DO VIDEO N. 97 — CEARÁ

DEFUMADOR
I
INDIANO

O MELHOR DEFUMADOR EM TABLETES, USADO PELOS INDÍAS NAS SUAS PRECES DE PAZ E FELICIDADES - FABR. J. STEFANINI - RUA ESTACIO DE SÁ, 71 - RIO DE JANEIRO

ENVIAMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

REPR. EM S. PAULO - J. BARROS LIMA - ALAMEDA RIBEIRO SILVA, 609

AS NOVAS TABELAS DE MONTEPIO E MEIO-SÓLDO

N.R. — O General Waldemar Rocha, atual Diretor de Finanças do Exército, chamado a dar parecer técnico sobre diversos projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional, sobre montepio e meio-soldo, submeteu às autoridades superiores do Exército, acompanhado de parecer, novas tabelas de Montepio e meio-soldo.

O General Waldemar Rocha, com censo de oportunidade, proficiência técnica e como dedicado amigo da classe, procurou contornar a situação conflitiva dos herdeiros dos militares, apresentando a nova tabela de Montepio e meio-soldo; suas justificativas são reais e espelham, com fidelidade o drama que representa para as famílias de nossos camaradas, a morte de seus chefes que, dum dia para outro, são atiradas à angústia numa vida de poucos recursos.

Nas páginas seguintes, as novas tabelas sugeridas, em confronto com as atuais.

COOPERATIVA BANCO DO SERTÃO LIMITADA

Fundada em 26 de junho de 1943 — Inaugurada em 26 de julho de 1948

LARGO 13 DE MAIO, 17 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO "SERTANBANC"

ARCOVERDE — PERNAMBUCO

Balanco geral em 30 de dezembro de 1950:

CAPITAL SUBSCRITO: CR\$ 417.503,00 — CAPITAL REALIZADO: CR\$ 400.100,00

FUNDO DE RESERVA: CR\$ 15.000,00 — OUTRAS RESERVAS: CR\$ 11.473,10

Número de associados: 337

VIUVA LEONARDO GUIMARÃES & CIA.

Armazém de Estivas, Ferragens, Aguardente, Sal, Café, Farinha de Trigo, Xarque, Bacalhau e Cereais — Agentes da CHEL-MEX BRAZIL LIMITED

Querosene e Gasolina SHELL

Matriz: Arcoverde — Av. João Pessoa, 527 — Filial: Sertânia
PERNAMBUCO

ALFAIATARIA FRANCEZA

MONTEIRO, BARRETO & CIA. LTDA.

CORTE MODERNO E ACABAMENTO PERFEITO — PREÇOS RAZOÁVEIS

Mantém sempre bom sortimento de Fazendas pretas, especiais para Casaca, Smocking, lindos padrões de casemiras de cores para ternos e completo sortimento de Linhos

RUA FLORIANO PEIXOTO, 467 — TELEFONE 50-45 — FORTALEZA — CEARÁ

H. S. BRAGA

TECIDOS EM GROSSO

Telegrama: HUMBRAGA — Caixa Postal, 983 — Telefone, 40-47

RUA MAJOR FACUNDO, 148 — FORTALEZA — CEARÁ

TABELA COMPARATIVA ENTRE O ATUAL MONTEPIO MILITAR E MEIO-SOLDO E O PROPOSTO PELA DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXERCITO

POSTOS	Contribuição		Montepio		Meio sólido			Total Atual	Total Proposto
	Atual	Proposta	Atual	Proposto	Tab. 1906	Tab. 1927			
Marechal, etc.....		952,50		13.383,32					13.333,32
Gen. Exército, etc.....		762,00	5.715,00	10.668,66	400,00	1.500,00	6.115,00	12.168,66	
Gen. Divisão, etc.....	381,00		4.245,00	8.000,00	300,00	1.288,70	4.545,00	9.288,70	
Gen. Brigada, etc.....	283,00	566,00	3.155,00	6.000,00	200,00	1.000,00	3.355,00	7.000,00	
Coronel, etc.....	211,00	422,00	2.625,00	5.000,00	160,00	833,30	2.785,00	5.833,30	
Ten.-Cel., etc.....	175,00	350,00	2.235,00	4.266,66	140,00	666,70	2.375,00	4.933,36	
Major, etc.....	149,00	298,00	1.875,00	3.600,00	100,00	500,00	1.975,00	4.100,00	
Capitão, etc.....	125,00	250,00	1.725,00	3.000,00	70,00	333,30	1.795,00	3.333,30	
1º Tenente, etc.....	115,00	230,00	1.500,00	2.400,00	60,00	250,00	1.560,00	2.650,00	
2º Tenente, etc.....	100,00	200,00							

TABELA COMPARATIVA ENTRE O ATUAL MONTEPIO MILITAR E MEIO-SÓLDO E O PROPOSTO PELA DIRETORIA DE FINANÇAS DO EXÉRCITO

POSTOS	Contribuição		Montepio		Meio sólido		Total Atual	Total Proposto
	Atual	Proposta	Atual	Proposto	Tab. 1906	Tab. 1927		
Aspirante, etc.....	81,00	162,00	1.215,00	2.430,00	1.215,00	2.430,00
Contra-mestre, Subtenente, etc.	81,00	162,00	1.215,00	2.430,00	1.215,00	2.430,00
Sargento-Ajudante e 1º Sar- gento músico.....	81,00	162,00	1.215,00	2.430,00	1.215,00	2.430,00
1º Sargento.....	72,00	144,00	1.080,00	2.160,00	1.080,00	2.160,00
2º Sargento.....	67,00	134,00	1.005,00	2.010,00	1.005,00	2.010,00
3º Sargento, etc.....	58,00	116,00	870,00	1.740,00	870,00	1.740,00
Escrevente cl. G.....	77,00	154,00	1.155,00	2.310,00	1.155,00	2.310,00
Escrevente cl. F.....	73,00	146,00	1.095,00	2.190,00	1.095,00	2.190,00
Escrevente cl. E.....	69,00	138,00	1.035,00	2.070,00	1.035,00	2.070,00
Escrevente cl. D.....	60,00	120,00	900,00	1.800,00	900,00	1.800,00

Observações — a) Os vencimentos dos Marechais, Almirantes, etc., são fixados pelo Poder Executivo, a quem deve caber também, a fixação da contribuição para Montepio, este próprio e o respectivo meio-sólido.
 b) Quanto ao meio-sólido para Gen. de Exército, deve ser fixado ou pelo Poder Executivo ou pelo Legislativo, de vez que esse posto é posterior às tabelas de 1906 e 1927.
 c) As contribuições dos herdeiros para o Montepio, continuarão a ser correspondentes à metade da nova contribuição do beneficiário.

EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Cel. ADALARDO FIALHO

Nota da Redação — Este artigo foi escrito a pedido de oficiais candidatos ao concurso de admissão, à E.E.M. Justifica-se, portanto, não só para atender a esse pedido, como porque a evolução, importância e tendências da indústria do país devem ser conhecidas de todos os oficiais, principalmente os de E.-M., tais os reflexos que elas exercem na organização, mobilização e emprego das Forças Armadas.

Segundo Roberto Simonsen, o Brasil já foi uma potência industrial, nos tempos em que a produção agrícola predominava no comércio internacional. A nossa produção e exportação de açúcar, no século XVII, ultrapassava, anualmente, 3 milhões de libras esterlinas, quando a exportação total da Inglaterra não alcançava essa cifra. Quanto ao ouro, produzimos e exportamos, no século XVIII, metade de todo o ouro produzido no mundo, nos 3 séculos anteriores e quantidade igual a toda a produção da América do Norte, de 1743 a 1850. Por que o Brasil perdeu essa posição? A resposta encontra-se na expansão do vapor e da máquina, no século XIX. A indústria manufatureira tomou grande impulso e os produtos industriais passaram a dominar o comércio internacional, desbancando a produção agrícola. Mas o advento do vapor e da máquina favoreceram países como os Estados Unidos, que possuem 8 mil vezes mais carvão (de excelente qualidade) do que nós (3,8 trilhões de toneladas contra 500 milhões), a Inglaterra e a Alemanha, ricas, também, de carvão. Nessas condições, enquanto esses países se erguiam rapidamente, como potências industriais, o Brasil marcava passo, ainda em fins do século XIX, reduzido a simples produtor de artigos agrícolas, de caráter tropical.

Além disso, a política econômica da metrópole, em relação ao Brasil colonial, era praticamente proibitiva quanto ao desenvolvimento industrial. Basta dizer-se que, em 1785 e 1808, eram taxativamente proibidas todas as manufaturas de fios, panos e bordados, no Brasil, só sendo autorizadas as que fabricassem "fazendas grossas de algodão que servissem para uso e vestuário de negros ou para enfiar e empacotar fazendas e outros ministérios semelhantes". Não foi senão em 1808, com a vinda de D. João VI para o Brasil, que as indústrias ganharam algum alento e se fez a 1ª tentativa para a implantação da siderurgia entre nós. Essa tentativa falhou, contudo, porque não tínhamos carvão explorado, o minério encontrava-se distante e os mercados eram mínimos, uma vez que o Brasil era um país inteiramente agrícola, consumindo pouco ferro. Diga-se ainda que a perda da exclusividade do mercado português, depois de 1822 e a expansão dos impérios coloniais dos países industriais concorreram, também, para a desvalorização da produção agrícola do nordeste do país e que havia sido importante nos séculos XVII e XVIII. Ainda e fato grave, até 1844 fomos forçados a aceitar o livre cambismo como política alfandegária. A Inglaterra, valendo-se das dificuldades políti-

cas de Portugal, exerceu forte pressão sobre nós. Qualquer indústria, que quizesse se estabelecer no Brasil, não poderia competir com os preços dos produtos ingleses e nada se poderia fazer junto às alfândegas, no sentido protecionista, devido ao tratado de comércio assinado com a Inglaterra por D. João VI. É que este fora compelido, quando de sua chegada ao Brasil, a assinar tal tratado, pelo qual os produtos ingleses passariam a pagar direitos de importação insignificantes. Esse tratado anulava a iniciativa de D. João VI de suspender a proibição de fábricas no Brasil. Como consequência, ainda próximo de 1850, as nossas importações suplantavam as exportações, em valor e, para cobrir o "déficit", a Inglaterra nos facilitava empréstimos! (Roberto Simonsen). Só a partir de 1860, quando o café começou a pesar nas nossas exportações, foi que essa situação se inverteu. Mas, com o café, o Brasil continuou agrícola, situação que não favorecia o trabalho mecânico e, portanto, o surto industrial. Nessas condições, o Brasil não possuía, no século XIX, fatores propícios ao desenvolvimento de qualquer atividade industrial. Contudo, houve, nesse século, alguns pioneiros. Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, foi um deles. Entre 1850 e 1870, promoveu ele a construção de vias férreas, portos, fábricas de tecidos, etc., procurando, assim, despertar a consciência industrial do país. Fracassou, porém, de encontro à mentalidade agrária da época e fatores naturais desfavoráveis. Só em 1888, o nosso regime tarifário passou a ser protecionista, às vésperas da República, portanto. Ainda assim, visava mais proporcionar recursos ao tesouro do que fomentar a criação de indústrias. É que o quadro da situação havia mudado e os fatores econômicos passaram a pressionar. Libertos os escravos, precisavam eles encontrar trabalho em outras atividades, pois haviam desertado das fazendas. Além disso, já em princípios do atual século, a continuação do fluxo imigratório somava-se, nas cidades, com a corrente de colonos que re-

fluíam das fazendas, em consequência da super-produção de café, que ocasionara violenta baixa de salários. Essa concentração de colonos nas cidades, dotados de certo padrão elevado de vida, fazia surgir condições favoráveis ao surto das indústrias, criando um mercado interno. A essa altura, já eram evidentes os progressos da eletricidade e os grandes empreendimentos executados no Rio e S. Paulo, no setor da energia elétrica, vieram suprir a falta de carvão, mormente porque se tratava de energia barata. Chegamos, assim, ao século XX, dotados dos seguintes fatores favoráveis: energia elétrica abundante e barata; aparelhamento mecânico moderno e de baixo preço; mercado de certa importância; melhores meios de transportes e abundância de mão de obra. Além disso, foi sempre vezo do Brasil depreciar as suas taxas cambiais, mau hábito que, se, de um lado, impedia-nos cada vez mais de importar produtos industriais, de outro estimulou o desenvolvimento industrial. Recorrendo às estatísticas, vemos que, enquanto, em 1850, contava o país com pouco mais de 50 fábricas e, em 1889, com mais de 636, já em 1895 possuía 1.088. A partir de 1905, o ritmo de expansão foi sempre crescente, acentuado entre 1910 e 1914 e acelerado entre 1915 e 1919, justamente em consequência da 1ª conflagração européia. Em 1907, o número de fábricas já se elevava a 3.250, com 150.841 operários e o censo de 1920 revelou 13.336, com 275.512 operários. A 1ª Grande Guerra foi um forte fator emulativo da nossa expansão industrial. O retraimento dos capitais internacionais, em consequência da guerra, as facilidades da eletricidade e o barateamento das máquinas operatrizes foram causas para que a nossa industrialização se caracterizasse pela multiplicação dos estabelecimentos médios e pequenos e pela diversificação da natureza da produção. E assim, em 1933, o valor da nossa produção industrial já excedia de 12 bilhões de cruzeiros. Não se diga, contudo, que só a 1ª Grande Guerra concorreu para

o nosso desenvolvimento industrial, pois em 1914 já possuíamos o apreciável número de 7.400. Depois daquele grande conflito e até 1939, continuou sempre a expansão industrial, avaliando-se em 60 mil o número de estabelecimentos industriais, em 1939, dos quais 10 mil localizados em S. Paulo. O ano de 1910 marca a época em que São Paulo deslocou o D. Federal em importância industrial. É de se salientar que a falta de combustíveis, a deficiência de capitais e a ausência de indústrias básicas embaraçaram, até 1939, a nossa evolução industrial. A eletricidade compensou, em parte, a falta de combustíveis. Assim é que, enquanto em 1920 só possuíamos 356 usinas geradoras de energia elétrica, produzindo 356 mil kw, já em 1939 contávamos com 1.200 usinas e 1.100 mil kw. Essa progressão vem aumentando sempre e, hoje, produzimos cerca de 1.800 mil kw. A eletricidade e o baixo custo das máquinas operatrizes facilitaram a difusão industrial e esta, incontestavelmente, tem influído sobre a organização social do país com benéficos efeitos. Para Roberto Simonsen, exerceram acentuada influência sobre o nosso crescimento industrial, até 1939, a crescente desvalorização de nossas taxas cambiais (dificultando as aquisições no estrangeiro) e o rápido aumento de uma população que se vai cada vez mais educando (elevando, portanto, o seu poder aquisitivo). Seja como for, os fatores que até 1939 dificultaram o levantamento de indústrias de base, entre nós, continuaram a ser a falta de coque metalúrgico, necessário às indústrias siderúrgicas, o retraimento de capitais estrangeiros, a lentidão da formação de capitais nacionais, as dificuldades cambiais, a precariedade dos meios de transporte, dificultando o transporte das matérias primas e, depois, a distribuição da produção, a ausência de técnicos e mão-de-obra especializada e, finalmente, a tendência para a produção de bens de consumo imediato (alimentação e vestuário), em vez de bens de produção (ferro, metais e maquinários). Este último fator, aliás, é

uma natural decorrência da própria falta de indústrias básicas. Seja dito, porém, a bem da verdade, que, em 1939, já existiam algumas fábricas de cimento, produtos químicos e instrumental mecânico. A Usina de Monlevade, da Belgo-Mineira, à base de carvão vegetal, era mesmo um ponto alto na nossa incipiente indústria de base. A eclosão da II Grande Guerra, em 1939, privando ou dificultando as nossas importações habituais, foi a segunda grande oportunidade para o desenvolvimento industrial do Brasil. A ereção da Usina de Volta Redonda, propiciada pela política de Boa Vizinhança de Roosevelt, em troca dos fornecimentos de materiais estratégicos que o Brasil fazia aos Estados Unidos, foi um marco decisivo. O desenvolvimento da produção dessa usina, a sua ampliação, já em andamento e as numerosas indústrias de transformação que, à sua sombra, se desenvolveram, como fôra previsto e com tendência para sempre maior expansão, são uma garantia de que o nosso país assentou definitivamente as suas indústrias básicas.

O efeito de Volta Redonda é visível na economia nacional, a começar pela poupança de divisas que tem proporcionado ao país e que, por enquanto, orça em 60 milhões de dólares, anualmente. Seria alongar demasiado este artigo fazer o retrospecto do desenvolvimento da nossa indústria de 1939 para cá, pois é tão recente que todos o conhecemos.

Hoje em dia, o Brasil fabrica quase tudo de que necessita e o valor da nossa produção industrial foi calculado em 120 bilhões de cruzeiros, em 1950.

Novas usinas siderúrgicas foram montadas, depois de Volta Redonda, como a "Acesita", para aços finos, no Espírito Santo e outras estão projetadas, como a "Manesmann" em Minas e a do Estado de São Paulo, em Santos. É fatal, para muito breve, o estabelecimento definitivo de fábricas de tratores, automóveis, aviões, locomotivas, de estaleiros para a construção de navios, etc., pois estão se realizando, entre nós, aquelas condições fa-

voráveis ao desenvolvimento de indústrias, que faltaram no século XIX e começo do século atual. Essas condições apontaremos no final deste artigo. Os principais Estados industriais do Brasil, são: S. Paulo, Estado "leader", o Distrito Federal e os Estados do Rio Grande do Sul, Minas, Estado do Rio e Pernambuco. A maioria no Sul, onde a amenidade do clima, a mão-de-obra de imigrantes especializados, a maior facilidade de comunicações, a fácil obtenção das matérias-primas e a presença de grandes mercados consumidores facilitaram a expansão das indústrias. Para terminar, apontaremos, a seguir, aquilo que se nos afigura mais importante no que interessa à expansão das nossas atuais indústrias e à criação de novas, isto é, as condições favoráveis referidas linhas acima. Essas condições estão destinadas a dar notável impulso às indústrias do nosso país, nos próximos anos, se perseguidas com determinação e não temos medo em afirmar que conduzirão o Brasil à posição de potência industrial de 1ª ordem, pois indústria se alimenta de indústria e, uma vez lançadas as indústrias básicas, o resto virá como numa reação em cadeia.

São as seguintes:

1º) *Aumento progressivo das fontes de energia:*

É inegável o formidável desenvolvimento da produção de energia elétrica, entre nós. As obras da Light, Paulo Afonso, os planos de eletrificação dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e Paraná, para só citar os maiores empreendimentos, duplicarão, nos próximos anos, a atual produção. Quanto ao petróleo, a duplicação de Mataripe vai permitir atender o Nordeste. A construção das grandes refinarias de Santos, Rio e São Paulo, mesmo trabalhando com petróleo estrangeiro, não deixará de ser valiosa contribuição para o problema do combustível no Brasil, pois poupará divisas que, de outra sorte, teriam sido gastas com combustível importado. E tudo indica que, de um modo ou de outro, estamos a

pique de resolver definitivamente o problema do aproveitamento do nosso ouro negro. Quanto ao carvão, o recente plano governamental, concebido em termos grandiosos, está destinado não só a elevar a produção nacional, como a barateá-la, pelo emprêgo de equipamentos mecânicos modernos que tornarão a produção econômica.

2º) *Melhoria dos transportes do país:*

Uma das causas da estagnação das riquezas produzidas no Brasil é a precariedade de seu sistema de transportes. Ora, são reconhecidos os esforços do governo para a melhoria dos nossos sistemas de comunicações e de transportes e de todos os nossos portos.

Os planos em execução incluem a renovação, em determinada ordem de urgência, de todas as nossas ferrovias, a renovação da frota mercante e a desobstrução e aparelhamento dos portos, com o dispêndio de bilhões de cruzeiros. A construção de melhores estradas de rodagem, possibilitada pelo "Fundo Rodoviário Nacional" (cujo aumento está em estudos), por outro lado, está influiendo até na baixa do custo de transporte. E, finalmente, não é de se desprezar o papel da última das vias de comunicações a fazer sentir os seus efeitos — a via aérea —, num país da vastidão do nosso. As estatísticas revelam uma expansão tal do serviço de cargas aéreas que tudo indica conduzir a uma posição ímpar, em futuro próximo.

3º) *Aproveitamento cada vez mais fácil das matérias-primas nacionais:*

É uma decorrência do melhoramento geral dos sistemas de transportes. Simonsen estimava em 20 % a proporção de matérias-primas estrangeiras na produção geral das nossas indústrias. Essa proporção tende a diminuir.

4º) *Mão-de-obra cada vez melhor e mais abundante:*

A rede de 80 estabelecimentos de aprendizado industrial do SENAI, através todo o Brasil, formando mi-

lhares de operários especializados, anualmente, já faz sentir os seus efeitos e está destinada a desempenhar decisivo papel na colaboração da mão-de-obra à expansão das indústrias nacionais. Além disso, a política imigratória do governo, de caráter seletivo, visando a entrada de técnicos e especialistas no país, só pode concorrer para reforçar a contribuição da mão-de-obra para as nossas indústrias.

5º) *Mercado interno em franca expansão:*

Aumentando a sua população à taxa de um milhão de habitantes por ano, o Brasil constitui mercado seguro para as indústrias nacionais. A concentração das populações nas cidades, principalmente nas grandes, em que pese aos inconvenientes que daí resultem, é outro fator favorável, devido ao maior poder aquisitivo do cidadão em relação ao homem do campo.

6º) *Aviltamento das taxas cambiais:*

Hoje, como no passado, o crescente aviltamento das nossas taxas cambiais, diminuindo cada vez mais o poder aquisitivo da nossa moeda no exterior, é poderoso fator estimulador do desenvolvimento das nossas indústrias. Somos forçados a fabricar em casa o que não podemos adquirir alhures.

7º) *Política protecionista da CEXIM:*

A necessidade de disciplinar as nossas importações, em face da escassez de divisas, levou o governo a criar a CEXIM, órgão fornecedor das licenças de importação. A política desse órgão se ampliou e, hoje, ele só fornece tais licenças para a importação de produtos que não encontram similar de fabricação nacional no mercado interno.

Tem sido um poderoso estimulador das nossas indústrias.

8º) *A criação da "Comissão de Desenvolvimento Industrial":*

O simples enunciado do nome desse órgão dispensa maiores comentários. É um órgão discipli-

nador, encarregado que é de apontar, em ordem de urgência, quais as indústrias que mais interessam à economia nacional.

9º) *Fiscalização governamental da política de financiamento das Caixas Econômicas, Institutos de Previdência, etc.:*

A não existência dessa fiscalização era causa do emprêgo indisciplinado dos recursos desses Institutos, os quais se canalizavam para a especulação imobiliária, isto é, para emprêgos não reprodutivos, em relação à economia nacional. A atividade imobiliária arranca braços à agricultura e à indústria, aumentando a massa de consumidores, concorrendo, pelo seu maior poder aquisitivo, para a alta dos preços e a inflação. A legislação que o governo estuda, pretende cercar o investimento imobiliário e forçar o financiamento de iniciativas que concorram para o aumento da produção do país, principalmente no setor das indústrias.

10º) *Existência de condições internacionais favoráveis ao financiamento de atividades industriais:*

É patente o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, da necessidade de fortalecer economicamente os povos americanos, em face do perigo comunista. A elevação do padrão de vida desses povos é preocupação vital da América e da qual o chamado ponto IV, do presidente Truman, é o reflexo imediato. A presença, entre nós, de técnicos americanos, integrando a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para o estudo dos problemas econômicos do Brasil e, consequentemente, do financiamento dos projetos estudados, por parte dos Institutos de crédito americanos ou internacionais, é uma prova da existência de facilidades de grandes financiamentos para o Brasil. Os recentes créditos para a expansão de Volta Redonda, Paulo Afonso, Light, etc. e os créditos em vista para o reaparelhamento das ferrovias e portos nacionais são uma prova disso.

11º) *Os re-investimentos de lucros em indústrias:*

Revelam as estatísticas que, mercê da ação governamental ou de u'a maior compreensão dos problemas econômicos, por parte dos particulares, é cada vez maior o re-investimento de lucros em iniciativas de caráter industrial, principalmente nas praças do Rio e São Paulo e em desfavor da especulação imobiliária.

12º) *Expansão natural das indústrias de transformação:*

A existência de indústrias básicas é uma garantia da expansão natural das indústrias de transformação. A produção de Volta Redonda passou a influir imediatamente na indústria de transformação. As fábricas existentes se ampliaram e numerosas outras foram criadas. A duplicação de Volta Redonda e mesmo a elevação de sua produção de aço para um milhão de toneladas é prova palpável do que afirmamos.

13º) *A crescente alfabetização do povo:*

São indiscutíveis os efeitos benéficos da campanha pela alfabetização de adultos, liderada pelos governos da União e dos Estados. Quase um milhão de adultos está sendo recuperado, anualmente, para uma vida de maiores possibilidades. Por outro lado, o próprio ensino desenvolve-se em todos os Estados, à sombra de maior compreensão do problema cultural. Tudo isso abre novos horizontes ao nosso povo e traz, como resultado imediato, o aumento do seu poder aquisitivo, vital para o desenvolvimento industrial.

14º) *O saneamento do país:*

Quem poderá negar a vitoriosa campanha anti-malária empreendida em todo o país, pelo "Serviço Nacional de Febre Amarela"? Nada menos de 8 milhões de brasileiros eram vítimas dessa deprimente enfermidade. Hoje, ela está praticamente erradicada. Consequentemente, as populações do interior, revigoradas, tornam-se mais

aptas para o trabalho, para o aumento da produção e adquirem maior poder aquisitivo.

15º) *A crescente mecanização da nossa agricultura:*

Estamos importando cada vez mais tratores e equipamentos agrícolas múltiplos. A presença desse maquinário nos campos impõe ao país justamente o que nos faltou no passado. Já existem, no país, inúmeras fábricas de equipamentos agrícolas e a tendência é para um aumento contínuo. E já que nos referimos à agricultura, não podemos silenciar sobre o reflexo que ela traz para as indústrias. No caso do Brasil, é dela que saem as divisas (café, algodão, cacau) com que pagamos as importações de maquinários, ferramentas e combustíveis para as indústrias. O governo se dispõe, através de uma legislação rural equivalente à das cidades, por meio de crédito rural fácil e barato e de outras medidas adequadas, a fixar o homem dos campos e a fortalecer a posição da agricultura. Isso é vital para o desenvolvimento das indústrias que devem estar em perfeito equilíbrio com a agricultura, numa economia sã.

16º) *Existência de leis trabalhistas sábias:*

Não nos deteremos em salientar o papel dessas leis no favorecimento das indústrias, pois a sua existência é até causa de uma crise nacional permanente, o chamado êxodo das populações do campo para as cidades, principalmente pela atração das indústrias.

17º) Finalmente, já existe uma visível modificação da mentalidade nacional que se vira da cultura jurídica para a econômica, vale dizer, da bacharelise para o macacão das fábricas. Há maior compreensão dos problemas econômicos e, por isso e apesar de Humberto Bastos opinar que não existe, no Brasil, uma consciência industrial, o que implica na não existência de uma política industrial, diz Sergio Milhet, contudo, que o "pensamento industrial vem dominando cada vez mais o cenário econômico brasi-

leiro, através de um prestígio político que, dia a dia, se torna maior".

Bibliografia :

"A evolução industrial do Brasil" — Roberto Simonsen.

"Geografia Econômica da América do Sul" — R. Whitbeck e Frank Williams.

"A margem do Relatório da missão Abbink" — Octávio Gouvêa de Bulhões.

"O pensamento industrial do Brasil" — Humberto Bastos.

"A indústria em face da Economia Nacional" — Roberto Simonsen.

"Anuário Estatístico do Brasil".

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

A nossa Revista vale pelos seus colaboradores, o que não exige que todos os oficiais sejam consumados escritores. Mesmo nas atividades de rotina, no comando, na instrução e na administração da tropa, há sempre observações, estudos, problemas e realizações dignos de exposição, de discussão, fáceis de serem anotados, coordenados e expostos, numa colaboração de indiscutível utilidade prática.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

TYRESOLES

REGENERAÇÃO DE PNEUS

John Deere — Vendas — Serviços — Peças

CONCESSIONARIOS

João Vecchi & Cia.

Caminhões — Tratores — Automóveis — Posto de Serviços — Oficina Mecânica — Máquinas Agrícolas — Peças e Acessórios — Motores de Pôpa "EVINRUDE" — Pneus e Câmaras de Ar — Gasolina e Lubrificantes "ATLANTIC"

Avenida da Saudade, 483 — Ribeirão Preto — Tel. 9-1

GRANDE VITÓRIA DO HIPISMO BRASILEIRO NA ARGENTINA

Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA,
do E.M. da 2ª D.C.

Nota da Redação — Lamentável extravio da 1ª Via desta Crônica fez com que recebêssemos com atraso a 2ª Via, e só neste número a pudésemos publicar. Embora decorrido mais de um ano, desde a realização da "Semana Hípica Internacional", publicamo-la como uma homenagem aos nossos valerosos cavaleiros.

Nos últimos Jogos Panamericanos, realizados em Buenos Aires, em março de 1951, o Brasil se fez representar por uma pequena equipe, constituída de cavaleiros militares. Chefiada pelo Tenente-Coronel João Franco Pontes, cavaleiro de grandes méritos e integrada pelos Majores Eloy Menezes e Anísio da Silva Rocha, Capitães Aécio Morrot Coelho e Renildo Ferreira, desmandou rumo do Prata, após um período relativamente regular de treinamento. Entretanto, por circunstâncias várias, e independentes da vontade de seus componentes, a equipe chegou a Buenos Aires com muito pouca antecedência. Os demais concorrentes — Chilenos e Mexicanos — já estavam em plena fase de ambientação e treinamento, "in loco", quando desembarcaram os ginetes brasileiros e suas montadas. Diga-se de passagem que a viagem, tanto de homens como de animais, foi realizada via aérea. Aliás parece-nos seja esse o único meio de conduzir animais a provas hípicas no estrangeiro, sem grandes desgastes físicos para os cavalos e sem exigir antecedência demasiado onerosa, para fins de adaptação e recuperação.

Iniciadas as provas, os cavaleiros do Brasil não foram muito felizes. Demonstraram classe e

possibilidades, segundo a própria crítica portenha, mas não lograram classificações meritórias.

Após os Jogos Panamericanos, teve início a "Semana Hípica Internacional", da qual participaram cavaleiros da Argentina, do Chile, do México e do Brasil. Os três últimos países foram representados pelos mesmos cavaleiros participantes àqueles jogos. A Argentina aumentou a sua representação. Para mais de cem cavaleiros desfilaram pelas pistas de obstáculos demonstrando elevado grau de preparo, além de entusiasmo e da elegância que seem ser apanágio dos cultores do esporte hípico. Com a realização dessa "semana hípica", o Brasil recebeu verdadeira consagração. Sua representação, a menor de todas, desdobrou-se em técnica e energia, empregando-se à fundo para conseguir ampla reabilitação, que desfizesse a impressão menos lisongeira da quinzena anterior, nos Jogos Panamericanos. Privados do eficiente concurso do Cap. Morrot Coelho, acidentado de início, multiplicaram-se os três ginetes restantes: Ten.-Cel. Franco Pontes, Major Eloy Menezes e Cap. Renildo Ferreira. Tudo fizeram para participar de todas as provas realizadas, em número de quatorze, suprimindo

com fibra e energia as deficiências do pequeno número.

Felizmente, os seus esforços foram francamente coroados de êxito.

O Brasil triunfou amplamente. O Major Eloy Menezes sagrou-se campeão absoluto da "semana", totalizando 75 pontos, avantajando-se sobre o segundo colocado de cerca de 30 pontos. Este Cavaleiro — sem dúvida nenhuma o número 1 (um) do Brasil, atualmente — conseguiu nada menos de nove classificações na "semana". Damos a palavra, aqui, à crítica Argentina, superiormente representada pela revista "El Caballo", órgão oficial de "la Dirección de Remonta y Veterinaria": "a vitória do Major Eloy é tão absoluta, que devemos 'quitarnos el sombrero en su honor'. Referindo-se ainda à equipe brasileira, diz o mesmo órgão: "Foi, indubitavelmente, a delegação mais enérgica. Com o Ten.-Cel. Franco Pontes, no que se refere à técnica do salto e ao estilo, muito podemos aprender. Não incorremos em erro ao afirmar que o Major Menezes foi a personalidade mais forte do torneio e o tipo mais característico de um competidor perfeito. Os seus dois cavalos formaram a melhor parêlha que possui um mesmo ginete. O Cap. Renildo é um tipo de competidor de grande classe e que ostenta magnífico estado físico. Finalmente, felicitamos a equipe brasileira pelo seu excelente material equino. Vê-se, através de seus cavalos, que entendem da matéria e sabem elegê-los. Cremos que esta equipe apresentou os melhores exemplares".

Diante de tais expressões, absolutamente insuspeitas e partidas de críticos de nomeada, nada mais

resta a dizer sobre tão magnífico triunfo. Apenas devemos frisar, recordando aos leitores, que os adversários dos brasileiros, nesta "semana hípica" de Buenos Aires, foram os afamados cavaleiros mexicanos, campeões olímpicos de Londres, os não menos famosos cavaleiros do Chile, de nome firmado em todo o mundo e os argentinos, cujo progresso, nos últimos 20 anos, permite antever sucessos extraordinários nas provas internacionais vindouras.

Finalmente, para concluir essa modesta "notícia" sobre a vitória do hipismo brasileiro em Buenos Aires, tomamos a liberdade de conclamar as autoridades responsáveis para que se mantenha esse elevado grau de preparo, atingido à custa de esforços e sacrifícios sem conta, para que possa o Brasil inteiro ver tremulando, no mastro da vitória, a Bandeira verde e amarela, na próxima olimpíada de 1952.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
 no
 Brasil



BANGU



Grande
 sucesso
 em
 Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
 BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

PÔSTO ATLANTIC

SILVINO FIRMINO DE LIMA

GASOLINA — ÓLEO — GRAXA — BATERIAS — PNEUS — CAMARAS, ETC.

Salgueiro — Rua Mons. Ambrosino Leite s/n. — Pernambuco

O EXÉRCITO E O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

P. J. BUSATO (Capitão Capelão Militar)

Muita gente terá visto, nestes dias, transitarem pelas nossas ruas, muitos jovens em trajes civis. E, perguntando qual a finalidade desse movimento inusitado, a resposta não tardou em vir: vão à inspeção de saúde para, no tempo oportuno, servir à Pátria nas casernas.

E, para melhor compreensão desse ato patriótico, vamos adaptar, para os nossos leitores, o que, a respeito, escreveu um Capelão Militar Chileno.

Ocupa o Exército em a Nação um lugar eminente: é o grupo escolhido dos cidadãos que se coloca em lugar de perigo para defender a integridade nacional, a terra, o lar, a honra, a liberdade; numa palavra, para defender o conjunto de valores espirituais e materiais que constituem a Pátria.

Nessa hora perturbada do mundo, sacudida a sociedade por tantos perigos de toda a espécie, desconfiança e embustes entre os povos, lutas econômicas, ataques surdos ou diretos, a Pátria não pode subsistir sem o concurso do cidadão armado, que tudo sacrifica pelos seus irmãos. O Exército é, pois, a própria Pátria armada, que se defende, que vigia, que se sacrifica...

Na nossa história pátria, o Exército nasceu com a Pátria, ou melhor junto com a Pátria.

Quando esta surgiu na vida como um novo ser, ia se desenvolver nas suas atividades e caminhar pelo mundo, o Exército se organizou com mais perfeição e hoje está ele constituído de cidadãos de todas as camadas sociais.

Noutro planeta, talvez, com seres angélicos, sem paixões, ódios e rancores, o Exército não teria razão de existir. No nosso planeta, po-

rém, com tal ambiente, cheio de paixões, com homens de carne e osso, sujeitos a muitas imperfeições, a vícios e debilidades da natureza humana, é uma grande necessidade o Exército bem equipado, com homens vigorosos, de sólida contextura moral, de clara inteligência e ardente vontade, armados de fuzis e canhões e, por cima de tudo, armados da JUSTIÇA e do DIREITO e da LEI para servir à Nação e guardar a vida, a honra e a terra dos seus co-irmãos.

Um Exército bem organizado, com chefes e soldados estreitamente vinculados por um mesmo ideal pátrio, é uma necessidade premente que ninguém pode contestar.

Tornemô-lo, por isso, grande, forte, vigoroso, invencível.

Para gente míope, o Serviço Militar Obrigatório não passa de um luxo.

Quando, porém, a idéia desse Serviço penetrar nas massas, já não haverá infratores, nem pusilânimes que andem buscando subterfúgios para escapar a esta obrigação, que se converterá, em tempo, em questão de honra.

1. O Serviço Militar Obrigatório robustece corporalmente o indivíduo, pois o organismo adquire todo o seu desenvolvimento com os exercícios físicos, sabiamente combinados: amplia-se o tórax, fortificam-se os pulmões, os músculos se tornam elásticos e fortes, a saúde se fortalece, deixando o indivíduo apto para as fadigas da guerra e o corpo resistente para fazer frente a qualquer enfermidade.

Não há melhor tônico do que as marchas ao ar livre, a higiene, o banho diário, a ginástica metódica.

Ao cabo de um mês, vê-se a transformação do recruta, com um organismo forte e sadio.

2. O recruta desenvolve suas faculdades espirituais: sua inteligência desperta e se torna ágil; a mente adquire novas idéias, conversa melhor, e, com o trato social de seus companheiros de armas e com a instrução militar diária, estas faculdades parecem iniciar uma nova etapa de progresso.

3. A vontade se fortalece; bem orientado pelo superior, rege todo o ser e tende para o cumprimento da obrigação diária. Os vícios próprios da idade são dominados energeticamente pelo caráter, já vigoroso e pessoal.

4. O sentido social também se desenvolve: o novo soldado compreende que a vida é harmonia de vontades, compreensão recíproca. O homem está destinado a viver em sociedade e dar e prestar benefícios a seus semelhantes; isso ele percebe com grande evidência na vida árdua do quartel, onde recebe, a cada momento, o auxílio valioso dos camaradas amigos, que são como irmãos em espírito.

5. O patriotismo, tão em crise nos tempos atuais, renasce com novo esplendor, pois o recruta o sente palpitar no seu íntimo, num sentimento inextinguível, tão vigoroso como o sentimento filial.

6. Todos os povos mantêm, como algo de insubstituível, este Serviço Militar, para educar o cidadão e fazê-lo apto na defesa da Pátria.

7. Se logra escapar ao Serviço Militar, com a cumplicidade de um amigo influente, este crime de

lesa-pátria o perseguirá como um remorso. Mais tarde, terá que chorar seu egoísmo, porque não poderá exercer cargos administrativos de importância.

E quais as vantagens para a Nação, com esse Serviço Militar?

1. O uniforme militar tende a estabelecer uma igualdade entre os cidadãos.

Assim teremos o princípio: não há superioridade nem pela riqueza, nem pelo sangue, mas sim pelo mérito verdadeiro.

2. Do mútuo conhecimento dos conscritos resulta maior compreensão, um desejo intenso de ajudar o concidadão, mais tarde, na vida civil. O operário, o trabalhador, o empregado vê a seu lado, submetido ao mesmo Regulamento e obediente ao mesmo chefe, o filho de família mais em evidência, o estudante, e compreende melhor a vida, nivelando, sob a mesma bandeira, os concidadãos.

3. Passando pelos quartéis, cada ano, a mocidade da Nação, como quem diz a flôr da cidadania, os jovens mais sadios, possui a Pátria uma preciosa reserva para a sua defesa, em caso de guerra.

4. Numa guerra, qualquer que ela seja, deve participar a Nação inteira; cada cidadão, na medida de suas forças, no lugar onde desenvolve suas atividades, deve co-operar com sua capacidade total na defesa da Pátria.

Eis os motivos porque a nossa mocidade ingressa nas nossas casernas.

OLARIA SÃO JORGE

ENCARREGA-SE DE FORNECIMENTO DE TIJOLOS
MASSIÇO E 20 x 20 x 10

J. de Freitas Borges

RUA SILVA VALE, 283

CAVALCANTE — RIO DE JANEIRO

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Expansão de Volta Redonda

Já foi concedido pelo Banco de Exportação e Importação o empréstimo de 25 milhões de dólares à Usina de Volta Redonda. O empréstimo destina-se a financiar a compra de equipamentos para a expansão da usina. Grande parte desse equipamento, aliás, já está adquirido e sendo embarcado em portos norte-americanos, devendo chegar ao Brasil em meados do próximo mês de julho. Técnicos americanos já se encontram em Volta Redonda, incumbidos, juntamente com os colegas brasileiros, da montagem do maquinário adquirido.

● Novo Poço Produtor de Petróleo na Bahia

Acaba de se revelar produtor o segundo poço perfurado na região de Água Branca, no Município de Catu, no Estado da Bahia. O 1º teste efetuado revelou uma produção de urgência de 700 barris de óleo por dia, ou aproximadamente, 110 mil litros.

● Comércio entre o Brasil e os Estados Unidos

Foram os mais surpreendentes os algarismos totais do comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, no ano de 1951. O Brasil vendeu à América 910 milhões de dólares, contra 715 milhões, em 1950. Os Estados Unidos venderam ao Brasil 700 milhões de dólares, contra 353, em 1950. O saldo a favor do Brasil foi de 210 milhões de dólares. O total das exportações e

importações somou 1.610 milhões de dólares para o referido ano de 1951, cifra "record" e que coloca o Brasil em 2º lugar no comércio exterior dos Estados Unidos, somente abaixo do Canadá.

● O desenvolvimento da Aviação Comercial do Brasil

Percursos dos aviões:

Em 1930.....	1.707.977 km
Em 1940.....	7.504.180 km
Em 1950.....	75.731.050 km

Passageiros transportados:

Em 1930.....	4.687
Em 1940.....	85.971
Em 1950.....	875.670
Em 1951.....	997.977

Carga transportada:

Em 1930.....	10 Ton
Em 1940.....	613 Ton
Em 1950.....	38.014 Ton
Em 1951.....	40.000 Ton

Número de aeroportos principais do país: 36

Número de cidades servidas por avião: 400

Número de cidades brasileiras situadas a menos de 2 dias do Rio e de S. Paulo por avião de matrícula brasileira: 250.

Idem, quanto a cidades estrangeiras: 16.

Principal aeroporto do país: Congonhas; em São Paulo, com 35.610 aterrissagens e 35.651 decolagens, em 1951.

Segundo aeroporto do país: Santos Dumont, com 30.029 aterrissagens e 30.209 decolagens em 1951.

Ordem decrescente dos demais aeroportos: Belo-Horizonte, Porto-Alegre, Curitiba, Salvador e Recife.

PROGRAMA DO GOVERNO: TORNAR O BRASIL MAIS PODEROSO, MAIS PRÓSPERO E MAIS FELIZ

PANORAMA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA — A COOPERAÇÃO DO CONGRESSO — O BANCO DO BRASIL E SUA EXCEPCIONAL IMPORTANCIA NA POLÍTICA FINANCEIRA NACIONAL

A mensagem que o Presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso, em cumprimento de preceito constitucional, é um documento de excepcional importância, que demanda acurado estudo, pois ao mesmo que focaliza, numa síntese segura, os nossos principais problemas do país, aponta diretrizes para sua adequada solução.

Seja qual for a nossa posição em face do Governo, impossível negar a relevância do referido documento e a sua objetividade. Por isso mesmo a exposição do Chefe do Executivo vem alcançando ampla e profunda ressonância nos meios políticos e parlamentares e no seio da opinião pública.

Logo no início da introdução, o Presidente Vargas assinala a necessidade de conjugação de esforços e do equilíbrio de ação entre o Poder Legislativo e o Executivo e presta seu testemunho a operosidade das duas Casas do Congresso durante a última sessão legislativa:

É com prazer, portanto, que presto aqui o meu testemunho à operosidade das Casas do Congresso durante o ano que acaba de transcorrer, e atesto a vigilante e patriótica dedicação com que abordaram os seus encargos constitucionais, prestando ao Governo o seu concurso na elaboração e processamento da legislação requerida pelas circunstâncias nacionais, e, não raro, no exercício de suas legítimas prerrogativas, o inegável auxílio de uma crítica construtiva e reveladora do interesses com o qual esta Assembléia acompanha o desenrolar da ação administrativa do Governo.

Longe de subestimar o valor da cooperação do Legislativo, o Governo a aprecia altamente e a solicita com maior interesse do que nunca, e muito espera do patriotismo e do zelo dos Senhores Membros do Congresso, certo de que, nesta hora em que juntos nos empenhamos em vencer ingentes dificuldades que entorpecem o progresso do País e prejudicam o bem-estar de seu povo, não haverá nestas Casas quem não saiba sobrepor às considerações pessoais ou partidárias as injunções imperativas e sagradas da prosperidade geral e da felicidade da Pátria.

O Congresso representa a Nação íntegra, e não a Nação dividida. É verdadeiramente o conjunto da Nação na expressão das suas forças coletivas. Por tudo isso, acima das divisões políticas, das diferenças ideológicas, e mesmo das divergências pessoais, não devemos esquecer que somos todos brasileiros; e, sendo brasileiros, temos problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que num regime democrático podem superar os homens e os partidos.

Os problemas do povo, do seu bem-estar, da sua felicidade, não podem ser objeto apenas das cogitações do Governo, mas sim da cooperação e do concurso de todos os cidadãos e devem contar com a colaboração ativa de todas as forças econômicas e de todas as correntes políticas nacionais.

Inflação, eis o perigoso inimigo interno

Ainda nas páginas da introdução o presidente aponta na inflação o mais sério perigo interno a que está exposto o Brasil, primeiro porque é o responsável principal pela elevação do custo da vida e dos preços em geral, segundo porque representa um ônus opressivo, uma espécie de nova taxaço, não sobre os grandes lucros, mas sobre a massa de pequenos produtores e dos pequenos consumidores, pesando diretamente sobre as classes menos favorecidas da comunidade.

E prossegue a Mensagem :

A principal causa da inflação é o desequilíbrio orçamentário, e esse no ano findo procuramos corrigir com enorme sacrifício, reduzindo as despesas e aumentando a receita nacional. Os resultados dessa perseverante e corajosa política de compressão de gastos e de aperfeiçoamento do aparelho arrecadador já são do domínio público, e não é sem legítima satisfação que o Governo os quer relembrar aqui : um saldo orçamentário de 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, o maior já verificado na história financeira de um país que nos últimos exercícios só conhecera déficits cada vez mais volumosos ; uma arrecadação superando 6 bilhões e 877 milhões de cruzeiros a estimativa orçada ; emissões rigidamente limitadas ao necessário para atender aos redescontos exigidos pela animadora expansão dos negócios, e das quais cerca da terça parte, seja um bilhão e 275 milhões de cruzeiros, já foi novamente recolhida, tendo sido possível ao Tesouro prescindir de qualquer emissão para atender aos seus próprios encargos ; o Tesouro Nacional, devedor, no ano anterior, da soma de quase 4 bilhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, e devendo pagar-lhe 43 milhões a título de juros, hoje transformado em credor daquele mesmo Banco, na quantia de 1 bilhão e 250 milhões de cruzeiros, além de ter recebido daquele estabelecimento de crédito 49 milhões de cruzeiros de juros de seus depósitos.

O Banco do Brasil, viga mestra do nosso sistema bancário

No capítulo referente à situação econômica e financeira e ao desenvolvimento da produção nacional a Mensagem do Presidente da República destaca o papel primordial do Banco do Brasil como propulsor do nosso progresso, em termos altamente expressivos, que consagram sua atual administração, confiada à experiência e a visão do Sr. Ricardo Jaffet.

"O Banco do Brasil, diz o Presidente Vargas, exercendo algumas funções de banco central, dispondo da maior soma de recursos aplicada no crédito comercial e de fomento econômico, e aparelhado com uma rede de agências por todo o território nacional, é a viga mestra do nosso sistema bancário. Suas operações são decisivas no conjunto do sistema e marcam a política creditícia do país. Cabe, pois, um rápido exame de suas atividades em 1951.

Os depósitos totais no Banco do Brasil subiram de 29,7 bilhões em 1950 para 35,1, em 1951 ou sejam, 18 %. Nesse quadro, o que releva notar é o aumento dos depósitos do Tesouro Nacional, relativo a operações financeiras, de 322 milhões para 3.185 milhões, ou sejam, 886 %. Mesmo incluindo as operações cambiais, o acréscimo foi de 6.188 milhões para 9.846, correspondendo a 59 %.

Os fundos diretamente supridos pelo Tesouro Nacional ou recolhidos a sua ordem por força de disposições legais ou regulamentares, acresceram-se de 5.561 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1951, relativamente a 31 de dezembro de 1950, expressando-se, respectivamente, por 35.307 e 29.746 milhões de cruzeiros.

Tais fundos passaram a concorrer com 27,89 % na formação dos recursos do Banco, ao passo que representavam apenas 20,81 %, em dezembro de 1950.

Os empréstimos subiram, no total, de 39.687 milhões para 41.774, ou seja, na taxa prudente, em face das circunstâncias inflacionárias, de 5 %, se tivermos em vista os fatores apontados na introdução sobre a política econômica e financeira.

Os empréstimos destinados ao Tesouro Nacional se reduziram de 34 % e de 57 %, para operações financeiras e operações cambiais, respectivamente, somando um total, em números absolutos, de 9,428 bilhões. No que se refere às entidades públicas, registrou-se o aumento de 1.260 milhões nos financiamentos aos Estados, correspondendo a 102 % sobre o saldo em 31 de dezembro de 1950.

Enquanto o Tesouro, em 1950, absorvia 47,12 % do total dos empréstimos do Banco, que eram, na época, de 39.688 milhões de cruzeiros, já em 1951 aquela percentagem baixou para 22,19 % — calculada sobre um total superior de operações — o que permitiu a aplicação de substancial massa de recursos nos setores produtivos privados, bem como na assistência aos governos locais.

Os empréstimos à produção cresceram de 2.366 milhões, como se verifica pelo quadro seguinte:

CREDITO A PRODUCAO

	Saldos em fim de ano		Variações	
	1950	1951	%	
Agrícolas	1.130	2.535	+	124
Pecuários	2.888	3.303	+	14
Agropecuários	21	33	+	58
Industriais	1.287	3.260	+	153
Agroindustriais	920	30	-	96
Outros	599	50	-	91
Total	6.845	9.211	+	34

Na expansão do crédito agrícola, foram beneficiados principalmente o algodão, a cana de açúcar, o milho e o trigo. Registraram-se ainda acréscimos nos financiamentos para máquinas e animais de serviço e para melhoramentos nas fazendas, em percentagens aproximadas de 150 % e 300 %, respectivamente.

Durante o ano de 1951, restabeleceu-se, em parte, o crédito destinado à criação, em benefício de proprietários rurais e de tradicionais pecuaristas, que se achavam necessitados de repovoar seus campos e que dispu-

nham de instalações adequadas, campos cercados, aguadas suficientes, etc. Foi cuidadosamente desenvolvido, outrossim, o financiamento para aquisição de gado leiteiro de raças finas, bem como tomadas as providências necessárias para incrementar o auxílio financeiro aos trabalhos de remodelação e equipamento das propriedades rurais.

Mereceram especial amparo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1951, as indústrias de base, notadamente as de cimento, energia elétrica, metalurgia e siderurgia, além de outras essenciais, como as têxteis e de beneficiamento de produtos agrícolas.

As operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial serão realizadas em bases mais amplas, quando entre em vigor o novo Regulamento há pouco aprovado pelo governo. Nêle acham-se previstos e disciplinados o crédito cooperativo, o incentivo da pequena agricultura, o melhoramento das condições de rendimento de explorações agrícolas, o estímulo ao aprimoramento técnico do trabalho e das atividades rurais, etc. É indispensável, porém, ampliar os recursos financeiros à disposição da Carteira.

Os empréstimos da Carteira de Exportação e Importação cresceram de 94 %, atendendo a necessidades imperiosas de aquisição de estoques e a problemas difíceis de exportação.

Os empréstimos diversos, através da Carteira de Crédito Geral, se elevaram de 92 %, atingindo em 31 de dezembro de 1951 a cifra de 15.093 milhões, contra 7.260 milhões em igual data de 1950. Tais recursos foram preponderantemente destinados ao financiamento de produtos em fase de circulação e escoamento, conferindo, ainda, à indústria os capitais de movimento necessários à renovação de seus estoques de matérias primas e às demais operações ligadas à produção industrial.

Além dos fatores apontados na introdução a este capítulo da Mensagem, vale salientar que débitos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, relativos a fornecimentos e obras, obrigam os credores a recorrerem ao crédito bancário. No caso dos bancos oficiais, apesar da política de disciplina e seletividade do crédito, não era possível deixar de atender a certas situações clamantes.

É essa mais uma consequência da situação desordenada que encontrei na execução orçamentária e nas contas públicas. É, mais um exemplo a favor da conveniência de uma administração financeira e orçamentária cuidadosa.

Da mesma forma, receberam o necessário apoio financeiro instituições diversas, como as Cooperativas de Produção da Paraíba e de Pernambuco, o Instituto de Cacaú da Bahia, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, etc., tendo-se em vista os interesses econômicos de extensas regiões produtivas do interior.

As cifras até aqui alinhadas deixam evidente a favorável orientação dada em 1951 às operações do Banco do Brasil, cujas disponibilidades foram aplicadas no incremento de atividades diretamente ligadas à produção ou destinadas a favorecê-la, mantendo estreito entrosamento com as diretrizes econômico-financeiras traçadas na anterior Mensagem anual.



Noticiário de Interesse Militar

Artigo de "A Defesa Nacional" transcrito no Military Review

É com satisfação que registramos ter sido transcrito no número de fevereiro do corrente ano, do "Military Review", o artigo "Cooperação Militar Interaliada" de autoria do Ten.-Cel. Guttemberg A. de Miranda, publicado no número de fevereiro de 1951, desta Revista.

Onze mil homens descerão dos aviões sobre o Texas

O Exército e a Força Aérea projetam efetuar de 18 a 23 de março uma demonstração de suprimentos aéreos que, segundo se diz, provará a futura estratégia dos Estados Unidos para ajudar a defender a Europa Ocidental contra os grandes exércitos da Rússia.

Pela primeira vez, uma Divisão de Infantaria quase completa, num total de 11.000 homens, será transportada por avião a centenas de quilômetros como preliminar para as manobras que terão início em Texas, a 25 de março.

A Unidade que será transportada é a Divisão número 31 da Guarda Nacional. Será levada por aviões desde Fort Jackson, Carolina do Sul, até Temple e Waco, no Texas, com o auxílio de 20 aviões de transporte C-124, capazes de levar 225 soldados cada um.

Informa o Exército que os homens baixarão dos aviões "prontos para o combate".

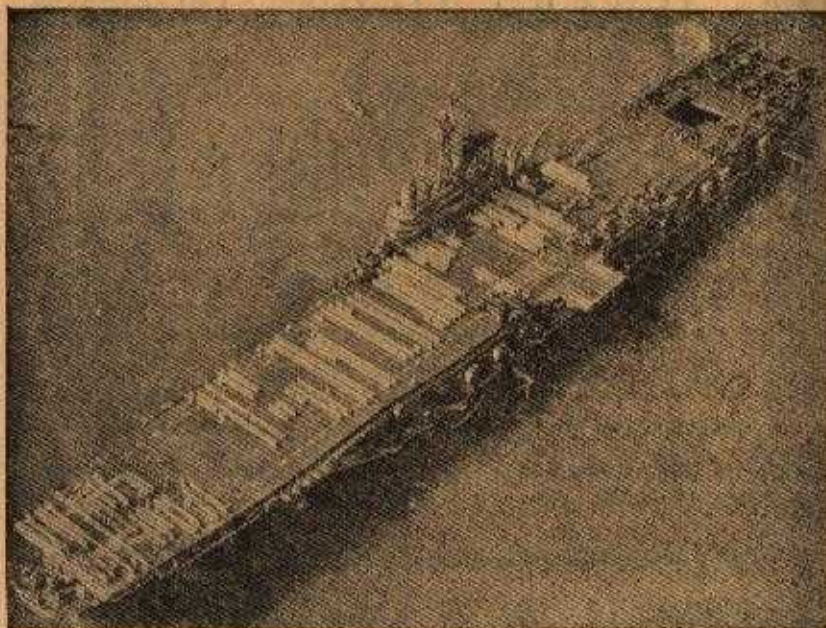
DIVISÕES COMPLETAS

Os porta-vozes acrescentam que com um número suficiente de aviões desse tipo toda uma Divisão ou várias Divisões poderiam ser transportadas dos Estados Unidos para a Europa em menos de 24 horas para participar de uma guerra relâmpago.

Os únicos elementos da divisão que não serão transportados por avião são as orquestras, os condutores de tanks e alguns veículos que serão enviados por estradas e ferro-carril, e um destacamento avançado que veio enviado para Camp Atterbury, Indiana, onde ficará estacionada a divisão depois das manobras.

O equipamento que será transportado por avião, inclui canhões Howitzer, de 105 M/M, caminhões e veículos até 2 toneladas e meia e todos os canhões, morteiros e metralhadoras.

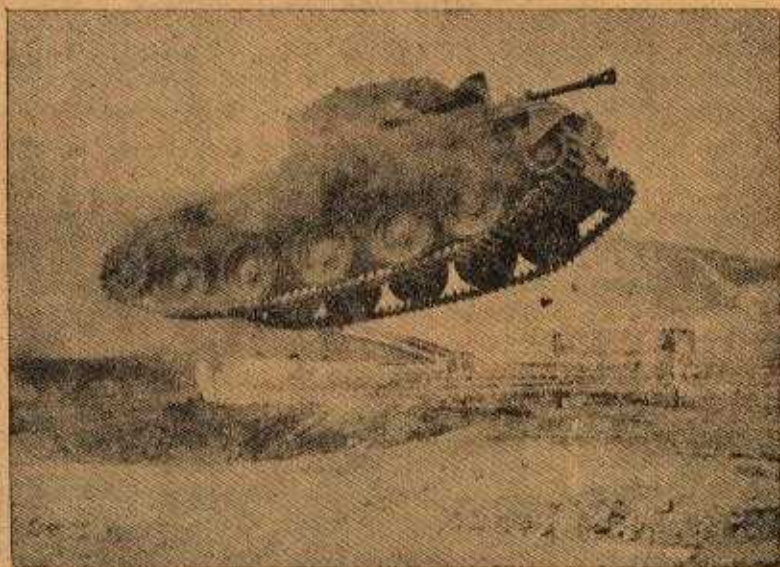
Os aviões podem levar tanks ligeiros e teoricamente tanks médios mas estes serão enviados por terra para economizar espaço nos aviões (INS).



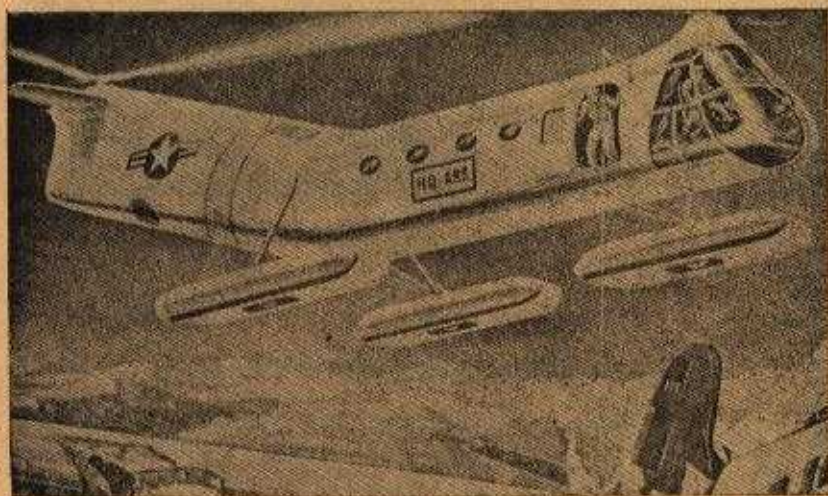
Inspeção geral a bordo do gigantesco porta-aviões norte-americano "Coral Sea"

Emprêgo da Televisão nas Operações Militares

Já se cogita do emprêgo da Televisão nas operações militares. Câmaras de televisão situadas sobre observatórios, devidamente abrigadas e camufladas, poderão descortinar o que se passa na zona de combate imediata, permitindo ao Cmt. da G.U., cujo P.C. está localizado à retaguarda, acompanhar, através de aparelhos de televisão, tôdas as peripécias da luta. Estes aparelhos, ligados às câmaras por meio de cabos coaxiais, instalados igualmente no P.C. do Cmt. da A.D., permitirão a este conduzir a manobra de fogos com precisão e oportunidade. Instaladas em helicópteros e dotadas de lentes de aumento, as câmaras de televisão permitirão aos Cmts. da Art. acompanhar até os efeitos dos seus fogos sobre o interior das posições inimigas. Por meio de câmaras de televisão, instaladas em helicópteros, um Cmt. de E.D. poderá verificar a disciplina da camuflagem, a conservação das estradas e os progressos realizados na construção de uma ponte. Um Cmt. de Polícia poderá verificar a situação de congestionamento de estradas e tomar as medidas necessárias para removê-lo.



Tanque tipo "Cromwell" transpondo um obstáculo no Real Centro de Forças Blindadas de Bovington Dorset



Helicóptero H-21, do Exército e Aeronáutica americanos, com trem de pouso "onífibio", isto é, permitindo-lhe descer em terra, ou neve ou na água

Grã-Bretanha — Avião para ataque a objetivos terrestres

A experiência passada e presente nos prova as vantagens táticas da aviação operando em apoio imediato às forças terrestres. Avião que possam operar contra variados objetivos terrestres são hoje considerados como essenciais.

A fim de atender a essa necessidade, uma nova versão especial do Meteor (a jato), para missões táticas contra objetivos terrestres, acaba de ser experimentada. Esse novo aparelho pode transportar 4 bombas de 450 kg e 1 tanque de 400 lt em cada asa ou, então, 24 projetis-foguete de 43 kg e os mesmos tanques, ou, ainda, várias de suas combinações. Esse armamento suplementa seus 4 canhões de 20 mm e respectiva munição. Dois canhões extras desse calibre podem substituir as bombas ou os foguetes colocados em baixo da parte central do Avião. (Da Imprensa).



Helicóptero H-19, do Exército americano, podendo acomodar 8 macas ou 10 soldados equipados

Helicóptero-foguete para um homem

Um tal helicóptero, que pode ser ajustado às costas de um indivíduo, elevando-o no espaço tal como no sonho de muitos idealizadores, encontra-se sendo experimentado pela Marinha.

Essa fantástica máquina pesa 45 kg, podendo ser colocada sobre uma mesa. Está prevista para transportar um homem e armamento especial a uma razão-de-ascensão jamais considerada possível para um helicóptero. Sua potência, velocidade e altura máxima, constituem segredo.

Eis como funciona: foguetes a combustível líquido, com autopartida e aceleração controlada, são montados nas extremidades de duas pequenas lâminas do rotor. Este, é ligado a pequeno tubo que se curva para baixo a fim de suportar o tanque de combustível, o assento do piloto e um gancho para carga. Um tubo estendendo-se para trás, desde o eixo do rotor, apresenta um pequeno leme, enquanto outro, para a frente e para baixo, constitui a coluna de controle do piloto.

Testes em terra foram iniciados em uma Base Militar próxima de Los Angeles. Conhecida como *Pineheell*, pode ela aterrar e se elevar de áreas até aqui inacessíveis aos aviões. Com o motor desligado, pode planar como avião ou descer verticalmente como um pára-quedas. Seus foguetes não produzem chama, o que permite uma aproximação à noite, sobre posições inimigas, sendo muito dificilmente identificada. (*Armed Force*).

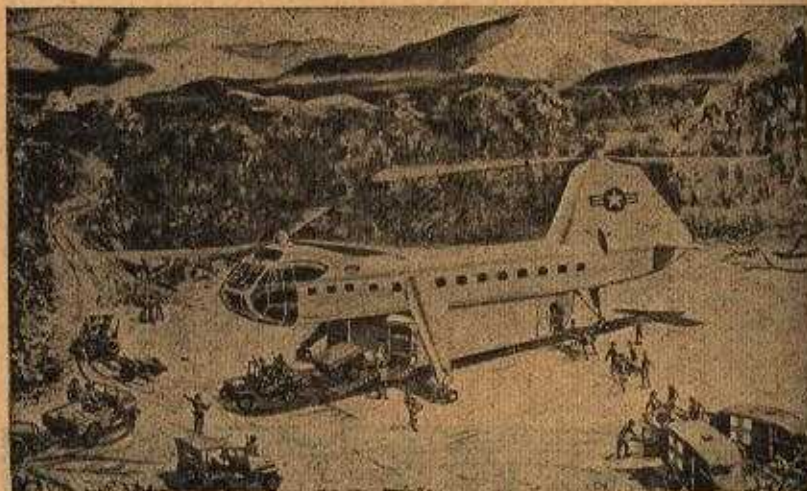


Helicóptero XH-16, do Exército americano, sendo usado para transportar um obus de 155 mm

Ruído maior do mundo

Uma super poderosa sirene antiaérea, com uma unidade de 140 HP e que produz o maior ruído contínuo do mundo, foi projetada para ser usada pela Aeronáutica fora dos limites extra-continentais norte-americanos.

A primeira das 4 sirenes projetadas foi recentemente entregue à Aeronáutica, após uma demonstração de que seu mecanismo lança um aviso a uma distância de 12 km sob condições atmosféricas normais. (*Military Review*).



Helicóptero XH-15, sendo empregado para transportar homens e material regressando com feridos

Envólucro plástico

Um envólucro plástico, que apresenta uma espessura de apenas 1/8.000 in e que pode suportar condições climáticas extremas, acaba de ser experimentado pelo Serviço de Material Bélico, visando proteger o embarque de material militar.

Significa isso que, os raros e caros materiais hoje usados, poderão ser substituídos com grande economia de ordem geral.

Um envólucro de *cloreto de vinil*, suficiente para cobrir uma máquina pesando 9.000 kg, pesa somente 14 kg, enquanto um comum, à prova d'água, seria muitas vezes mais pesado e mais caro.

Testes demonstram que o novo envólucro não sofre danos de ventos atingindo velocidades até 100 Km/h, podendo suportar temperaturas desde as subzero até 35° C. Esse envólucro pode ser empregado com sucesso para proteger material embarcado em carros-plataforma, bem como, equipamento armazenado por longos períodos a céu aberto. (*Armed Force*).

Seria contrasenso pensar ou esperar que três ou quatro redatores tivessem a estultice de, nesta época, se arvorarem em "fazedores" da Revista, ou que fossem bastante ridículos para pretenderem pontificar sobre todos os assuntos, para a coletividade de seus camaradas. Ela tem de ser obra da colaboração de todos os oficiais, como tudo que se relaciona com a guerra.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Com a permanente realização de obras para ampliação de suas instalações e aparelhagem especializada, a Companhia Docas de Santos têm dado ao maior porto brasileiro um extraordinário desenvolvimento. E graças a isso tem podido também a empresa concessionária corresponder ao progresso da região a que serve, dando escoamento ao volumoso afluxo de mercadorias que por ali transitam.

O Relatório da sua Diretoria, referente ao ano de 1951, contém dados muito importantes a esse respeito. Nada menos de 7.142.597 toneladas foram movimentadas no porto santista naquele ano, com um acréscimo de 25 % sobre o ano recorde anterior, o que significa mais 1.433.784 toneladas. Também o movimento de passageiros aumentou em mais de 25 %. E todos os serviços correram normalmente, suportando as instalações vantajosamente tal movimento.

Significa isto que a Companhia Docas de Santos não descuidava das suas obrigações contratuais, servindo, assim, com grande zelo à economia do país.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de março de 1952**

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES PARA REQUISIÇÃO DE NUMERA- RIO DESTINADO AO PAGA- MENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA

**PORTARIA N. 59, DE 29 DE FEVE-
REIRO DE 1952**

O Ministro de Estado da Guerra resolve:

I — A fim de imprimir um cunho prático e seguro ao controle e à fiscalização do numerário destinado às unidades administrativas, para pagamento do pessoal, aprovo as Instruções que com esta baixam, propostas pela Diretoria de Finanças do Exército, bem como os modelos de "Demonstração-base", "Mapa de Efetivos" e "Folha para pagamento de vantagens", que vigorarão a partir do exercício de 1952.

II — Demonstração-base:

A — As unidades administrativas apresentarão aos Estabelecimentos de Finanças, por onde forem supridas de numerário, até o dia 15 de janeiro de cada ano, uma Demonstração-base de acordo com o modelo anexo, que será obrigatoriamente substituída sempre que ocorrer alteração no Quadro de Efetivos da organização, ou quando houver alteração no valor da etapa.

B — Nenhuma unidade poderá sacar numerário do Estabelecimento de Finanças, para pagamento de pessoal, sem que tenha cumprido o que determina o item II, letra A destas Instruções.

C — A Demonstração-base registrará:

1) todo o pessoal civil e militar da unidade, indicado numérica-

mente, de acordo com os respectivos quadros de efetivo;

2) o total dos vencimentos mensais correspondentes a cada posto, graduação ou categoria;

3) as etapas a que farão jus as praças durante um mês;

4) o total numérico dos oficiais, praças, alunos (quando for o caso) e serventários civis, estes últimos indicados distintamente (pessoal permanente e extranumerário).

D — O modelo é constituído de:

1) *Cabeçalho*:

a) Ministério da Guerra;

b) Visto do Agente Diretor;

c) Nome da organização; e

d) Demonstração-base do efetivo desta unidade a vigorar a partir do mês de de 195.....

2) *Corpo*, com 8 colunas destinadas as 1ª e 5ª ao efetivo; as 2ª e 6ª à discriminação dos postos, graduações ou categorias; as 3ª e 4ª, e 7ª e 8ª às importâncias parciais e totais;

a) Na parte inferior haverá uma linha destinada à "Soma a transportar" e no verso da demonstração serão reproduzidas todas as colunas do anverso, de modo a deixar espaço onde serão lançados:

— resumo dos efetivos;

— ato de fixação ou de alteração de efetivo;

— observações necessárias;

— "Confere" do Fiscal Administrativo;

— data e assinatura do Tesoureiro (oficial I.E. mais graduado ou mais antigo).

E — A Demonstração-base será, em princípio, organizada em qua-

trô vias: a 1ª se destinará à Diretoria de Finanças do Exército; a 2ª ao Estabelecimento de Finanças, por onde é suprida a unidade; a 3ª, pertencerá à Fiscalização Administrativa e a 4ª ao arquivo da Tesouraria.

F — Os Chefes dos Estabelecimentos de Finanças encaminharão, no mais curto prazo, à Diretoria de Finanças do Exército, as 1ª vias das *Demonstrações-base*, organizada em papel acartonado de formato de 0,22 x 0,33;

G — A Unidade indicará, com clareza, no local próprio da *Demonstração-base*, o ato ou atos que fixaram os seus efetivos, bem como o órgão oficial em que se encontram publicados.

H — Além dos vencimentos, soldo ou ordenado e gratificação e das etapas, nenhuma outra vantagem será consignada na *Demonstração-base*.

I — As etapas das praças serão consideradas desarranchadas, mesmo que a unidade se encontre sob o regime de subsistência e o cálculo terá por base 31 dias.

J — Quando houver grande variação de categorias e especialidades, poderão ser utilizados dois ou mais exemplares do modelo.

III — Mapas de Efetivos:

A — Será organizado de conformidade com o modelo anexo, em papel consistente, de formato de 0,33 x 0,44 e conterá:

1) Cabeçalho:

- Ministério da Guerra;
- Nome da Organização;
- Exercício e mês a que se refere;
- Mapa de efetivo contemplado no mês acima;
- Confere, do Fiscal Administrativo.

2) *Corpo*, com 3 colunas principais, destinadas:

- 1ª, à discriminação dos postos, graduações ou categorias;
- 2ª, à indicação numérica do pessoal "Contemplado em folha", dividida em 5 subcolunas, sendo: 1ª para o pessoal efetivo, isto é, o

que pertence à unidade; 2ª, 3ª e 4ª para os elementos "adidos", "excedentes" e "convocados", respectivamente; e a 5ª para "soma";

c) 3ª, dividida em 3 subcolunas para registro das importância parciais, sub-totais e totais.

B — Na organização do Mapa de efetivo que acompanhará o ofício-requisição, as unidades observarão rigorosamente o seguinte:

1) a graduação ou categoria figurará uma única vez, no corpo do Mapa;

2) a ordem dos postos, graduações ou categorias será a mesma da *Demonstração-base*;

3) as vantagens figurarão na ordem natural em que se encontram no "Orçamento" e cada uma delas será citada uma única vez, isto é, sob cada título figurarão as parcelas atinentes aos oficiais e às praças, de modo sumário, de vez que as folhas para "exame prévio" indicarão detalhadamente porcentagens, número de dependentes, número de dias e direitos de cada um;

4) o abono para fardamento, (art. 81 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) constituirá parcela distinta para oficiais e praças (subtenente e sargentos), sendo que os postos ou graduações e os demais esclarecimentos constarão das folhas destinadas ao "exame prévio";

5) será confeccionado em cores: sendo a 1ª Via Branca; a 2ª Via, Amarela; a 3ª Via, Azul Claro e a 4ª Via, Rosa;

6) as páginas intermediárias obedecerão ao mesmo modelo e a última deverá ter espaço necessário às observações, inclusive à indicação do ato ou atos que autorizaram a permanência dos adidos, excedentes e convocados.

IV — Folha para pagamento de vantagens:

A — As unidades que tiverem de sacar vantagens sujeitas a exame prévio, discriminados na letra D, deste item apresentarão, com o ofício-requisição, uma folha destinada ao exame prévio das mesmas.

B — Essa fôlha será feita em papel de 0,33 x 0,76 e conterá:

1) **Corpo:**

- a) uma coluna de 0,01 para "Número de ordem";
- b) uma coluna de 0,015 para "Padrão de vencimentos";
- c) uma coluna de 0,028 para "Pôsto" ou "Graduação";
- d) uma coluna de 0,02 para "Nomes";
- e) uma coluna de 0,028 para "Funções";
- f) uma coluna de 0,028 para "Vencimento base";
- g) 10 colunas subdivididas cada uma em duas subcolunas, sendo uma de 0,01 destinada à indicação de porcentagem (...) ou número de dias ou dependentes e outra, de 0,028 destinada à importância; na parte superior da coluna será indicada a natureza da vantagem;
- h) uma coluna de 0,028 para "Soma";
- i) uma coluna de 0,08 para "Observações";
- j) uma coluna de 0,05 para "Recibo";
- k) uma coluna de 0,01 para "Número de ordem".

2) **Título** — lançado no verso, compreendendo:

- a) Ministério da Guerra;
- b) Nome da organização;
- c) Fôlha para pagamento de vantagens devidas a (oficiais ou praças) no mês de de 19.....;
- c) conterá sempre 25 pautas destinadas aos nomes e demais elementos a serem consignados, terminando por uma linha onde será lançada a "Soma a transportar" ou "Soma total", à uma distância de 0,025 do limite inferior do papel, em cujo espaço serão apostas a data e as respectivas assinaturas, do Fiscal Administrativo (à esquerda) e do Tesoureiro (à direita).

d) estão sujeitas a exame prévio as seguintes vantagens:

1. Gratificação de serviço aéreo;

2. Gratificação de para-que-dismo;

3. Gratificação de tempo de serviço;

4. Gratificação de especialidade e função;

5. Abono militar;

6. Rendimento;

7. Etapa, nos termos do § 2º do art. 92 do C.V.V.M.;

8. Abono de-família;

9. Gratificação industrial;

10. Diária industrial;

11. Gratificação de representação e de Estado-Maior;

12. Gratificação de ensino e de turmas suplementares;

13. Gratificação de serviço de saúde (diária de saúde);

14. Gratificação de engenharia (diária de engenharia);

15. Gratificação de serviço geográfico (diária de serviço geográfico);

16. Gratificação de técnico militar;

17. Todas as vantagens "ocasionais" que sejam objeto de pagamento por parte dos Estabelecimentos de Finanças;

e) no intuito de facilitar, não só a organização da fôlha acima referida, como também o seu exame e controle, na coluna destinada à "Observações" serão lançados todos os esclarecimentos indispensáveis ao julgamento do direito a cada vantagem, tais como: tempo de serviço, número de dependentes, com indicação dos números dos respectivos títulos de caráter definitivo; estado civil e outros informes que digam respeito àquelas vantagens;

f) os esclarecimentos acima referidos, constarão da fôlha uma só vez, e nos meses em que não sofrerem modificação, com reflexo no seu direito individual, a coluna "Observações" conterá apenas a abreviatura "S.A." (Sem alteração); se ocorrerem modificações de uma ou mais vantagens, os esclarecimentos só a essas deverão referir-se.

OBRAS, EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS — QUANTITATIVO

AVISO N. 12-C.O., DE 29 DE FEVEREIRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. General Diretor Geral de Intendência do Exército, por intermédio da Diretoria de Finanças do Exército :

Declaro a V. Excia. que concedo ao Agente-diretor da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, à conta da verba 4 — Obras, equipamentos e aquisição de imóveis — Consignação IX — Diversos — Subconsignação 22 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens imóveis, do atual orçamento deste Ministério, o quantitativo de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para atender no corrente exercício às despesas de caráter urgente e imputáveis a essa rubrica.

A medida que as referidas obras forem realizadas, uma relação das unidades beneficiadas será, trimestralmente, remetida pela D.O.F.E. à Comissão de Orçamento, para conhecimento deste Ministério. — General Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 3-III-52.)

• •

CARGO DE MAJOR ADJUNTO DE ARMAMENTO

AVISO N. 153, EM 6 DE MARÇO DE 1952

O Comandante da 8ª Região Militar, em Ofício n. 3, de 15 de janeiro findo, consulta :

a) quem deverá assumir o cargo de Major Adjunto de Armamento : o Capitão Adjunto de Motomecanização ou o 1º Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais, com o Curso Básico de Material Bélico ?

b) nas substituições previstas pelo art. 21 do R-1, do Chefe do Serviço Regional do Material Bélico, quem deverá assumir a Chefia do Serviço, estando a função de Major Adjunto de Armamento sendo exercida por Oficial menos graduado ou mais moderno que o Capitão Adjunto de Motomecanização ?

e) ainda no caso da letra h, sendo a Chefia do Serviço privativa de Oficial de Artilharia, quem deverá assumir o cargo sendo o mais graduado ou mais antigo Oficial de outra Arma ?

Em solução, de acordo com o Parecer do Estado-Maior do Exército, declaro :

a) o Serviço Regional de Motomecanização está numa situação legal, idêntica a qualquer outro Regional (Material Bélico, Engenharia, Transmissões, etc.) e, portanto, nada há que justifique que os Oficiais do referido Serviço concorram às substituições dentro do Serviço de Material Bélico ou de qualquer outro ; b) as qualificações definidas nos quadros de Organização (Q.O.00-706-0), condicionam a designação do Oficial para o exercício da função, e somente aquelas que satisfazam as exigências da qualificação, poderão assumir ou desempenhar cada uma das funções especificadas no referido Quadro de Organização ;

c) O Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais especificado para a função de Adjunto das Munições, não poderá assumir as funções de Chefe do Serviço ou de Adjunto de Armamento. — General Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 7-III-52.)

• •

MILITARES DA RESERVA OU REFORMADOS, NOMEADOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE ATIVIDADE NO MINISTÉRIO DA GUERRA

AVISO N. 165, DE 12 DE MARÇO DE 1952

Os militares da reserva ou reformados, nomeados para o exercício de função de atividade no Ministério da Guerra, caso sejam promovidos, em virtude de disposições legais que asseguram esses benefícios aos inativos, deverão ser imediatamente dispensados, por conveniência do serviço, cabendo ao Órgão em que prestam serviços, tão logo seja publicada a promoção, providenciar o expediente necessário à lavratura da portaria ministerial correspondente. — General Newton Estillac Leal.

PORTARIA N. 73, DE 11 DE MARÇO DE 1952

O Ministro de Estado da Guerra, na forma do art. 142 do R-70 e do art. 59 da Lei do Ensino Militar, resolve aprovar as adaptações propostas pelo Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras do currículo dos respectivos Cursos em face das razões de economia de tempo e pessoal em proveito de melhor rendimento do ensino, de vez que foram convenientemente aprovadas pelo Diretor do Ensino do Exército e pelo Chefe do Estado-Maior do Exército e resultaram dos trabalhos do Seminário Prévio do 2º Seminário do Ensino do Exército.

("Diário Oficial" de 14-III-1952.)

APLICAÇÃO N. 883, DE 12-IV-944

AVISO N. 171 — DE 13 DE MARÇO DE 1952

Consulta o General Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo como proceder na aplicação n. 883, de 12-IV-944, quando os descontos nos vencimentos do interessado atingir os 60 % autorizados no C.V.V.M. e não encontrar o mesmo outra habilitação.

Em solução, aprovando o parecer do Coronel, Prefeito Militar de Deodoro, a aplicação do Aviso 883 deve continuar, porém, para cumprir-se o determinado pelo C.V.V.M. o interessado descontará, mensalmente, apenas até o limite previsto pelo Código, passando as diferenças mensais entre o desconto imposto por esse limite e o que deveria ser feito de acordo com o Aiso 883, a constituir dívida que o interessado pagará posteriormente, quando o limite de desconto o permitir. Acresce ainda, que o caso presente já assume o aspecto disciplinar de recalcitrância do interessado cumprir dispositivos legais, valendo-se de recursos que, embora regulamentares, provam a deliberação de manter-se na casa que há mais de 10 meses a ocupa ilegalmente, assim, além da aplicação do Aviso

883, e após fixação de curtos prazos o interessado deverá ser compelido disciplinarmente, pelo seu comandante direto, a desocupar o imóvel.

Gen. Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 31-III-1952.)

FUNÇÕES DE INSTRUTOR E AUXILIAR DE INSTRUTOR, EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E CURSOS DESTA MINISTÉRIO

AVISO N. 180 — EM 14-III-1952

A — Considerando :

1) As prescrições constantes dos arts. 125 e 126, da Lei número 1.316, de 20-I-1951, e do Decreto n. 30.119, de 1-XI-1951;

2) que vários oficiais já na vigência do atual C.V.V.M., vem exercendo, ou exerceram, as funções de Instrutores e Auxiliares de Instrutores, por atos regulamentares, em desacordo, porém com, os ora prescritos pelos dispositivos legais referidos anteriormente;

3) que há necessidade de se regular a situação dos oficiais nas condições acima.

B — Resolvo Determinar :

1) Sejam lavradas as Portarias de nomeação dos oficiais que exercem as funções de Instrutor e Auxiliar de Instrutor, em Estabelecimentos de Ensino e Cursos deste Ministério, e que ainda não estão com suas situações normalizadas, face a legislação em vigor;

2) sejam considerados como se tivessem sido nomeados por Portaria Ministerial, para efeito de percepção de gratificação de ensino, (prevista na Lei e Decreto supra mencionados), desde a data da vigência do atual C.V.V.M. :

a) até a data da publicação do ato correspondente, os oficiais, em exercício de função de Instrutor e Auxiliar de Instrutor, e que ainda não estão nomeados por Portaria;

b) até a data da respectiva exoneração, os oficiais que, designados regularmente, hajam exercido aquelas funções, independentes de Portaria de Nomeação.

C — As Diretorias interessadas providenciem, com urgência, o expediente necessário à lavratura das Portarias indispensáveis à normalização da situação dos oficiais nas condições especificadas no n. 1, da letra B), acima, para assinatura Ministerial — N. Estillac Leal.

21-IX-951, na parte que fixou os totais que devem figurar no Quadro de Acesso dos candidatos das Armas e Serviço de Intendência, relativos ao 1º Semestre do corrente ano, referente às Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

2. Passam a vigorar os seguintes limites:

AVISO N. 182 — EM 17-III-952

1. Aprovando proposta feita pela Comissão de Promoções do Q.A.O. (Of. n. 139, de 3-III-952), fica alterado o Aviso n. 622, de

Infantaria	130 candidatos
Artilharia	116 candidatos
Cavalaria	80 candidatos

General Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 20-III-952.)

CASA UNIVERSAL

AROU JOSÉ SELBIGER

COMPRAMOS E VENDEMOS

MÓVEIS, COFRES, RÁDIOS, RELÓGIOS DE PAREDE E MESA,
GELADEIRAS, MÁQUINAS DE COSTURA, ANTIGUIDADES

ATENDEMOS A DOMICÍLIO

AVENIDA PARANÁ, 288 — ESQUINA DE CARIJÓS
TELEFONE, 2-4923 — BELO HORIZONTE

CASA NOVA

João Gonçalves Ribeiro

TECIDOS EM GERAL, CHAPÉUS, SOMBRINHAS e GUARDA-CHUVAS, ROUPAS
CONFECCIONADAS, ETC.

RUA D. PEDRO II N. 82 — MISSÃO VELHA — CEARÁ

ÁGUA RABELO

MEDICAMENTO DE URGÊNCIA PARA CURATIVOS. ÚTIL NAS AMBULÂNCIAS
MILITARES E CIVIS

Laboratório Rabelo Ltda.

JOÃO PESSOA

PARAÍBA

FARMÁCIA MENEZES

DE

Antônio Rodrigues Filho

Rua Marechal Deodoro n. 13 — Sertania — Pernambuco

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Professor Amaral Fontoura.
Capelão J. Busato.
Cel. Adalardo Fialho.
Cel. Aluizio Mirande Mendes.
Cel. Newton F. do Nascimento.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Major Carlos A. Fontoura.
Major Cesar Neves.
Major Floriano Möller.
Major Gerardo Lemos do Amaral.
Major Luiz Wiedemann.
Major Samuel Corrêa.
Cap. Luiz Alberto de Freitas.
Cap. João Batista S. Wagner.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro 1960